Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

N. XXII



DEPARTAMENTO DE CULTURA
SÃO PAULO
1936

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

7

A GUERRA DOS BARBAROS

AFFONSO DE E. TAUNAY
(Da Academia Brasileira de Letras)

(2.º Premio do concurso de História do Departamento Municipal de Cultura em 1935.)

Prefacio

Em suas linhas gerais se conhece o que foi a longa e dura luta de que resultou, por parte dos civilizados, a apropriação das terras do Nordeste brasileiro.

Os pormenores de tal pugna é que ainda não estão assaz esclarecidos. Esteia-se a narrativa dos nossos historiadores nas sumarias indicações desta e aquela fonte. Até hoje muito pouco tem sido aproveitado dos elementos fragmentarios, divulgados por autores de historia regional como sejam Studart, Borges de Barros, Vicente de Lemos, Maximiano Machado, Antonio J. de Mello, etc., contingentes por vezes valiosíssimos. E ha ainda imenso o que a eles acrescentar proveniente dos acervos documentaís.

Parte já se publicou, como a contribuição dos Documentos Historicos *a preciosa serie encetada por ordem de Washington Luis e hoje notavelmente volumosa.*

Subsiste ainda, porém, enorme copia de papeis, refertos de particularidades importantes, documentos inéditos existentes sobretudo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo de Marinha e Ultramar hoje Arquivo Colonial, de Lisboa, Arquivo do Estado da Bahia.

O que no presente trabalho procurámos compendiar foi a codificação de todo este material disperso, impresso e manuscrito.

Cum grano salis
Uma historia do ponto de vista
bandeirante e paulista?
Ou sem os bandeirantes o Brasil não seria
o Brasil?

Deixaram alguns autores em destaque, entre eles Basilio de Magalhães, aliás em sucinto relato, o que foi a obra do bandeirantismo paulista na redução dos indios do Nordeste e do Maranhão.

O que esta monografia visa é salientar em suas justas proporções o que representa a atuação dos grandes cabos de tropa sertanistas, o papel preponderante na Guerra dos Barbaros, de Mathias Cardoso de Almeida no Rio Grande do Norte e no Ceará, Domingos Jorge Velho na Parahyba e no Rio Grande do Norte, Manuel Alvares de Moraes Navarro, no Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Alagoas, João Amaro Maciel Parente, no Ceará, Francisco Dias de Siqueira, no Maranhão.

Restringimo-nos apenas á Guerra dos Bárbaros, a campanha que se arrastou durante mais de vinte anos com soluções de continuidade, maiores e menores. Como complemento ao estudo desta fase notabilissima do bandeirantismo paulista, acrescentámos uns capítulos historiando os sucessos das campanhas do Maranhão, até hoje tão obscuras e onde assume notavel importancia o ainda muito mal conhecido Francisco Dias de Siqueira, o Apuçá.

Figuras de menores proporções, mas, ainda assim, notaveis são as de diversas calções de couro, *agora mais iluminadas mercê da documentação desvendada, como sejam Antonio Gonçalves Figueira, João Pires de Brito, Antonio Cubas, João Raposo Bocarro, André Furtado de Mendonça, e outros sertanistas de S. Paulo, oficiais dos grandes cabos de conquista acima nomeados.*

Não incluimos em nosso estudo a historia da expugnação de Palmares que, por si só, póde dar uma monografia muito mais extensa do que a presente memoria.

S. Paulo, 30 *de janeiro de* 1936.

AFFONSO DE E. TAUNAY.

PREÂMBULO

De todas as zonas do Brasil onde os autoctonos repeliram, longa e braviamente, os assaltos dos conquistadores, nenhuma apresenta tão grande resistencia á invasão quanto o Nordeste.

Os selvícolas, ali localizados só seriam definitivamente dominados e domados depois que a atuação das bandeiras paulistas ali se fizesse sentir com a maior energia. E trouxesse com o peso de suas armas o triunfo definitivo da dominação lusitana.

Ao encetar a colonização pernambucana tivera Duarte Coelho rudes campanhas contra os caetés para os desapossar da fimbria litôranea.

Á ferocidade antropofágica destes indios se prende a narrativa de suplicio do primeiro bispo do Brasil e seus companheiros, nos baxíos de Dom Rodrigo, como de sobra é sabido.

Pouco pormenorizados são os episodios desta luta penosa cujo principal feito d'armas vem talvez a ser o assalto de Iguarassú em 1548, a que assistiu Hans Staden.

A longa e penosíssima conquista da Paraíba, Frei Vicente do Salvador relata-a com minucias. Duraram longos anos as operações de guerra, de 1574 a 1586.

E uma serie de nomes familiares, aos que conhecem os nossos fastos logo acode aos labios como os de Iniguassu', Pira-

giba, Tabira, Leritiba, Tibery, Frutuoso Barbosa, Martim Leitão, Diogo Flores Valdez, Francisco de Castejon, Simão Rodrigues Cardoso, etc.

Dos meiados para o fim do seculo XVIII o alargamento da area apossada pelos brancos iria trazer uma campanha extensa de dezenas de anos onde as operações de guerra se realizaram sobretudo na Paraiba, Rio Grande do Norte e Ceará, centro da maior resistencia dos autoctonos dispostos a defender, palmo a palmo a terra de seus pais.

Muito mais duradoura seria a resistencia dessa confederação dos Janduins do que a sua similar do Sul a dos Tamoios ou a sequencia das campanhas contra os paiaguás no Sul de Mato Grosso.

E comprende-se: a coligação tamoia abrangia tribus da costa muito mais faceis de serem batidas que as das nações nordestinas, defendidas pela distancia do litoral e a agrura das suas terras escassas de aguas.

A atitude defensiva e contra-atacante, dos autoctonos do Nordeste se propagou além das fronteiras que hoje encerram os estados que vão do S. Francisco á Ibiapaba; provocou a reação dos bravios "guerens" baianos afinal dominados pelas bandeiras de Estevam Ribeiro Bayão Parente, Braz Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente, em 1671.

Mas este periodo de historia do bandeirantismo escapa ao nosso escopo atual.

Dominados os selvagens da Baía pelos cabos de tropa paulistas e dizimados irrompeu em quasi todo o Nordeste brasileiro, largo movimento de reação violenta de todos os grupos indigenas contra a conquista branca.

Triunfantes, as bandeiras paulistas e as expedições baianas já talavam livremente, de 1673 em deante, a margem pernambucana do S. Francisco. Domingos Jorge Velho desde 1663 acampado no centro do Piauí acompanhava o avanço dos prepostos de Francisco Dias de Avila e seu irmão Bernardo Pereira Gago, o famoso Domingos Afonso Sertão, e seu irmão muito menos conhecido Julião Afonso Serra.

Novos e formidaveis revezes haviam experimentado os tapuias batidos sobretudo pelas forças de Domingos Rodrigues de Carvalho.

A margem direita do S. Francisco ficara expurgada de barbaros por assim dizer. E os brancos transpondo o grande rio rechassavam cada vez mais, para o Norte, os valorosos selvícolas daquela vasta região que tanto trabalho déra.

Ao interior do Nordeste habitavam as tribus tapuias, designadas sob a denominação genérica de Cariris que em tres ou quatro centenas de milhares de quilometros quadrados quiçá hoje pertencentes á Baía, Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, da barranca esquerda do São Francisco á margem direita do Parnaíba.

Segundo o erudito paraibano Irineu Joffily Cariris era o nome genérico de todos estes indios nordestinos.

Já o holandês Herkman falando da Paraiba referira-se aos cariris, como a uma raça numerosa, dividida em diversas nações: Cariris propriamente ditos cujo rei se chamava *Kerioukeiou; Cariryvasys* cujo monarca era Karú-Potó; Cariryjous e Tarairys e Janduy vinha a ser o soberano de uma parte destes indios e Cara-cará o de outra. Habitavam eles uma região alta muito fria, a Borborema por vezes a pouco mais de uma centena de quilómetros do litoral.

A penetração da conquista branca na Paraíba foi realizada muito lentamente devido a resistencia dos selvagens.

Até o terceiro quartel do século XVIII os currais, as fazendas em terrenos de gados quando muito se distanciaram da costa uns oitenta quilómetros atingindo o Pilar, á margem do Paraíba, Araçagí e Itaipú.

É desconhecida a origem, a etimologia da palavra *cariry* ou *kiriry*. Não passa de conjetura o que sobre ella disse Batista Caetano.

Os indios do planalto da Borborema foram mais tarde chamados pelos portugueses *Carirys-velhos,* talvez por conhecidos e catequizados antes dos *Carirys-novos,* habitantes em

territorio do Ceará. Compreendiam varias tribus, das quais a dos *Sucurís* passava por ser das mais avultadas.

Ocupavam os sucurús todo o territorio hoje chamado Alagoa do Monteiro, S. João do Carirí até Teixeira, e a serra de Oroba em Cimbres, Pernambuco. O centro dos seus dominios era o rio *Sucurú*.

Aos Cariris propriamente ditos, tambem chamavam Bultrins como se lê em velhos documentos de terras.

Ocupavam terrenos hoje em Campina Grande principalmente na serra do Bodopitá até a dos Cariris.

Os Ariús, os Aréas e Pegas eram ribeirinhos dos Pinhára Sabugí e alto Piranhas.

Os Icos, cearenses tambem viviam na Paraíba no vale do rio do Peixe. Pensa Joffily que Piancó fosse talvez o nome da tribu habitante da ribeira deste nome.

Localizaram-se os paiacús e talvez caicós, na fronteira com o Rio Grande do Norte, desde a serra de Cuité, até o Apodí. Os Paiacús possivelmente confinavam com o Ceará.

Supõe que os Cariris designados pelos nomes de seus morubixabas ou reis-Janduís e Caracarás — habitavam entre os rios Curimatá e Trairí; e é talvez do nome desse segundo rio que se derivasse o de Traririon que lemos em Herckman.

Havia ainda os Canindés cujo territorio até hoje é indeterminado.

Convem em todo o caso lembrar que ás designações de todos os indios muita cousa corresponde de conjetural.

Documentos ha que se referem aos *tapuyos Pegas* cuja resistencia aos bandeirantes foi aturada e a palavra não é carirí nem tupí parecendo mais portuguesa.

Ignora Joffily cuja erudição é tão segura se se trataria de tribu distinta, ou se o nome foi dado pelos portugueses ás nações que se levantaram contra o dominio branco além das fraldas ocidentais da Borborema. Pombal principiou como aldeia de indios Pegas e desta tribu se formou outra aldeia no Rio Grande do Norte.

Pensa o douto autor que tanto conhecia as cousas de sua terra que o exame de toponimia paraibana é excelente guia para a delimitação da fronteira, entre os indios de lingua geral e os cariris.

Páo, Brusurá, Cayraré, Bodopitá, Puxinana, Bodocongó Quixeré, Quixody, etc. são nomes cariris, segundo se depreende da gramatica do padre Mamiani.

É verdade que surge desconcertantemente um ou outro topónimo de lingua tupí, como Catunité, pico da serra de Bodocongó. Mas a palavra poderia ter variado de pronuncia, ser a corruptela de um vocabulo cariri.

Os indigenas da Paraíba afirma Joffily viviam na idade da pedra polida; os tupís eram pescadores, os cariris viviam da caça que era abundantissima, nas imensas matas dos brejos e serras, nos vastos taboleiros e varzeas dos sertões.

Os documentos de sua industria, os machados de silex, as peças de ceramica os tecidos são uma prova de que suas habilidades industriaes já haviam passado o periodo dos primeiros rudimentos

Os Cariris população meã de individuos robustos de côr acobreada, nariz grosso, rosto redondo e cabeça chata forneceu este tipo da maioria atual dos sertanejos da Paraíba, Rio Grande e Ceará.

O cabelo tinham-no preto, grosso e aspero, pendente sobre o pescoço; mas para diante curto, não passando das orelhas. Andavam nús, menos nas ocasiões festivas ou quando em guerra. Aí se revestiam de penas geralmente de araras, e outros psitacideos.

Como religião professavam uma especie de culto ao espírito do mal; e de que eram sacerdotes *pagés* ou *caranybas,* tidos em grande veneração. Muito obedientes se mostravam aos chefes, cujo distintivo estava no cabelo, cortado em corôa e nas unhas compridas dos polegares, costumes deles privativos.

Muito velozes no correr venciam, segundo se diz, um cavalo a galope. Armados habitualmente de arcos e setas usavam ainda uma especie de espada de madeira rija, de dous gu-

mes, azagaias, machados de pedra de compridos cabos. Não trepidavam em afrontar a ira dos mais possantes touros e rezes alçadas, matando-as.

Afirma Herckman que suas mulheres eram de rosto muito bonito e que as crianças entre eles nasciam tão precoces e vivazes que começavam a andar quando tinham nove ou dez semanas apenas! Nesta idade os pais as lançavam á agua para aprenderem a nadar, exercicio que todos faziam com perfeição.

Atingiam geralmente muito avançada idade. A 150, 160 até 200 anos! Não podendo mais andar, eram carregados em redes. Reinava entre eles o maior respeito aos anciãos.

Parece que o escritor mais antigo que trata dos Indios Cariris, pelo seu nome, é Fernão Cardim no *Tratado dos Indios do Brasil*, escrito em 1584.

Muitas noticias sobre os Cariris encontram-se no século XVII, nos escritos de Herckman e Rouloux Baro. Jacob Raabi, com eles conviveu bastante e sobre eles escreveu como se evidencia de um extrato de Marcgraf. Por volta de 1650 o jesuita João de Barros aldeou alguns dos mais próximos da Baía; os carmelitas francezes aldearam ou

Referindo-se aos cariris lembrou Capistrano de Abreu: que Martius em seus *Beiträge* localizou-os entre o rio S. Francisco e o Curú ou Acaracú no Ceará.

Depois de a seu respeito dizer muita cousa acertada enganou-se dando os Cariris embrenhados em serras e só indo ao litoral como que forçados, asserção inexata. Nega que usassem de massas nas guerras, como depõe Elias Herckman, que com eles largamente vivem. E isto não é verdade.

Colocou Martius os Cariris no grupo Guck, o que aliás denegou Batista Caetano.

Provou von den Steinen peremptoriamente que os Caraíbas nada tinham de comum com os Tupís como pensavam d'Orbigny, Martius e Batista Caetano.

Reconheceu-se outro grupo, a que se deu o nome de *Nu-Aruak*. Latham já em 1850 o presentira.

"A constituição do grupo Nu-Aruak, afirma Capistrano, dissolve o grupo Guch ou Côco de Martins, e ergueu-se portanto, a questão dos Cariris".

O ilustre explorador confessa que não a resolveu, mau grado os enormes esforços para a elucidação deste caso entrincado.

Documentos alguns deles já conhecidos de Martius, continua Capistrano, se não esclarecem o caso do grupo dos Cariris, ministram pormenores valiosos.

Vinham da parte do Norte como abona o testemunho seguro do catecismo de Frei Bernardo de Nantes.

"Dividiam-se em dois grupos principais; Dzabucua e Kippea, aqueles habitantes do rio S. Francisco e daí por diante até o Ceará, talvez até o litoral de Piauí, si, como parece provavel, pertenciam a eles os Tremembés, de que tanto nos falam os cronistas do Maranhão estes habitantes da Baía os primeiros vulgarmente chamados Cariris, os segundos Kiriris.

Ocupavam o litoral da Baía antes que a ele chegassem os Tupininquins, como Batista Caetano parece ter vislumbrado ao explicar a palavra *Quirimure*, topónimo, antigo de Todos os Santos, antes do descobrimento.

Afirma Gabriel Soares de Souza aliás que a Baía era povoada por Tapuias, quando chegaram os Tupininquins que os enxotaram para o hinterland.

Os Tupinambás por sua vez repeliram os Tupininquins ou Tupinaés. "Um dos galhos dos Tupinambás, apertado entre os Tupininquins e os Tapuias, transpoz o rio S. Francisco e ficou se chamando Amoipiras. Ora, sabendo-se que os Amoipiras habitavam no S. Francisco entre as fronteiras da Baía e Pernambuco, estendendo-se até o Piauí e procurando se saber quais eram os Tapuias que habitavam nesta secção, vemos que eram os Cariris ou antes Kiriris, como os chamavam na Baía. Nada o prova melhor do que as aldeias fundadas depois de 1650 pelo padre João de Barros, que foram as de Canabrava, Saco dos Morcegos, Natuba e Jurú, como diz Hervas (catalogo de las lenguas, Madrid 1800, I, p. 153)".

Parece certo que ao norte da Baía deu-se o mesmo. No litoral da Paraíba a descrição de Elias Erckman mostra como os cariris surgem a cada instante no litoral; afirma ter sido costume deles descerem todo o ano á costa na estação do cajú, de Novembro a Janeiro.

No litoral do Ceará com certeza ainda existiam ao descobrir-se o Brasil. Gabriel Soares em 1587 dá como limites entre os Tapuias e os Potiguares o rio Jaguaribe. Os Tremembés eram provavelmente Cariris.

Deles diz Martius que não apreciavam o litoral o que é falso. Nele ficaram enquanto aí se poderam sustentar.

Além do arco e flecha, empregavam uma arma de arremeço descrita pelo *Dialogo das Grandezas do Brasil.*

Diz aquele, que a estes indios não chama Cariris, mas simplesmente Tapuias: "a sua frecha é o seu verdadeiro arado e enchada, a qual tambem não usam juntamente com o arco como faz o demais gentio, porque com ella tomada sobre mão, com a encaixarem em uns canudos que no dedo trazem, fazem tiros tão certeiros e com tanta força que causa espanto, de modo que quasi nunca se lhe vae a caça a que lançam a flecha por esta via".

E o autor batavo afirma:

"Usam tambem do arco e setas e geralmente de azagaias, com que pódem fazer muito damno entre os seus inimigos, porquanto lançam-nos com muito acerto. Para isto servem-se de madeiras leves, que em comprimento fazem iguaes á metade das azagaias; abrem em ditas madeiras um rego onde collocam as azagaias e as atiram com tal velocidade que não encontrando nem um osso atravessam o corpo de um homem nú. Usam ainda de pequenos machados de mão com uns cabos compridos, como arma contra seus inimigos".

Martius contestando o *Dialogo das grandezas do Brasil;* atribuiu aos tapuias agricultura adeantada o que parece não ser exato.

"Estes Tapuyas vivem no sertão e não tem aldeias nem casas ordenadas para viverem nellas e nem mesmo plantam

mantimentos para sua sustentação, porque todos vivem pelos campos de mel que colhem das arvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça que tomam em grande abundancia pela flecha se sustentam e para isto guardam esta ordem; vão todos juntamente em cabilda assentar seus ranchos na parte que melhor parece, alevantando para isso algumas choupanas de pouca importancia e dahi vão buscar o mel e caça por roda, por distancia de duas ou tres leguas. E enquanto acham esta comedia, não desamparam o sitio, mas tanto que ella lhes vae faltando logo se mudam para outra parte, aonde fazem o mesmo; e desta maneira vão continuando com sua vivenda sempre no campo, com mudar sitios, sem se cansarem em lavrar e cultivar a terra".

Herckman categoricamente afiança "Levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres".

A estes testemunhos opõe Capistrano restrições. Os Cariris deviam ter alguma agricultura, inferior á dos Tupís; suas redes eram de algodão e o fumo ocupava lugar importante em suas observações culturaes tão importantes que Badzé era ao mesmo tempo o nome da herva e de um dos seus deuses.

Provavelmente quem se aproxima da verdade é Gabriel Soares que a proposito dos Maracás, diz parecem pertencer ao grupo cariri. "São estes Tapuias muito folgazões e não trabalham nas roças como os Tupinambás nem plantam mandioca, nem comem sinão legumes, que as mulheres plantam, e grangeam em terras sem mato grande a que poem o fogo para fazerem suas sementeiras; os homens occupam-se em caçar a que são muito afeiçoados".

Pintavam-se os cariris de urucú e genipapo, usavam batoques no labio inferior e nos lóbulos das orelhas.

"Tinham redes e sabiam nadar o que os destaca absolutamente do grupo Gé. No parto, as mulheres eram sujeitas a um jejum violento, o que os destaca dos Tupís. Andavam nús, mas os homens serviam-se de um atilho e as mulheres de folhas de árvores."

Em 1918 novamente escrevia Capistrano sobre os Cariris:

"Primeiros habitantes da grande extensão do littoral onde ainda os portuguezes os encontraram em parte do Maranhão e do Ceará, e á esquerda do Baixo S. Francisco, alhures repellidos para o sertão antes da chegada de europeus.

Começaram pelo menos no Paraguassú e chegaram talvez ao Itapicurú no Maranhão. Parecem de todo extinctos e não ter tido representantes fóra do Brasil (Prolegomenos ao livro 1, 10 de Frei V. do Salvador).

De todos estes tapúias que tanto trabalho deram ás armas dos luso brasileiros os mais célebres de todos talvez hajam sido os janduins ou jandoís tão repetidamente citados pelos cronistas como terriveis e ferozes adversarios dos conquistadores. Ocuparam sobretudo a faixa de terra limitada pelo Assú e o Jaguaribe até a parte central de Pernambuco."

E Pedro Carrilho segundo um manuscrito contemporaneo divulgado por Vicente Lemos relatava quanto estes indios sobretudo os da tribu dos janduins eram fortes, belicosos e antropófagos.

Resistentes e robustos eram admiraveis corredores e nadadores, insensiveis ás intemperies, capazes de enormes jornadas a carregar grandes cargas; mostravam-se inimigos realmente temerosos.

E como se desfigurassem por meio de gilvazes e tatuagens seu aspecto horrendo incutia verdadeiro terror, aos vizinhos brancos.

A estes terriveis indios eram os paulistas chamados a bater para que cessasse a opressão dos povos das capitanias do Nordeste a cada passo espavoridos com as correrias de tão crueis e temiveis vizinhos.

CAPITULO I

PRODROMOS DA "GUERRA DOS BARBAROS".

No Arquivo de Marinha e Ultramar um documento do maior relevo se encontra para a historia das lutas contra os indios do Nordeste — E' a "carta de Sua Magestade acerca dos Barbaros da Capitania e Certão da Paraiba e guerra que se pretende fazer-lhes." Expedida de Lisboa e a nove de janeiro de 1662, pela rainha D. Luiza de Gusmão, regente em nome de seu filho D. Afonso VI, ao Governador Geral do Brasil Francisco Barreto, traz importantes novidades para o estudo do nosso escopo.

O capitão mór da Paraíba Matias de Albuquerque Maranhão (1661-1663) escrevera á Regente contando-lhe "como os Indios Barbaros Janduis residentes no districto e certão da capitania estavam rebellados e declarados inimigos".

Haviam matado diversos colonos do Rio Grande do Norte e cada vez mais ameaçadores se mostravam.

"Tem causado tanto receio, diz a Carta Regia, que os brancos tratão de fazer suas casas fortes em que se possão defender dos repentinos assaltos que aquelles Barbaros costumão dar."

As causas motivadoras destas agressões provinham de violencias sofridas pelos indios. Queixavam-se de João Fernandes Vieira sob cujo governo na Paraíba (1655-1657) haviam sido muito mal tratados. A ferros tinha Vieira mandado por os dois filhos do maioral janduí mais prestigioso. E logo depois prendera quatro outros tapuias e os remetera a Lisboa enviando-os ao Rei.

Espalhava-se a noticia de que pretendia proceder do mesmo modo com muitos dos principaes caciques. Dahí o alvoroto dos indios.

A' vista da gravidade da situação que lhe era exposta entendeu a Rainha fazer com que tão rudes adversarios "se extinguissem de uma vez".

Varios topicos do documento regio são o reconhecimento do valor dos tapuias-nordestinos: valorosos como eram, facil seria se convertessem em "outros novos Araucanos como os das Indias de Castella".

Diposndo de farta cavalhada e discipulos dos holandeses mais perigosos se tornavam ainda.

Pensou Matias em ataca-los pelo lado de leste. Seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, capitão mor do Ceara (1660-1663) os agrediria da parte do norte. Tinha "sob sua obediencia outras nações de barbaros contrarios aos janduins. "Dando-lhes pelas espaldas não poderão estes escapar nem ter retirada".

A seu ver tudo se faria com pequeno sacrificio da fazenda real. Achava a Rainha o assunto relevante. E recomendara-lhe o estudo detido ao Governador Geral.

Nada ou quasi nada então se fez.

Tanto o capitão mór paraíbano quanto o do Ceará dispunham de insuficientes recursos para enfrentar aquele adversario temivel. Tres decadas mais tarde exigia ele para a sua submissão, muito penosos sacrificios e esforços das armas e cofres reaes. Sua redução definitiva se deveu á ação prolongada das bandeiras paulistas."

A' colonização da Paraiba e á penetração do hinterland da capitania imenso atrazou a invasão holandesa.

Os Cariris como vimos tinham as suas avançadas a menos de cem quilometros da costa aldeiando-se no Pilar onde os doutrinavam missionarios capuchinhos.

A segunda aldeia dos Cariris foi fundada no seu proprio territorio, dando-se-lhe o nome de Campina Grande. Serviu de nucleo á segunda cidade paraíbana de hoje.

A fundação de Campina Grande, no dizer dos historiadores da Paraíba exerceu grande importancia para o apossamento dos sertões.

Animaram-se os exploradores a afrontar as terras desconhecidas do oeste.

Duas grandes bandeiras a cuja organização muito auxiliara o governo da capitania internaram-se no sertão.

A uma comandava o capitão-mór Teodosio de Oliveira Ledo.

Do Pilar seguiu, segundo parece, acompanhando o rio Paraiba até o *boqueirão* do Carnoio. Aí constituiu acampamento onde se demorou largamente.

E' provavel que já em pleno sertão houvesse Oliveira Ledo tido necessidade de repelir os assaltos dos cariris, principalmente além de Natúba, onde o Paraíba atravessa gargantas. Fez provavelmente prisioneiros, o fito principal de uma *entrada* como a sua.

Proseguindo atingiu o capitão mór a confluencia do Paraíba com o Taperoá e seguiu pelo vale deste em direção ao Norte. Entre o riachão Timbaúba e o de Santa Clara encontrou os Cariris, (provavelmente Sucurús) a lhe embargar o passo.

Uma carta de sesmaria refere que aí se travou rija peleja, dizendo-se que os Tapuías foram derrotados e soffreram grandes perdas.

A bandeira avançou sempre, desceu a Borborema do lado do Poente, e atingiu o Piranhas.

Ignora-se o ano em que tais fatos se deram, assim como o itinerario da segunda bandeira, dirigida pelo capitão-mór Luiz Soares. Supõe Joffily haja tomado rumo do Norte.

Já em 1697 Oliveira Ledo era capitão-mór das Piranhas e Piancó, como se sabe da documentação divulgada.

Atribue Joffly aliás a Teodosio de Oliveira Ledo atuação exagerada na obra da conquista do hinterland paraíbano.

Coriolano de Medeiros examinando documentação mais extensa entende que tais louvores são exagerados. Foi Teodosio precedido por outros homens de sua familia. (Cf. *Revista do Instituto Historico Parahybano* 2,18).

Depois de referir que se ignora a procedencia exata da familia dos Ledo inclina-se o erudito paraíbano a acreditar que ela haja transmigrado da Bahia para a Paraíba.

Tres parecem ter sido os troncos principaes na Paraíba do Norte destes Oliveira Custodio de Oliveira Ledo, Pascacio de Oliveira Ledo e Antonio de Oliveira Ledo

O mais notavel destes Ledos ao ver de Medeiros, foi indubitavelmente Teodosio. Mas o seu patriarca Antonio de Oliveira Ledo, o velho, veio a ser o primeiro occupante do sertão paraíbano.

O Antonio de Oliveira, de Martim de Nantes, o português fundador de aldeia, de Boqueirão deve ser certamente Antonio de Oliveira Ledo, a maior figura do sertanismo do nordeste, até se encetar a *Guerra dos Barbaros* em 1682.

CAPITULO II

O APARECIMENTO DOS BANDEIRANTES DE S. PAULO NOS SERTÕES DO NORDESTE

Foi o São Francisco a grande via de penetração das bandeiras paulistas para a devassa e o apossamento dos sertões do nordeste brasileiro.

As expedições de Domingos Barbosa Calheiros, Baião e Arzão em territorio baiano, produziram as grandes operações do mesmo genero, mas de muito mais notavel vulto como as de Domingos Jorge Velho, no Piauhí e Baía, todo o Nordeste e afinal em Palmares, Matias Cardoso de Almeida sobretudo na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, Manuel Alvares de Morais Navarro, na mesma região, Antonio Gonçalves Figueira no Ceará. Francisco Dias de Siqueira no Maranhão para só falarmos dos principais cabos de tropa.

Domingos Jorge Velho, já desde 1663 se apossara das terras do Piauí, declara-o insofismavelmente, ao nosso ver, o documento capital descoberto e divulgado por Pereira da Costa em sua conhecida memoria.

Nos primeiros anos da conquista do sertão paraíbano entende Coriolano de Medeiros que a atuação das bandeiras de S. Paulo foi insignificante.

Os unicos fatores de colonização foram os bandeirantes baíanos, pernambucanos, e, por fim os proprios paraíbanos descendentes desses primitivos conquistadores. "Os paulistas visitaram apenas a Paraíba; e de facto ela não tinha grandes encantos a oferecer-lhes, tinha apenas as secas para moderar-lhes a cobiça"!

Referindo-se ao desbravador do Piauí acrescenta:

"Dos típos, na historia da conquista do sertão paraíbano nenhum mereceu maior atenção dos escriptores patricios do que o paulista Domingos Jorge. Era apontado como o primeiro individuo civilisado que pisara no Piancó, dizendo-se, em virtude de uma informação de Rocha Pita, que ele tinha ali fazendas de gado e até formava numeroso grupo colonial.

Assim o acreditou Irineu Joffely e assim o afirmou Maximiano Machado."

Contestando a Rocha Pita que declara ter o grande bandeirante tido estancia no Piancó aponta Medeiros o fato de não aparecer o nome no conjunto das sesmarias da Paraíba argumento negativo da presença do expugnador de Palmares no alto sertão nordestino.

Não procede o argumento. Não aparece o nome de Domingos Jorge Velho no conjunto das sesmarias do proprio Piauí!

A distancia entre o Parnaíba e o Piancó nada era para os bandeirantes de S. Paulo; seiscentos e poucos quilometros em linha réta. Ora, quem ignora quanto eles se deslocavam com pasmosa facilidade? Mandou Matias da Cunha, em 1688, um proprio a Matías Cardoso, acampado em Remanso á margem do S. Francisco. Ali chegando soube o estafeta que o chefe bandeirante fôra a S. Paulo devendo ali voltar logo!

Se Domingos Jorge Velho deixou o Piauí para ir a S. Paulo buscar elementos para a investida aos Palmares, em 1688, empreza que precisou adiar, obedecendo a uma ordem do Governo Geral de combater os tapuias do Nordeste.

Cremos aliás que Domingos Jorge Velho esteve no Piancó, apenas para fins militares.

Marchou e contramarchou no vale do Assú quer no baixo Piranhas quer no curso superior do rio comum á Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Seja como fôr, assiste-lhe a maior preeminencia na historia da conquista do alto sertão paraíbano".

Escreveu Joffily (que aliás ignorava o documento de Pereira da Costa dando a primazia da conquista do Piauí a Domingos Jorge Velho.):

"Em 1674, Domingos Jorge e Domingos Affonso Mafrense já tinham descoberto e invadido o Piauy, transpondo a Serra dos Dous Irmãos, Mafrense lá ficou fundando fazendas que as possuio até fallecer; Domingos Jorge, porém, não se demorou.

Não teria de volta ás margens do S. Francisco tomado depois a direcção da Parahyba, descobrindo a ribeira do Piancó?"

Comenta o erudito paraíbano:

"Foi o dominio dos paulistas duradouro não sómente no Piancó, como tambem em grande parte da ribeira de Piranhas".

Esclarecendo fatos da biografia de Domingos Jorge comenta Basilio de Magalhães:

"João Brigido, em seu "Resumo cronologico para a historia do Ceará pags. 31) tambem assevera: "A tradição colloca entre 1673 e 1678 o começo do povoamento das regiões do Araripe pela familia Mendes Lobato Lyra, já tendo sido o paiz anteriormente explorado por bandeirantes da Casa chamada da Torre, da Bahia, que possuia muitas terras no Rio S. Francisco, onde criava gados. "E logo adeante (a pags. 33) consigna que em 1688 foi concedida "ao coronel Francisco Dias Avila (sic por "D'Avila") e mais quatro socios uma sesmaria de 10 leguas de comprimento no rio Jaguaribe."

Duvída Basilio de Magalhães da veracidade de uma afirmativa do Padre Heliodoro Pires de que Domingos Jor-

ge haja sido grande amigo dos Ledos e precisa a data da fundação do Piancó (1675).

E para tanto se firma em preciso documento, por ele descoberto no Arquivo Nacional, a patente passada a 28 de março de 1705 a Manoel Gonçalves Ferreira capitão-mór da capitania de Itanhaen.

Expende o R. P. Helidoro Pires:

"Como se explica que morando tão perto do Piauhy, no Sobrado não foi Domingos Jorge Velho o descobridor dos sertões daquelle Estado e sim Domingos Affonso?"

Logo depois acrescenta outro comentario verdadeiramente infeliz: "Hoje não se póde mais por em duvida a viagem (sic) de Domingos Jorge Velho ao Paiauhy".

Á vista da documentação moderna não podemos atribuir valor aos conceitos seguintes do mesmo autor nordestino:

"Em fins de 1673 passaram Francisco Dias d'Avila e Domingos Sertão com grande caravana ou bandeira, ao norte da Serra Sobrado, demandando o Piauhy. E Domingos Jorge, em sua fazenda Sobrado, não deixava de pensar nos sertões parahybanos de onde os apaniguados lhe haviam trazido tão boas noticias sobre a fertilidade da terra.

Dahí a algum tempo (1673--1674) Domingos Jorge Velho recebia em sua fazenda um recado, ou melhor um convite ou offerta de Domingos Sertão e Francisco d'Avila. A entrada dos descobridores e primeiros conquistadores do Piauhy, não podia avançar em vista da opposição tenaz, e da ferocidade dos Indios Pimenteiras. Era preciso vencel-os primeiramente. Domingos ajudaria na luta contra os indigenas e receberia largo quinhão de terra. Sorria-lhe a fortuna. Partiu para o Piauhy. Iria acalentando o seu sonho de ser mais tarde o dominador do rio Piranhas?"

Sem duvida alguma.

Estabelece o R. P. Pires a seguinte conclusão para nós auspiciosa.

"Domingos Affonso foi, portanto, um dos descobridores do Piauhy e Domingos Jorge Velho pertence ao numero dos primeiros occupadores dos sertões do mesmo Estado".

Merece mais atenção outra hipotese do mesmo escritor nordestino:

"Domingos Jorge Velho, depois de vencer os Pimenteiras, recebeu uma rica partilha de largos trechos de terrenos; deixou gentes para organizar e povoar as fazendas; e entrou pelo Ceará, "talvez quando o seu homonymo não precisasse mais de seus serviços" e segundo Coriolano de Medeiros levava o bandeirante grande copia de indios escravisados.

Estes indios com os mamelucos que acompanhavam sempre Domingos Jorge Velho e provavelmente mais algum armamento e tropa que o Mafrense e Francisco d'Avila tinham apparelhado para enfrentar os Icós no Ceará e os indigenas do Rio Piranhas."

Comenta Basilio de Magalhães:

Da importante peça historica aduzida (a patente de Manuel Gonçalves Ferreira, deduz-se que o mestre de campo Domingos Jorge Velho de quem o sobredito Manuel Gonçalves Ferreira foi auxiliar em tal expedição, e tendo estado primeiramente no rio das Piranhas, andou pelo menos durante tres annos e meio, e isto presumivelmente antes de 1684 fazendo guerra ao gentio barbaro que hostilisava os moradores do sertão ocidental da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Com efeito o rio das Piranhas, que nasce a Sudoeste da serra do Bongá, na curva occidental da Paraíba, percorre 200 kms. de territorio paraibano antes de entrar no Rio Grande do Norte, onde logo recebe o Seridó e perde o nome primitivo, tomando o de Assú. Assim a expressão "quando veyo das Piranhas" demonstra que Domingos Jorge Velho já antes de 1685 estanciava na região do extremo Oeste da Paraíba.

E, como o Piancó é um affluente do rio das Piranhas parece ficar bem patente a possibilidade de haver o bandei-

rante paulista ocupado aquele ponto, do qual mais tarde poude ele partir com 1.300 arcos para a empreza dos Palmares.

Outro argumento que vem corroborar tal presunção é o que nos fornecem as denominações dos sevicolas, a que Domingos Jorge Velho fez então montaria, conforme o documento acima reproduzido. Segundo o "Dicionario Corografico do Estado de Paraíba" Pags. 39 e 10 de Coriolano de Medeiros tanto os Icós quanto os Sucurís habitavam territorios paraíbanos e precisamente á ourela ocidental destes porquanto aqueles, "selvagens da nação cariry, occupavam o rio do Peixe e adjacencia dos limites das capitanias de Parahyba o planalto da Borborema, na zona occupada hoje pelos municipios de Alagoas do Monteiro, parte dos de São João do Cariry e Teixeira e parte do sertão de Pernambuco"

O documento descoberto por Basilio de Magalhães deve referir-se ao periodo de 1687 em diante e não ao milesimo de 1684 como supõe o douto historiador.

CAPITULO III

PRIMORDIOS DA GUERRA DOS BARBAROS. A CONFEDERAÇÃO DOS CARIRÍS. REVOLTA GERAL DOS INDIOS DO SERTÃO DO RIO GRANDE DO NORTE. CAMPANHAS DE ALBUQUERQUE CAMARA E ABREU SOARES. RECORRE O GOVERNO GERAL Á CAMARA DE S. PAULO. APELO AOS DOUS MESTRES DE CAMPO DOMINGOS JORGE VELHO E MATHIAS CARDOSO.

Esmagados os guerens retiraram-se, para a Costa, os ilustres cabos de tropa, seus vencedores Estevam Ribeiro Baião Parente, Braz Rodrigues de Arzão e o filho de Estevam o depois tão celebrado João Amaro Maciel Parente. Voltaria este a exercer a atividade bandeiristica no antigo teatro de suas façanhas o vale do Paraguassú.

As campanhas de Domingos Rodrigues de Carvalho, o valoroso lugar tenente de Francisco Dias de Avila, de 1674 a 1675, haviam consolidado a situação da conquista branca numa e noutra margem do São Francisco, sobretudo depois do destroço infligido aos selvicolas na região de Salitre.

A bandeira paulista vinda pelo S. Francisco, em 1677, para combater os terriveis aniós e comandada pelos irmãos

Bernardo e Domingos de Freitas Azevedo havia tido serias revezes. Morto um de seus cabos, outro paulista, Francisco de Chaves Leme, pedira á Junta Trina de governadores geraes provisorios do Brasil que lhe concedesse poder aldeiar as nações barbaras das nascentes do Paraguassú. Não tardaria que se agravasse imenso a pugna entre os brancos e os autoctonos que, agora coligados, defendiam bravamente o territorio de seus pais.

Formara-se a famosa Confederação dos Cariris, até agora mal estudada, mas hoje já muito esclarecida pelas pesquizas de Studart, Borges de Barros, Vicente de Lemos, Tavares de Líra, Basilio de Magalhães, Irineu Ferreira Pinto e ultimamente resumida do modo brilhante por Garcia nos seus esplendidos comentarios á Historia Geral de Varnhagem.

Percorrendo a documentação baiana entende Borges de Barros que de tal confederação fizeram parte as seguintes tribus: sucurús, paiacús, icós, icosinhos, bulbuis, ariús, areas pegas, caracás, canindés· coremas, caracarás, bruxarás, indios estes de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Os brancos por sua vez combatendo-os, com os seus proprios irmão· mobilisaram contra eles tropas de mongruzes, guapurús, tocarubas, paraciconhas, baíbés, carimbés, tamanquizes e procazes.

As primeiras hostilidades arrebentaram no Rio Grande do Norte. O capitão mór Manuel Muniz, (1682-1685) ao passar o governo denunciava ao Governo Geral do Brasil, que o inquietava bastante a atitude irriquieta, senão mesmo muito hostil, dos indios de sua capitania. E isto quando esta se achava desguarnecida de tropa e sem elementos belicos de valia. Assim por exemplo o principal baluarte local o forte dos Tres Reis Magos estava semi desmantelado.

Na patente passada pelo Governador Geral, Antonio de Souza de Menezes· o *Braço de Prata,* a Manuel Nogueira Ferreira, entre 1682 a 1682, alude-se a diversos sucesos sérios ocorridos entre brancos e peles vermelhas.

Havia umas nações tapuías que causavam imenso dano aos rebanhos dos colonos matando não só animais como seus escravos.

Já haviam até massacrado diversas pessoas brancas.

Havia sobretudo duas tribus sobremodo ferozes. Nogueira Ferreira capitaneando indios amigos queria combater estes barbaros.

Parece fóra de duvida que se deve milisimar de ... 1683 o inicio da longa *Guerra dos Barbaros,* como foi chamada a maior pugna talvez, havido no Brasil, sem solução de continuidade, entre brancos e indios.

Dos primeiros tempos dessa campanha pouco se sabe. De 1687 em diante assume ela aspectos de grande gravidade.

Era Governador Geral o velho Matías da Cunha a quem recorreram os colonos do Ceará contra as ameaças terriveis dos gentios de seus sertões que haviam em sua furia devastadora, atingido as cercanias da Fortaleza em correrias gravissimas.

Ao mesmo tempo os selvicolas do Rio Grande do Norte rebelavam-se. A 23 de fevereiro de 1687 dirigia-se o Senado da Camara de Natal, ao Governador de Pernambuco, pedindo-lhe intsantes socorros. Já os tapuías do sertão do Assú haviam morto para cima de cem colonos! Dentro em breve ameaçariam a capital da capitania!

O bravo capitão mór Manuel de Abreu Soares, com forças exiguas aliás, partira para o Assú afim de ver se conseguia deter aqueles terriveis inimigos que, em sua fereza, não poupavam velhos, mulheres e até crianças.

Já a 17 de junho de 1687 ordenava Matías da Cunha a João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco que acudisse ao Rio Grande do Norte com toda a força e brevidade possivel. As mesmas ordens expediram-se ao capitão mór da Paraíba. Amaro Velho de Cerqueira, a quem o Governador Geral acenava com a possivel conflagração de sua capitania.

Tão assustados os rio-grandenses que até despachara a Camara de Natal uma missão especial ao Governador Geral a lhe relatar a gravidade da situação.

Por enquanto os barbaros dominavam o oeste da Capitania, os vales do Apodi e do Pinhas. Campos fortificados haviam sido ás pressas feito. Mas havia muito pouca gente para os defender e temia-se até a expugnação de Natal!

Partira o socorro comandado pelo coronel Antonio de Albuquerque da Camara, com gente de Pernambuco e Paraíba a dar combate aos indios mas esta coluna se movia muito vagarosamente.

Assim decorreram os ultimos mezes de 1687. No ano seguinte, mas só em maio! marchou, de Pernambuco para o Assú, o terço dos Henrique com o seu mestre de campo Jorge Luiz Soares.

Na Paraíba recebeu reforço de indios e africanos. Batia-se Albuquerque da Camara nas cabeceiras do Piranhas deixando o sargento mór a guardar a sua base na casa forte do Cuó, proximo do Assú. Fora este atacado e conseguira repelir o assalto mas não pudera socorrer o seu chefe que sofrera enorme revez. Forçado a entrincheirar-se vira-se, além de tudo, abandonado pelos indios aliados que levara em sua coluna.

Achava o Governador Geral tão seria a situação que tomara medidas extremas lançando bando de perdão a todos os foragidos, criminosos e degredados das capitanias de Pernambuco e Baía. Oferecia-lhes a anistia plena se acaso se incorporassem ás forças de Albuquerque Camara.

Em principios de 1688 avaliavam-se em 600 homens os soldados da resistencia branca. Com os resultados do bando avolumara-se muito este computo. Mas havia mil obices a vencer, sobretudo por parte dos oficiais da fazenda real. Não queriam de todo distrair dinheiro dos cofres régios para as despesas da guerra.

Souto Maior, detestavel governante no dizer de Rocha Pita, e detestado mostrava-se tardonho e desinteressado das

operações belicas. Opunha a inercia ás ordens de Matías da Cunha, tão incomodado com a situação que até falava em retirar cento e cincoenta homens da guarnição da Baía, para os reunir a 550 de Itamaracá, Paraíba e Pernambuco formando novo corpo aguerrido capaz de entrar em campanha.

Ao mesmo tempo resolvera mandar servir no teatro das operações o experimentado e bravo embora já muito idoso Manuel de Abreu Soares, homem de tão bela fé de oficio. Agiria autonomamente procurando socorrer a Albuquerque Camara. Partiu Soares sem detença de Natal para as margens do Piranhas acampando num lugar chamado Olho d'Agua e depois em Poço Verde onde construiu estacada.

Verificou *de visu* as devastações praticadas pelos tapuias e a muitas ossadas de cristãos deu sepultura.

Tudo achara queimado e destruido! A sua coluna constava de 120 soldados brancos da ordenança e um troço de indios do terço do Camarão.

Numa expedição ao Rio Salgado teve Abreu Soares grave refrega com os indios a quem matou e feriu muita gente, perdendo varios homens tambem.

Batido acolhera-se o gentio ao seu valhacouto do Carrasco e os brancos voltaram ao seu arraial.

No fim de quatro mezes sua situação ali ficara insustentavel, apezar do pequeno reforço recebido sob o comando do sargento mór Manuel da Silva Vieira.

Como fossem numerosas as deserções ficaram Soares e Vieira reduzidos a muito pouca gente.

Deixaram então o arraial refugiando-se em outra casa forte dele distante uma legua.

Percebendo sua fraqueza voltaram os tapuias á carga, incendiaram-lhes o arraial e com grande impeto tentaram expugnar o fortim. Foram repelidos mas depois de causarem diversas baixas aos sitiados.

Sofreram estes imenso, durante cinco mezes por falta de viveres.

Contemporaneamente expedia Matías da Cunha instruções aos dois mestres de campo paulistas Matías Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho, cujos serviços requisitára com a maior instancia.

Devia Matías abalar do S. Francicso com trezentos soldados brancos e indios. Mandar-lhe-ia armas e munições com abundancia e mais cem mil reis em dinheiro.

Domingos Jorge esse precisaria diferir a realisação de sua entrada contra os palmarenses, desde algum tempo projetada.

Agiriam independentemente um do outro, pelos sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará, fazendo ao mesmo tempo todas as entradas que julgassem proveitosas para castigar decisiva e clamorosamente os barbaros.

Tratassem comtudo de manter estreito contacto com Abreu Soares e Albuquerque Camara.

Lançava Matías ao mesmo tempo uma finta á Camara da Baía de trezentos mil reis, dos quaes duzentos seriam logo enviados ao Rio Grande do Norte.

E exigia este dinheiro em termos asperos, reclamando dos baíanos uma demonstração de solidariedade para com as populações assoladas do Nordeste.

A 10 de março de 1688 dirigia-se Matías da Cunha á Camara de S. Paulo pedindo que ela fizesse todo o esforço para conseguir que os bandeirantes de Piratininga viessem em socorro dos seus patricios setentrionais.

Eloquentemente lhe pintava a horrivel situação da capitania assolada. Em 1687 lá haviam morto os tapuias mais de cem civilizados e trinta mil cabeças de gado!

Batera-se Abulquerque da Camara com tres mil arcos e os moradores da capitania tão espavoridos se achavam que pensavam em exodo geral do territorio. Elogiando, e muito, o valor e a proficiencia dos paulistas assim lhe exprimia o Governador Geral:

"Considerando eu que só o grande valor e experiencia dos Paulistas poderão alli conseguir o mesmo fim, que com

tanta gloria alcançaram das nações que tyranizavam a Bahia; e que só o zelo com que Vossas Mercês servem a sua Magestade os poderá mover a esta guerra; me resolvi a dizer a V. Mercês e encommendar-lhe muito que supposto o particular serviço que fazem a sua Magestade e o interesse que lhes póde resultar dos prisioneiros, os persuadam Vossas Mercês a virem pelo Sertão áquella Empreza, para qual acharão as munições necessarias donde avisarem que as querem".

Mais não podia prometer a munificiencia regia.

Ao capitão mór das capitanias de S. Vicente, Thomaz Fernandes de Oliveira, pedia Matias ao mesmo tempo, que empenhasse todo o prestigio de sua autoridade para que a recruta paulista fosse a mais volumosa.

CAPITULO IV

ANUNCIOS DA VINDA DO SOCORRO DE S. PAULO. NO LUGAR ENTRADA EM CAMPANHA E OS TRIUNFOS DE DOMINGOS JORGE VELHO. CHEGADA DE MATIAS CARDOSO. PRIMEIRAS PROVIDENCIAS DO ARCEBISPO GOVERNADOR GERAL INTERINO

Avisava o Governador Geral, em carta de 14 de março de 1688, a Albuquerque da Camara, que mandaria reforçar as guarnições de Natal e Fortaleza. A primeira sobretudo estava reduzida a um minimo de homens. Sabia que ás praias cearenses iam ter piratas de varias nações e que estes corsarios abasteciam aos Barbaros de armas de fogo e munições.

Recomendava-lhe désse aos chefes militares em campanha, como santo e senha, que em combate não se fizesse quartel algum aos tapuias. A cobiça de os ter com escravos conduzia ao perigo de fugirem os prisioneiros e volver a tomar armas contras os portugueses.

Comunicava-lhe a boa noticia de que Domingos Jorge, e seu lugar tenente, comandantes de 600 homens, reunidos para atacar os Palmares, iam romper pelo sertão das campanhas do interior de Pernambuco, Paraíba Rio Grande e Ceará

tomando ao revés as nações indias que se diziam serem os aliados e sustentaculos principais dos janduins.

Deviam fazer junção estes paulistas com as forças dele Albuquerque da Camara cuja situação era grave mais do que a de Abreu Soares. Sua posição, estrategica como era, devia além de tudo ser mantida a custa de grandes sacrificios, tal a sua importancia.

Em seu socorro partira pequena coluna, organizada por seu irmão Pedro de Albuquerque da Camara.

Mas o capitão mór, Pascoal Gonçalves de Oliveira, Governador do Rio Grande do Norte, obrigara-o a ir socorrer a Abreu Soares motivo pelo qual ele, Matías da Cunha, a este repreendera fortemente dizendo-lhe que merecia ser asperamente castigado.

Tambem logo o substituia por Agostinho Cesar de Andrade. Afinal chegou a noticia da vinda dos paulistas ao Rio das Piranhas. E Matías da Cunha exprimia o seu grande jubilo e as esperanças alimentadas de em breve se dar a extinção dos Barbaros.

Ao Bispo de Olinda, um dos governadores interinos de Pernambuco, pela morte de Fernão Cabral, comentava o Governador Geral impressionado com a noticia dos ultimos revezes das armas reais. Irritado, emitia conceitos depreciativos sobre o valor dos pernambucanos.

Felizmente viera outra nova compensadora daqueles maus informes.

Obtivera Domingos Jorge Velho esplendida vitoria. Após quatro dias de peleja viva terminara o combate pelo desbarato completo dos tapuias. Haviam eles perdido bastante gente e fugido dispersos.

A falta de munições impedira porém que o triumfo dos paulistas fosse completo.

Verberava Matías de modo mais veemente o procedimento da tropa de Pernambuco. De 900 homens recrutados apenas não haviam desertado 200!

Agora tratava-se de organizar o corpo auxiliar que sob o comando de Abreu Soares iria operar em combinação com o mestre de campo paulista. Mandava dizer ao chefe da coluna que nesta guerra, legitima como nenhuma outra mais, os prisioneiros seriam escravos de seus apresadores.

Ordenava o Governador Geral, ao mesmo tempo, ao seu delegado no Rio Grande do Norte, que enviasse tudo quanto pudesse de armas, munições e mantimentos a Domingos Jorge Velho "pois o merecia tanto o seu valor como se devia ao seu perigo".

Matías Cardoso, este se movia com a sua tropa em direção ao teatro da campanha, mas, com as enormes distancias a vencer, ainda demoraria em entrar em ação.

Como o Provedor da Fazenda Real de Pernambuco categoricamente declarasse que os cofres da sua provedoria não poderiam custear as despesas da campanha contra os tapuias anunciou-lhe o Governador Geral que o seu governo supriria com dinheiro a penuria do erario pernambucano.

Escrevendo a Domingos Jorge Velho, a 13 de outubro de 1688, felicitava-o Matías da Cunha pelos primeiros triunfos alcançados sobre os barbaros, logo á entrada em campanha "tão digos da fama dos paulistas".

Recomendava-lhe a maior união de vistas com todos os chefes militares. "Nunca, na Europa haviam logrado boa fortuna os exercitos cujos postos maiores haviam andado desunidos".

Ao Capitão Mór do Rio Grande do Norte ordenara que puzesse todo o empenho em servi-lo.

E como Domingos Jorge lhe houvesse mandado pedir concedesse aos seus oficiaes patentes como as que haviam sido expedidas aos de Estevam Ribeiro Baião Parente noticiava-lhe que a elle Domingos Jorge concedia o soldo e as preeminencias de Mestre de Campo.

Desejando, de todos os modos, significar ao bandeirante a altissima conta em que o tinha, notificava-lhe que as nomeações solicitadas ele, mestre de campo, as faria.

"Vossa Mercê me pede lhe mande patentes de Capitães na infantaria para os seus Capitães a exemplo das que na guerra da Bahia com os Barbaros as tiveram e se concedeu neste Governo ao seu Governador Estevam Ribeiro Bayam Parente.

As patentes que a elle e aos mais oficiaes dos Paulistas se concederam foram sem soldo. Mas que Vossa Mercê entenda a estimação que faço da sua pessoa, e a grande opinião que tenho do seu valor e dos seus soldados, e que tenho mui presente a ação de deixar pela minha ordem a empreza dos Palmares, a que por tão asperos, e dilatados sertões, veiu destinado de S. Paulo, e marchar logo á essa guerra, lhe envio, com esta Patente do Governador de um Regimento que ordeno a Vossa Mercê forme de toda a sua gente me da mais que se lhe agregar, com o soldo, e preeminencias de Mestre de Campo; e para o Sargento maior, quatro capitães e dous Ajudantes do numero, as suas todas com os nomes em branco, para que Vossa Mercê lá os ponha, elegendo para estes postos os sujeitos mais benemeritos de os ocuparem".

Augurando novos e estrondosos triunfos ás armas do ilustre "calção de couro" expendia o Governador Geral;

"Espero que Vossa Mercê me repita novas de outros maiores sucessos, até finalmente me vir a ultima e mais gloriosa de se ter acabado a guerra, e ficarem totalmente extintos os Barbaros, como Vossa Mercê me promete, e os moradores dessa Capitania livres de suas insolencias como procuro, para que Vossa Mercê, e seus oficiaes e soldados tenham vitoriosos e interessados na presa dos vencidos, as honras e mercês que confiadamente devem esperar da grandeza de Sua Magestade a quem hei de dar conta. E Vossa Mercê m'o dê de tudo o que fôr sucedendo".

A Agostinho Cesar de Andrade avisava Matías da Cunha que ele, Agostinho, seria o comandante das diversas colunas em operações: a dos paulistas e as de Albuquerque da Camara e Abreu Soares.

A este ultimo escreveu o Governador Geral num tom assaz rispido. A lembrança dos serviços prestados pelo infeliz Cabo de tropa que agora, já octogenario, estava á testa de sua coluna, levava-o porém a desejar-lhe que os seus comandados compreendessem melhor os deveres de vassalos do rei de Portugal não desamparando o seu arraial semi-deserto.

Ao Bispo Governador interino de Pernambuco recomendava Matías da Cunha, ao mesmo tempo, que com o maior rigor averiguasse se era exato o que se afirmava, a saber: fôra o comandante de Fortaleza do Ceará quem aos tapuias abastecera de polvora e balas!

Era incrivel tal proceder. Mais verosimel outra versão; á procedencia destas armas justificava o contato que os tapuias tinham com os navios de piratas. Percorriam estes as costas do Rio Grande do Norte e subiam o rio Assú até o ponto em que deixava de ser navegavel, a partir de cincoenta quilometros da foz.

Mandou o Governador Geral expedir patente a Domingos Jorge Velho de "Governador da Gente da Conquista dos Barbaros do Rio Grande".

Descobriu Borges de Barros tal papel infelizmente bastante deteriorado no Arquivo da Baía em cuja revista (VI, 176) o divulgou.

Honrorissimos os termos pelos quaes se confere tão alta comissão.

"Porquanto o Cap. mór Domingos Jorge Velho me representou que para os capitães e oficiaes que se acham nas partes do Rio Grande poderem continuar aquella guerra e suportar as asperezas daquele sertão com maior animo, seria conveniente ao serviço de Sua Magestade honra-los em seu Real Nome com Patentes e soldo de Infanteria para exemplo das que se passarão aos cabos e oficiaes que de S. Paulo vierão aseme lhante guerra nesta Praça da Bahia, sendo ela de menor consequencia.

Respeitando eu o grande valor e experiencia do Gentio, Prudencia militar e mais qualidades que concorrem no dito

Capitão mór além da modestia com que sem falar em sua pessoa procura a honra de seus oficiaes e considerando o notavel serviço que fez a S. Magestade em deixar por minha ordem a empreza dos Mocambos dos Palmares para a qual se abalou por terra da Villa de S. Paulo com o numero de gente branca e de indios que entendeu ser bastante, a conquistal-os, havendo resistido varias vezes aos soldados de Pernambuco, tolerando nas jornadas em que gastou quasi dez mezes de grandes esterilidades e falta de sustento e aguas, no que mostrou melhor a constancia com que os venceu até chegar ás vizinhanças dos ditos Palmares.

E sem reparar no interesse da dita empreza marchou logo que recebeu o meu avizo para a guerra dos Barbaros Janduis, e outras naçoens confederadas que com diversas mortes roubos e insolencias tinhão reduzido aquella Capitania a perigo de seu moradores desamparalla, sem lho impedirem os consideraveis soccorros que lhe mandey acodir de Pernambuco e das mais Capitanias do Norte ao terror do innumeravel poder dos Barbaros mais lecenziosos, em aquelle ineficacia das nossas armas, chegando nestes termos, o dito capm. mór e penetrando lá com a sua gente o interior da campanha queimou as principaes aldeyas e degollou toda a nação que nellas estava passando a investir as outras que unidas o esperavão pelejou com ellas quatro dias e quatro noites, sempre em fogo vivo, por trazerem muytas armas desta qualidade, além dos sem numeros (sic) de arcos e setas fazendo nelas tanto estrago que os obrigou a retirar, e elle não os seguio por falta de polvora e balla, mandando-os buscar a Pernambuco, e pediu-me o soccorresse para continuar a guerra athé de todo acabar e extinguir os Barbaros.

E porque havendo sido aquelle..... nova reputação das armas de S. Magestade que tanto..... havião declinado, e principio de respirar a dita capitanya, quando mais... estavão as esperanças de se conservar, e a seu exemplo se animar a infanteria paga, meliciana e mais soldados pretos e indios de que ordeno se lhe enviem outros soccorros hé o dito Capm.

mór digno de toda a honra e das mercês que espera da grandeza de sua Magestade, a quem dou conta d- seu grande merecimento e valor, e estando elle em acto de guerra tenho resoluto (ajustando-me ao cap 40 do Regimento novo deste Governo) que o dito Capm. mór forme de sua gente, e de toda a mais que se lhe aggregar, hum regimento com quatro companhias e hum sargento mayor, como elle me pediu, porquanto a dita guerra durar a sua magestade o houver assim por bem e hé justo a continue com mais autorisado posto de que hé tambem".. .

Assim, a tanto autorisado por sua Magestade elegia e nomeava Domingos Jorge Velho Governador do Regimento recem fundado com todas as honras de que gozavam e deviam os mestres dos Terços de Infantaria pagos (de linha) do Brasil cabendo-lhe assento de Mestre de Campo com o soldo de dezesseis cruzados mensaes (6$400 rs.) pagos pela Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco.

Pouco depois, a 24 de outubro de 1688 morria Matías da Cunha da *bicha* do terrivel surto de febre amarela que devastou o norte do Brasil em fins do seculo XVII.

As vias de sucessão ordenavam que em sua falta governasse o Estado do Brasil o Arcebispo da Baía Dom Frei Manuel da Resurreição.

Era este prelado inteligente e energico mandando logo que prosseguissem com todo o rigor as operações contra os tapuias.

Ao Capitão Mór do Rio Grande do Norte, á Camara de Olinda, ao Bispo Governador de Pernambuco fez logo saber que nada se alteraria enquanto as armas reais não houvessem dominado por completo os atrevidos indios.

A 4 de dezembro desse mesmo ano de 1688 notificava que a vista das más noticias recebidas do teatro da guerra resolvera mandar pedir á Camara de S. Paulo que expedisse mais uma coluna de sertanistas.

"E por não faltar á deligencia alguma, escrevi á Camara de S. Paulo para que daquella Capitania venha outro soccorro

de Paulistas pelo Sertão, e não tenho pequena confiança de que venham fazer este grande serviço a El-Rei meu Senhor: mas a minha maior ponho toda na que Vossa Senhoria obrar".

Domingos Jorge Velho e Albuquerque Camara haviam significado quanto a sua situação militar era grave ante o numero de Barbaros e seu atrevimento. E ambos estes chefes notificavam quanto se achavam faltos de tropa, armas, munições e mantimentos. Contava-se muito com a cooperação de uma tropa de quatrocentos tapuias cearenses pacificados que obedeciam a um sargento mór de grande bravura. Mas esta diversão belica que tão util seria ainda não se efetuara.

Quem ao Arcebispo sugerira a idéa da organisação do segundo corpo paulista fora Bernardo Vieira Ravasco, o celebrado Secretario do Estado do Brasil, irmão de Antonio Vieira.

Ao mesmo tempo preparava-se em Penedo sobre o São Francisco a organização de mais uma coluna, dois troços de gente branca e indios num total de seiscentos homens dos quais trezentos e cincoenta brancos, 450 praças se destinavam ao arraial de Domingos Jorge Velho e o resto ao de Albuquerque Camara.

A Agostinho Cesar de Andrade, o capitão mór riograndense do norte reiterava o Arcebispo a 4 de dezembro de 1688:

"Bem creio do zelo e da actividade de Vossa Senhoria que lhe terá, mandado dessa Capitania taes soccorros, que não só os anime mas antes convertam a defesa em mais viva guerra aos Barbaros.

Mas porque a importancia de se não perderem as nossas forças obriga a que todas as partes sejam soccorridas, me resolvi a mandar-lhe formar quarenta arrovas de polvora fina, e cento e vinte de chumbo que vão nesta sumaca de João Alvares".

A Abreu Soares muito mais duramente do que o fizera o seu antecessor exprobrava o Arcebispo a sua derrota, a dispersão desordenada de suas vultuosas forças e o desamparo em que deixara a importante posição estrategica em que estivera. Acusava-o o Prelado de frouxo na matança da

disciplina e sobretudo de desobediencia ás ordens superiores.

Seus soldados viviam como bandoleiros da peior especie assaltando as fazendas dos colonos norte riograndenses. Provinha isto da tibieza do comando. Era preciso que o cabo da tropa se revelasse á altura do comando importantissimo que o Rei lhe cometera.

Comentando a sigularidade daquela campanha tão aspera dizia o Arcebispo:

"Cinco annos ha que essa guerra se começou, e um que é tão aspera e viva como vossa Mercê vê, e dá muito que cuidar trazerem os Barbaros armas de fogo e não lhes faltar polvora, quando elles não a fabricam. Vossa Mercê com todo o silencio examine donde lhe vem, ou quem lh'a dá e com o mesmo segredo e clareza que esta materia pede me avise; dando-me conta do mais procedimento desta guerra".

CAPITUIO V

RECOMENDAÇÕES DO ARCEBISPO AOS MESTRES DE CAMPO. PEDIDOS DE CLEMENCIA. PROVIDENCIAS DIVERSAS

Longa foi a primeira carta do arcebispo aos dois mestres de campo, Domingos Jorge Velho e Antonio Albuquerque da Camara Coutinho (30 de novembro de 1688). Explicava-lhes que muito a contra gosto aceitara o governo atendendo unicamente ao "risco grande em que as vira este povo".

Esperava poder enviar a cada um 500 homens e 60 arcabuzes. Cada chefe devia ter completa autonomia em virtude das razões explicadas a Abreu Soares e acrescidas de outra ponderosa: poderia haver rixas sérias entre as diversas colunas.

Recomendava pois, exprimissem os dois chefes a seus soldados a proibição expressa de saquearem as fazendas dos moradores. Fosse a disciplina a mais rigorosa.

Descendo a uma providencia humanitaria pedia o arcebispo piedosamente:

"Em segundo logar com esses miseraveis indios digo vencidos (como espero em Deus o hão de ser) si não usem cruel-

dades, que encontram a lei de Deus, ou a de uma justa guerra, que ainda que parecem brutos na realidade, são homens descendentes de Adão".

Continuava um enigma esta questão de aprovisionamento de polvora e bala aos indios. Tinham eles munições em abundancia, maior que os civilizados! (Cf. Docs. Hist. X, 350). E aventava a hipotese de suprimento dos indios pelos piratas que infestavam a costa do Nordeste.

"Tem me dado muito em que estudar um segredo que não posso perceber, este é, que havendo cinco annos que começou esta guerra e mais de um anno que continua tão viva e accesa, quanto Vossa Mercê experimenta pois em este tempo lhe não foi possivel sahir dessa campanha, nem para poder ir ver a sua casa até agora não lhes faltou polvora nem bala para nos offenderem; o donde lhe possa vir é o que não percebo; porque sendo certo que elles a não fazer, ou lhe vai da nossa parte, ou lhe vem de outra de fóra.

Já ouvi que o pirata por resgate de alguns gados lhe mettera alguma; porém esta, não pode ser tanta que supprisse tão largo tempo. Espero que Vossa Mercê com toda cautela e segredo, faça disto alguma pesquiza assim por aquellas pessoas que da nossa parte puderem disso ter noticia como por alguns gentios que se captivarem; porque convem muito ao serviço de Deus, e da Sua Magestade entender-se si ha entre nós quem dê tão pernicioso soccorro aos infieis nossos inimigos, ou si vêm desta ou daquella nação com que tenham commercio, e do que Vossa Mercê achar me fará aviso com todo o segredo".

Assim se achava o antistite Governador Geral inclinado á hipotese de que os verdadeiros fornecedores de polvora e balas aos barbaros fossem maus portugueses!

Daqueles que seguindo os exemplos de Sertorio e do "nobre Coriolano" queriam depois da morte fazer jus "no reino de Sumano aos gravissimos castigos" da apostrofe camoneana.

Ao Capitão mór paraíbano incumbido de levar as armas e munições aos mestres de campo recomendava d. Fr. Manuel o maior cuidado. Escolhesse o melhor de seus oficiais de infantaria, desse-lhe 150 infantes brancos, armados do melhor modo, e a maxima quantidade de indios possivel, das aldeias reaís, para que se formasse o comboio destinado aos dois arraiaes das Piranhas. E designasse ainda os mais habeis guias do sertão.

Perigo terrivel haveria se os Barbaros se apossassem de tão valiosos elementos, dextros como se achavam no manejo das armas dos civilizados:

Quatro dias antes dessa missiva expedira o Arcebispo as duas patentes relativas aos reforços que deviam ser recrutados na região do S. Francisco.

Divulgou-as Borges de Barros nos seus *Bandeirantes e sertanistas bahianos* (p. 162) e são documentos de um codice fragmentario do Arquivo da Baía (Livro de Portarias de 1688).

Pedro Aranha Pacheco novo capitão mór de Penedo levaria 200 brancos, 300 indios e o capitão mór André Pinto Corrêa, 150 brancos e 300 indios.

Na patente de Pedro Aranha dizia-se que muito se esperava do valor da gente do comando do novo capitão mór por estar acostumado ás guerrilhas com os palmarenses. Procurasse angariar a colaboração de quatro capitães experimentados "sugeitos de particular opiniam e pratica daquelles certoems que havia desde o Ryo São Francisco athé as fronteiras donde os arraiaes brancos assistiam" Antonio Martins, José Ferreira, Domingues Antunes e Gregorio Bezerra.

Nas instruções passadas a Aranha Pacheco dizia o Arcebispo que lhe conferia atribuições identicas ás dos capitães mores de Sergipe sobre os distritos do rio de S. Francisco. Mencionavam-se então os nomes de um certo numero de aldeias indias de nomes provavelmente estropiados· Arú Marú, Serra da Sabanga, Prupriciá e Pacatuba, Chocós, no Panema, Curinhaz, Campos de Binqui e de Ararobá.

Deviam fornecer trezentos arcos bem armados de frexaria sob o comando de seus respectivos principaís.

Conduziria estes indios e os brancos com eles arrolados ao arraial de Antonio de Albuquerque. Se quizesse ficar no Rio Grande a pelejar os tapuias, clausula curiosa serviria porém como soldado raso!

De André Pinto Corrêa dizia o Arcebispo: "sujeito de grande valor, actividade e zelo do serviço d'El Rey". Constava que era pobre assim nesta expedição teria de fazer despesas, não possuindo cabedal para tanto. Mas como a fazenda real não se achava capaz de dela se lhe dar ajuda de custo e respeitando o Prelado a importancia de sua pessôa, resolvera mandar entregar-lhe cem mil réis dos 300 com que o Senado da Camara da cidade do Salvador resolvera contribuir para as despesas da guerra, visto como até então não se haviam decidido os paulistas de Matías Cardoso e Marcelino Coelho a entrar em campanha.

Na mesma ocasião mandou D. Frei Manuel da Resurreição expedir patente ao ilustre Francisco Dias de Avila, de capitão-mór "da nasçam dos Tamanquinz" (Cf. Borges de Barros, ob. cit. 163).

É este documento muito interessante e típico de uma circunstancia dos processos administrativos coloniaís: a oposição de indios fieis, ou pelo menos submissos, a outros rebelados e indomaveis.

Começa por uma exposição de motivos:

"Porquanto hora mando socorrer os nossos Arrayaes das Piranhas com hum Troço de gente branca, e athé trezentos Indios das Aldeias de uma e outra parte do Ryo de Sam Francisco, entre os quaes vão os das Aldeias dos Mangaruz, e convem ao serviço d'El Rey Meu Senhor e a defensa da Capitania do Ryo Grande, donde os Barbaros estão repetindo varias hostilidades, que para aquella guerra se escolhão os Indios Valerosos, e os de cada Aldêa vão a cargo dos seus principaes"; para depois exaltar os méritos do sertanista maximo da Bahia;

"Tendo eu consideração, ao grande vallor, nobreza e experiencias de Francisco Dias de Avilla e ao grande esforço e fama da Nasçam dos Tamaquinz, e ao particular merecimento que terão com sua majestade e nome entre os Barbaros Janduinz, com que hora vão pelejar; esperando do dito Capm. mór Francisco Dias de Avilla, que levará comsigo os mais Vallentes Indios de todas as Aldeas de Tamanquinz, que com elles ajude as nossas armas de maneyra que fiquem victoriosas, a elle e todos os seus descendentes com a honra que devem esperar da grandeza de El-Rey Meu Senhor, com bons Vassallos seus: Hey por bem de o elleger e nomear Capm. mór de todas as Aldeas desta Nasçam para que o seja, uze e o exerça com todas as honras graças, preheminencias e facilidades que tem e de que gozão os mais Capitães móres das aldeias de Indios, sujeitos á Corôa de Portugal".

A posse lhe seria dada por André Pinto Corrêa.

"Pelo que ordeno ao Capm. mór André Pinto Corrêa, lhe dê posse e juramento, de que se fará assento nas costas desta, e aos officiaes de guerra e milicia deste Estado, o hajão, honrem, estimem, e reputem por tal Capitam-mór das ditas Aldêas e aos mayores e mais Indios della, o venerem, e obedeção, cumpram e guardem todas as suas ordens, de pallavra ou por escripto, tão pontual e inteyramente, como deve, e sam obrigados" (Livro V de Patentes (1688-1696) do Arquivo do Estado da Baía).

Na mesma ocasião ordenou o Arcebispo que Matabá e Vicente, capitão das aldeias dos Procazes e principal das aldeias dos Mungurús, mobilizassem a sua gente seguindo á sua testa para o Nordeste conflagrado.

50

CAPITULO VI

CARTA CONSULTA DO ARCEBISPO GOVERNADOR GERAL Á CAMARA DE SÃO PAULO

Morrendo Matias da Cunha logo depois era o Arcebispo seu sucessor interino quem em termos clamorosos, invocava o apoio da Camara de São Paulo em favor do serviço régio.

"Succedendo eu por morte do Sr. Mathias da Cunha no logar que occupava de Governador, e Capitão Geral do Estado, recebi uma carta de Vossas Mercês sobre o Thesoureiro dos Donativos dessa Capitania Luis Peres de Oporto.

E dando-me o Secretario do Estado conta de uma que havia escripto a Vossas Mercês sobre a guerra que os Barbaros faziam na do Rio Grande (cuja copia remetto com esta) para mover os Paulistas a virem soccorrel-a por terra; vejo, que sendo o negocio de maior importancia não tive carta dessa Camara.

Donde infiro que a não deviam Vossas Mercês receber: sendo então mui crueis as hostilidades que aquelles moradores padeciam; é ainda maior o aperto em que hoje se vêem os nossos Arraiaes, por ser incomparavelmente maior o poder dos Barbaros que o das nossas armas; pois pelos ultimos

avisos que agora tive daquella fronteira não só se não atrevem os nossos a investil-os nas suas Aldeias mas antes chegaram elles a vir cercar os nossos quarteis, sendo Governador de um delles Domingos Jorge Velho, e do outro Antonio de Albuquerque da Camara; os quaes pelejando quatro dias com os Barbaros por falta de munições se retiraram aos quarteis de que sairam.

Eu os mando soccorrer com dous Troços de Indios e gente branca a cargo de Dous Capitães-mores que os hão de reconduzir das Aldeias, e Ribeiras do Rio de São Francisco, que brevemente marcharão por terra e por mar com as munições, e armas necessarias".

Depois deste longo introito redigia o arcebispo uma serie de conceitos bem pouco amaveis para com os pernambucanos e sumamente elogiosos aos paulistas.

"Mas, como as gentes Pernambucanas com que meu antecessor os havia soccorrido, desacreditaram muito naquella guerra, a grande opinião que alcançaram na dos Hollandezes; os dous Cabos das Fronteiras se acham com tão pouco poder, e o soccorro que mando do Rio de São Francisco ser só bastante a se defenderem as fronteiras, e não a conquistar os Barbaros, que é só o meio com que se pode dar fim a tão constante guerra; e havendo durado quarenta annos a que outros Barbaros fizeram á Bahia, só os Paulistas tiveram a gloria de os vencer, e livral-a de seus insultos; tenho por sem duvida que só para elles está reservado o triumpho dos do Rio Grande.

Por esta causa, e pelo conceito que tenho do zelo com que Vossas Mercês servem a Sua Magestade me resolvo a escrever esta a Vossas Mercês, para que em meu nome persuadam a pessoas que a Vossas Mercês parecerem de maior reputação a quererem vir a esta empresa com todo o maior poder, e maior brevidade que ser possa; que eu da parte Del-Rei meu Sr. (a quem já fico dando conta desta disposição e carta que escrevo a Vossas Mercês) seguro aos que principalmente forem cabos deste soccorro, e applicarem a

sua expedição as honras, e mercês que devem esperar de sua Real grandeza".

Seria aquela campanha a mais proveitosa aos bandeirantes. Iriam agora com a aprovação de Sua Majestade "procurar e obter o seu remedio" graças áqueles processos por ele empregados, mas, sempre em desobediencia ás leis do Reino.

"E se os Paulistas são tão costumados a penetrar os sertões para captivar Indios contra as provisões de Sua Majestade que o prohibem, tenho por certo, que agora que o podem fazer em serviço de seu Rei como leaes vassallos seus, e em tão publico beneficio daquellas Capitanias o farão com maior vontade não só pelo credito da sua fama, e esperança da remuneração que ha de ter o que obrarem.

Mas tambem pela utilidade dos barbaros, que presionarem, que justamente são captivos na forma das leis Del-Rei meu Sr. e resolução tomada na Junta Geral dos Theologos, e Canonistas, que sobre esta guerra se fez para se declararem por taes". E uma vez esmagados os tapuias que mina a explorar-se na rendição dos palmarenses daquele nucleo de quiçá tres dezenas de milhares de negros de Guiné frizava o arcebispo:

"E quando esta guerra se acabar não é de menor importancia a conquista dos negros dos Palmares, assim ao valor, como a conveniencia.

Ao Capitão-mór Domingos Jorge Velho que dessa Capitania veio pelo Sertão a conquistalos por o Sr. Mathias fosse á guerra do Rio Grande, e elle o fazer promptamente lhe mandou Patente de Governador da sua gente com preeminencias e soldo de Mestre de Campo, e eu pelo bem que ha servido Antonio de Albuquerque lhe mandei outra na mesma forma.

Ambos governam a sua gente independentes um do outro.

Do mesmo modo ha de ter tambem a mesma independencia o Capitão-mór que Vossas Mercês elegerem que é cer-

to ha de ser sujeito muito benemerito de Vossas Mercês o empenharem no governo de toda a gente que espero venha neste soccorro; e tanto que chegar ás campanhas do Rio Grande, e Arraiaes das Piranhas lhe mandarei logo Patente de Governador com as mesmas preeminencias, e soldo de Mestre de Campo, e sem subordinação alguma aos outros, fará pela parte que lhe parecer a guerra aos barbaros ou separado, ou unido communicando-se com os outros Mestres de Campo para o acerto da conquista.

Em consideração de tudo o que nesta escrevo a Vossas Mercês creio que disporão o effeito de maneira que fique eu agradecendo a Vossas Mercês a actividade e a todos os que forem o particular serviço que vêem fazer a El-Rei meu Sr. advertindo a uns, e outros que empenho nisto, mais a minha intercessão como seu Pastor do que a mesma ordem se a dera como Governador seu. E do que Vossas Mercês obrarem me darão conta para me ser presente".

Egual incitamento se fazia ao capitão mór de S. Vicente.

Tratasse de instigar os seus jurisdicionados á jornada em favor do serviço real, "pelo aperto êm que as nossas fronteiras se vêem por ser tão superior o poder do barbaro ás nossas armas que os vem investir aos seus quarteis".

Apesar de não ter vindo ainda resposta da camara de S. Paulo estava o Governador Geral crente de que já algum socorro bandeirante marchava pelo sertão.

Recomendações identicas se faziam, ao velho e pugnaz vigario paulistano, Domingos Gomes Albernaz, a 9 de dezembro de 1688.

"Vossa Mercê da sua parte ajude a Camara e o Capitão-mór a este grande beneficio daquelles pobres moradores, animando aos que vierem não só com os estimulos do credito a que os empenha o seu nome, e as honras que devem esperar Del-Rei meu Sr. mas com a conveniencia propria da multidão de Barbaros que têm para vencer e prisionar; pois estão declarados por captivos".

Mas o indispensavel era angariar-se um cabo de tropa de real valor.

E este todos o indicavam: Matias Cardoso de Almeida.

A ele escreveu o arcebispo uma carta de convite muito curiosa.

Demonstra iniludivelmente quanto com a maior facilidade se deslocavam os paulistas através da vastidão dos sertões.

Estabelecido á margem do São Francisco fôra Matias Cardoso a S. Paulo buscar farinhas para a sua povoação.

"Procurando por Vossa Mercê para lhe encarregar (como o Sr. Mathias da Cunha, Governador e Capitão Geral que foi deste Estado, em cujo logar succedi, determinava) o soccorro que com a sua gente havia de fazer á guerra dos Barbaros do Rio Grande; suppondo estar Vossa Mercê no Rio de São Francisco; me disse o Mestre de Campo Antonio Guedes de Britto, que já as ordens que eu mandasse a Vossa Mercê o não haviam de achar na povoação do dito Rio por ter noticia que era Vossa Mercê partido para essa Capitania a buscar mais farinha para a dita povoação.

A informação que o dito Mestre de Campo e o Provedor-mór Francisco Lamberto me deram do valor e procedimento de Vossa Mercê me obriga a buscalo; donde entendo que póde ter melhor effeito o fim para que o procurava no Rio de S. Francisco.

Porque como me resolvi a escrever ao Capitão-mór, dessa Capitania e á Camara da Villa de São Paulo, persuadissem os sujeitos de maior importancia que costumam penetrar os Sertões para captivar Indios, queiram vir a conquistal-os naquella campanha, em cuja guerra se tem declarado por escravos, e fazer da mesma conveniencia merecimento para as honras, e mercês que devem esperar Del-Rei meu Sr. em um serviço tão relevante, e que tanto será maior, quanto mais brevemente partirem: e da grande opinião que tenho da fama dos Paulistas, não duvido aquelle emprego".

Passava o prelado a fazer os maiores elogios ao grande bandeirante:

"E' certo que si Vossa Mercê se acha dessa banda, nenhuma pessoa elegerão os officiaes da Camara para governar a gente que vier mais benemeritamente que a Vossa Mercê.

E nesta supposição, encommendo muito particularmente a Vossa Mercê, que quanto antes se possa, se ponha em marcha a vir acudir a uma Capitania que tão arriscada fica a padecer a ultima ruina, que ainda que do Rio de S. Francisco, tenho mandado ir dous corpos de gente branca, e Indios de até trezentos arcos e cento e cincoenta moradores a reforçar as nossas armas no quartel de Domingos Jorge, e com outros tantos o de Antonio de Albuquerque é tão superior e inumeravel poder dos Barbaros de varias nações que os opprimem, que creio que até os Paulistas que agora vierem não chegarem, não poderão ser vencidos e restaurada a dita Capitania".

"Querendo Vossa Mercê vir como lhe peço com todo o maior poder, e brevidade possivel, desde logo se pode Vossa Mercê intitular Governador do Regimento que lhe ordeno forme de toda a gente; e gosar as mesmas preeminencias de Mestre de Campo, e como tal vencer o soldo desde o dia que partir, que nessa conformidade mandarei passar a Vossa Mercê a Patente.

E do mesmo modo nomeará Vossa Mercê Sargento-maior, e Capitães porque a todos mandarei passar patentes de Capitães de infantaria paga. Espero que por meio desta carta se consiga este grande serviço Del-Rei meu Sr. e que Vossa Mercê sobre quantos lhe tem feito lhe mereça agora maiores honras como justamente deve confiar, e eu devo representar-lhe. E do que Vossa Mercê obrar nas disposições e effeito me dará mui particular conta".

Contemporaneamente devia operar no sul da Baía outro bandeirante até agora desconhecido naquela zona, revelado, por um papel dos "Documentos Historicos" (cf. t. XI, 151). Era ele André Furtado (of. Docs. Hist. XI, 151).

Escrevia-lhe o arcebispo a 31 de agosto de 1689:

"Vejo a carta de 23 de Julho deste anno que Vossa Mercê me escreveu sobre o offerecimento que me faz de livrar os moradores da Capitania dos Ilhéus das hostilidades dos Barbaros, dando-se cinco mil cruzados em dinheiro de contado, além das condições apontadas na mesma carta e contrahidas sem logro com outros Paulistas. Parece que todos os dessa Capitania se falaram para impossibilitar nos excessos das suas propostas o mesmo interesse que nellas procuram.

Toda a Capitania dos Ilhéus não vale vendida, o que Vossa Mercê quer que se lhe de por livrala. Com menos despesa se ficará escusando a com que Vossa Mercê quer se pague a sua vinda".

Este entradista ganancioso e exigente a quem irritado respondia o governador geral haveremos de ve-lo mais tarde no sequito de Domingos Jorge Velho em Palmares.

57

CAPITULO VII

NOTICIA BIOGRAFICA DE MATIAS CARDOSO DE ALMEIDA. INFORMES DE PEDRO TAQUES E SILVA LEME. A ORGANIZAÇÃO DO TERÇO DO MESTRE DE CAMPO

Em sua assaz extensa biografia de Matias Cardoso dá-nos Pedro Taques noticia de que o antigo lugar tenente de Fernão Dias Paes restituido á sua terra natal, em 1682, pouco desfrutara o socego em desconto dos trabalhos curtidos durante a expedição com D. Rodrigo de Castel Blanco: "não gozou da patria mais do que até o anno de 1689, porque o seu merecimento foi lembrado na cidade da Bahia para se confiar do seu grande valor e disciplina e o socego e a paz que não gozavam os moradores do Rio Grande da capitania do Ceará, pelas hostilidades dos barbaros gentios habitadores daquelles asperos sertões".

Tratando de tão notavel episodio da historia das bandeiras não podia o linhagista perder tão bela ocasião, quanto esta, de escrever longamente, sobre este alto feito militar cuja gloria tanto revertia sobre o seu biografado.

E esta ocasião ele a aproveitou para verberar a Rocha Pitta o descaso com que lia os documentos ou antes a aversão que por eles sentia.

"Antes que passemos a individuar as acções de Mathias Cardoso na guerra contra os gentios do Rio Grande devemos noticiar, que o coronel Sebastião da Rocha Pitta no seu livro *America Portugueza,* pag. 437 do n. 52 até 54, affirma que o governador geral do Estado Mathias da Cunha, ordenara ao governador de Pernambuco aos capitães mores da Parahyba e Rio Grande mandassem cabos, gente, petrechos e bastimentos para aquella empreza; o que assim se executara com tão bom successo, que delle resultara a quietação, que lograva aquella provincia, colhendo os fructos das culturas do seu reconcavo com menor perigo do que até aquelle tempo experimentara.

Até aqui o dito Pitta; porém este autor tem tantas faltas no corpo da historia, que passam a ser erros indesculpaveis; porque as materias de que trata, constando a verdade dellas, e a sua época e a chronologia, dos documentos que existem nos registros dos livros da secretaria do governo geral, provedoria-mór e camara da Bahia, não devia escrever os successos pertencentes á mesma historia sem a licção destes cartorios; e por esta falta escreveu mais por vaidade que por zelo; e em muitas materias só o fez por informação dos apaixonados; e por isso cahiu em faltas que temos mostrado em alguns titulos genealogicos que temos escripto.

Não duvidamos que ao governador geral do Estado Mathias da Cunha recorressem os opprimidos moradores da capitania do Ceará do barbaro gentio do Rio Grande, o que lhe fizesse applicar as forças de que trata o dito coronel Pitta no n. 53; porém é totalmente engano affirmar, que desta providencia resultara a conquista daquelles barbaros; porque o contrario se mostra de documentos de que faremos menção."

Querendo de uma vez para sempre liquidar a autoridade de Rocha Pitta continua o nosso genealogista:

"E não será muito padecer este autor semelhante engano, quando no livro 6.º n. 79 até o n. 85, affirma que a conquista dos gentios barbaros, que offendiam as villas do Cai-

rú, Camamú, Boypeva, fôra conseguida pelo capitão mór João Amaro Maciel Parente, e que tivera em premio do Sr. D. Pedro II o senhorio de uma villa de que elle a fundara com vocação de Santo Antonio, que ficou sendo chamada vulgarmente de João Amaro; sendo certo que esta conquista foi do governador Estevão Ribeiro Baião Parente, pai do dito João Amaro, como temos historiado em titulo de Camargos, cap. § 8.º / § 3 n.º 3-9.

E até ignorou Pitta, que antes desta guerra do governador Estevão Ribeiro tinha já ido contra os mesmos gentios o capitão-mór Domingos Barbosa Calheiros com os seus adjuntos capitães de infanteria Fernando de Camargo e Bernardino Sanches de Aguiar, que todos sahiram de S. Paulo no anno de 1658 convidados pelo governador geral do Estado Francisco Barreto, como temos historiado em titulo de Camargos, cap. 1.º § 2.º".

Proseguindo em sua série de emendas ao autor da *Historia da America Portugueza* explicava Pedro Taques como quem se sentia perfeitamente senhor do assunto e tendo a mão a mais completa e cerrada documentação sobre o caso, relativamente ao lado paulista.

"Nos poucos mezes do governo de Mathias da Cunha, recorreram a elle os moradores da capitania do Ceará pelos annos de 1687 ou 1688, pedindo soccorro contra os gentios daquelles sertões, que tinham feito grandes damnos na cidade e seu reconcavo.

É certo que o governador geral convocou a palacio uma junta de theologos, missionarios e os cabos principaes, para se votar se era justa a guerra, que se havia de fazer áquelles gentios, como já se havia resolvido nas juntas dos governadores geraes Francisco Barreto em 1658 e Alexandre de Souza Freire em 1671? E se resolveu da mesma forma.

Então mandaria o governador geral Cunha ao de Pernambuco e aos capitães mores de Parahyba e do Rio Grande o que affirma o coronel Pitta; porém que não produziu effeito algum vemos do que obrou o mesmo governador geral Cunha.

Mandou a S. Paulo, e fez o mesmo o seu successor o Exm. arcebispo D. Frei Manoel da Resurreição (que entrou no governo geral do Estado pela morte de Mathias da Cunha na Bahia a 24 de outubro de 1688), ordenando por carta sua de 30 de agosto de 1689, dirigida a Thomaz Fernandes de Oliveira, capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo· que applicasse o soccorro que tinha mandado ir dos paulistas a cargo do governador, o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, para a guerra dos Barbaros gentios do Rio Grande".

Pormenoriza Pedro Taques que o terço de Matias Cardoso foi formado em S. Paulo, e no ano de 1689. Refere-se a um documento do Registro Geral da Camara de S. Paulo, hoje desaparecido, sobre a organisação desta força. Preciosos informes nos dá ainda sobre a tropa de Matias Cardoso tanto mais valiosos quanto desapareceu o documento acima citado.

"E se poz em marcha com mais de 500 leguas de sertão até o Rio de S. Francisco; porém, como a gente do seu terço não era sufficiente em numero para a guerra, deixou ordenado em S. Paulo a João Amaro Maciel Parente, capitão-mór do seu regimento, fosse formando os mais soldados da guerra e seus capitães, para todos sahirem em conducta com o dito capitão-mór, e irem incorporar-se com elle, mestre de campo Mathias Cardoso no Rio de S. Francisco.

Com effeito o capitão mór João Amaro formou em S. Paulo as mais companhias de infanteria, que ainda faltavam para o terço do mestre de campo Cardoso; e entre os capitães foi João Pires de Brito, natural e nobre cidadão de S. Paulo, que á sua custa formou a companhia, da qual lhe passou patente de capitão de infanteria que depois a confirmou o Exm. arcebispo como governador geral do Estado.

Esta conducta do capitão-mór João Amaro Maciel Parente sahiu de S. Paulo a 18 de junho de 1689 e marchou pelo sertão até o Rio de S. Francisco, onde se achava postado o

mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, a quem o sobredito governador geral do Estado constituiu governador absoluto da guerra contra os barbaros gentios do Rio Grande e Ceará".

Novos pormenores acrescenta o linhagista que, certamente os obteve de companheiros do mestre de campo, pois nasceu menos de trinta anos após as primeiras operações de guerra.

"Incorporado o capitão mór com o governador mestre de campo no Rio de S. Francisco, nelle ainda se deteve o exercito paulistano quatro mezes emquanto chegava a ordem do arcebispo governador para marchar este corpo, e dar principio á guerra intentada.

Destacou este militar corpos até á barra do Jaguaribe cujo sitio foi destinado para arraial e acampamento. Deu-se principio á guerra no sertão do Rio Grande, onde se matou e destruiu a maior parte do inimigo, por espaço de sete annos, que em guerra viva andaram as armas dos paulistas, debaixo sempre do commando e disposições militares do governador Mathias Cardoso, que, aprisionado muita parte dos inimigos barbaros, e mettendo-se outros de paz, deixou totalmente livre a campanha do Rio Grande e Ceará.

De sorte que a 10 de fevereiro de 1696 sahiu do Ceará Grande o sargento mór desta capitania, Domingos Ferreira Chaves (depois presbytero de S. Pedro, e missionario dos *Tapuias* e *Anacás* na capella de Nossa Senhora da Conceição, e estava morador no anno de 1701 na villa de S. José de Ribamar, capitania do Ceará Grande) com o capitão maior Pedro Leliz a levantar um presidio na dita ribeira do Jaguaribe por conta dos *Tapuias* da nação *Pajocús, Janduhy* e *Javós*".

Manifesta Pedro Taques o seu pezar por não poder dar maior copia de informes sobre a organização do corpo de exercito de Matias Cardoso:

"Com grande magoa lamentamos a falta das noticias dos capitães que tiveram a honra de servirem nesta guerra,

e conquista do Rio Grande e Ceará com o governador mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida.

E muito apenas encontramos os documentos que nos deram a certeza de ser capitão-mór deste regimento o dito João Amaro, e um dos capitães de infanteria o dito João Pires de Brito, o qual, acabada a guerra do Rio Grande e Ceará, passou para a do Piagui, onde se achava quando Manuel Alvares de Moraes Navarro, natural de S. Paulo, mestre de campo de um terço de infanteria paga e governador da campanha do Rio Grande por Sua Magestade em 1701, certificou que o governador geral D. João de Lencastro proveu no posto de sargento mór do terço do dito mestre de campo Navarro ao dito Capitão João Pires de Brito a tempo que assistia no Piagui em mais de duzentas leguas de distancia, onde chegando-lhe a noticia desta promoção viera tomar posse do dito posto.

Mas foi já a tempo que, por se julgar retirado já para S. Paulo dito capitão Pires, se havia provido o dito posto de sargento mór em outro sargento; por cuja razão ficou servindo de capitão de uma das companhias do referido terço para delle passar ao de sargento-mór na primeira vagante pelos seus grandes merecimentos e serviços assim na guerra do Rio Grande e Ceará, como na guerra contra o gentio *Quiriri* das ribeiras de Itahim, e Piracuruca na capitania do Piagui. Todo o referido consta das certidões e fés de officio do capitão João Pires de Brito, que se acham lançadas na nota do tabellião da villa de Taubaté, e das quaes tivemos em nosso poder uma copia authentica"

A outro oficial sobremodo ilustre da expedição de Matias Cardoso individua Pedro Taques largamente.

"Tambem Antonio Gonçalves Figueira, natural da vila de Santos, foi alferes de infanteria do terço que formou o mestre de campo Mathias Cardoso em S. Paulo no anno de 1689, levando comsigo dito alferes doze escravos seus, bons escopeteiros.

Ficou existindo no Ceará debaixo do commando do capitão-mór João Amaro Maciel Parente, até que se retirou para o Rio Grande por ordem do seu mestre de campo para ali se continuar a guerra.

Em 12 de novembro de 1693 se fez uma entrada contra o barbaro inimigo que, opprimido das nossas armas, pediu paz, que se concedeu, tendo sido de antes sempre viva a guerra que durou nesta a campanha até 25 de abril de 1694, em que o mestre de campo governador Matias Cardoso se retirou para a sua casa por faltar já polvora e bala, e se haver ateado a epidemia, que já lhe havia morto muita parte da sua gente.

Consta o referido na secretaria do governo de S. Paulo na carta patente de capitão passada a Antonio Alves Figueira datada na vila de Santos a 5 de março de 1729, registrada no livro 3.o do registro geral a fl. 120 v. pelo secretario do governo Gervasio Leite Rebello".

É esta a contribuição do autor da *Nobiliarchia Paulista;* difusa e tumultuaria como raras.

Provem estes defeitos da falta de contacto com os documentos. E é cousa que nos causa surpreza o fato de jamais ter ido Pedro Taques estudar os acervos documentais da Baía, ele que tanto se locomoveu até por Mato Grosso e Goiaz e chegou a ir a Lisboa para fins de um *itcr* historico.

Talvez contasse ter na capital da monarquia os originais todos a mão reunidos, nos arquivos régios, o que lhe seria muito mais comodo.

Sua grande falta de sorte foi ter marcado viagem ao Reino exatamente para o segundo semestre de 1755 o que o levou a testemunhar as cenas do dia de Todos os Santos, data em que ocorreram os horrores do grande terremoto arrazador da metropole lusitana.

A casa em que residia, situada no epicentro do cismo, foi derrubada. Literalmente destruida pelo abalo reduziu-se depois a cinzas, consumindo-se o enorme acervo documental que o desastrado genealogista reunira.

CAPITULO VIII

FORNECIMENTO DE ARMAS. VANTAGENS PARCIAIS. GRANDES ESPERANÇAS DEPOSITADAS NOS PAULISTAS. DISCORDIA ENTRE OS CHEFES. VIOLENCIAS CONTRA INDIOS ALDEIADOS

Ao capitão-mór de Penedo, Pedro Aranha Pacheco, ordenava o Arcebispo Governador Geral a 9 de fevereiro de 1689, que remetesse ás fronteiras do Rio Grande do Norte todas as forças disponiveis de sua região. Enviava-lhe patentes de oficiais e trinta catanas.

Com dificuldade haviam sido estas angariadas nos arsenais da Baía. Preciso fôra até recorrer aos navios de guerra!

Deviam ser distribuidas aos principais dos indios. Tão premente a situação que todos os recursos disponiveis da vila precisavam ser absorvidos pela expedição, tanto mais quanto a Fazenda Real do Estado se achava na maior penuria.

Procurasse Pacheco suprir-se de carnes e farinha, para os expedicionarios, prometendo aos fornecedores pagamento quando os cofres reais estivessem folgados!

Apesar de toda a bôa vontade, as catanas foram em 28 de março e em numero de apenas 26.

Conseguira Agostinho Cesar de Andrade alguns pequenos triunfos. Assim, haviam algumas das tribus revoltadas deposto as armas e pedido paz.

E ele a concedera em termos aceitaveis. A 14 de maio de 1689 o arcebispo elogiava-lhe o proceder e dizia que de tudo seria Sua Majestade informado. Ia empenhar-se por obter do Provincial dos Jesuitas a licença para o seu transporte da aldeia de Aratagui, na capitania de Itamaracá, paar o Rio Grande do Norte.

Infelizmente, tinha má noticia a dar. O socorro organizado, no alto S. Francisco, pelo coronel André Pinto Corrêa se malograra.

Preparara este oficial a sua expedição mas não conseguira pôr-se em marcha pelo sertão, flagelado por pavorosa seca de nove meses.

Assim, contava o prelado que o socorro penedense tivesse maior eficiencia.

Mas a sua grande esperança residia na chegada dos paulistas! Estes bateriam os barbaros e depois assaltariam os Palmares.

"Mas espero que brevemente cheguem a essa Capitania as tropas de Paulistas que ordenei viessem de São Paulo: porque tive noticia, por via do Rio de Janeiro, que já eram partidos para essa guerra.

E este soccorro supprirá a falta do que deixou de ir do rio de São Francisco; e ainda que cheguem a tempo de estarem quasi desbaratados os Barbaros, com a sua vinda se acabarão de extinguir.

E concluida essa guerra voltarão uns e outros Paulistas as armas aos Palmares; cujos Mocambos são tão diversos e dão sempre tanto que temer a Pernambuco, que pode ser dividido o emprego do valor de todos; e ficar por este meio uma, e outra Capitania totalmente livre das hostilidades que ambas padeciam. Assim o permitta Nosso Senhor".

Mas Aranha Pacheco não se movia! alegava precisar de 600 moxilas e não ter recebido as catanas!

Os individuos a quem o governo geral mandara patentes recusavam o alistamento porque eram apenas oficiais honorarios e não de infantaria paga!

O bando de perdão aos homisiados nenhum resultado déra. Apenas surgira um certo Pedro Carvalho, este mesmo a exigir patente de capitão.

Furioso, repreendia-o o Fr. Manuel em carta de 24 de maio. Como? ainda estavam imoveis em Penedo, quando todos o supunham no teatro de guerra?! Que falta de patriotismo! o seu e o dos agraciados! Como ligavam minima importancia ás mercês régias e ao serviço real! E elle arcebipo que se antecipara em lhes agradecer o zelo? Haveria maior honra do que esta: irem estes suditos relapsos a uma guerra de que s. ilma. supunha serem dignas suas pessoas?

Aproveitando o ensejo, punha o governador geral em confronto o procedimento dos paulistas e o de semelhantes vassalos interesseiros e remissos.

"As patentes dos postos de infanteria paga, proibe El Rei meu Senhor expressamente darem-se a quem não tiver ao menos dez annos effectivos de serviço.

E se eu as concedi aos Paulistas foi por aquelle incomparavel serviço que fizeram a Sua Magestade em vir de São Paulo, digo de São Vicente, a sua custa, tantas centenas de leguas por esses Sertões, em muitas partes estereis, sem agua e sem nenhum genero de caça, sustentando-se de raizes, para a empreza dos Palmares, tão invenciveis aos Pernambucanos".

Exaltava-lhes o prelado, a disciplina e o apego ao real serviço:

"E ao menor aceno de uma ordem deste Governo deixaram a sua conveniencia e voltaram as armas á guerra do Rio Grande, com cujos Barbaros pelejaram tantas vezes, fazendo vitoriosas as de Sua Magestade a tempo que tão oprimidas estavam das hostilidades inimigas.

E bastou o seu valor, e fama para os Barbaros perderem a insolencia, e tomar a guerra outro semblante".

Ironico, desdenhoso, crivava o arcebispo de desprezo os homens de Alagoas, mimosos e timoratos:

"Veja Vossa Mercê, e vejam esses Capitães se se empregariam bem as Patentes em sujeitos tão mimosos, que se não atreveram a passar poucas jornadas sem aguas por esses Campos que Vossa Mercê diz são seus, e de seus constituintes, e sem pão de munição, e carne não sendo esses caminhos, tão faltos de caça, para que lhes foi o chumbo e polvora, como os que os Paulistas trouxeram".

De tudo seria el rei informado, ameaçava:

"De tudo venho a entender que assim os Capitães, como os que se offereciam a sel-o, não procedem como bons Portuguezes em occasião de tanta importancia; sinão que uns e outros, só tratam de sua conveniencia e de se resguardarem do menor perigo, sem attender á reputação das armas de Sua Majestade e sua, a que eu de nenhuma maneira me podia persuadir, quando dei conta a El-Rei meu Senhor no aviso que despachei em 10 de dezembro do socorro que dessa Vila mandava ás fronteiras.

E agora será forçoso, se Vossa Mercê e eles não tomarem outra resolução, dar-lhe conta do pouco prestimo que essa gente tem para Seu Real Serviço, quando só o sabe ter para as continuas mortes que dão a seus vassalos sem peleja".

O resentimento regio saberia castigar estes súditos que não serviam ao seu soberano:

"Se André Pinto Corrêa, tendo a gente junta, e sertão com gados, deixou de mandar o soccorro, não deixou de ficar com o descredito, e opinião da fraqueza que mostrou; não ficará sem a demonstração do castigo que merece.

Que diferença entre ele e os cabos de São Paulo!

"E se ele se deshonrou por não guardar a ordem que prometeu seguir, e os Paulistas ganharam tanta honra na guerra a que foram, obedecendo as deste governo, consulte Vossa

Mercê, e consultem esses Capitães, e moradores de uma, e outra parte da Ribeira desse Rio, qual está melhor a seu credito, se seguir o exemplo dos Paulistas, se o de André Pinto Corrêa".

Terminava a carta por uma reiteração a Pacheco para que se puzesse a caminho.

"Vossa Mercê trate logo de ajuntar, e pôr a gente em marcha, e os Capitães de ir conservar a opinião que tão arriscada fica no conceito com que de presente me acho, e ainda espero que tenha muita ocasião de agradecer a seu zelo e valor, o effeito da jornada: e a Vossa Mercê a disposição, e brevidade com que os deve pôr em marcha, que, quando dessa banda se fazem os surrões de que todos usam, escusam as mochilas de pano que Vossa Mercê diz não ha nessa Villa nem a Fazenda Real tem hoje aqui com que se comprem, que maiores finezas costumam os Portuguezes fazer no serviço do seu Rei, e eu lhe representarei toda a que como obrigação sua fizerem na ocasião presente.

E Vossa Mercê me responda logo a esta carta por um correio que venha só a trazer-me a sua".

Dificuldades, grandes e novas, surgiram porém no Rio Grande do Norte, onde estavam em completa desharmonia a Camara de Natal o capitão-mór Agostinho Cesar de Andrade e Domingos Jorge Velho.

Aos camaristas, asperamente, reprendia o arcebispo, na longa carta de 27 de agosto de 1689. Começou-a do modo mais desagradavel, insinuando que os camaristas só se punham de acôrdo quando tinham em mira algum máo intento.

"Vossas Mercês se queixavam e carregavam ao Capitão-mór todos as cargas que... dizem sucedeu lhe puderam acumular. E por outra parte me chegou tambem noticia do que, contra essa Camara e alguns do Povo, se podia arguir. Todas estas cousas necessitam de averiguação para o que haverá tempo mais conveniente, e não ficará sem castigo quem se achar foi culpado.

Hoje já considero a Vossas Mercês em braços com o Capitão-mór; porque se o que Vossas Mercês dizem era zelo, e jul-

gavam por bem feito os dividiu (que para o bem rara vez ha união) tanto que sucedeu haver-se de obrar uma cousa mal feita logo para ella se uniram, e ficaram todos amigos".

É muito ilustrativa das cousas e processos da época a continuação desta carta.

"Deixando á parte todas as cousas que sucederam entre Vossas Mercês, Domingos Jorge Velho, e o Capitão-mór Agostinho Cesar que como passaram, e não têm trato sucessivo, ficam só para o mesmo tempo da averiguação, e não necessitam de presente que eu lhe dê remedio, por não subsistirem já, passo ao que necessita dele.

Dizem-me Vossas Mercês na sua carta que o capitão-mór, para estorvar o intento bom, que tinha o Paulista, mandou á Aldeia dos Padres da Companhia a tirar as mulheres e filhos dos Tapuias, que o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho ali deixara; como em refens e segurança dos paes e maridos que comsigo levou para o serviço de Sua Majestade e linguas das suas marchas e captivou as ditas mulheres e filhos e repartira esta gente entre si; e tres ou quatro de seu sequito.

E que chegando neste tempo o Coronel Mathias Vidal vendo (o) mal que o Capitão-mór obrara nesta ocasião digo ação, a injustiça, e a ruina que se seguiria de fazerem este dano ás familias que andavam em serviço Del-Rei, o persuadira a mandar repor na mesma Aldeia os mesmos que tinha captivado; e sendo isto como Vossas Mercês o relatam, e que os tais gentios estão na Aldeia pacificos, sujeitos, e em refens dos que andavam na guerra, e ali se podiam melhor domesticar, e catechisar na doutrina, e que o contrario era injustiça e ruina, mudaram Vossas Mercês de opinião tão depressa que confederados brevemente com o Capitão-mór, concordaram em se lhe dar na Aldeia tumultuosamente um assalto em 7 de junho, e levaram perto de duzentas almas que alli assistiam sujeitas, e as repartiram entre si para seu serviço, donde venho a colher, o que a Vossas Mercês antes parecia mal no Capitão-mór, não era por convir que estivesse alli essa gente sujeita para o serviço de Deus na doutrina, e para o serviço Del-Rei na segu-

rança dos que assistiam na guerra; senão porque elle então não repartiu com Vossas Merces, que é o que agora mostra a experiencia que Vossas Mercês desejavam".

Tratava-se do caso mais vulgar e repetido no Brasil do tempo: da apropriação indebita de indios entregues á vigilancia de religiosos.

Não percebiam os ávidos camaristas que tal procedimento poderia ter as mais graves consequencias!? Precipitarem-se os indios pacificos numa revolta, graças ao mais legitimo desespero?

Assim, fossem todos os tapuias, homens mulheres e meninos repostos em suas aldeias e quanto antes! E isto sob graves penas.

CAPITULO IX

SEVERA VERBERAÇÃO AO CAPITÃO MÓR ANDRADE. INJUSTIÇA CLAMOROSA FEITA AOS INDIOS FIEIS. RECLAMAÇÕES DE DINHEIRO E PENURIA DO ERARIO REAL. ECOS DA GRANDE VITORIA DE DOMINGOS JORGE VELHO SOBRE OS TAPUIAS

Ao capitão mór do Rio Grande do Norte, Agostinho Cesar de Andrade, severa foi a repreensão de 27 de agosto de 1699 que o Arcebispo, Governador Geral do Brasil lhe endereçou a proposito das operações belicas contra os bárbaros.

Verberava-lhe a insignificancia dos apregoados triunfos militares. Era de esperar este belo resultado! Si os cabos de tropa viviam em tanta desunião! Estava informado das contendas que o capitão-mór riograndense mantivera com o chefe paulista, apoiado pela Camara de Natal, e a proposito dos tapuias. Mas em tudo isto, sabia agora quanto houvera de hipocrisia e ganancia do capitão mór riograndense.

Assomado, arguia-lhe o Dom Fr. Manuel de Resurreição:

"Porém, diga-me Vossa Mercê se todas estas razões o moveram a Vossa Mercê a paz ou perdão, como de presente não

foram bastantes para reprimirem a Vossa Mercê para não fazerem uma acção tão arrojada como foi assaltar com mão armada a Aldeia dos Padres da Companhia onde estavam sujeitos, e acoutados os filhos e mulheres dos taes Tapuias perdoados.

E levar perto de duzentas almas que mandou repartir por si, e pelos mais moradores que lhe pareceu, concorrendo de novo outra razão forçosa para o não fazer, que o estarem seus paes, e maridos nas Piranhas servindo a Sua Magestade de que resulta primeiramente o desserviço de Deus, pois estas almas estavam dispostas a aprender a doutrina e receber o baptismo os que ainda o não tinham.

E desserviço de Sua Magestade pois estavam como em refens e segurança da fidelidade dos seus que estavam militando por nossa parte, e com este aggravo se poderão tornar nossos irritados inimigos, passando-se á parte contraria".

Indigna deshumanidade representava este atentado. Escrevia o prelado revoltadissimo, a declarar que tivera a maior desilusão a respeito de um homem a quem outróra tanto acatára.

"Affirmo a Vossa Mercê me causou grande sentimento esta sua acção tão contraria ao que Vossa Mercê me havia escripto, e eu tinha louvado, alterando tanto as cousas depois que me escreveu sem esperar resposta minha. E tanto mais o senti que maior era a boa opinião que sempre tive do zelo, prudencia, e desinteresse de Vossa Mercê".

Passava o Arcebispo logo depois a aterrorizar o empedernido escravista com o castigo que o Rei não deixaria de lhe dar si acaso ele, vassalo faltoso, se esquivasse á reparação do delito.

"E porque julgo que Sua Magestade ha de estranhar isto muito, e que eu sou obrigado pelo logar em que me acho a remedialo promptamente para se não seguirem as prejudiciaes consequencias espirituaes que justamente se podem esperar:

Ordeno a Vossa Mercê que mande logo repor as ditas pessoas, de qualquer sexo, e idade que sejam, no logar, e estado

donde as mandou tirar: confiando de Vossa Mercê que assim o executará promptamente porque o contrario se dará Sua Magestade por muito mal servido, e este Governo por obrigado a fazer executar as suas ordens com as necessarias demonstrações".

Quanto ás operações de guerra, comunicava D. Frei Manuel algumas noticias menos bôas para terminar com uma da maior importancia: a da chegada dos reforços paulistas e de Matias Cardoso, personagem celebrado em todo o Brasil e cuja entrada em campanha logo decidiria da vitoria.

"Já Vossa Mercê terá noticia de como o soccorro do Rio de São Francisco depois de estar em marcha, arribou com a esterilidade que causou a secca e se desvaneceu.

O da Villa do Penedo me avisou Paulo Pacheco Aranha partia nos principios deste mez".

"Aqui tem chegado, e vem chegando varias tropas de Paulistas, em numero consideravel, e por seu Cabo maior Matias Cardoso de Almeida, bem conhecido neste Estado por seu valor, e experiencia em virtude de um aviso que lhe mandou o Sr. Mathias da Cunha e eu rectifiquei logo que entrei a governar.

Inda não tenho resoluto o como este grosso de gente, e seu Cabo hão de entrar nesta guerra, mas brevemente o resolverei!".

Outro era o tom do Arcebispo para com Domingos Jorge Velho! *Et pour cause...* Si Domingos o avisara de que acabava de ter grande vitoria sobre os Barbaros, degolando nada menos de 260 deles, numa refrega!

Escrevia-lhe no mesmo dia que aos outros, a Agostinho Cesar e á Camara de Natal.

E, aludindo ao caso dos tapuias, depreciativamente comentava:

"Já Vossa Mercê lá terá sabido que as duvidas que havia entre a dita Camara e capitão mór, tocantes a este gentio bravo pararam com se unirem capitão-mór e Camara, e tornarem a

tirar as familias que Vossa Mercê havia deixado na dita Aldeia?

Levaram comsigo trinta homens delles para soldados, e sem respeito algum do serviço de Deus e do Del-Rei meu Senhor e dos mesmos Religiosos a que ficaram entregues para a educação delle, nem consideração ao prejuizo que podia resultar da desconfiança que justamente teriam os maridos, e Irmãos que Vossa Mercê tinha levado, vendo os termos que se tinham usado com suas mulheres, e filhos se conformaram: captivaram todos, e os dividiram entre si; acção muito para extranhar por todas as circumstancias que nella se consideram".

Assegurou, porém, o governador que os indios, indebitamente, sacados das aldeia nela seriam repostos.

Sobre a expedição de Matias Cardoso noticiou alguns pormenores frescos:

"De São Paulo marchou por terra Mathias Cardoso, com um grosso de gente branca e Indios pela ordem que teve minha, como já escrevi a Vossa Mercê: e por mar chegou aqui o seu Sargento-mór, com 23 soldados, Indios e brancos; ao qual mando incorporar com elle no Rio de São Francisco, donde o supponho chegado.

Brevemente, avisarei a Vossa Mercê continuando, como costuma, dando na destruição desses Barbaros novas occasiões de desenganar aos Pernambucanos do genio dos Paulistas para conquistal-os.

E dou a Vossa Mercê o parabem de um aviso que do Recife me fez o Provedor da Fazenda, estando para dar á vela a embarcação que o trouxe de haver Vossa Mercê degollado 260 Tapuias. E ainda que o novo governador daquella capitania m'o não escreve o tenho por sem duvida pelo que espero do valor de Vossa Mercê".

Assim Matias ia entrar na luta muito depois dos primeiros grandes triunfos de seu emulo.

Quanto á questão financeira evasivamente respondia o Arcebispo ao mestre de Campo que lhe fizera novos pedidos e

propostas: "nada podia resolver facilmente pelo atrazo em que a Fazenda Real se achava".

No dia 28 de agosto de 1689, longa carta escrevia o Prelado a Matias Cardoso, extranhando o tom de suas duas missivas de 2 e 15 de março, de que, infelizmente, ignoramos o paradeiro.

"Duas cartas recebi de Vossa Mercê, uma de 2 de março, pelo ajudante Manuel da Matta Couto, outra de 15· que me chegou mais cedo que a primeira em uma embarcação. E, supposto que são ao mesmo fim da guerra dos Tapuias do Rio Grande, são bem diversas em circumstancias muito ponderaveis.

Porque, mostrando-me Vossa Mercê na primeira o bom animo, e zelo do serviço Del-Rei meu Senhor com que se achava a gente que queria vir a esta empresa, em a outra que vem com papel das condições, que elles a Vossa Mercê ofereceram, e pediram acceitasse em nome deste Governo, mostram ser o seu animo só de ambição, e conveniencia, e como eu vi que Vossa Mercê dizia que elles não partiam sem lhe ir reposta minha, e o mesmo me escreveram alguns, resolvi responder-lhes que, de nenhuma sorte, se abalassem, e para isso estava esperando uma embarcação, quando agora aqui chega o portador... com os homens que o acompanham, e me mandam dizer vêm outros por caminho, além dos que partiram com Vossa Mercê".

Extranhava dom frei Manuel as exigencias de dinheiro dos paulistas, cuja atitude era a de perfeitos mercenarios. E avisava o cabo de tropa das aperturas do erario regio.

"Eu ainda que sirvo de Governador secular, muito contra minha vontade, sou um prelado ecclesiastico que devo falar verdade, e tratar com toda a lisura sem engano.

A Fazenda Real da Bahia de nenhuma sorte se acha em estado para poder concorrer para a grande despesa que demandam as condições do papel, que são taes que creio toda a capitania do Rio Grande não vale tanto como ellas importam em pouco tempo.

Tres annos ha que têm quebrado os contractadores com dividas de mais de 200 mil cruzados.

O anno que agora acaba arrendaram-se os dizimos por sessenta e seis, e as consignações importam oitenta e este ano não houve quem prometesse por eles nem pouco nem muito, e se cobram de necessidade pela Fazenda Real".

Terrivel crise financeira assolava todo o Brasil, essa crise nascida da falta de meio circulante, que atormentou cruelmente a colonia, durante largos anos no seculo XVII

E motivou na ultima decada os terriveis motins paulistanos chamados da *Moeda*, terminados pela tragedia em que o regulo Pedro de Camargo deixou a vida ás mãos do ilustre bandeirante Gaspar de Godoy Collaço.

"Veja Vossa Mercê agora donde ha de sair o dinheiro que é necessario para uma tão larga despesa, como pedem os Paulistas, se até para se pagar o soccorro costumado a esta infantaria foi necessario puxar eu pelas minhas congruas ecclesiasticas, e acudir com tres mil e quinhentos cruzados que se me estão devendo.

E se imos á Fazenda Real de Pernambuco, tambem tenho aviso está exhausta, e apenas pôde até agora acudir com os moradores soccorros para aquella guerra; com que por nenhuma via se podem satisfazer as ditas condições, nem eu posso prometer o que sei de certo de não poder cumprir.

Daquillo com que for possivel acudir-se daqui, ou de Pernambuco me não despeço eu: e se eu tivera do meu com que poder supprir o fizera mais facilmente do que promettido donde o não póde haver".

Si era exato que pouco haviam obrado os chefes brancos, não menos certo que os barbaros se sentiam desmoralizados.

"Esta guerra se bem é verdade que está muito dilatada pelo pouco que tem obrado os Cabos della; comtudo, já está mui remissa pela parte dos Tapuias, que andam timidos, e afugentados; mas basta a sua dilação, e a despesa que estão fazendo os nossos em diversas partes para ser muito prejudicial.

Bem creio pelas informações que tenho do valor, e, experiencia de Vossa Mercê e zelo do serviço de Sua Majestade que com a sua pessoa e gente poderá tomar melhor caminho, e ainda concluir-se mais brevemente ainda que Vossa Mercê militasse.

E desejo dar nova forma, encaminhar as cousas de sorte que isto se consiga; porém, com isto agora será cousa maior pelas circumstancias de que foi o principal, e então se fez uma junta geral, tambem agora determino fazer outra.

Mas para isto me é primeiro necessario conferir com Vossa Mercê, e ouvilo, para o que será muito conveniente que Vossa Mercê logo dê uma chegada a esta terra a haver-se commigo, estando certo, que em tudo o que em mim fôr achará todo o bom acolhimento. E sem isso tenho suspensa a junta e resolução deste negocio".

Á pobreza de numerario correspondia a penuria dos arsenais baianos:

"Ao Sargento-mór portador desta mandei recolher nos quarteis, e lhe mando dar uns poucos de tostões para sustento de sua gente na jornada a esse sitio, e ordem para se lhe darem indios que conduzam o fatinho (sic).

Pedia-me espingardas e munições, e determinando eu mandar lhe dar estas cousas do que cobrou André Pinto para um soccorro que se desvaneceu, cuidando eu que ficara, em parte donde antes de chegarem ahi o provessem, acho que ficaram as cincoenta espingardas, quantidade de munições, e cincoenta machados depositados nesse Rio de São Francisco aonde estão mais armas para mandar entregar tudo a Vossa Mercê, no caso que com sua vinda ajustemos a marcha.

E assim vai essa gente desprovida porque nos armazens donde de além dessas cincoenta espingardas se tiram outras cincoenta para o soccorro da Villa de Penedo, me dizem não ficaram mais que alguns esmerilhões que são espingardas tão grandes que se não podem menear. Como espero que Vossa Mercê venha brevemente não me dilato mais".

Intimado obedeceram Agostinho Cesar e a Camara de Natal ás ordens do governador repondo os indios por eles furtados em poder dos jesuitas.

É o que parece poder depreender-se das cartas do arcebispo a 12 de janeiro de 1690. Mas naturalmente foi isto muito e muito em termos... Sabemos perfeitamente como se cumpriam as ordens governamentais no Brasil seiscentistas. E sobretudo em assunto de tal naturesa...

Por terceira carta, desse mesmo dia, esta a Antonio de Albuquerque da Camara, se deduz, que em janeiro de 1690, estavam os barbaros desalentados depois da grande derrota que lhes infligira Domingos Jorge Velho.

Ordenára o arcebispo a Albuquerque da Camara que não deixasse contudo de se conservar na ribeira do Cunhaú "para que ainda que se descubrissem algumas trilhas de Barbaros os não fizesse ousados o descuido dos portuguezes".

CAPITULO X

COMANDO UNICO CONFERIDO A MATIAS CARDOSO DE ALMEIDA. PORMENORES BIOGRAFICOS SOBRE ESTE NOTAVEL CABO DE TROPA. MANUEL ALVARES DE MORAIS NAVARRO. SEUS SERVIÇOS DE GUERRA. CHEGADA DESTE CELEBRE SERTANISTA Á BAÍA. JOÃO AMARO MACIEL PARENTE E SUA ATUAÇÃO

Achou, porém, o Arcebispo que a campanha contra os Barbaros eternisava-se, sem resultados apreciaveis por parte das armas reais.

E a seu ver o unico corretivo a este defeito devia e podia ser o comando unico.

Tinha agora ao seu lado, na pessoa de Matias Cardoso, um cabo de guerra de excepcional valor, cujos serviços e capacidade avaliava á altura da exata valía.

Verdadeiro golpe de Estado deu, pois, retirando o comando a todos os chefes de campanha do nordeste, com excepção de Domingos Jorge Velho (Cf. Doc. Hist., X, 382 e pags.).

Era o que terminantemente, comunicava ao capitão mór do Rio Grande do Norte, Agostinho Cesar de Andrade, a 10 de março de 1690 "sobre a reformação da guerra".

"A forma que me pareceu dar á nova guerra que se ha de fazer aos Barbaros dessa Capitania foi encarregal-a a um unico sujeito a cuja disposição absoluta, e independencia esteja o acerto de a continuar, e dar-lhe o desejado fim.

O merecimento, valor, e mais qualidades que concorrem na pessoa de Mathias Cardoso de Almeida, que ora se acha no Rio de São Francisco, com as tropas de Paulistas, e Indios armados, costumados a penetrar sertões, e a se sustentarem sem mais concurso de mantimentos que o que acham nos seus arcos, e nas suas espingardas e o animo com que se dispõem a esta empreza, me moveu a mandar-lhe patente de Mestre de Campo, o Governador da Guerra que ha de fazer por novo estylo a esses Barbaros".

Demitidos os antigos chefes em campanha devia voltar aos seus presidios toda a infantaria paga (de linha) e miliciana e a preta dos Henriques.

Bem pequena a confiança do ilustre prelado em sua tropa de linha!

Apenas queria agora os serviços dos indios de Camarão e os das aldeias da capitania rio-grandense e os dos voluntarios brancos, mamelucos e pardos.

Continuaria, porém, mobilizado "o Regimento do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho com todos os oficiais, e gente que comsigo trouxera de São Paulo, quando fora chamado para a guerra dos Palmares".

Concedia-se-lhe a independencia de ação como isento da jurisdição de Matias Cardoso, se entre ambos se não ajustasse algum meio recíproco na conveniencia de um e outro intento.

Estava o Almotacé Mór do Reino, Governador de Pernambuco, o energico e inteligentissimo Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho, plenamente autorizado a pôr em execução as ordens centrais desde que Matias Cardoso chegasse ás fronteiras do seu governo.

Ao terminar, dizia Dom Frei Manuel da Resurreição que muito confiava na eficacia das suas novas medidas.

"Espero em Nosso Senhor por este modo tenham a ultima destruição os Barbaros, e logrem esses moradores o descanso que lhes desejo".

Uma semana antes expedira o Governador Geral interino o seu *alvará de reformação* (Cf. Docs. Hist. X, 384).

Era uma verdadeira exposição de motivos de ordem estrategica apoiada em considerações historicas, realizando um retrospecto da longa e encarniçada luta do avanço da colonização com a defesa tenaz dos autóctonos.

"Invadindo os Barbaros da Região do interior do Rio Grande, aquella Capitania, e devastando-a, no mesmo tempo, em differentes partes, pareceu, a principio, que, sendo a guerra tão irregular, convinha dividir-se tambem a nossa opposição.

E encarrega-la a tres Cabos, independentes uns dos outros, com subordinação ao Capitão-mór da mesma Capitania.

E tem a experiencia mostrado que ainda que todos obraram com grande valor, e se reprimiu o furor dos Barbaros, e enfraqueceu de algum modo a união das varias nações que se haviam conspirado a ruina dos moradores, e gados daquelles Capitania, se não tem conseguido nestes dous annos a extincção de uns, e outros Barbaros, que era o ultimo progresso, e principal fim do socego daquelles Povos, a que só se dirigiram as armas Del-Rei meu Senhor, as quaes se não podem perpetuar com o trabalhoso concurso das despesas de Sua Real Fazenda, e detrimento dos gados de que se sustentam, em uma campanha donde já não têm esperança de se adiantarem a mais do que até hoje têm obrado".

Para a repressão total dos tapuías de nada adeantava a presença de contingentes em armas nos postos fortificados.

Tornava-se indispensavel atacar-lhes as aldeias, queima-las destrui-las, até que os barbaros ficassem totalmente debelados. Dai resultaria além "da sua extinção, não só a memoria, e temor do seu castigo, mas a tranquilidade e se-

gurança com que sua majestade queria que vivessem e se conservassem seus vassalos, como por tão duplicadas ordens tinha recommendado ao Governo Geral do Brasil."

Expunha agora D. Fr. Manuel os motivos de sua nova resolução assente nos ensinamentos da historia que lhe haviam inspirado a maior confiança na atuação dos bandeirantes de São Paulo.

"Para este genero de guerra, nem a infanteria paga, nem a da ordenança, se achou nunca ser capaz; de que é bem sabido exemplo a guerra que, nesta capitania da Bahia, fizeram tambem os barbaros que a opprimiam."

Pois por maiores que foram no decurso de quarenta anos, os esforços de varias tropas de infanteria, e ordenanças, que pretenderam opôr-se á sua ferocidade, nunca se conseguiu efeito algum.

E sempre os moradores do seu reconcavo padeceram sem remedio mais repetidos estragos em suas vidas, e fazenda até mandar este governo vir os paulistas.

Da energia destes fazia o arcebispo o mais arroubado elogio.

"Gente costumada a penetrar sertões, e tolerar as fomes, sedes, e inclemencias dos climas, e dos tempos, de que não têm uso algum os infantes, nem os milicianos, a que falta aquella disciplina, e constancia".

De Matías Cardoso futuro governador da Campanha alegava o prelado:

"O senhor governador e capitão geral deste Estado, meu antecessor, o destinara para a mesma guerra, persuadindo antes por carta sua ao capitão-mór e Camara da Villa de São Paulo que viessem por terra os paulistas a soccorrer a Capitania do Rio Grande."

Já se achava o famoso cabo de torpa no rio de São Francisco "com poder de gente brancos e indios armados, sufficientes á empreza, e fim que se pretendia."

Em sua pessôa concorriam todas as qualidades, " e supposições que o faziam digno de se fiar do seu valor e prudencia".

Assim, frisava o Governador Geral: "o tenho nomeado por patente minha mestre de campo com o soldo, e preemi nencias dos mais dos terços pagos deste Estado, e governador da dita guerra, reformando todos os postos que no principio della se crearam; pois não pódem subsitir acabando-se-lhe o exercicio".

Aclarava então o primaz brasileiro a situação especial de Domingos Jorge, deixando-a perfeitamente definida.

"E porque o intento do mestre de campo Domingos Jorge Velho, foi vir de São Paulo á conquista dos Palmares, chamado pelo governador que então era de Pernambuco; e por ordem deste governo passou á guerra dos Barbaros (no que fez um particular serviço a sua majestade) o poderá seguir com o seu regimento, e todos os capitães, e mais officiaes, e soldados brancos, e indios que comsigo trouxe de S. Paulo isento; e livre da jurisdicção do dito mestre de campo Mathias Cardoso com o qual se poderá ajustar (no caso que não tenha poder bastante para conseguir o seu intento) na fórma que a ambos parecer."

Entrava depois o arcebispo em curioso pormenor, muito do espirito dos tempos e da administração colonial, acerca da retribuição de serviços por parte do erario regio.

"Fosse o ajuste possivel entre os dois mestres de campo paulistas e a fazenda real, desde aquella data, cessaria de pagar soldos a Domingos Jorge, aos capitães e mais officiaes do seu regimento."

No dia 9 de março de 1690 expunha o arcebispo ainda a Camara Coutinho, as suas decisões recentes sobre a "reformação da guerra".

Ao seu vêr, sem o concurso dos paulistas, baldada seria a repressão dos Barbaros.

"Por todos os fundamentos do Alvará que será com esta: e principalmente por se haver Vossa Senhoria infor-

mado com o parecer que sempre tive de que só os Paulistas eram capazes de dar o ultimo fim á guerra dos Barbaros do Rio Grande; me resolvi a mandar fazer a reformação que Vossa Senhoria della verá.

E não só foram as causas de maior ponderação as experiencias do que até o presente se tem obrado, e as esperanças do que ha de obrar o Mestre de Campo Mathias Cardoso, na nova forma de guerra que ha de seguir até ficar totalmente concluida e os Barbaros destruidos, mas a de ficarem cessando as perpetuas despesas que a Fazenda Real padece na assistencia do custeio de tanta gente inutilmente conservada naquellas fronteiras, e o repetido trabalho que davam a esse Governo no seu concurso".

A 3 de abril seguinte expedia o Arcebispo a Matías Cardoso, Tenente General a patente de mestre de campo e Governador absoluto da guerra dos barbaros. Foi papel tambem divulgado pelo infatigavel Borges de Barros e muito interessante.

Ao assinar tal nomeação era o intento do Governador Geral interino "encarregar o governo absoluto da mesma guerra a uma só pessoa de cujo valor, prudencia, pratica da disciplina costumão uzar os Paulistas nas suas conquistas e experiencia da guerra dos barbaros; para assim se evitarem duvidas de juridisçam e se conseguir o desejado fim da guerra e extincção das nasções."

Iria o novo general atuar só em campanha retirados como haviam sido os demais chefes em operações os da tropa da linha e ordenanças, "exceptuando o mestre de Campo Domingos Jorge Velho e officiaes do regimento que se formara dos Paulistas que trouxera para a conquista dos Palmares, o qual ficava livre de o hir emprehendella."

Vinha depois a enumeração dos meritos e a dos serviços de Matías Cardoso "chegado pelo sertam, chamado por ordem deste governo, da Capitania de S. Vicente ao Ryo de S. Francisco, trazendo mais de cem homens brancos, com

seus officiaes, de que se formara hum regimento e grande numero de Indios armados para aquelle effeito".

Lembrava o Prelado as ocasiões do real serviço em que se distinguira os postos que ocupara de Capitão mór e tenente-general de D. Rodrigo de Castel Blanco e frisava que na primeira jornada de Fernam Dias Paes ao Serro de Sabarabussú, não achando este quem o quizesse acompanhar fôra Matías Cardoso "huma das pessoas que mais promptamente se offerecera com cento e vinte escravos seus, naquelle sertão, donde tivera varios encontros com os Barbaros e uma batalha em que houvera muytos feridos de parte a parte, athé os desbaratar e tomar-lhe os mantimentos."

No dito Serro formara arraial com diversas plantas e criações "levados da Villa de S. Paulo, e dali mandara conduzir do caminho mantimento ao mesmo governador, cujas tribus estavam com animo de se voltarem para a mesma Villa, oprimidos da fome, e esterilidade daquelle sertam."

"Depois de assistir seis annos com o Governador se retirara com licença sua a livrar a vida do perigo em que se achara gravemente enfermo, em parte tam remota deixandolhe quinze escravos seus por serem dois naturaes do mesmo Serro e importante ao descobrimento das esmeraldas".

Como vemos, as informações ministradas ao Governo Geral não tinham o cunho da palavra de um Epaminondas. Assim de Matías não pensavam os parentes de Fernão.

"E mandando S. Magde, depois a D. Rodrigo de Castello Branco administrador e Provedor Geral das Minas deste Estado ao descobrimento da prata do mesmo Serro do Sabarabussú, continuava o Arcebispo, nam achando elle quem o quizesse acompanhar naquella foi o dito Mathias Cardoso de Almeyda a quem então passou patente de Tenente General por nomeaçam da Camara de S. Paulo. Levou o mesmo sufficiente que hera necessario para aquella jornada, a qual hera impossivel conseguir se o dito Mathias Cardoso nam fôra e nam partira adiante a fazer plantas naquelle sertam, levando comsigo Capitaens e gente que o acompanharão com as armas,

ferramentas e o mais que héra necessario, em que fez grandes despezas de sua fazenda, sem pedir emprestimo algum da real ao dito Administrador Geral, procedendo emquanto durou aquelle, descobrimento e viveo o dito Dom Rodrigo com particular desvello em todas obrigaçoens que lhe tocarão e em tudo o mays de que foi encarregado."

Traz o final da patente uma novidade. Revela uma comossão do Governo Geral ao antigo lugar tenente de Fernão Dias Paes, que corresponde a uma das maiores incumbencias de redução de indios durante todo o periodo do ciclo da caça ao Indio.

"E ultimamente o proveo o Governador e Capitam Geral que foy deste Estado Antonio de Souza de Menezes por patente sua de Governador e Administrador de todas as Aldeas de Naçoens que reduzisse e situasse desde a Capitanya de Porto Seguro, athé o Ryo de S. Francisco excepto a dos Ilhéos pelo grande serviço que podia fazer a S. Magestade na divisam que por aquelle meyo se fazia das hostilidades que dos Barbaros costumavam paderecer os moradores desta Capitanya".

Tomou Matías Cardoso posse do novo cargo por procuração passada ao seu capitão mór João Amaro Maciel Parente ou ao seu sargento mór Manuel de Alvares de Morais Navarro (Arq. do Estado da Baía Livro 5.o de Patentes 1688-1696, p. 105 a 106 v).

CAPITULO XI

MANUEL ALVARES DE MORAIS NAVARRO. NOVA E NOTAVEL FIGURA BANDEIRANTE ANTONIO CUBAS, IRMÃO DE DOMINGOS JORGE VELHO SERTANISTA DE RELEVO, TAMBEM. INFORMES SOBRE JOÃO AMARO MACIEL PARENTE.

Na mesma ocasião em que nomeava a Matías Cardoso de Almeida expedia o Arcebispo a Manuel Alvares de Morais Navarro a patente do posto de "sargento mayor da guerra dos Barbaros do Ryo Grande".

Pela primeira vez, nos fastos do bandeirantismo e do Nordeste aparecem estes apelidos destinados a tão larga celebridade.

Até hoje não conseguiram os genealogistas de S. Paulo estabelecer a afiliação de Morais Navarro aos troncos vicentinos primevos. São, como todos sabem, sobremodo truncadas as nossas linhagens e daí a dificuldade. Numerosos Morais Navarro surgem nas listas das primeiras gerações paulistas onde estes apelidos aparecem em diversos titulos das obras de Pedro Taques e de Silva Leme.

Muitos personagens designados pela associação dos dous nomes, Morais e Navarro, ocorrem pelas paginas de *Genealogia*

Paulistana de Silva Leme mas, em parte alguma, ao que nos conste, vemos alusão positiva ao grande bandeirante do Nordeste de quem vamos tratar.

Descobrindo documentos copiosos sobre a sua vida encontrou Studart uma referencia aos seus pais Manuel Alvares Murzelho e Ana Pedroso de Morais (Rev. do Inst. do Ceará, XXXI, 163) mas no volume antecedente a este lemos Manuel Alvares Murzello, grafia espanhola quiçá.

O aparecimento, no tomo XLVI dos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro,* da *Nobiliarchia Pernambucana* de Borges da Fonseca, trouxe-nos novas indicações sobre o famoso mestre de campo.

Assim a seu pai ora chama o linhagista Manuel Alvares Mosello (p. 143)) ora Manuel Alvares Macedo (sic) (á pag. 111).

Murzelho é quasi o Murzillo que vemos aparecer nas velhas linhagens paulistas e posto em relevo por Silva Leme (1, 7) ao falar de um Domingos Gonçalves Murzillo. Este homem, em 1717, justificou ser limpo de sangue judeu, mouro, mulato e cristão novo como terneto de João Murzillo, reinol, e Catarina Alvares, aparentada com os Barueis.

Deste casamento de João Murzilho e Catarina Alvares diversos Murzilos provieram em S. Vicente. Seu filho, Marcos Fernandes, tinha a alcunha de *Polaio* não sabemos porque. Em 1579 a Camara de S. Paulo proibia-lhe ir ao Sertão.

Menciona Pedro Taques uma Ana Pedroso de Morais (Titulo Godoys, cap. 1 pag. 4) mas não é ela evidentemente a mãe do Mestre de Campo.

Seria Morais Navarro filho de Ana Maria, irmão do Coronel Carlos de Morais Navarro (genro de Antonio Raposo Tavares) e de Inez Pedroso Navarro? Acerca deste nada descobriu Silva Leme (cf. Gen. Paul. 7, 24).

Dando-lhe a patente de Sargento mór do terço de Matías Cardoso enumerava o Arcebispo os serviços deste ilustre "calção de couro" acerca de quem tão e tão pouco se ocupou

Pedro Taques, pelo menos ao que se sabe, na parte de sua obra escapa á destruição.

Neste documento alegava o Arcebispo uma serie de serviços do agraciado dando-nos novidades como esta: viera Navarro por mar e ocupar-se em comboiar armas e munições ao acampamento de Matías Cardoso no S. Francisco.

"Com satisfação servira a El-Rei seu Senhor nas occasiões que se haviam offerecido na Capitania de S. Vicente onde occupara mais de cinco annos, o posto de Alferes da Fortaleza de Vera-Cruz de Itapema, no porto da Villa de Santos. Acudira a reedifical-a e reparal-a de muitas cousas que lhe faltavam, havendo Piratas naquella costa. Passando a Capitão de Infantaria da Ordenança fora eleito Sargento Maior para a Conquista dos Barbaros do Rio Grande".

Na capitania de S. Vicente fizera varias diligencias e obrara com o maior zelo por ajuntar paulistas para essa guerra e os conduzir por mar, a sua custa.

Não houvera logar para todos na embarcação em que devia ir á Baía. Assim chegara com quinze Indios, seus escravos, para levarem ordens e munições a Matías Cardoso, que, pelo sertão, marchara ao rio de S. Francisco.

Á margem deste e a duzentos e vinte leguas da cidade d'O Salvador, fôra, encontra-lo, por ordem do Governo Geral. Já se avistara com o Cabo voltando com cartas e poderes "para ajustar a forma das proposições" sobre que Matías Cardoso o enviara, não reparando na distancia e asperezas dos caminhos nem nas graves doenças que a cidade padecia nada menos então do que "a bicha", a febre amarela.

Concluira o ajuste das cousas necessarias á guerra e voltara outra vez, pela Jacobina, por caminho muito mais dilatado, a recrutar, por ordem do Arcebispo, e levar consigo, das aldeias de diversas Nações daquela serra, de cento e cincoenta a duzentos indios armados, destinados ás tropas do mesmo Matías Cardoso "para reforçar o numero dos que de São Paulo trazia."

Mostrara-se, aliás, sempre zelosissimo do serviço real e assim de sua futura atuação todos imenso esperavam.

Na mesma ocasião deve ter sido expedida uma patente similar a João Amaro Maciel Parente mas esta desapareceu ou pelo menos ainda se não divulgou.

Na obra de Borges de Barros não aparece. Publicou contudo o esforçadissimo pesquizador baiano um alvará regio expedido em 1696, a 16 de maio, em que se lêm valiosos pormenores sobre as passadas do filho notavel de Estevam Ribeiro Bayão Parente, quando servia de lugar tenente de Matías Cardoso.

Este documento deve ter sido aliás horrivelmente estropiado pela revisão dos *Bandeirantes e sertanistas bahianos* (p. 252 e 253).

É evidente quanto se acha deformado.

Nele ocorre um Gorgel como se fosse nome proprio quando deve ser o G. or. g. al (governador geral) !

Do seu contexto se deduz que o Rei louva as notaveis ações praticadas pelo bandeirante quando sob as ordens do Pai servira como capitão de uma companhia, na campanha da "conquista dos Barbaros, que infestavam o Reconcavo da Bahia".

"Até o anno de 1674 fizera tres entradas em que aprisionara a muito tapuyas arrazando-lhe as aldeas, com o que haviam aquelles moradores ficado quietos e socegados."

"Acabada aquela guerra, continuava D. Pedro II, pela satisfação que tive do seu valor encommendei ao Governador Geral que parecendo-lhe conveniente continuasse no dito posto a encarregar-se de uma povoação para impedir o passo ao gentio."

Fundara-a o cabo paulista e nela levantara igreja, fazendo plantar muitos mantimentos com grande trabalho por ser paragem de cem leguas de despovoado.

No ano de 1675 partira João Amaro a acompanhar seu Pai para o sertão de Porto Seguro, a cincoenta leguas da vila, com o fim de descobrir a Serra das Esmerandas.

Era esta expedição naturalmente conjugada com a que Fernão Dias Paes comandava e determinada provavelmente pelo Visconde de Barbacena.

Nesta jornada correram os sertanistas grave perigo. Cercados pelos barbaros eles resistiram durante vinte e dous dias de apertada investida que acabaram repelindo.

Já da Corôa tivera, por estes serviços, recompensa ou antes promessa de galardão, graças á portaria de 19 de março de 1674, expedida a seu Pai; uma comenda de quarenta mil reis efetivos, dos quais doze a titulo de habito da Ordem de Cristo desde que, entre trinta e quarenta leguas da costa da Baía, fundasse vila com oitenta moradores, igreja e o mais que tocasse ás vilas novamente eretas.

Dela seria o Donatario ficando de juro e herdade para seus filhos e sucessores.

Nesta ocasião, alegava João Amaro: "seu Pae fizera tal fundação em uma das paragens que tinha ganhado ao gentio vizinho do Rio Paraguassú, em que tinha feito Igreja, havendo dado principio a algumas casas e curraes. Mas não as acabara por fallecer".

Concedeu-lhe o Rei as mesmas regalias quanto a mesma vila.

. Assim o documento que analisamos contradiz completamente quanto afirma o autor que o descobriu e publicou, quando á pagina 233 dos mesmos *Bandeirantes e sertanistas bahianos* afirma que "a fundação de S. Antonio, nome que o povo, e com razão, substituiu pelo do mesmo fundador, se deveu a João Amaro". Como vimos este apenas renovou a tentativa paterna.

Persiste o nome, aliás, na toponímia baiana e é o de pequeno povoado decadente, de municipio de Tapera, sito á margem direita do Paraguassú e sobre a Estrada de Ferro Central da Baía, em local muito sujeito a febres intermitentes e perniciosas conta-nos o *Diccionario* de Moreira Pinto.

Dista uns 260 quilometros da capital baiana.

Referindo as façanhas de João Amaro, como lugar tenente de Matías Cardoso dizia o Rei: "marchara com o seu mestre de campo até o arraial deste, distante, de quinhentas legoas. Experimentara grandes "discomodos" aquella tropa em que ia um capellão, e dois capitães com duas companhias tudo á propria custa e sem nenhuma ajuda de custo, por tempo de fazer duas sahidas a campanha em que empregara sete mezes até ser mandada retirar por fugir a infantaria, por lhe faltarem os soccorros".

Pondo-se em marcha pelo sertão, com a pouca gente de que dispunha, caminhara João Amaro, com grande risco de vida, sem polvora nem balas, vencendo um percurso de 150 leguas de campanha.

Esta retirada e jornada valorosa incorpora-as tal documento aos fastos notaveis do bandeirantismo.

Mais ou menos, na mesma ocasião, em que expedia D. Frei Manuel da Resurreição as patentes, acima referidas, a Matías Cardoso e Morais Navarro, passava outra, do mesmo genero, de Coronel de toda a gente de armas, e da mais que se lhe agregasse, na Guerra dos Barbaros, a Antonio Cubas, irmão de Domingos Jorge Velho, cujo nome, pela primeira vez, aparece nos anais bandeirantes.

Data de 22 de março de 1689 e foi Borges de Barros ainda quem a divulgou.

Declara o Arcebispo:

Enviara-lhe Antonio Cubas a representar, que viera da Vila de São Paulo, pelo sertão com o Governador Domingos Jorge Velho, á Conquista dos Palmares, trazendo consigo cem homens de armas aos mocambos reais dos pretos levantados.

Marchara com o dito Governador para a guerra dos Barbaros Janduins, e outras nações confederadas, que oprimiam a Capitania do Rio Grande, varrera a campanha riograndense queimando aldeias "degolando todas as nações que nellas estavam."

"Passando a investir as outras que unidas os esperavam pelejara quatro dias e quatro noutes, sempre a fogo vivo, por

trazerem os indios muitas armas daquella qualidade", além das quasi infinitas de arcos e settas".

Por falta de polvora e balas tivera de cessar o prelio.

Depois daquelle sucesso de grande reputação ás armas de Sua Magestade e segurança da dita Capitania continuara em guerra "até o presente em que o poder dos ditos Barbaros se achava já desunido pelas entradas que se lhe haviam feito, assim com a gente dos Paulistas, como com a que em diversas partes assitia nas fronteiras da dita Capitania".

Procedera sempre muito como devia ás suas obrigações. Assim pedia lhe mandasse S. Excia. passar patente de Coronel de sua gente de armas e da mais que lhe encarregasse.

Obtemperando a este desejo declarava o Arcebispo prazeirosamente:

"Respeitando eu o grande serviço que o dito Antonio Cubas tem feito a El-Rei meu senhor, e a honra da informação que tenho de seu particular valor, experiencia e mais qualidades que concorrem em sua pessoa: esperando que daqui em diante continuará naquella guerra até de todo se extinguirem os Barbaros e ficar pacifica a dita Capitania do Rio Grande do Norte, mostrando nas occasiões que se offereceram o merecimento de maiores postos e o bem que responde a confiança que faço do seu procedimento.

Hei por bem de o eleger e nomear Coronel da sua gente de armas e de toda a mais que se lhe agregar, ou encarregar, de qualquer condição que seja para que como tal governo exerça o dito posto emquanto durar a dita guerra e El-Rei meu Senhor não dispuzer outra cousa, e com elle gozará todas as honras, graças· franquezas, preliminares privilegios, isenções e liberdades que tocam podem e devem tocar, aos mais coroneis que assitem em guerra, actual ajustando-me neste provimento ao Cap. 4o do Regimento novo deste Governo.

Pelo que o hei por metido de posse: e ordeno ao dito Governador Domingos Jorge Velho lhe dê o juramento na forma que é estylo"

CAPITULO XII

AINDA A VITORIA NOTAVEL DE CRISTOVAM DE MENDONÇA SOBRE OS JANDUINS. VENDA DOS INDIOS APRISIONADOS. PROTESTOS DAS AUTORIDADES. DIFICULDADES FINANCEIRAS

Contestando a carta de 22 de dezembro de 1690, em que Cristovam de Mendonça lhe comunicava a sua notavel vitoria felicitava-o o Governador Geral calorosamente por este grande feito de armas.

Tinha o maior alcance a prisão do homonímo tapuía do *Castrioto lusitano,* tantos de seus principais guerreiros e as familias destes.

Ao Rei encareceria vivamente tão notavel feito mas com toda a prudencia ressalvava com aquela cautela tipica dos administradores portuguêses da era colonial em materia de pagamentos:

"Se hoje não estivera tão extremamente exhausto o cabedal da Real Fazenda nesta praça; creia Vossa Mercê do meu animo lhe mandara acudir com alguma ajuda de custo, mas ha difficuldade invencivel, a que o meu desejo não pode dar remedio".

Assim sua Mercê se resignasse com a recompensa pouco solida da gloria desacompanhada de proventos materiaís.

Á vista destas vitorias decidira Domingos Jorge Velho decampar do Rio Grande do Norte para tratar de sua grande empresa palmarense.

E puzera-se a vender os indios aprisionados.

Contra isto protestava indignado o Capitão-Mór riograndense ao Governo Geral e Camara Coutinho procurava remediar ao caso mandando a Agostinho Cezar que fizesse chegar ás mãos do mestre de campo o alvará de Sua Majestade, recente, sobre a liberdade dos indios! Era o caso da aplicação da hoje velha alusão historica relativa ás garantias da letra de La Chatre.

No arraial de Matías Cardoso arrebentara uma epidemia de sarampo, molestia pouco séria para os brancos e muito grave entre os indios. Esperava-se, porém, que mudando a séde de sua base pudesse o bandeirante dentro em breve debelar o mal.

Não se admirava Coutinho da devastação de que o Capitão mór riograndense lhe dera parte: do "estrago que Domingos Jorge Velho fizera e iria fazendo até encontrar os Palmarenses".

Estava tudo tão de acordo "o costume daquela gente!".

"Se elle, ou os outros tiverem vendido (como Vossa Mercê me diz que fizera) indios prisioneiros, com esta remetto a Vossa Mercê Alvará que mandei passar em todo o Brasil se ter entendido, quão sagrada quer El-Rei meu Senhor que seja a liberdade dos indios.

Vossa Mercê o faça publicar nessa Capitania e observar inviolavelmente remettendo á Secretaria do Estado certidão de se haver promulgado nessa Capitania".

"Já considero terem partido da Parahyba as munições que alli se remetteram desta praça, para as fronteiras dos Barbaros, donde já não haverá falta".

Deante daquele apregoado e sacro carater que El Rei queria atribuir a seu Alvará é o caso do leitor posto ao par

dos processos do tempo recordar a famosa frase antologica do *risum teneatis.*

Continuavam, porém, as enormes dificuldades da Fazenda Real que não podia valer ao Governador nem em dinheiro nem em suprimento de material.

Quizera Agostinho Cesar que Matías Cardoso transportasse seu arraial do Ceará para o Rio Grande do Norte onde melhor conteria os tapuias.

E este obtemperara a tal desejo. Estavam os paulistas muito descontentes porém. A Fazenda Real não lhes pagava os soldos e Matías Cardoso fora a Olinda pedir providencias para que se acabasse tal irregularidade.

Si não conseguisse dinheiro, "tambem não se poderia conseguir o serviço de Sua Magestade".

Mas como fazer! si os recursos do Governo Geral estavam esgotados, prevenia Camara Coutinho a Matías, em 29 de janeiro de 1692.

O unico recurso era pedir a El Rei que autorizasse o pagamento de taes soldos diretamente.

Mas Sua Magestade em materia de "pague-se" era mais que tardonho...

Cheio de rodeios e palavras gentís expunha o Governador Geral, delegado do monarca mau pagador.

"Não ha duvida que os officiaes e soldados vençem os seus soldos, como os mais de infanteria do Estado; e que nem o Sr. Marquez nem os officiaes da fazenda de Pernambuco, os podem pagar, enquanto El Rei meu Senhor, não mandar ordem.

E já eu considerando a importancia de se defender essa Capitania e soccorrer com os seus soldos a infanteria desse Terço, dei particular conta a Sua Magestade de uma, e outra cousa na frota passada.

Brevemente chegará a que neste mez parte de Lisboa; nella espero sem duvida a resolução de Sua Magestade muito a favor da miseria desses moradores e do merecimento desses soldados.

E se ha sido tão constante a sua tolerancia; poderá parecer menor o seu valor? se depois de tantos annos dessa campanha, sem mais esperança que a do serviço que faziam; fraquearam agora na que em poucos mezes podem ter, de serem pagos sem escruplo algum dos Ministros e officiaes da Fazenda Real, que ou nesta cidade, ou em Pernambuco, mandar Sua Magestade que assistam a seus soldos".

Apelava Camara Coutinho para o zelo do cabo de tropa para alentar a sua gente sequiosa pela justa posse das moedas com a cruz de Cristo.

Que rei era este? o primeiro a proclamar em sua moeda: *Pecunia totum circumit orbem* e no entanto pretendendo excluir da axiomatica divisa os locais onde pelejavam dedicados vassalos seus credores?

Assim mais precisa se tornava a intervenção do caudilho.

"Vossa Mercê os anime nos desmaios de sua desesperação; que no que eu puder favorecel-os hão de conhecer que desejo mais que Vossa Mercê vel-os contentes do que tem servido; e com novo gosto de acompanharem a Vossa Mercê até dar a essa guerra. o fim que Vossa Mercê promette".

Não podendo cobrar-se em especie queria Matias Cardoso velho caçador de indios que Sua Magestade o deixasse agir livremente no sentido da utilização daquela mercadoria humana.

Timidamente lhe objetava o Governador Geral alguns obices a este projeto muito embora ousasse contraria-lo.

"Já Vossa Mercê deve ter as munições que desta praça se lhe remetteram por via da Parahyba.

E quanto ás Aldeias da Capitania do Ceará do Paupina Paranguabu. e Tapuyas Jaguaribaras que Vossa Mercê quer ter á sua ordem independente do Capitão-mór; ainda que pelas experiencias que tenho da sua inconstancia e temor que têm dos Paulistas, duvido que queiram obedecer a Vossa Mercê principalmente quando Vossa Mercê me diz, que os

achara quasi levantados contra o Capitão-mór, costumando elles estar á sua obediencia.

Eu fico escrevendo, comtudo, ao Sr. Marquez Governador de Pernambuco, ordens ao Capitão-mór do Seará, os deixe á disposição de Vossa Mercê o maior numero de Indios que for possivel.

E que se dos sobejos das consignações pertencentes á Camara e não a Fazenda Real prohibidas, se puder esforçar a accudir a Vossa Mercê com algum bom soccoro para essa infanteria, o faça quanto antes ser possa".

CAPITULO XIII

ERROS A CORRIGIR RELATIVOS A JOÃO AMARO E A DOMINGOS JORGE VELHO. DESHARMONIA ENTRE OS MESTRES DE CAMPO. OPERAÇÕES DE MATIAS CARDOSO

Ao Governador de Pernambuco expondo os motivos que o haviam levado a fazer o maximo empenho em empregar bandeirantes de São Paulo na pugna com os terriveis tapuias do Rio Grande do Norte minudenciava o Arcebispo Governador Geral interino do Brasil a 9 de março de 1690.

"Matías Cardoso de Almeida vae com Patente de Mestre de Campo, e Governador daquella guerra: leva um Sargento-maior um Capitão-mór (a quem se encarregou a gente das tropas que de São Paulo se abalaram em seu seguimento; sujeito de grande valor e experiencia adquiridas na conquista dos Barbaros desta Capitania de que foi Governador com felicissimo successo seu pae Estevão Ribeiro Baião Parente) e quatro Capitães mais.

A todos mandei passar Patentes com o mesmo soldo, e preeminencias que tocam a aquelles postos nos Terços pagos.

E ao Capitão mór (de que não ha exemplo na infanteria paga, nem é justo se reforme, sendo tanto o seu mereci-

mento) se lhe declara tambem soldo de Capitão com as preeminencias que se deve á autoridade de Capitão-mór a que os mais Capitães ficarão subordinados nas acções que o seu Governador lhes encarregar".

Contam-nos estas palavras que João Amaro Maciel Parente voltou aos sertões do Norte não como cabo autonomo de uma grande bandeira destinada a varrer o interior baiano, como pretendem numerosos autores, e sim como lugar tenente de Matías Cardoso.

Quanto é mal estudada ainda a historia do desbravamento do Brasil!

A' porfia escrevem os nossos historiografos, sobretudo os baianos· que João Amaro tais e tais proezas praticou nos sertões da Baía. Ora o confundem com o pai, como fez Rocha Pitta a provocar aliás os protestos de Pedro Taques, ora mostram desconhecer totalmente as suas ligações com a expedição de Matías Cardoso.

A este caso das operações belicas de João Amaro teremos de voltar esclarecendo-o com o auxilio dos papeis da preciosa serie de *Documentos historicos*.

A continuação da carta do Arcebispo é interessantissima, para o melhor conhecimento da ainda mais que obscura biografia de Domingos Jorge.

Dispensado das operações do Rio Grande do Norte seria incumbido da expugnação de Palmares a cuja conquista fôra chamado e viera de São Paulo.

Assim seu soldo e o do seu troço correria por conta exclusiva do Governo de Pernambuco.

Sempre precavido em materias de despesa recomendava o antistite do soldo Baiano muita prudencia a narrar que Matías Cardoso trouxera de São Paulo, além da propria familia, muitas outras com as quais pretendia fundar uma vila sobre o rio de S. Francisco.

"Deve Vossa Senhoria mandar-lhe assentar os soldos, que hão de vencer effectivos em tal forma que se lhe pague assim,

e da maneira que se faz ao mais Capitães de infanteria desta praça.

Nem pareça que ficarão sendo perpetuos sem uma guerra, cujo fim pende de arbitro livre do seu Governador; porque o seu intento é consummal-a, e extinguir os Barbaros, quanto antes ser possa, assim pelo interesse da presa, e da gloria (maior na differença de tudo o que até hoje têm operado as armas de Sua Magestade reduzidas aos arraiaes em que se acha) como por haver trazido sua casa com muitas familias, para o rio de São Francisco donde pretende fundar uma Villa e tem já bastante povoação.

Elle vae a merecer, e a adquirir. E tudo são estimulos mui vehementes para o trazerem mais brevemente a sua casa, com a honra, e utilidade que a todo o perigo ha de procurar conseguir".

Declarava Matías Cardoso categorico, que as forças de Domingos Jorge eram "em poder de brancos e indios" "in totum" insuficientes para a dominação dos Palmares.

Precisaria pedir-lhe uma conjugação de esforços para "com umas, e outras forças unidos o invadirem, e segurarem por este modo a importantissima presa e o grande serviço que ambos ficariam fazendo a Sua Magestade em tão universal beneficio dessas Capitanias".

Tendo em vista a harmonização dos dois grandes bandeirantes cuja rivalidade séria percebia, rogava o Arcebispo a intervenção amistosa do governador pernambucano.

Tinha aliás a Matías em mais alta conta de que ao emulo; provavelmente a obedecer a esse pendor muito humano traduzido pelo proverbio francês que declara ser sempre belo tudo quanto é novo.

"Para os conformar será eficassissima a mediação "de Vossa Senhoria, entendido para maior acerto do que Vossa Senhoria se servir dirpor neste particular, que é Matías Cardoso superior em algumas circumstancias a Domingos Jorge; e elle o deve reconhecer assim".

Explica depois os processos que o antigo lugar tenente de Fernão Dias Paes ia pôr em pratica.

"Para o fim principal da guerra dos Barbaros mando reforçar o numero de Indios que traz Mathias Cardoso com quatrocentos e cincoenta até quinhentos que pôde levar do Rio de São Francisco e com todos os que lá se ache do Camarão, e os mais que se lhe puderem remetter das Aldeias dessa capitania do Norte.

"Que como o seu intento é abreviar a guerra em que se podem gastar dous anos, a um só, e introduzir naqueles sertões por diversas partes as suas Tropas de maneira que não só se possam sustentar dos mattos, e dos Rios, mas fugindo aos Barbaros de umas caiam nas mãos de outras, e destruidas, as Aldeias não achem com que se sustentar suas familias; todo o maior numero que levar de gentio é mais conveniente para apressar o effeito.

Tambem lhe mando dar todas as armas, e munições que ficaram no Rio de São Francisco do soccorro que não levou o Capitão-mór André Pinto Corrêa, para o Arraial de Domingos Jorge.

E todas as que se remetteram ao Capitão-mór Pedro Aranha Pacheco, de quem não tenho mais noticias que as letras que passou sobre a Fazenda Real dos gastos que fez na expedição do soccorro que lhe encarreguei levasse á ordem de Antonio de Albuquerque; e bem assim a polvora que por via do Provedor da Fazenda dessa Capitania se remetteu desta praça á da Parahiba donde me diz o Provedor-mór tivera aviso estava em ser, e ultimamente lhes mando para lhe não faltar cousa alguma, que é tudo o que se pôde esforçar a Fazenda Real da Bahia, hoje tão exausta, e nas rendas tão diminuta que se duvida se cobrados os dizimos, por não haver contractador a elles por seus Ministros poderá chegar a ambas as folhas".

Vinham depois noticias precisas sobre a marcha dos Paulistas.

"Mathias Cardoso partirá dentro em dous mezes. Emquanto não chegar se devem conservar os Arraiaes no mesmo

estado em que se acham os Mestres de Campo Domingos Jorge, Antonio de Albuquerque e o Capitão mór Manuuel de Abreu Soares.

A todos escrevo as cartas que com este remeto a Vossa Senhoria sobre a reformação daquelles postos, e a nova forma que dou á guerra dos Barbaros; para que quando Vossa Senhoria vir que é tempo, mande executar o Alvará da dita reformação e a cada um a sua carta.

Creio que nenhum terá razão de queixa: mas é certo que ainda que a tivessem a tudo procede sempre o serviço Del-Rei meu Senhor e o desengano de não poderem aquelles sujeitos obrar mais.

Tudo Vossa Senhoria lá disporá com o grande acerto que costuma ter em tudo".

"No que toca o escrupulo que Vossa Senhoria teve da liberdade ou captiveiro dos Barbaros, e conta que delle deu a Sua Magestade o Sargento-mór Manuel Alvares de Moraes Navarro, que Mathias Cardoso mandou para em seu nome se ajustar alguma duvida que se offerecesse a pedir o que era necessario para aquella guerra adverti que tivesse o seu Mestre de Campo entendido, que Vossa Senhoria havia dado aquella conta a Sua Magestade e que emquanto a sua resolução não chegasse senão podiam declarar os prisioneiros Barbaros por escravos.

Nosso Senhor se sirva dar-lhe o bom successo que todos devemos desejar".

A Antonio de Albuquerque da Camara e Manuel de Abreu Soares escreveu o Arcebispo com efeito umas tantas liberdades e verdades dias depois de lhes tornar conhecidas as razões de sua destituição.

Tudo isto ligeiramente amenizado por uma palavra de agradecimento (Cf. Docs. Hist. X, 396) a que rematavam novas expressões de muita confiança na atuação dos paulistas.

"Bem desejava eu que o valor de Vossa Mercê não ficasse ocioso, e participasse, além do que tem obrado, a gloria de

ajudar a dar o desejado fim a esses Barbaros. Mas nem a independencia do posto que Vossa Mercê tinha permitte agora a subordinação de outro, nem a gente que o governa é verdadeiramente capaz de conservar-se nas asperezas daquelles sertões, a que só os Paulistas vivem acostumados.

E estas duas difficuldades, maiores ambas na opinião que tenho da Vossa Mercê me obrigam a livral-o de uma occupação que não podia ter exercicio neste novo empenho das armas de Sua Magestade, em cujo serviço sei eu que Vossa Mercê ha de faltar com a pessoa e zelo que sempre teve de empregar-se nelle".

Em 28 de julho de 1690 o Arcebispo Governador confirmava a Domingos Jorge Velho as disposições tomadas em relação á reforma dos antigos chefes da campanha contra os barbaros e procurava explicar-lhes as causas que o levavam a cortar os soldos dele, Mestre de Campo e de seus homens.

Entendia que já se achavam fartamente remunerados pelas clausulas do regimento regulador das condições da empresa do assalto projetado a Palmares, quando viera de São Paulo, por terra· trazendo oficiais e soldados paulistas.

"E como della se seguram tão grandes interesses a Vossa Mercê e aos seus officiaes, e a Fazenda Real, não póde assistir com soldo a posto algum que se não occorre propriamente em seu Real Serviço e Vossa Mercê veio de São Paulo, chamado do Governador e Camara de Pernambuco, tenha Vossa Mercê entendido que ainda Vossa Mercê e seus officiaes não ficam reformados quanto aos postos, o ficam sendo quanto aos soldos, e cessando a Fazenda Real a despesa que ha de correr por conta do ajustamento que com Vossa Mercê se fez para vir aos Palmares".

Especioso pretexto este! de que tendo o Mestre de Campo vindo a Pernambuco a chamado do governo desta capitania, não havia motivo algum para que tambem o Governo Real o subsidiasse.

Esquecia-se o Arcebispo certamente de que operando a diversão riograndense do norte fora-lhe esta cometida pela suprema autoridade do Estado do Brasil.

CAPITULO XIV

PROJETOS CONTRARIADOS DE MATIAS CARDOSO. EMPENHO DO MESTRE DE CAMPO EM COMBATER OS PALMARENSES. RECUSA DO ARCEBISPO, MATIAS CARDOSO EM TERRAS CEARENSES. NOVA VITORIA NO RIO GRANDE DO NORTE. APRISIONAMENTO DO REI DOS JANDUINS

Certo de que alcançaria rapido triunfo queria Matías Cardoso incumbir-se da expugnação de Palmares.

Objetava-lhe o Arcebispo Governador Geral, visivelmente irritado, em longa e curiosa carta, não lhe ser possivel dicidir tão grave negocio.

"Recebi as cartas de Vossa Mercê de 3 e 29 de junho a que não foi possivel responder com mais brevidade pelas urgentes occupações da frota:

E condescendendo em tudo que Vossa Mercê me propoz e pediu para mais activa, e prompta disposição da guerra· cujo fim espero em Nosso Senhor seja felicissimo por meio das disposições e zelo que Vossa Mercê mostra no serviço Del-Rei meu Sr. ratifiquei logo o bando sobre o perdão dos criminosos, incluindo os que vieram de São Paulo, e os de todas as mais Capitanias, como Vossa Mercê delle verá:

E mandei passar patentes a todos os Capitães que Vossa Mercê me representou convir levar por companheiros.

Bem é verdade que venci grandes repugnancias pelos soldados que se acrescentaram, mas ajudou facilital-as não só a brevidade com que Vossa Mercê me assegura ha de acabar essa empreza, mas tambem o gosto que tenho de o dar a Vossa Mercê, e aos mesmos providos, para com mais obrigado animo se empregarem na gloria que já supponho terem as armas de Sua Magestade, e a que de Vossa Mercê e elles a fazerem vencedoras, ha de resultar a todos os que ultimamente deixarem os Barbaros extinctos, e aos moradores do Rio Grande socegados".

Ao ambicioso correspondente expunha D. Fr. Manuel em frases incisivas e positivas os motivos existentes para que o Governador Geral e o de Pernambuco fossem leais aos contratos realisados ou apalavrados com o conquistador do Piauí.

"Vossa Mercê me pede resposta sobre o intento de acabada a guerra dos Barbaros, ir ao Mocambo dos Palmares.

É ponto este que tem contra si o que tenho disposto na reformação dos postos daquella guerra que remetti ao Sr. Almotacé-mór o qual por me vir succeder no Governo do Estado, ha de deixar ao Sr. Marquez de Montebello no de Pernambuco; como Vossa Mercê terá vista da cópia da mesma reformação que lhe enviei.

E tambem se oppõe ao meu desejo a carta que escrevi ao Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, cuja copia será com esta.

E por uma, e outra razão me não é possivel ordenar agora outra cousa contra o que tenho resoluto, e mandado; principalmente quando Domingos Jorge Velho veio chamado do Governo de Pernambuco para a empreza dos Palmares, que elle deixou por obedecer, a ordem que deste Governo lhe foi".

Nestas condições queria pois o cabo da tropa recem-chegado de S. Paulo, que o Governo Geral do Brasil faltasse com a palavra?

Muito mais de fieis vassalos de Sua Magestade seria que ambos coordenassem esforços para subjugar os terriveis negros zombadores, havia tanto tempo, das armas reais.

"E seria cousa mui injusta que havendo elle vindo por terra, com tanto trabalho, e tendo depois o da assistencia aquellas fronteiras se lhe tirasse agora com menos credito seu, a occasião para que veiu a buscal-o e a utilidade que o trouxe.

Mas como tenho entendido que não tendo poder bastante para aquella conquista; e elle na reformação ficou independente da jurisdicção de Vossa Mercê, e Vossa Mercê, e elle têm postos iguaes e ambos são Paulistas· creio (e o devo esperar assim da prudencia e zelo de um e de outro) que ambos se unam para o serviço de Sua Magestade.

Assim para o fim da guerra dos Barbaros, como para o principio, e ultima destruição dos negros dos Palmares, que acommettidos por diversas partes em nenhuma poderia resistir ás suas armas".

Com finura procurava o Arcebispo não ofender seu bravio correspondente e assim lhe declarava :

"E se todavia, nem Vossa Mercê nem elle quizerem pôr isto em pratica (sendo a deliberação de ambos mui acertada) seguindo Vossa Mercê a sua empreza, e elle a sua, tenho quasi por sem duvida, que visto ser tão grande o poder dos negros; e que a mesma falta do poder o obriga á dependencia do com que (sic) Vossa Mercê, fica ocioso; e que desenganado ajuste com Vossa Mercê os partidos mais convenientes para ambos darem fim a associação dos Palmares.

Deus influirá um, e outro o que for para maior bem e alivio dessas capitanias que tão opressas se vêem das violencias, e hostilidades dos negros".

Anunciava d. Frei Manuel a presença, nas forças em campanha de um cabo de tropa que mais tarde tão celebre se tornou.

"Com o sargento-maior Manuel Alvares Moraes Navarro, mando duas provisões com o nome em branco para o

escrivão e almoxarife, que vossa mercê lá lhes porá. E com esta vae a ordem particular, e duas vias do Banco para vossa mercê entregar uma, e a ordem, ao capitão Diogo Roiz da Silva".

Logo depois assumia o governo geral do Brasil Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho transferido de Pernambuco, cujo governo ficava a cargo do marquês de Montebelo.

Falta-nos infelizmente a correspondencia passiva do governo geral que tão interessante nos seria, tão preciosa mesmo.

A 10 de novembro de 1690, escrevia Domingos Jorge Velho relatando que a 4 de outubro anterior desbaratara mais uma vez os barbaros e depois transferira o seu acampamento para o antigo posto de Abreu Soares. E fazia-lhe outras comunicações. Contestando tal carta, a 29 de janeiro de 1691, escrevia-lhe Coutinho:

"Vi a carta de vossa mercê escripta a 10 de novembro do anno passado e conta que me dá do successo que teve com os barbaros dia de São Francisco; e estado em que achou os logares, em que teve os seus arraiaes o capitão-mór Manuel de Abreu; prudencia comque aquietou o sentimento, que os soldados e indios tiveram da mudança para aquelle sitio, e proposição que os soldados fizeram do que era necessario para se conservarem naquella parte donde entendeu que mais convinha para a defensa daquella capitania o sr. marquez governador de Pernambuco".

Pelas entrelinhas desta missiva avaliamos quanto devem ter sidos preciosos os pormenores dados por Domingos Jorge sobre as suas operações. E quanto de se lastimar o extravio de tão valiosos e interessantes informes.

Prudente, amigo da harmonia, continuava o novo governador geral desejoso de não intervir na esfera das atribuições do seu subordinado de Pernambuco valendo-se do ensejo para endereçar ao chefe paulista algumas palavras de caloroso elogio.

"E pareceu-me dizer a vossa mercê que assim o que vossa mercê me representa na sua carta, com tudo o mais, que apon-

tam os soldados, no seu papel, o façam elles, e vossa mercê ao sr. marquez a quem communico o poder necessario para isso.

E elle como quem fica mais vizinho e como quem ama tanto o serviço del-rei meu senhor, e a gloria de suas armas disporá tudo, o que a ellas toca, e soccorrerá os soldados de maneira que elles fiquem sem queixa, e ellas segurando sempre o bom successo principalmnte estando a cargo de um bom soldado de tanto valor e de tanto zelo como vossa mercê tem mostrado".

Obtivera contemporaneamente uma vitoria o sargento-mór Cristovam de Mendonça Arraes logar tenente de Domingos Jorge Velho, seu *fidus achates,* que tanto se distinguiria mais tarde em Palmares.

Apressava-se Agostinho Cesar de Andrade em comunica-la ao Governo Geral.

Ao seu ver eram agora desnecessarios dois acampamentos paulistas em operações. Foram fulminantes a atuação e o triunfo dos paulistas... Bastaria um o de Matías Cardoso podendo Domingos Jorge Velho, desde já, ocupar-se com a conquista dos Palmares.

Respondia-lhe Camara Coutinho a 2 de abril de 1691.

Sua carta nos informa que, obliquando para o nordeste, resolvera Matías Cardoso operar no vale do Juaguaribe.

Julgava que Domingos Jorge Velho deixaria o teatro da campanha para voltar á faina de arrazar Palmares.

"De 30 de Dezembro do anno proximo passado, e a 2 de Janeiro presente recebi duas cartas que Vossa Senhoria me escreveu pelo correio.

Em primeiro logar dou a Vossa Senhoria o parabem desse successo, que teve o Capitão-mór Christovão de Mendonça com os Barbaros, como quem tocou tão principal parte daquella felicidade e supposto esta victoria, e terem chegado as ordens como Vossa Mercê me diz na segunda carta para os Mestres de Campo Mathias Cardoso, e Domingos Jorge

Velho, e se não necessitar já do segundo arraial, e o ter feito Mathias Cardoso no Juaguaribe donde tem poder para acabar extinguir as reliquias dos Janduins Paiacus e Hicós que Vossa Mercê me diz faltavam por debellar; e o haver tão boas esperanças de se acabar de render a Nação que Vossa Mercê me diz na segunda carta para que ficava previnindo uma tropa a castigal-os.

Tenho por sem duvida que os dous Mestres de Campo se ajustarão um em acabar a guerra no Jaguaribe; e o outro a conquista dos Palmares para a qual veiu destinado de São Paulo por contrato com o Capitão-mór da sua gente.

E como ficou cessando a occasião da guerra do Gentio, para que o divertiram, e para cujo effeito o General meu antecessor o fez Mestre de Campo, e deu o soldo; nenhuma queixa pode ter de lhe mandar dar baixa nelle, ficando com o titulo de Mestre de Campo para a sua empreza".

Mas, como se tratava de homem de sentimentos rudes convinha fazer o possivel para se não o ofender, de leve que fosse.

As alusões do governador geral revelam-nos uma série de fatos interessantes sobre a vitoria de Cristovam de Mendonça, sargento-mór de Domingos Jorge Velho, a saber que o rei dos Janduins se fazia chamar João Fernandes Vieira! fato extraordinario para um tapuia.

Que ele se rendera, e, em sua companhia, um corsario certamente europêu e o seu chefe de estado maior, ou diretor da campanha, si é possivel assim dizer-se.

Devia o pirata vir a ferros para a Baía. Infelizmente não diz o documento quais seriam o nome e a nacionalidade de tal flibusteiro.

"E visto ter menos poder para ella que o que tem Mathias Cardoso para a ultima desolação do Gentio; me parece bem que Vossa Mercê dê a Domingos Jorge Velho os rendidos do Rei dos Janduins. João Fernandes Vieira pois tanto deseja mostrar o seu valor, e fidelidade a que eu acrescendo

o odio que naturalmente todo o genero de Indios tem aos negros; mas de nenhuma maneira convem que o acompanhe o corsario baptisado, que com elle andava o qual Vossa Mercê remetterá preso a bom recado ao Recife para o Governador daquella Capitania o mandar como lhe escrevo com a mesma segurança, a essa cidade".

Melhorara muito a situação militar riograndese e, assim, não havia necessidade de se recorrer ao socorro dos indios fieis do Ceará.

"Como segundo as noticias que Vossa Mercê dá já não é necessario haver dous arraiaes nem dividir o seu Mestre de Campo Mathias Cardoso; tambem não é necessario para o supprir mandar vir os duzentos Jaguaribares do Seará".

Terminando a extensa carta, elogiava Coutinho, altamente, o zelo e a capacidade do capitão mór, tanto mais recomendavel quanto ainda teria, e com grande sacrificio, de ver prorrogadas as suas funções que assim de seu zelo de vassalo exigia o serviço regio.

Quanto a questão servil devia regular-se pelo alvará do Padre Antonio Vieira, visitador geral das provincias do Brasil e Maranhão, expedido aos superiores das aldeias.

E tivesse s. mercê paciencia em relação ao recebimento dos soldos atrazados.

Estava a fazenda de sua magestade mal provida, mas haveria de se remediar a tão desagradavel situação.

Quando? quando? diria de si para si Agostinho Cesar de Andrade, conhecedor dos processos da administração d'El-Rei seu senhor, a quem Deus guardasse como tanto havia mister a monarquia...

E conhecedor das normas e praxes administrativas do Estado do Brasil bem lhe palpitava que os mêses e os anos correriam antes que Sua Magestade satisfizesse as suas obrigações de retribuidor dos serviços que os vassalos lhe faziam á real corôa.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

CAPITULO XV

DOCUMENTAÇÃO EM CONTRA-PROVA DE ORIGEM NORDESTINA. PERIPECIAS DA LUTA CONTRA OS TAPUÍAS. INEPCIA DO CAPITÃO-MÓR PASCOAL GONÇALVES E CAPACIDADE DE SEU SUCESSOR, AGOSTINHO CESAR DE ANDRADE. CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS COM OS PAULISTAS

É desconexa e lacunosa a documentação nordestina conhecida e referente á guerra dos Barbaros. Não deixa porém de ser já assás volumosa graças sobretudo aos trabalhos preciosos de Studart, Vicente de Lemos e Tavares de Lira.

Sumariemos o que de mais importante se conhece destes papeis que constituem preciosa contra-prova da documentação paulista.

A 11 de outubro de 1684 era, por patente real de Dom Pedro II, nomeado capitão mór do Rio Grande do Norte, e por tres anos, o capitão de infantaria servindo na artilharia da praça do Recife Pascoal Gonçalves de Carvalho aliás coberto de serviços nas guerras com os holandeses, mas provavelmente velho e muito gasto; já contava mais de 46 anos de praça!

Em agosto do ano imediato assumia o governo e, em abril seguinte, informado dos assaltos repetidos do gentio aos colonos nomeava a Jeronimo Cavalcanti de Albuquerque coronel de Cavalaria de Ordenança, incumbindo-o de reprimir tais desordens. Pensava que a debelação do perigo seria rapida, informava ao Governo Geral.

A região de maior perigo era a ribeira do Assú.

Em 23 de fevereiro de 1687, escrevia o Senado da Camara de Natal ao capitão general de Pernambuco João da Cunha Souto Maior:

"Vimos pedir, com toda brevidade, soccorro pelo risco em que nos achamos, diante da rebelião dos indios tapuios, que, no sertão do Assú, já tem morto perto de cem pessoas, escalando os moradores, destruindo os gados, de modo que já não são elles senhores daquellas paragens. A fortaleza acha-se sem guarnição, não dispõe de recursos necessarios para acudir os pontos atacados".

Concluindo a carta rogava que lançasse as vistas para esse povo, que tão abatido se achava, socorrendo-o, auxilio que não devia faltar em tão extrema necessidade.

Ao Senado da Camara de Olinda pedia ao mesmo tempo, instantemente, para que junto ao Capitão General de Pernambuco interpuzesse os bons oficios, afim de não faltar com a remessa da infantaria e o que mais fosse preciso para debelar o inimigo.

A 1 de março avisava a Camara de Natal ao Capitão Mór da Paraiba a partida de Manuel de Abreu Soares a combater um inimigo que nem ás crianças poupava e pedia socorro de forças paraibanas que, pelo Sertão fizessem junção com as de Soares.

Atendendo a situação precaria da capitania riograndense, que exigia providencias imediatas, movia-se o Governo Geral.

Matías da Cunha, que recebera igual comunicação do capitão mór e do Senado da Camara natalense determinou

pela Provisão de 6 de setembro do mesmo ano que o coronel da capitania, fidalgo da casa real Antonio de Albuquerque Camara, reunindo todo o pessoal disponivel das ordenanças e as forças que viessem de Pernambuco e Paraiba seguisse sem demora a combater as tribus sublevadas.

O capitão mór para garantir melhor a situação dos moradores daquela ribeira, nomeou para a parte central do Assú capitão de infantaria a Manoel Rodrigues Santiago, e para a parte que vai do lugar Arraial abaixo até ás praias a Manoel do Prado Leão.

Em 20 de dezembro tambem nomeou sargento mór do Regimento do coronel Antonio de Albuquerque a Pedro de Albuquerque, seu irmão.

Cada vez mais alarmados com a agravação da situação resolveu o Senado da Camara de Natal enviar á Baía um dos seus oficiais Manuel Duarte de Azevedo, para entender-se com o proprio Governador Geral, o qual, na resposta de 4 de setembro havia dito:

Que ao ter ciencia da revolta dos barbaros, dirigira-se ao governador de Pernambuco, e ao capitão mór da Paraiba, ordenando áquele que fizesse seguir da capitania, sem perda de tempo, duas companhias da melhor gente dos Terços de Camarão e Henrique Dias, e ao da Paraiba o maior numero de força possivel. Que ao capitão mór do Rio Grande havia incumbido de tudo que dissesse respeito á expedição, e ao coronel Antonio de Albuquerque que cumprisse na campanha as suas ordens, ministrando circunstancialmente as informações de guerra. (Vicente de Lemos).

O fim do ano de 1687 trouxe a agravação das apreensões. Estava a Republica em perigo, dizia a Camara de Natal, e o seu chefe não se mostrava á altura da situação. Na vereança de 2 de dezembro resolvera o nobre senado da cidade partir á testa de um socorro ás forças em campanha.

Nova carta se expediu ao Governador Geral. As vanguardas tapuias haviam aparecido a 5 leguas da capital em torno da qual existiam oito postos forticados mas guarne-

cidos por meia duzia de homens cada um. Pedia-se então socorro de gente a Pernambuco e mais cinco bocas de fogo, recursos de indios mansos, cento e cincoenta casais, mantimentos e efeitos da fazenda real.

Chamados novamente ás armas foram os moradores a 24 de fevereiro de 1688; e entre sustos e privações passou Pascoal Gonçalves os ultimos momentos do seu governo.

O perigo era tão iminente que, nas proprias imediações da cidade não se podia contar com a vida. Por vezes saira com forças o capitão Gonçalo da Costa Faleiro a bater os arredores pelo receio de um ataque inopinado.

Foi então que Matías da Cunha escrevendo a Pascoal Gonçalves a 14 de março de 1688 o avisou da marcha de diversas columnas para o Rio Grande do Norte. Domingos Jorge Velho com os 300 homens já reunidos para atacar os palmarenses, Abreu de Soares com 175. Iam mais de 500 homens da Paraiba sobretudo indios e pretos, sob o comando do capitão mór dos primeiros e seiscentos homens de Pernambuco reunidos tambem para se juntarem a Domingos Jorge num total portanto de quasi 1.600 homens.

O capitão mór do Rio Grande, diante da morosidade dos socorros e sem força suficiente, para bater os indios, lançou em 24 de fevereiro de 1688 seu *Bando* na capitania, em nome da Sua Magestade, no qual declarava que seriam perdoados de seus crimes todos aqueles que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio.

Tinham seguido, até então, seiscentos homens para o sertão, e, por essa ocasião, recebera cada um deles uma quarta de farinha, unicamente, como provisão, confiados na promessa que fizera o capitão general de Penambuco de acudir como o necessario mantimento.

Sem que a realizasse o capitão general a promessa feita, e diante da penuria em que se achava a capitania incapaz de acudir ás forças em campanha, escreveu o Senado da Camara a 29 de maio ao General nos seguintes termos:

"Ha seis mezes precisos que V. S. não tem mandado os soccorros promettidos e já recommendados por Sua Magestade e pelo Governador Geral; nestas condições, fazemos seguir o procurador do povo, Gaspar Rebouças Malheiros, em companhia do capitão-mór Francisco Berenger de Andrade, afim de apresentar os nossos protestos, em nome de Sua Magestade, e do Governador Geral, pelo estado em que se acha a Capitania, diminuida, quasi abandonada pelas forças, devido á essa falta de mantimentos e soccorros que até o presente não tem chegado".

Só a 18 de maio de 1688! é que partira de Pernambuco o terço dos Henriques, com cinco companhias sob o comando do Mestre de Campo Jorge Luis Soares. Seguiu para o Assú reforçados por indios e pretos paraibanos.

Repeliu Abreu Soares o assalto dos tapuias ao seu forte do Cuó mas Antonio de Albuquerque da Camara foi batido nas cabeceiras do Assú por enorme troço de indios perdendo 27 homens mortos, muitos feridos toda a sua bagagem, muita munição. Teve de refugiar-se no reduto de Piranhas.

Houve panico em Natal cujo Senado da Camara avisava ao Governador Geral por carta que considerava a Capitania perdida e em via de ser abandonada pelo exodo geral dos colonos.

Recolhido por cautela ao forte dos Tres Reis Magos reagia Pascoal Gonçalves por meio de um bando curioso.

"Tendo o Senado da Camara representado que muitos moradores procuravam ausentar-se da capitania com suas familias, e convindo, em nome de Sua Magestade, castigar os que assim procedem pelo máo exemplo que dão aos outros moradores, ordeno e mando que toda a pessoa de qualquer classe ou condição que more nella ou assista, não vá para fôra da jurisdição, sob pena de ser considerada traidora, presa e mettida na casa escura da fortalesa, e, para exemplo de maior castigo, será toda a sua fazenda confiscada para as despesas da guerra, sendo metade para quem denuncie, e na

mesma pena incorrerão os vizinhos mais chegados que, sabendo, não avisem logo ao Senado da Camara".

Logo depois passava o governo a Agostinho Cesar de Andrade. Era o capitão-mór que esperava mandar o governador geral e prometera. Ideia completa do estado agudo da revolta e do perigo em que se achava a capitania, oferece um trecho da carta de Agostinho Cesar, de 1 de março de 1695, dirigida ao Senado da Camara:

"Quando cheguei a esta capitania achei o capitão-mór della, a quem succedi, mettido na fortaleza, sem ter voz activa para nenhuma disposição; achei os moradores recolhidos nas casas fortes e o gentio sem opposição, destruindo tudo".

Escreve Vicente de Lemos:

"Agostinho Cesar de Andrade — Natural da Ilha da Madeira, acompanhou a João Fernandes Vieira e com elle serviu no tempo que governou a capitania da Parayba. Tinha o fôro de fidalgo da casa real, era cavalheiro professo da Ordem de Christo e commandava a fortaleza de S. Thiago das Cinco Pontas no Recife, quando foi nomeado capitão mór do Rio Grande, a 7 de maio de 1688".

Seu governo encetou-se ao que parece em junho de 1688. Era ativo e inteligente e aplicou todas as faculdades em combater os tapuias. Nesta fase de luta distinguiu-se muito o capitão Afonso de Albuquerque Maranhão que por vezes reuniu forças e á sua testa pelejou. Aprisionou o cacique Canindé e mais nove dos seus principaes tuxauas. E valeu muito á coluna vinda de Pernambuco composta de 200 brancos e 200 indios que operava no sertão, apreendendo muito gado vacum e cavalar tomado pelos indios na ribeira do Assú. Comandava-a o capitão Antonio Pinto Ferreira.

Era Albuquerque Maranhão, filho de Matias de Albuquerque Maranhão e neto de Jeronimo de Albuquerque, oficial de grande valor; outro oficial tambem eficiente era Manuel de Abreu que viera de Pernambuco bater os indios.

Começaram a vir muitos indios janduins do sertão pedindo paz e Andrade os foi localisando nas vizinhanças de Natal, na aldeia de Guapirú a tres leguas da capital.

Passado algum tempo subleveram-se os janduins e o proprio Cesar de Andrade teve de os bater degolando diversos.

Era outro homem que não o seu antecessor. Assim sabendo em certa ocasião que a quatro leguas de Natal, sobre o Potengi estavam numerosos barbaros, atacou-os subitamente e destroçou-os matando e aprisionando cento e tantos deles sendo o resto disperso. Nesta sortida valeu-se do auxilio de Antonio Gomes de Barros, oficial valoroso.

Em outra ocasião, levando como lugar tenente Pedro da Costa Faleiro organizou uma tropa em Mibipú e fez uma expedição á serra da Acauan onde destroçou dous mil indios, fazendo-lhes mil prisioneiros.

Mas apezar de tudo a situação de insegurança era a mais premente e a Camara de Natal resolveu mandar um procurador da capitania aos reais pés de Sua Magestade, a quem Deus guardasse, afim de lhe expor as miserias daqueles seus fieis vassalos do Brasil.

E este foi o capitão Gonçalo da Costa Faleiro. Como credenciais levava uma *Instrucção e Memorial em nome desta Camara e Povo* que Vicente de Lemos teve a excelente ideia de transcrever na integra:

"Representará o levantamento de todo este gentio o grande poder que uniram e as mortes que fizeram mais de duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgaduras e as ruinas dos mantimentos e lavoura para que S. Magestade ordene ao Governador Geral e os mais desta capitania não faltem com os soccorros a esta, ordenando ao Mestre de Campo dos paulistas e ao Governador dos Indios de Pernambuco e ao Governador dos pretos de Henrique Dias assistam ao dito sertão e delle se não retirem até com effeito se destruir e arruinar todo o gentio ficando estes sertões livres para se colonizarem por ser esta casta de gente mais conveniente para aquella assistencia por ser mais ligeira e conti-

nuada, accelerar a aspereza dos montes e capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões e fazer menos despeza á Real Fazenda".

Ao Rei se exporia o estado de miseria absoluta a que a guerra dos tapuias reduzira os colonos. A tropa para a Fortaleza dos Reis Magos e outros pontos fosse paga pelos cofres de Pernambuco.

E se fundasse á margem do Assú uma fortificação de vulto. Nada mais urgente do que esta providencia do estabelecimento de um presidio "naquella parte que chamam o Assú fazendo-se uma fortificação no logar que parecer mais conveniente em que estejam ao menos trinta homens com quatro peças de campanha a cuja sombra estejam seguros os moradores que naquelles campos criam seus gados e se recolham os que vivem distantes, e sendo esta fortificação na ribeira de um rio navegavel que é o mesmo Assú e em pouca distancia da praia, pódem tambem dar calor as grandes pescarias que nellas em alguns mezes do anno se vão fazer de Pernambuco, e das mais Capitanias, e por conseguinte póde evitar que o gentio barbaro não commercie com os piratas do norte que muitas vezes portam naquellas enseiadas, e se communicam com o gentio fomentando-os para os levantamentos".

Queixava-se o Senado amargamente da questão relativa á posse de terras. Diversos individuos possuiam imensos latifundios sem poder colonisa-los, impedindo a outros, de cabedais, estabelecerem-se. E entre elas pessoas que a S. Magestade serviam de armas na mão e com dispendio de suas fazendas. Fosse feita a revisão das concessões de chãos, portanto, havendo fieis vassalos que tinham perecido na peleja sem nada deixar aos seus.

"Com estas terras os póde S. Magestade premiar, e não permittir que os logrem aquelles que vivem em outras partes abastados de bens, sem as defenderem como os mais e deste modo não lograrão uns tudo e os outros nada, sendo todos vassalos".

Guerra, guerra, sem treguas aos tapuias! pedia o Senado da Camara de Natal em termos expressivos.

"Será presente a S. Magestade que em nenhuma maneira convem fazer-se paz nenhuma com este gentio, por sargento que não guarda fé, falsos e trahidores e debaixo de paz e maior amizade é que nos fazem o maior danno como cá o tem feito nesta, capitania por tres vezes pelo que obraram estão os moradores tão timoratos e irritados contra elles que se não hão de fiar mais destes barbaros, e será isto causa de nunca se povoar o sertão, e não ha de haver quem queira assistir nelle pelo risco que correm suas vidas e fazendas e não se povoando perde S. Magestade consideravel fazenda nos seus reaes dizimos, e os moradores as conveniencias da creação de seus gados. o que só se conseguirá estroindo-se este gentio, e guerreando-se com elle até de todo se acabar, dando-se a execução a ordem do Governador Geral Matias da Cunha que está registrada nos livros da Fazenda desta Capitania, sendo em tudo acertado para o serviço de S. Magestade augmento desta capitania e conservação deste povo."

Denunciava depois o Senado ao Rei o absoluto desprezo mostrado por João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco, quando lhe pedira socorros do modo mais instante, duas e tres vezes. "Nem attendera ao enviado especial da capitania nem tão pouco o commovera saber que viviam os colonos recolhidos e estacados! para livrar as vidas perdendo lavouras e fazendas."

Tal o procedimento do Souto Maior para com o pobre povo riograndense que havendo este conseguido da Camara de Olinda um emprestimo de duzentos mil reis para a compra de farinha fôra este dinheiro gasto com o sustento da tropa remetida de Pernambuco que partira sem viveres!

O fiador do emprestimo certo Antonio Lopes Leitão viera a Natal reclamar o dinheiro pois a Camara de Olinda queria executa-lo. E a municipalidade natalense reduzida á miseria apenas pudera pedir ao Bispo de Pernambuco a esmola

e mercê de sua intervenção para que se não sequestrassem os bens de seu amigo!

Prostrado aos pés de seu soberano pedia o Senado que Sua Magestade mandasse o governo de Pernambuco pagar aquilo que indebitamente fizera despender.

Quando Domingos Jorge Velho acampou no Assú achou Agostinho Cesar de boa politica enquadrar nas suas forças os indios submissos refugiados na aldeia do Guajirú. Para lá mandou os homens mantendo-lhes as mulheres e filhos como refens.

O Senado da Camara, receioso de qualquer insidia desses aborigenes, representou ao capitão-mór, como bôa medida, distribui-los pelas casas dos moradores, tanto mais quanto, á falta de recursos, viviam pelos campos cometendo furtos e comunicando-se com os gentios rebeldes.

Hesitou a principio Agostinho Cesar em convir no alvedrio lembrado, mas cedeu afinal, e mandou que o escrivão da Camara e seu procurador fossem á aldeia do Guajirú busca los e distribui-los pelas casas dos colonos que podessem dar bom trato, não adquirindo direito algum porem sobre a sua pessoa.

O provedor da fazenda real, Lazaro de Bulhões e o coronel Matías Vidal protestaram contra esta decisão e o Rei mandou que sobre o caso decidisse o Governador de Pernambuco.

Arraigadissimo como então era o pendor pela escravisação aproveitara-se o proprio capitão mór o ensejo para aumentar o seu rebanho servil; de tal o acusava Lazaro de Bulhões!

O Rei, dentro em breve aplaudira um ato do Governador Geral do Brasil mandando restituir os indios á liberdade.

Conjugando as forças locais ás dos paulistas ordenou Agostinho Cesar a fundação de dous quarteis na ribeira do Assú. Ali colocou o velho Manuel de Abreu Soares com 150

soldados diversos, quarenta infantes de linha e indios mansos. Deviam ser abastecidos por Pernambuco. Mas ao cabo de seis meses, faltando os viveres, sublevaram-se os conmandados de Soares que abandonaram as posições enterrando a artilharia.

Denunciava Agostinho Cesar o caso ao Rei e este, a tal proposito, expedia a carta regia de 24 de dezembro de 1690.

Bem acertada tinha sido a medida da creação daqueles quarteis. Abandonados, sómente á falta de mantimentos para as forças, ordenava, apezar de achar-se exausta a Fazenda Real com as despesas de guerra, que montavam em vinte mil cruzados, se os mantivessem em todo o caso, por ser importante aquela situação. Para o sustento do pessoal se retirasse das obras subsidios e rendas por onde se pagava a infantaria a quantia de cento e cincoenta mil reis anuais, recomendando-se que o cabo das forças aproveitasse a cultura dos campos para o plantío da mandioca.

Mantiveram-se os paulistas de pé firme no Assú, a principio os de Domingos Jorge Velho e depois os de Matías Cardoso.

Aumentou-se a despesa da mantença da tropa e o Rei mandou fornecer mais cem mil réis pela carta regia de 5 de fevereiro de 1693, a pedido do então governador de Pernambuco Antonio Felix Machado.

Comentando as vantagens da permanencia dos paulistas no Assú escreve Vicente de Lemos:

"Não ha duvida que a permanencia dessas forças no sitio do Assú, ponto central da capitania, era uma medida convinhavel e garantidora das diversas ribeiras, porque melhormente accudiam aos ataques dos barbaros, obrigando-os a se afastarem do districto, deixando livres as estradas".

Devido ao acerto dela e ás perseguições que as forças faziam então, muitos ranchos viam-se obrigados a pedir pazes; mas quando elas se retiravam por qualquer circunstancia, re-

começavam os ataques, as depredações, principalmente da parte dos jandois, que viviam da ribeira do Assú para o Jaguaribe até a parte central de Pernambuco.

Dificil, era conseguir a vassalagem desta tribu o que não se dava com diversas outras que tinham habitos de pouso e de cultura.

CAPITULO XVI

CORRESPONDENCIA ENTRE CAMARA COUTINHO E MATIAS CARDOSO. PESSIMA SITUAÇÃO MILITAR. PENURIA DE ARMAS E MUNIÇÕES. TROPA ANDRAJOSA E NÃO PAGA. DISSIDIO ENTRE OS CHEFES. PRETENDE MATIAS CARDOSO ABANDONAR A CAMPANHA. NOVAS PROMESSAS. RECONCILIAÇÃO DOS CHEFES BANDEIRANTES

A 13 de julho de 1692 representava Matías Cardoso ao novo Governador Geral do Brasil acerca da situação penosa em que se achavam, ele e sua tropa. E esta exposição de circunstancia ele a reiterava a 30 de agosto imediato.

Peior não podiam correr os acontecimentos da campanha. Abrira-se serio dissidio entre o chefe supremo e o seu lugar tenente. E ao passo que escasseiavam, imenso, as munições não chegava o reforço de homens pedidos ao Marquês de Montebelo, governador de Pernambuco.

Infelizmente não conseguimos descobrir os originais destas missivas do Mestre de Campo. Apenas lhes conhecemos o contexto, pela resposta de Camara Coutinho a ambas, a 3 de outubro de 1692.

Havendo-se de desavindo com o seu chefe, João Amaro Maciel Parente, sargento mór da expedição, como sabemos, retirara-se "com alguns de sua parcialidade" do grosso da coluna "fugindo" segundo o termo empregado pelo Governador Geral.

Entendia Matías Cardoso imprescindivel a chegada dos indios auxiliares pedidos ao Governo de Pernambuco assim como da polvora e das outras munições requisitadas para se estabelecer o arraial que seria a base de suas operações. Depois disto é que a campanha poderia ser proficua. Assim mesmo calculava Matías Cardoso em dous anos o prazo minimo para a redução total dos barbaros.

Se não fosse por meio destes elementos nem em dez! Não ligava o marquês a minima importancia ás ordens de seu superior a suprema autoridade do Estado do Brasil no sentido de se abastecer o acampamento paulista.

Exasperado por não ter como sustentar " a pouca gente que o assistia" vendo que os seus soldados brancos estavam nús e "quasi em desesperação" pedia Matías Cardoso licença ao Governador Geral para se recolher á sua casa.

O ultimo golpe desfechado contra esta tropa sofredora e acostumada a sacrificios fora "o desengano de Sua Magestade em não "a mandar soccorrer mais que com cento e cincoenta mil reis mensaes" para tão importante e custosa campanha. E assim mesmo não pagos!

Imenso trabalho tivera para impedir que os seus sertanistas saissem fóra de forma. Empregara todos os argumentos possiveis mas a sua capacidade persuasiva estava esgotada e resultara nula. O melhor era mesmo que se recolhesse á sua fazenda do Alto S. Francisco.

Receioso de que o bandeirante puzesse em pratica o projeto tratou Camara Coutinho de o apaziguar e reanimar. Expediu ordens positivas ao Marquês de Montebelo para que lhe mandasse polvora, munições, indios e soldados pretos. Tratasse por se desvelar em acudir ao arraial paulista. Fi-

zesse prender os desertores deste, acaso avistados no Ceará Grande e entre as tropas que combatiam os palmarenses.

Ficasse certo de que a impontualidade da Fazenda Real provinha da exaustão de seus recursos. Realmente atravessava o Brasil daquele tempo tremenda crise economico financeira que provinha sotretudo da miseria do meio circulante.

Cientificava Coutinho relatando o assunto de sua carta ao Marquês:

"Eu lhe tornei a escrever, muito como convem ao seu real serviço sobre a miseria desses soldados, a importancia de se conservarem os paulistas nessa campanha para ficar livre de Barbaros esta capitania de cujos gados tem tanta dependencia as vizinhas.

Espero de sua grandeza que chegando a frota e sendo lhe tudo presente lhe mande acudir como desejo".

E impressionado com o estado andrajoso senão de nudez da tropa de S. Paulo acrescentava: "Entretanto fico dispondo mandar a esta gente para se cobrir na primeira embarcação que for para Pernambuco o que do armazem das fardas que se ficam dando á infantaria desta Praça se pouder tirar pois tão justamente o merece."

Nesta mesma ocasião dirigiu-se Coutinho ao capitão mór norte riograndense Sebastião Pimentel pedindo-lhe a interferencia para que promovesse a união entre Matías Cardoso e João Amaro Maciel Parente.

E fazendo antever, aos olhos do cabo de tropa, grande e breve melhoria de situação exortava o Governador Geral a que, com o tão conhecido zelo e prudencia, animasse capitães e soldados, "homens tão valorosos e tão constantes na persistencia de uma campanha de varios annos".

Não "desmaiassem" agora nos poucos meses em que podiam tardar os recursos prometidos por Sua Magestade a quem naquela data ele empenhara a sua palavra de Governador Geral certificando-o do que era o merecimento do cabo de tropa em agora conservar os seus paulistas sob as armas, á altura do que já obrara em vencer os barbaros.

Houve, provavelmente, com a carta e as promessas da Camara Coutinho, uma aproximação entre Matías e João Amaro.

Partira este para a Baía, onde se achava em junho de 1693, escrevendo o Governador Geral a Matías Cardoso a quem o seu capitão mór levaria as resoluções de tudo. E seria isto motivo a que se fizesse novo elogio aos meritos do cabo de tropa "cuja constancia acrescentava maiores razões ao merito proprio e ao de seus commandados". E agora revelara ainda maior merecimento em sua tolerancia e valor,alusão provavel ao espirito de concordia que o animara a reconciliar-se com o seu lugar tenente.

Assim iam recomeçar as operações de guerra depois de desvanecida esta nuvem que viera tão seriamente toldar os horizontes militares das operações do Rio Grande do Norte. Mas era tudo isto ilusorio! O governo colonial pagava com palavras para manter sob as armas o pequeno corpo de exercito de Matías Cardoso.

E verdade é que com os recursos tão exiguos de que podia dispor muito mais não conseguira fazer.

Esperava-se ao mesmo tempo que os indios cansados de uma luta aspera em que apezar de tudo sentiam o peso de sua inferioridade de armas viessem implorar a paz. Pelo menos se contava que algumas tribus desarmassem.

Os mais experimentados das cousas do Nordeste entendiam que esta pacificação seria absolutamente efemera. Na primeira ocasião se daria novo levante geral. Convinha prosseguir numa campanha de grandes desproporções por mais sacrificios que custasse afim de se fazer sentir aos barbaros o que era a desproporção entre as suas forças e as dos brancos.

A capacidade notavel de sua resistencia a pertinacia de sua defesa do solo patrio vinham a ser outros tantos prenuncios de quanto não renunciariam a guerra senão depois de positivamente esmagados.

CAPITULO XVII

APLAUSOS DO REI AOS CHEFES INDIOS FIEIS. AS PAZES COM OS JANDUINS. CURIOSA CIRCUNSTANCIA. A ATUAÇÃO DE JOÃO PAIS FLORIÃO

A 30 de janeiro de 1692 mandava Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho comunicar aos chefes indios fieis do Jaguaribe o aplauso real pelo intermedio do delegado de Sua Magestade no Estado do Brasil.

Pitorescos os termos desta mensagem inspirada por Matías Cardoso e o Capitão mór do Rio Grande do Norte.

"O Mestre de Campo dos Paulistas, e o Capitão-mór Agostinho Cesar de Andrada me significam pelas suas cartas a grande fidelidade e amor que como bom vassallo mostrou sempre ao serviço Del-Rei meu vosso Senhor e particular valor, com que tem pelejado com os Tapuyas Barbaros, seus inimigos em defesa dos moradores dessa Capitania, dos quaes foi sempre bom, e verdadeiro amigo.

E por serem todas estas virtudes de tão grande honra ao Principal da nação Jaguaribara a quem escrevo esta carta,

me pareceu que devia eu agradecer-lhe (como faço) tão bom procedimento, do qual fico muito obrigado· e dando conta a El-Rei nosso Senhor do que merece o Principal dos Jaguaribaras; pois não póde ter maior ventura que saber-lhe o nome El-Rei de Portugal para lhes fazer mercês em satisfação do que elle, e toda a sua nação Jaguaribara o têm servido nessa guerra.

Encommendo-lhe muito continue, e confirme a amisade que tem com os Portuguezes, nos quaes ficará sempre a memoria das façanhas, que fizer, e obrarem os soldados da sua nação, em os ajudar contra seus inimigos, acompanhando ao dito Mestre de Campo nas occasiões que se offerecerem.

E esteja certo que sempre achará em mim uma muito lisa vontade de lhe prestar, a elle, e aos seus valerosos Capitães, aos quaes mandará ler tambem esta carta para que conheçam que empregam bem o valor, com que têm procedido, e procedam nessa guerra, a favor dos seus inimigos, Portuguezes, em companhia dos Paulistas, os quaes como são tão bons soldados, estimam muito e louvam o esforço dos Jaguaribaras.

E assim ao seu Principal que os governa como a toda a sua nação guarde Nosso Senhor como eu desejo."

Que teria compreendido o nobre Principal deste pomposo e longo aranzel?

Do mesmo genero são outras cartas enviadas ao Principal Paupina e ao Principal "da nação Paranguaba".

Na carta de 17 abril de 1692 a Agostinho Cesar tratou Camara Coutinho das pazes dos janduins.

Vem aí curiosa revelação.

Declara o Governador Geral que o grande promotor da submissão dos teriveis indios, acerrimos inimigos dos portugueses, desde que se haviam aliado aos batavos, fora um paulista João Pais Florião, certamente filho ou neto do bandeirante, oficial do terço de Antonio Raposo Tavares na Re-

tirada do Cabo de S. Roque e de quem tão elevados conceitos escreveu Pedro Taques.

E de uma questão de amôr. — o que é mais curioso — provinha esta aproximação entre indios e brancos.

Valera-se Florião da circunstancia de ter morado entre os Janduins e lá haver vivido com uma filha do maioral Nhonguge, cunhado de Canindé, o principal morubixada a quem chamavam Rei dos Janduins.

Foram mediador entre paulistas e peles vermelhas.

Da filha do cacique houvera um filho que em dado momento levara em sua companhia a visitar os parentes maternos.

Assim servira o pequenino mamaluco de traço de união entre tapuías e brancos.

Curiosa circunstancia! Para negociar a paz com o Governo Geral do Brasil havia Canindé "rei" dos Janduins enviado á Baía alguns dos seus maiorais.

De tal nos dá pormenores a interessante carta que Camara Coutinho, a 17 de abril de 1692, escrevia ao capitão mór do Rio Grande do Norte, "sobre as pazes dos janduins", pedindo-lhe a opinião sobre as condições que deviam regular a deposição de armas dos tapuías.

"Da copia que será com esta firmada pelo secretario do Estado, ficará Vossa Mercê entendendo a paz que me enviou a pedir o Canindé, rei dos Janduins: e pelas proposições que offereceram os mairaes que em seu nome vieram a esta cidade, a forma em que lhe concedi.

E ainda que o intento do rei e dos maioraes me parece candido, e sincero ou porque as armas de sua majestade os obriga a temer o ultimo fim de serem conquistados ou porque uma guerra continúa enfada os mesmos barbaros; e estes o não são em solicitarem o seu socego; comtudo sempre a natural inconstancia, e odio que esta nação tem á Portugueza, desde que seguiu as partes da Flamenga, deixa escrupuloso o conceito desta amizade, tanto sem se esperar pedida.

Vossa Mercê que de mais perto conhece o estado emque se acham as cousas, e a confiança que se póde fazer desta novidade; a especule, e os fundamentos della com a ponderação, e intelligencia que pede negocio de tanta importancia; e de tudo me avise Vossa Mercê logo, para me ser presente, a firmeza, ou mobilidade que póde ter esta amizade, pelas suppo-sições que debaixo della se podem receber de gente que, ainda que tem rei, não costuma guardar fé .

Eu mostrei singelamente aos maioraes que os cria, e a todos mandei vestir liberalmente de minha fazenda e da de sua majestade bastantes resgates, de que vão contentes, e 50$ para um vestido com patente de capitão de infantaria a João Paes Florião que por haver (um filho), natural de uma filha do principal Nhonguge só ..... rei, foi a primeira causa desta paz, com elle ..... e não ha duvida que, estabelecida ella, foi um particular serviço a el-rei meu senhor, a quem na frota hei de dar conta, e por essa razão convem que me venha a resposta de Vossa Mercê, sobre esta materia, quanto antes puder ser, e com formal noticia do estado dessa Capitania, e termos em que esta nação dos Janduins com a Portugueza, para que assim se disponha tudo como mais convier ao serviço de sua majestade e socego dessa capitania."

"Muito particularmente encarrego a vossa mercê que, por todos os meios possiveis, e mais efficazes, ajude vossa mercê ao capitão João Pais para que se consiga a ultima resolução e estabelecimento desta paz."

Ao capitão mór da Paraíba do Norte, Constatino de Oliveira Ledo, no mesmo dia relatava Coutinho que o introdutor dos plenipotenciarios tapuías fôra o proprio João Pais Florião, vindo á Bahia "com os principaes e mais indios e indias que comsigo levava".

Esta paz se estabeleceria pelo cumprimento de dez clausulas que ele o governador geral aceitava.

Queria agora saber a impressão de seu correspondente sobre o caso. Iria Florião consulta-lo. Pedia ainda Coutinho que

lhe dissesse o capitão mór o que pensava das forças dos tapuías, e das de Matías Cardoso.

Aos indios vindos á Baía dera roupas, varios resgates, polvora e chumbo. Retiravam-se satisfeitissimos.

Falta-nos infelizmente o teor deste tratado. Não conhecemos documento que o estampe.

Interessante seria poder reproduzi-lo.

Talvez não haja em toda a documentação bandeirante peça de seu valor pela curiosidade de suas circunstancias.

CAPITULO XVIII

PROPOSTA DE PAZ PELOS INDIGENAS. RESPOSTA REAL. DIFICULDADES DE PAGAMENTO DOS PAULISTAS. D. JOÃO DE LENCASTRO ASSUME O GOVERNO GERAL. CARTA REFERENTE A MATIAS CARDOSO. PROJETOS DE CRIAÇÃO DE NOVAS ALDEIAS

A 14 de julho de 1693 escrevia Camara Coutinho ao Rei reiterando noticias anteriores sobre o andamento da Guerra dos Barbaros.

A 17 de abril de 1692 haviam aparecido na Baía dous maiiorais tapuias do interior do Rio Grande do Norte, no campo do Assú.

Diziam-se delegados de seu monarca Canindé que havia cinco ou seis anos estava em armas contra o rei de Portugal. Acceitara elle Governador jubiloso, a proposta que lhe traziam.

Assim a explicava: "Concedi por me parecer conveniente ao serviço de Deus e de Vossa Magestade e pelo pouco proveito que se tinha tirado da guerra, e despeza que nella se tinha feito, de que foram as capitulações e ajuste que fiz, e as remettera ao Capitão mór daquella Capitania para os conser-

var em paz: e que pretendia eu, que só a duvida que poderia haver era que estes Barbaros eram inconstantes e de pouca palavra".

O Arcebispo como de sobra se sabia, incumbira da redução dos indios a Matías Cardoso com gente e cabos pagos pelos cofres da capitania assolada.

Prometera ao Mestre de Campo e a sua gente soldos levando o paulista grande oficialidade.

Mas levantara-se a relutancia da burocracia. O tesouro de Pernambuco não estava autorisado a pagar senão a sua propria guarnição.

Assim se recusara a subsidiar a tropa paulista. Nada Nada mais prejudicial e vexatorio do que esta situação.

"Desta maneira ficariam aquelles homens só com as promessas vindo das suas terras, fazendo consideraveis gastos, sendo exemplar e judicialissimo para que quando tivessem mister se não achassem que da fazenda Real me não atrevia bulir".

O regimento do Governo Geral tambem o tolhia para lançar mão destes dinheiros. Só havia o recurso aos dizimos mas estes mal davam para as despesas habituais e correntes. Consultado o monarca sobre o caso premente de pagamento aos paulistas viera a resposta soberana cheia de entrincadas particularidades cujo fim era, sobretudo, dilatar o prazo do famoso quarto de hora rabelaisiano.

"Foi Vossa Magestade servido dizer-me que confirmava a paz e capitulações que fizera com aquelle gentio, declarando-me que pelo nosso Regimento estava disposto· que quando se houver de romper a guerra e esta permittir dilação, désse conta a Vossa Magestade para tomar a resolução que fosse servido· e quando fosse defensiva.

E se o seu rompimento não permittisse este recurso, se fizesse junta dos principaes que no Regimento, se exprima, e approvada a guerra se fizesse logo, e se ajustasse a despesa de que effeitos se haviam de tirar, e então poderia ser que

houvesse sobejos no contracto dos dizimos e que estes se diminuiram pela baixa que este anno tiveram os generos no Brasil, em outros poderiam ter maior estimação, e com elle crescer o contracto dos dizimos de sorte que pagos os filhos da folha eclesiastica e secular, haja com que se sustente a guerra.

E quando assim não seja, por não haver sobejos, ou por estes não bastarem para as despezas da guerra, na mesma junta se podia determinar, e lançar, ou nos gados do Certão, ou no que parecesse menos prejudicial, um tributo que bastasse para pagamentos dos Cabos, e mais gastos da guerra, e que finda esta cessaria pois nenhuma imposição como lhe devia de dar a entender poderia ser tam justificada como a que se lançava, quando se tratava da defesa de seus mesmos moradores".

Mas o caso dos paulistas não se enquadrava nestas disposições regias observava Camara Coutinho.

Era preciso honrar o compromisso assumido pelo delegado da Corôa, o Arcebispo defunto.

Sua Magestade nunca o aprovara, positivamente, embora continuasse a campanha e os paulistas pelejassem.

Ocorrera tremenda crise financeira e na Baía dera-se a falencia de dous argentarios João Ribeiro da Costa e João Roiz Reis o que ocasionara formidavel depressão monetaria.

"Ficou a fazenda de Vossa Magestade tão falta de cabedal· que o Arcebispo que então governava se valeo dos effeitos prohibidos para acodir as despesas deste Estado, e mandou dos sobejos dos dizimos dos annos futuros se pagassem aos cofres das rendas prohibidas, as quaes ainda hoje não estam pagas; porque não houve sobejos nem os filhos da folha secular nem ecclesiastica tiveram pagamento do que lhes deviam daquelle tempo".

Assim estava a Fazenda Real em grande penuria sem sequer poder pagar os funcionarios.

Ia se normalisando a situação mas tudo isto levaria tempo, muitos anos mesmo. Cresciam as rendas do Estado do Bra-

sil mas eram escassissimas para fazer face ás despesas de guerra e aos atrazados devidos aos paulistas.

Quanto ao lançamento de novas fintas seria impossivel pensar nisto dada a exaustão financeira da colonia.

Assim, pois, era urgente que Sua Magestade enviasse recursos extraordinarios aos seus suditos de além Atlantico.

Reclamava Matias Cardoso o que lhe era devido, e aos seus e o Governador Geral não sabia como atender a tão justa solicitação.

Respondendo ao Mestre de Campo escrevia-lhe:

"Vejo-o que Vm. me escreve na sua carta de 3 de abril deste anno e não é possivel responder a ella como desejo por mo impedir a expedição desta frota que El Rey meu Senhor é servido por carta immediatamente até desde julho.

Tanto quanto partir tratarei de responder com o effeito que for possivel, pelo Capitão Mór João Amaro Maciel que aqui fica o qual levará as resoluções de tudo. Entretanto acrescente Vm. com a sua constancia maiores razões ao seu merecimento e de seus soldados o que tem na sua tolerancia e valor".

Pedia Matias Cardoso munições e carretas instantemente e o capitão mór do Rio Grande do Norte, Sebastião Pimentel lhe reforçava a solicitação.

Via-se o Governo Geral em apuros, segundo a carta de 12 de junho de 1693. A polvora existente na Baía estava pessima muito molhada toda. As balas iriam, o mais depressa possivel, com nova partida de polvora. Mandasse o capitão mór fazer as carretas de que havia mister. Quanto ao reforço iria ele de Pernambuco quando a polvora seguisse.

Logo depois deixava Camara Coutinho o Governo Geral do Brasil sendo substituido por D. João de Lencastro transferido do governo de Pernambuco para o mais alto posto da administração regia do Brasil.

"Sua Magestade que Deus guarde se servio mandar me a governar este Estado e se me fazer recommendado muito

essa Capitania do Rio Grande e a defenção de seus moradores me ordena por carta particular de 27 de dezembro proximo passado de 1693 e veria eu se com meio da paz se podem sugeitar e reduzir os Barbaros para que possam lograr com ella seus moradores o socego que se deseja.

E que quando se entenda que aquella sua variedade não será estabelecida nem se poderá confirmar nesse caso ordeno eu se faça e continue a guerra, concorrendo para ella com todos os meios para que se possa sustentar fazendo que sejam promptos e infaliveis os pagamentos dos soldos que se prometeram aos aliados Paulistas por não ser justo que empregando-se elles no seu Real serviço em occasião tão importante e expondo se aos riscos dela não tenham com que passem soffrendo tanto trabalho na Campanha".

Antes de mais tratava o Governador geral dos compromissos da Fazenda Regia para com os vassalos de S. Paulo, "os alliados paulistas" expressão sumamente pitoresca. Pitoresca e inadequada pelo menos quanto permite o nosso criterio moderno.

A este exordio sucede grande elogio aos feitos dos soldados de S. Paulo e sobretudo ao seu ilustre comandante.

"A estas expressas palavras de Sua Magestade se seguem para me mover com toda attenção o preciso effeito dellas a grande lastima e que tenho de quanto tem padecido esses moradores em tantos annos nas hostilidades dos Barbaros que de certo seriam mais lamentaveis se o nome e o valor dos Paulistas os não reprimisse e venceram tantas vezes e sobretudo se não tiveram a Vm. para governar.

Já quando por aqui passei, vindo de Angola, tive grandes informações da pessoa de V. M. e soube quanto a sua constancia e prudencia tem merecido nessa guerra a grandeza de Sua Magestade."

Queria o Rei um relatorio muito pormenorisado do estado dos negocios da Capitania sobretudo do Rio Grande do Norte. E assim recorria o Governo aos conhecimentos da maior autoridade no assunto o mestre de Campo.

Tambem ficasse o cabo de tropa certissimo de que encontraria todo o apoio no Governador Geral do Brasil.

"A minha conta fica soccorrer a V. M. com tudo aquillo que V. M. me avisar logo lhe é necessario ou para restabelecer a paz ou para proseguir a guerra. E este aviso me faça V. M. com suma brevidade na embarcação, que fica para partir mando logo embarcar as munições que entendo lhe poderão ser necessario e nas patentes que estão na Secretaria do Estado mandarei por as apostillas necessarias para correrem os soldos nesta praça pelo meio mais possivel.

Com esta certeza trate Vm. logo de ajuntar toda gente que ou pelo desabrimento da campanha ou pela falta de serem soccorridos se desunio o seu terço engroçando o quanto puder ser e dispondo, desde logo, pelo o que lhe parecer conveniente assim para se perpetuar o sustento de sua gente como para se cobrir de toda invasão dos Barbaros essa Capitania".

Mandara o Rei que no Issú (sic) Jaguari (sic) e Piranhas se puzessem seis aldeias indigenas de cem casais cada uma custodiadas por vinte soldados pagos (de linha) e seu cabo. Pedia D. João de Lencastro o conselho do ilustre sertanista a tal proposito.

"V.Mcê me informe muito particularmente o que lhe paresse sobre esta disposição para se impedirem as hostilidades da guerra que os Barbaros podem fazer.

E de que Aldeas e Capitanias, se póde tirar este numero de casaes que S. Magestade quer se tirem de novo; dando-me Vm. inteira conta de tudo que entender que convem prevenir-se e dispor-se assim para esta nova criação de Aldeas, e em que distancias ficam das Capitanias mais vizinhas pois que importa ser me tudo presente com a maior distincção..

Assim procedendo praticavam o governo do Brasil o velho processo romano do estabelecimento de nucleos de gente diversa entre os povos subjugados.

Tão alto caso fazia o Governador Geral dos serviços do Mestre de Campo paulista que até mudara o governante do

Rio Grande do Norte para lhe ser agradavel. Nomeara para este cargo Agostinho Cesar de Andrade "por ser sujeito com quem Mathias se entende muito pela larga experiencia de sua prudencia e valor e o conhecimento que elle tem já dessa capitania.

E creio que tendo os Barbaros que com elle fizeram pazes quando o governava noticia de estar restituido a seu governo o tornarão buscar para os renovarem e ter a Capitania mesmo esses inimigos".

Queria Lencastro ter todos os informes possiveis sobre a campanha, que se encetaria, de ofensiva, se os indios não se mostrassem. E sempre tivesse o cabo de tropa correios ligeiros para trazer o governo bem informado.

"Ultimamente torno a encarregar a Vm. me dê muito larga conta de tudo, e dos Cabos, soldados e officiaes brancos e Indios, com que Vm. tenha de presente e em que lugar tem feito arrayal e forma em que tem disposto a defensa actual da Capitania, e ha de dispor a guerra offensiva dos Barbaros, não querendo elles sugeitar á paz que S. Magestade deseja.

E para esta lhes prometterá Vm. todas as terras que pedirem e elegerem para sua habitação e de suas familias e que serão conservados na protecção de S. Magestade em sua liberdade e união dos mais vassallos livres.

Despachando Vm. a toda pressa por Correios ligeiros e de satisfação todos estes avisos e..... de que depende ser todo serviço de Sua Magestade e o bom successo que espero tenha V. m. em tudo".

CAPITULO XIX

PRIMEIRAS PROVIDENCIAS DO NOVO GOVERNO GERAL NO RIO GRANDE DO NORTE. INSTRUÇÕES A MATIAS CARDOSO. NOTAVEL DOCUMENTO. A CARTA RELATORIO DE MORAIS NAVARRO

A 3 de junho de 1694 participava D. João de Lencastro, aos oficiaís da Camara da Capitania do Rio Grande do Norte que fôra Sua Magestade servido manda-lo governar o Estado do Brasil.

Com o maior interesse procurara saber, logo e logo, do estado das operações da Guerra dos Barbaros, que tanto assolava aquela capitania, cujos moradores tanto tinham padecido. A sua antiga felicidade procuraria, e com todo o empenho, restituir-lhe dando-lhe toda a segurança possivel.

Brevemente contava enviar-lhes como capitão-mór "sujeito digno" de ser sua mais alta autoridade assim como tambem novo provedor da fazenda real, cargo mal preenchido.

E referindo-se ás operações de Guerra assim terminava a sua exortação:

"Ao mestre de Campo Mathias Cardoso escrevo muito como merece a sua constancia, e valor; V. Ms. lhe remetão lo-

go a carta q. será com esta, para que senão abale, como a necessidade, em que seus soldados, e officiaes se vêm podia obrigar.

Mas eu fico com o cuidado de o soccorrer a toda a pressa; e V. Ms. me avizem com a mesma dos termos, em que essa Capitania se acha, das faltas, que padesse para sua conservação e os meios, que se lhe offerecem para resistir aos Barbaros; que o mesmo ordeno tambem ao dito mestre de campo, para com todas as noticias, que me chegarem, mandar as ordens e soccorros convenientes quanto antes se possa."

Do dia seguinte 4 de junho de 1694 era a carta, longa e minuciosa a que se referia o oficio anterior.

Comunicava o fidalgo ao mestre de Campo a sua tomada de posse do governo e transmitia-lhe as instruções especiais que El Rei lhe enviara e mdata de 27 de dezembro de 1693.

Preferia S. Magestade que os Barbaros fossem reduzidos por meio da paz a que os exterminasse o peso das armas.

Se porém tal desideratum se não atingisse então sim fossem os selvagens tratados sem dó. Continuasse a guerra, dizia D. Pedro II, correndo para com todos os meíos, para que se pudesse sustentar.

E tratando do caso dos soldos prometidos aos paulistas e jamais pagos contava o Governador Geral que o monarca lhe recomendara instantemente a maior pontualidade de pagamento: "fazendo que seião promptos, e infaliveis os pagamentos dos soldos, que se prometterão aos cabos dos Paulistas por não ser justo que empregando-se ellas no seu Real Serviço em occazião tam importante: e expondo-se aos riscos della não tenhão, com que passem soffrendo tanto trabalho na campanha".

Tecia D. João de Lencastro, depois disto os mais rasgados elogios ao valor dos paulistas e ao merito de seu grande mestre de campo.

"Agora que S. Magestade me encarrega tanto a conservação dessa Capitania, venho eu a ser o mais empenhado."

Fosse como fosse ou os indios se submetiam ou seriam exterminados por quem tantas vezes os batera.

Com a maior urgencia reiterava o pedido de relatorio sobre as cousas da campanha. Remeteria logo munições e as patentes apostiladas dos oficiaís paulistas cujos soldos estavam correndo na Tesouraria do Estado.

Com estas boas noticias estaria o Mestre de Campo certamente em condições de recomeçar ativamente as operações de guerra.

"Com esta certeza trate V. M. logo de apromptar toda a gente que ou pello dezabrimento da campanha, ou pela falta de serem soccoridos se desuniu o seu Terço engroçando-o quanto puder ser, e dispondo desde logo tudo o que lhe parecer conveniente, asy para se perpetuar o sustento da sua gente, como para se cobrir de toda... dos Barbaros essa Capitania".

Entendera D. João de Lencastro que ainda não fixara bem aos seu correspondente o que eram as intenções reaís e assim, ainda anexou *post-escriptum* á sua já tão extensa missiva.

Paz! Paz! era o que Sua Magestade almejava. Guerra só se de todo não fosse possivel obter que os terriveis indios desarmassem. Tambem se tal não o fizessem contasse o Mestre de Campo com todo o apoio possivel do Governo Geral.

"Tenha Vm como entendido finalmente, que não dezeja Sua Magestade nem me encommendou outra cousa tanto como a paz com o Gentio dessa Capitania: e assim digo a V. M. que mais ha de estimar hua paz fixa, e com total segurança de a não quebrarem os Barbaros, do que as victorias que espero alcance V. M. quando elles a não queiram aceitar.

E assim trabalhe V. M. quanto possivel for por attrahir a sua amizade os Barbaros que o fim das guerras, he a paz; e para esse effeito lhes ha V. M. de continuar a guerra que no dezengano de elles se não sujeitarem a paz, quer Sua Magestade se lhes faça".

Para a guerra mesmo nem V. M se impossibilite, pois eu hey de soccorrer a V. M. com o possivel com grande cuidado".

CAPITULO XX

RENOVAÇÃO DA GUERRA DOS BARBAROS. UM RELATORIO PRECIOSO DE MORAIS NAVARRO

Infelizmente não se encontram nos arquivos as informações que Matias Cardoso deve ter certamente então dado ao Governo Geral.

Mas em compensação possuimos outro magnifico documento da lavra de seu grande logar tenente Manuel Alvares de Moraís Navarro.

Intitula-se "Discurso sobre os inconvenientes que tem a informação que se deu a Sua Magestade que Deus guarde para mandar por nas Piranhas Assú, Jaguaripe seis Aldeias, duas de cem cazaes e vinte cinco homens brancos, para segurança da Capitania do rio grande facilitando as pazes, que se podem fazer com os barbaros offerecendo-se terras, as quaes se dessem de sesmarias, ás pessoas que tivessem cuidado dellas."

Infelizmente está cheio de lacunas causadas pelo assalto dos insetos mas assim mesmo o conjunto de seus informes tem a maior importancia.

Encontra-se este documento no Arquivo do Estado da Baía (Livro 4.º de Ordens Regias, 1694, a 1695, de pags. 76 a 79).

Esta representação do famoso caudilho de São Paulo cujas palavras tem o valor dos ditames da experiencia de quem as proferiu em materia de campanha contra indios controvertia um projeto governamental ideitado por inviduos a seu ver inscientes de cousas do Nordeste.

Começa o bandeirante por alegar a esterilidade daquelas paragens que precisavam ser abastecidas, ou pelo Ceará ou por Pernambuco sendo que o Ceará até então não passava de "miseravel capitania" cujo presidio da Fortaleza exigia, para a sua manutenção socorros exteriores.

Assim se exprimia o ilustre bandeirante:

"Senhor! Primeiramente por serem estas paragens das Piranhas Assú, Jaguaripe incapazes de planta é de necessidade lhe mandar mantimentos de fóra, e de bem longe; e as paragens de donde póde hir os mantimentos hé do Siara grande pera o arraial de Jaguaripe, que são 30 leguas e esta Capitania he tão mizeravel, que de Pernambuco lhe vai todos os annos farinha pera o prezidio que nella tem; o arraial do Assú he distante do Rio Grande pouco menos de 30 leguas.

É esta capitania como mais infestada do Inimigo mal se póde sustentar salvo se lhe for de Pernambuco que são noventa legoas ao Assú e pera o arrayal das Piranhas fica lhe mais de oitenta legoas de distancia do Rio S. Francisco, que he donde lhe poderá hir farinha".

O abastecimento destes fortins, em terra inimiga, custaria trabalhos e dispendios enormes.

"E pera guarda de cada comboyo hé necessario ao menos 150 homens de armas por... terras do Inimigo e lhe. ..que tes arrayaes não se houverão de sustentar só com farinha; pera se lhes levar gados importaria isso húa despeza consideravel.

E hé certo que faltando tres dias mantimentos pera quaes quer destes arrayaes, pois donde a farinha meuda dura pouco logo despejam os que nas suas Aldeas padesserem fomes por aquelle que deixerão de plantar".

Segue-se um trecho sobremodo lacunoso pelas avarias do documento. Refere-se o Mestre de Campo acremente ao erro de se porem mulheres e crianças em presidios de fronteira.

"Pois quando se não puderam conservar outros arrayaes com grandes corpos de infantaria, que hirei relatando, como se conservarão estes arrayaes com o impesilho de mulheres e meninos?"

Realisa depois o bandeirante um retrospeto das operações havidas que é muito curioso.

"Primeiramente sahio a campanha o Coronel Antonio de Albuquerque chegando á noite, a vista do Inimigo, com mais de 300 homens e de pé e a cavallo; logo na mesma noite lhe apanharam dous homens e lhes surgirão e os matarão ha (sic) poucos, e pela madrugada lhe deram tal batalha que matarão perto de 230 homens e outros tantos feridos, e como se retirarão com toda pressa lhe não matou toda a gente; isto socedeo na ribeira do Assú.

Depois deste socego se ajuntou grande corpo de Infanteria de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande, que forão prezidir o Assú metendo-se com húua forte tranqueira, e no portão della lhe matarão dez homens sem mais nunca os de dentro quererem sahir a pelejar com elles, acabando-se-lhe os mantimentos, sem fructo a algum se retirarão para as suas capitanias, não falo em outras tropas que depois della sahirão... de abater as armas portuguezas".

Entraram então, em cena, Domingos Jorge Velho e sua coluna. Infelizmente estão muito truncados os topicos áquelle referentes. As Alagoas a que se reportam devem ser provavelmente uma alusão aos projetos do grande cabo de tropa contra os palmarenses. Interessante pormenor é o do computo da tropa do grande sertanista.

"Domingos Jorge Velho, paulista, indo a Alagoas... que está em meyo da Campanha... 400 homens de pé e cavallo pelejou com elles 3 dias com 3 noite a fogo vivo, e como lhe foi faltando polvora se veyo retirando para o seu arrayal, e o vierão seguindo athé o meyo do caminho e se..... de o irem buscar ao seu arrayal das Piranhas assignando lhe o tempo".

Ao chefe paulista que se fortificara pediram instantes socorros, Antonio de Albuquerque e o capitão mór Constantino de Oliveira Ledo "vendo se bem apertados do inimigo e com grande risco seu". Estava o primeiro aliás feridc por arma de fogo.

Relatava depois Manuel Alvares grave revês padecido pelo seu proprio cabo de tropa, revês que o obrigara a deixar o Rio Grande do Norte para se refugiar no Ceará.

"Estando o meu mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida arraylado em Jacuhype... nosso regimento de mais de 50 homens de Armas, que nos chamarão Paulistas grandes, pela gente com que entramos, e não foi isto bastante para que não nos déssem dous assaltos e em hum se não hé amanhecer lhes logo o de fazer-lhe grande estrago, ainda asi nos matarão cinco homens, vendo nós a falta de monições e mantimentos que nem logar nos davão a buscar, que foi necessario retirarmos para a Capitanya do Ceará Grande".

Este Jacuipe é o que não sabemos como localiza-lo na toponinmia do nordeste. Talvez ocorra aí erro de copia.

Adversarios terriveis eram estes indios nordestinos que á bravura uniam singular astucia e mostravam-se irredutiveis. Desafiava Morais Navarro, e nos mais expressivos termos de seu rude dizer que muito sentia ser tão aspero, aqueles que pretendessem contradize-lo.

"Deixo de parte outras miudezas porque bastantemente me parece que tenho mostrado com estes exemplos ser impossivel conservarem-se estes arrayaes que manda formar Sua Magestade.

No tocante ás..... desejava não ser tão rude para mostrar com varias rezões e muito eficazes pela experiencia que tenho desses tirannos alevantados, e os mais traidores, ser impossivel quererem pazes, ainda que haja opinioens contrarias a esta minha, que hé hua só que obstante conhecerem o contrario sustentão se pelo não desdizerem e respondendo a esta opinião concluo com dizer, que me meterei em hua prizão em-

quanto estes taes vão, a dita campanha que reduzindo a pas um só tapuya, de dar o meu pescoço a cutello e bem se poderão ter desenganado pelo que se tem passado sobre este particular.

"Antes, com estarem as sua scampanhas com varias tropas, dando-lhe guerra, nunca quizerão pazes, como quererão hoje que estam senhores de toda a campanha?"

Ha trechos do documento reproduzidos cremos que infielmente pela dificuldade da tradução, pois não tem sentido.

Parece alegar Morais Navarro que a causa da retirada de Matias Cardoso para o Ceará (após cinco anos de privações de sua gente, que vivera semi-núa "por falta dos soldos que debaixo da palavra real se lhe promettera dar") viera a ser a penuria completa de recursos. Entretanto viviam os malsinadores a propalar que a causa de tal retirada fôra o medo!

E' o trecho obscurissimo e a sua redação parece indicar que de tal brazonavam os proprios tapuias quando se sabia que só aos paulistas temiam.

De quanto estes dominavam dava o informante formais exemplos.

"Indo dando cassa Domingos Jorge Velho a húa tropa delles, por nome "Esiqueri", que em portuguez hé Silva, e vendo que não podia escapar de necessidade se forão metendo na aldea de guararú dos Reverendos Padres da Companhia da Capitania do Rio Grande, a que os ditos lhes valessem, e pondo Domingos Jorge a aldea em serco, e que lhe entregasse a preza e como os Paulistas são bons de accommodar... fizerão o contento entregando-se-lhe os homens sómente e athé a determinação do Governador Capitam General".

"Em outra occasião outra tropa seguida por Christovão de Mendonça. capitão paulista, os colhera e os pozera em tal necessidade que, se lhe não consedesse as pazes, morrerião todos".

Seria impossivel aliás encontrar mais perfidos adversarios, afirmava o chefe bandeirante.

Assim os indios refugiados na aldeia de Guararú, havendo Domingos Jorge obedecido ao Governador Geral Camara Coutinho que os queria entregues aos jesuitas, dentro em breve davam provas de sua irredutibilidade.

Aos proprios asilados haviam assaltado procurando extermina-los e praticando toda a sorte de atrocidades.

"Tornarão para a campanha com ajuda de sua familia e ao depois com maiores tropas, a pôr fogo na dita aldea. Descendo pela ribeyra do Siará Miri, que são cinco legoas da cidade vierão matando a quantos se achavão vivos, cortando-os em corrtos e tirando-lhe os coraçons donde motarão duas crioulas dos ditos Padres que estavam lavando roupas.

"Só haviam fugido temendo encontro com os paulistas. Como lhes disses hua prizioneira que em hum sitio pegado a aldea estava tropa paulista, se tornarão levando a dita mulata e um mulatinho e os gados e cavalgaduras que puderão conduzir".

Esparovirodos haviam então os jesuitas pedido socorro a Matias Cardoso a quem enviaram um emissario.

Estava a sua aldeia em vesperas de ser queimada, as cercanias de Natal assoladas e até esta cidade em risco pois entre os tapuias diversos havia que "sabiam todas as entradas e corredores da cidade".

Este emissario encontrara os paulistas "em campanha por outra ribeyra acima (?)" e Mathias dera-se pressa em atender ao lancinante pedido salvando a situação "não fôra o castigo que tão propinquo lhes demos conseguiriam os indios tudo o que desejavam".

Um outro grupo grande de tapuias fora refugiar-se junto do capitão mór Constantino de Oliveira Ledo, pedindo-lhe que os valesse contra os paulistas. Prometia auxilia-lo na guerra contra as outras tribus suas parentas. O que pretendia porem era introduzir-se perfidamente no arraial branco "para lhes darem de dentro". E isto succederia "se não previssemos a velhacaria. E como não poderam fazer a sua deram de fu-

gida e foram ao Pinhancô e lá mataram 26 homens que alli prezediam, que como delles estevessem longe lhes parecia que estavam seguros".

Terriveis estes adversarios ardilosos, numerosissimos como folhas de arvores, saudosos de seus amigos bátavos a quem só causava inferioridade a falta de armas de fogo.

"Estas são as pazes que estes Innocentes costumam fazer que são tão ardilosos que confundem aos Paulistas que basta para ncarecimento e só temos... farão pazes com qualquer navio estrangeiro que vier aquella costa pois tanto suspiram pelos hollandezes, e é certo se qualquer inimigo lhes desse armas de fogo, só elles bastavam para nos conquistarem por terra pois são tantos como as folhas, e no valor não lhes excedemos mais que na desigualdade das armas".

Para os reduzir era necessario promover operações de largo estilo com avultadas forças.

"Só o que me perece os provacaria a pazes, de que ainda duvido é trazerem naquella campanha ao menos 400 homens de armas Paulistas· e o cabo pratico daquella campanha, por nam experimentarem os enganos, que nos experimentamos, porque cada capitania nos informava conforme suas conveniencias, e medo dos Tapuyas, de que se nos cauzou hum grande prejuizo.

Esta infanteria bem provida do necessario assista na campanha effectivamente dando lhe guerra a fogo vivo derrotando os com as armas, e a fome, e a sede para que vendo-se impossibilitados e conhecendo a sua total roina se provoquem a pedir paz e concederem se lhe com condição de os postar fóra da terra".

A seu ver tornava-se indispensavel entregar ao cabo de tropa deste corpo de exercito o comando geral dos indios de enorme zona.

"A ordem deste cabo a de estar o gentio do Rio de São Francisco, Ceará grande, e Rio Grande e os da Cidade da Parahyba porque se for necessario repartir o dito cabo a sua gente em tres ou quatro corpos unidos com este gentio, e al-

guns moradores, dem todos a hum tempo com esta força e acabada a diligencia necessaria a que nunca poderão ser muitos dias tornarem as mais vezes que forem necessarias, e as ditas Capitanias, lhes darão os mantimentos necessarios, e assim se fará sem molestia dos Indios e bem pouca despeza dos moradores".

Citava depois Morais Navarro os recursos das aldeias indiaticas das capitanias.

"As ditas Capitanias tem Indios pera darem e pera lhe ficarem em sua guarda, sendo que a tropa na campanha guarda todas ellas. e para que saibam as aldeas que fazem porto aqui: *Siará Grande, tem Cabucaiava Perengana, Paupina, Peranamerir, Duas* Aldeias de *Jaguaribabas* todas estas bem cheias de Indios.

As Aldeias do Rio Grande correndo para o sul: Guaár... *Goarairas Mamanguape, Utinga, Aldea de Jacobina; Arataguhy* por cima da Goya... os Carerizes os do Rio de S. Francisco não obstante passarem por ellas não me estr.... num-e rallas que tantas são de que são administradores os Padres da Companhia Barbadinhos".

Terminando alegava Morais Navarro que sua informação era ditada pela maior lealdade. Servira sempre a Sua Magestade com o maior desinteresse em tempos de guerra viva e de peste; frequentemente á custa dos recursos proprios e no entanto jamais esmorecera no proposito de bem querer servir a Sua Magestade.

"Tenho mostrado como é sinistra a informação pois informam conforme as suas consciencias e a... ambição das terras... o interesse a favor de S. Magestade contra seu serviço, segurança daquellas capitanias.

Dou esta informação conforme me tem mostrado a experiencia e não como queixoso, e dos mais prejudicados de meu Terço, pois eu fui o que tratei da forma a esta na maior peste que já se deu nesta cidade, de que tive minha perda na Ca-

choeira, e outros entrevallos como constará pelo Coronel Manuel de Araujo que lá reside.

E tornando segunda vez por 220 leguas com ordem do meu Mestre de campo e Carta para o Arcebispo e Governador Geral pela tratar da forma da guerra, e nomear cabos o que obrei em tudo com zelo do serviço de Sua Magestade e nos interesses do Arayal, e tambem constava que trouxe a esta cidade infenteria a minha custa,| sem mais nunca se me dar da fazenda nem hum vintem assim estou com animo e sempre estarei para não faltar... no serviço de Sua Magestade que Deus Guarde".

Chegavam ao mesmo tempo pormenores sobre um grave revês das armas brancas ás margens do Jaguaribe. Contém-nos uma carta do capitão mór Fernão Carrilho.

Matias Cardoso á testa de 180 homens fôra batido pelos indios e saira ferido do embate em que perdera um filho. (Cf. Rev. do Inst. Hist. do Ceará, 37 269).

CAPITULO XXI

ESFORÇOS DOS MISSIONARIOS PARA A CIVILIZAÇÃO DOS TAPUÍAS. JESUITAS E ORATORIANOS. SUPLICAS DE SOCORRO AO REI. O GOVERNADOR SEBASTIÃO PIMENTEL E O SEGUNDO PRAZO DE AGOSTINHO CESAR DE ANDRADE. A ATUAÇÃO MILITAR DESTE CAPITÃO MÓR

A 29 de janeiro de 1691 comunicava-se Dom Pedro II com o seu Governador de Pernambuco, Dom Antonio Felix Machado, sucessor de Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho, promovido, como se sabe, ao Governo Geral do Brasil.

Escrevera Coutinho ao Soberano que os jesuitas haviam reduzido grande quantidade de Indios que habitavam as terras da costa do Ceará, sobre o Rio Grande a mais de duzentas leguas de distancia; nesta missão morrera o Padre João Lobo, missionario de longa fé de oficio, agora substituido por outro.

O Bispo de Pernambuco representara á Corôa declarando "ser necessario que se mandasse praticar de novo as reaes ordens para que as Aldeias se reduzissem ao uso parecendolhe se fosse menor o numero dellas, seriam mais bem assistidas dos Missionarios."

"Tratava-se depois de um caso sucedido provavelmente com a tropa de Domingos Jorge Velho, "na guerra que os Paulistas tinham feito por ordem do Governador e Capitão General do Brasil nas terras do Rio Grande. Mataram cento e cincoenta Indios e captivaram cento dos quaes tinham feito baptisar cincoenta para serem vendidos nessa Capitania".

Fizera o Bispo junta a tal propoisto, tendo se apurado que tais indios deviam ser livres em virtude de expressa determinação das leis reais mal interpretadas nas juntas da Baía.

Dirimindo o caso ordenava o Rei:

"fazendo-se consideração a Lei cento e onze que prometteu os captivos, e não as que depois se estabeleceram para que não fossem captivos e se reputassem sómente por prisioneiros de guerra, porém que no encontro destas determinações da Junta se encontrava maior faculdade de se não poderem satisfazer os ditos Indios aquellas pessoas que os compraram."

Recomendava o monarca, muito especialmente, ao seu governador que em seu real nome agradecesse os Padres da Companhia e o fervor de espirito de sua catequese dos indios do Ceará e Rio Grande do Norte. E aos padres de São Felippe Nery a da nação Araribá "certificando a um e outros a estimação que fazia de suas virtudes pelo serviço de Deus e do seu, com que se avantajavam aos mais operarios da seara de Christo".

Tratasse a Junta das Missões e com todo o empenho, de regularisar as questões de terra entre o patrimonio das aldeias e as pequenas glebas attribuidas aos indios. Dias mais tarde conversava o Rei com o seu delegado sobre a conveniencia de se fortificarem varios pontos da costa do Ceará.

Como porém os recursos da real fazenda eram os mais escassos talvez fosse conveniente mandar dividir em capitanias os trechos do littoral por entre pessoas de recursos que as quizessem povoar e erigir as desejadas fortalezas.

Á vista dos incriveis abusos dos capitães móres triennaes nomeados para o Ceará pedira Felix Machado que se reduzisse

o seu prazo de governo a um anno. E o Rei discordava de seu modo de ver.

E quanto aos Indios que se captivaram do Rio Grande, considerando eu a justa causa que tiveram os Paulistas e soldados para os captivar, pela Ordem do meu Governo da Capitania Geral do Estado do Brasil, e disposição de minhas leis, que prohibiram os captiveiros, mando-os respeitar por prisioneiros de guerra".

"Ordeno-vos, continuava o Rei, os façaes pagar á custa de minha fazenda, satisfazendo-se aos compradores, em cujo poder se acharem pelo preço em que compraram aos Paulistas e soldados pelo preço em que foram avaliados, prohibindo que se não vendam os que estiverem por vender e que não passem a outro dominio os que estiverem já vendidos em quanto os possuidores delles não forem satisfeitos de seus preços, e assim como se lhes dar esta satisfação fareis declarar aos ditos Indios por livres e os mandareis entregar ao Padre Reitor do Collegio da Companhia para que os reparta pelas Aldeias que os seus padres administram. Tudo com a maior brevidade e mais prompta execução que der lugar o Estado das cousas dessa Capitania".

Corroborando a denuncia do Governador de Pernambuco aparece-nos a carta regia de 8 de março de 1693, ao mesmo Felix Machado, motivada pela representação de um missionario do Ceará o Padre Ascenso Gago que ao Trono denunciava as "miseraveis tiranias" e as violencias com que os capitães móres do Distrito tratavam os indios valendo-se deles como escravos e a invocarem as ocasiões do real serviço!

Pedia livramento da jurisdição destas autoridades para os indios ultimamente descidos ao menos por alguns anos. Em hipotese alguma pudessem ser recrutados para a guerra contra os tapuias, antes de ouvidos os seus missionarios.

Resolvendo o caso praticou o monarca a lição do proloquio que se refere aos golpes distribuidos pelo ferrador entre os cravos e a ferradura:

"E pareceu-me conceder-lhe jurisdicção espiritual porém que a temporal fique ao Capitão Mór dessa Capitania e recommendar-vos como por esta o faço, que não avexeis a estes Indios ainda que seja por protexto de meu serviço".

Em todo a vastidão brasileira a mesma homogeneidade de ideias reinava em materia de se encarar o problema servil! E os unicos defensores da liberdade dos miseros peles vermelhas eram os seus missionarios. Por provisão regia de 17 de março de 1692 fez Dom Pedro II mercê do cargo de capitão mór do Rio Grande do Norte, e pelo prazo de tres anos a Sebastião Pimentel. Vinha de Portugal e era oficial pobre motivo pelo qual foi dispensado de ir á Baía dar homenagem e juramento pela sua capitania.

A 22 de agosto imediato empossava-se perante o Senado do da Camara de Natal.

Participando o fato El Rei contava a municipalidade a triste situação em que se achava a capitania. Continuava a ser o teatro de cruel guerra. Muitos dos seus moradores já a haviam abandonado não tardando outros numerosos em lhes seguirem o exemplo.

A 11 de janeiro de 1692 haviam os barbaros assaltado os colonos da ribeira do Ceará-mirim matando doze pessoas e destruindo muito gado vacum e cavalar, além do que puderam conduzir. Desde o começo da rebelião tinham aniquilado para mais de duzentas vidas e fazendas, estas em valor superior a novecentos mil cruzados.

O Governador Geral do Brasil havia mandado assistir na Capitania ao Mestre de Campo dos Paulistas. Matías Cardoso. com oitocentos homens, mas destes só restavam duzentos, porque não cumprira a Fazenda Real a promessa de lhes pagar soldo.

Devido a grande extensão dos sertões era conveniente que Sua Magestade mandasse fundar quatro arraiais nos logares Jaguaribe, Assú, Acauan e Curimataú mantidos e sustentados pela gente do Arco Verde e do Camarão, "que existia de Pernambuco ao Ceará" sua direção ao referido Mestre de

Campo. Só assim, flanqueando cada arraial pela sua parte a camparha ver-se-iam os barbaros obrigados a dar vassalagem e poder-se-iam então repovoar os sertões, recuperando-se desta sorte as perdas que tinham tido os dizimos reais.

Tetrico o quadro que do Rio Grande do Norte fazia o Ouvidor da Paraíba em correição de sua comarca, Dr. Diogo Rangel Castel Branco, a 23 de julho do ano seguinte.

Salientou a pobreza em que se encontravam os colonos pelos apertos que fazia o gentio sublevado. Nesta luta continuada por oito anos tinham disseminado muitos, os que restavam não podiam, com segurança, cuidar de suas lavouras e creações pelo receio dos ataques inopinados. As forças que chegavam em socorro, muitas vezes extenuadas pelas asperezas da viagem, logo que esgotavam os mantimentos, sem que recebessem outros, tratavam de retirar-se, umas sem licença, e outras foragindo-se conduzindo mantimentos que forneciam com prejuizo proprio os moradores, os quais sómente com muito zelo lutavam e gastavam suas fazendas sem retribuição alguma.

Apressou-se o Senado de Natal em levar tais palavras ao conhecimento do Rei e este pela carta regia de 27 de setembro de 1693 endereçada ao capitão mór declarava: ter recomendado ao Governador Geral da Baía que fizesse pagar ao Chefe dos Paulistas, Matías Cardoso, por ser irregular esse procedimento. Fosse por sua vez socorrida a Capitania com forças e mantimentos.

Mas já Pimentel não a pôde receber pois faleceu a 3 de outubro desse mesmo ano de 1693.

O governo assumiu o Senado, que a 20 de julho de 1694 depois de referir a El Rei a morte do capitão mór mais uma vez expunha: ter recomendado ao Governador Geral fizesse pagar a Matías Cardoso.

Prosseguia a dolente jeremiada:

"Senhor. Damos conta de que foi Deus servido levar para sí o capitão mór Sebastião Pimentel em 3 de outubro do

anno passado e do estado miseravel em que se achava a capitania com a porfiada e continua guerra do gentio barbaro contra os moradores havia mais de sete annos, sem mais causa que a do seu damnado intento, fazendo notaveis destruições nas fazendas e vidas com seus continuados assaltos sem que até o presente se dispuzesse meio efficaz para reparo de tão grande ruina."

Nada mais humano do que tão acossados vassalos deixarem aquela terra em exodo geral quando por vezes havia até a fortaleza dos Reis Magos ficado quasi sem guarnição. Os soldados de Pernambuco para lá destacados voltavam aos seus terços e não regressavam ás margens do Potengí.

Em materia de munições era a falta grande, tambem. Referindo-se aos terços dos paulistas em campanha, dizia o Senado:

"As duas tropas de paulistas que vieram a esta conquista se tem tornado sem effeito algum servindo a sua vinda de maior damno a estes persiguidos moradores que obrigados (uma palavra illegivel) de seus apertos recorrem a Sua Magestade, pedindo queira por nelles os olhos de sua grandeza para que de algum modo faça socegar o seu continuo receio com que sempre estão".

O final de tão lamuriosa carta era uma insinuação ironica embora timida e respeitosa de que o Governo Geral do Brasil agia com extrema lentidão para obrar oportunamente grandes cousas contudo.

"Estas mesmas noticias temos dado ao Governador Geral deste Estado por um proprio que lhe enviamos e até hoje tem tardado as esperanças com que nos respondesse, suppomos seja causa desta dilação o querer avantajar-se para maior desempenho como tão grande servidor de Vossa Magestade e tão zeloso de seu Real serviço como por obras tem mostrado".

Ao novo Governador Geral Dom João de Lencastro no entanto preocupava, e muitissimo, esta questão da guerra dos Barbaros.

Nomeara a Agostinho Cesar de Andrade substituto interino de Pimentel a 6 de julho de 1694. Em outubro imediato já se achava empossado do cargo.

Comenta Vicente de Lemos:

"Já não encontrou Agostinho Cesar no Rio Grande o terço dos paulistas de Jorge Velho, que se havia retirado para assistir nos Palmares, assim como de Mathias Cardoso que buscara parte superior do Rio S. Francisco.

Escrevia El-Rei ao capitão general de Pernambuco, dizendo achar-se bem informado dos estragos e mortes pela repetição da guerra dos barbaros, desde a Bahia até o Ceará, sobretudo no Rio Grande do Norte, e que, como medida de ordem, tinha resolvido dar em sesmarias as terras fronteiras aos indios, áquellas pessoas que as podessem povoar, e cultivar.

Tinha resolvido mais de accordo com a representação do Senado da Camara, que se fundassem no Assú, Piranhas e Jaguaribe, seis aldeias, duas em cada uma destas paragens, com cem casaes de indios para cada aldeia, guarnecidas com vinte soldados pagos com um cabo affeito á guerra, e que a tudo teria de acudir á fazenda real, para manutenção dos arraiaes, creando-se povoações, quanto possivel.

O Governador Geral transmittiu essa resolução a Agostinho Cesar e este ao Senado da Camara, em 12 de fevereiro do anno seguinte, a comunicar.

Achando-se doadas todas as terras da Capitania com mais de cento e cincoenta leguas de costa, dizia Agostinho Cesar a Camarão, devia entender-se pela dita ordem que as terras a conceder-se seriam as mesmas já doadas entre as quaes muitas havia deshabitadas e devolutas.

E como, entre os ranchos reduzidos á paz, contava-se o do principal Canindé, intitulado rei entre os seus, baptisado sob o nome de João Fernandes Vieira, foram a estes doadas as terras sitas na ribeira do rio Jundia-peroba em Goyaninha, tapera de Lucas Gonçalves e mandava o capitão mór que assim se cumprisse.

O Senado da Camara ponderou a Agostinho Cesar em carta de 1 de março, quanto a fundação dos arrayaes era uma medida de presente inoportuna, porque ficariam os moradores da cidade desamparados da defesa de suas familias pela obrigação que tinham de seguir. Demais, achava-se o governo entabolando pazes com o gentio.

Considerava, portanto, de melhor acerto guardar o soccorro, promettido pelo Governador Geral para formação dos arrayaes fazendo-se antes algumas correrias e apertos aos barbaros, que se veriam obrigados á vassallagem.

Agostinho Cesar não acquiesceu porém ás ponderações do Senado da Camara".

A primeiro de março de 1694 fazia á municipalidade natalense um relatorio geral de sua atuação no governo do Rio Grande do Norte.

Assim começava esta curiosa peça de paginas 56 do *Livro de Registro das Cartas e Provisões do Senado da Camara de Natal* para o periodo de 1691 a 1702.

"Ha perto de sete annos que me mandou Sua Magestade, que Deus guarde, governar esta Capitania. Chegando a ella, achei o capitão-mór a quem succedi, mettido na fortaleza sem ter voz activa para nenhuma disposição; achei os moradores recolhidos em casas fortes, e o gentio sem opposição, destruindo tudo".

Como auxiliares pudera apenas dispor de quarenta soldados de linha de Pernambuco e trinta e tantos indios. A sua testa executara duas sortidas e obtendo algum reforço de casas fortes chegara a cento e sessenta praças.

Fazendo base em Mipibú enviara duas expedições felizes ao Sertão intimidando ao gentio. Executara depois outros raids favoraveis. O da Serra de Acauan fora proveitoso e dirigido por um paulista cujo nome não declarou.

Ao mesmo tempo determinara que Matías Cardoso, com a pouca gente de que dispunha reforçado porém por cem homens da capitania, fizesse uma entrada pela ribeira do Ceará.

Fôra esta muito feliz, por duas vezes assaltara o mestre de campo o gentio, dele matara quantidade e fizera alguns prisioneiros tomando-lhes os que levava.

E no entanto vira os seus planos sempre tão coroados de exito não só como censurados.

Acusavam-no do desastre do Sargento Mór Manuel da Silva Vieira no Assú. Cinco mezes permanecera ele em uma casa forte com pouca guarnição porém pedindo constantemente algum socorro de gente e farinha. Em todo este tempo nunca lhe fora tal auxilio até que havendo expedido como correios um a um e dous a dous as gentes que lá tinha viera a ficar com cinco homens. Não pudera pois sustentar-se e retira-se ficando o tapuia tão dominante que vaquejara os gados, metendo-os nos currais, jarreteara-os lastimosamente.

Deploravel desastre com efeito! causador da ruina total da capitania porque quando chegara o coronel Antonio de Albuquerque ao Assú era certo que, se ali achasse a gente que ficara, não voltaria ás Piranhas.

Mas a quem cabia a responsabilidade de tamanho erro? A ele não? e sim ao terror panico daqueles que agora o agrediam e difamavam.

"Examinada a causa porque não foi ao Sargento-mór soccorro é a cousa notoria que, querendo o capitão mór mandal-o por vezes sempre se lhe impediu com requerimento e disendo-lhe que deixava tudo exposto ao rigor do gentio e isto por vinte ou trinta homens que queria mandar".

Agora se renovava esta oposição, filha da covardia, quando se impunha a necessidade de se reforçar o presidio do Assú.

"Supposto tudo referido, não me maravilha agora esta advertencia que Vmcês, me fazem que não duvido seja com muito zelo, mas é necessario que considerem que é muito necessario mandar esta tropa reduzir á paz o gentio do Assú, e conservar a que com os mais tenho feito; porque este gentio não se sujeita pelo amor que nos tenha, sinão pelo temor do que póde succeder-lhe.

E, para que haja nelles este, é necessario que nos vejam com as armas na mão; e dos que estão reduzidos tenho dito que me hão de dar quarenta homens para irem na tropa com os brancos, para que lá os do Assú, vendo que são nossos amigos o queiram ser tambem".

Tal o pavor do Senado natalense que até perdera a capacidade de refletir e examinar as cousas como elas eram.

"Esta tropa ha de constar de pouco mais de cem homens; nesta capitania ha perto de quinhentos entre brancos e indios, afóra mais de cem escravos capazes de tomar armas, e tirando deste numero cem homens, não é cousa que possa dar cuidado.

E indo os tapuyas na tropa é cousa inaudita dizer que cá se hão de levantar os que ficam; sómente os poderá animar o considerar nos prevenidos mas a tropa na campanha é o seu maior temor".

Terminando a sua carta e a sua queixa gabava-se Agostinho Cesar:

"Nos postos que se hão de prover no Jaguaribe, Assu e Piranhas não sei quem haja trabalhado nisto com mais zelo, nem com mais ancia do que eu, e tanto assim que, dando agora noticia ao Governador D. João de Lencastro desta paz do gentio lhe disse tambem que em nenhum modo lhe parecesse ficava isto finalizado sem os tres postos guarnecidos; porém tomara saber em que prejudica a este intento ir agora uma tropa ao Assú e reduzir aquelle gentio, e tambem os payacús que, temidos da ruina que se lhes fez no Ceará se retiraram para esta parte, e estão na alagoa Ipodi".

E tomando a atitude de quem se mostra sobranceiro aos despreziveis adversarios afirmava o antigo comandante da fortaleza das Cinco Pontas que agia conforme a consciencia que Deus lhe dera. Pouco se lhe dava que os seus opositores pretendessem prejudicar-lhe a reputação, ou por odio ou inveja ou por não verem satisfeitas as absurdas pretenções.

"Finalmente eu obro o que julgo acertado, e até agora, quiz Deus, que não fizesse desacertos, e penso, é anexim, cada

qual fala conforme sua conveniencia, o seu odio ou interesse, sendo isto assim não ha cousa como obrar bem, porque o quer satisfazer a todos parece difficultoso e impossivel.

E, para Vmcês se satisfazerem, parece-me que basta o referido."

Não pôde Agostinho Cesar de Andrade, contudo, levar a cabo os seus planos da fundação de arraiais. Em julho de 1695 passou o governo a um personagem do mais alto destaque em nossos fastos, a Bernardo Vieira de Mello, o famoso senador de Olinda da sessão memoravel de 10 de novembro de 1710

CAPITULO XXII

AINDA A EXPEDIÇÃO DE MATIAS CARDOSO AO CEARÁ. LACUNAS SUPRIDAS POR UM DOCUMENTO PRECIOSISSIMO. O RELATO DE MORAIS NAVARRO A DOM PEDRO II. OS ULTIMOS ANOS DE MATIAS CARDOSO

Queixa-se Pedro Taques, amargamente, da deficiencia dos documentos de que pôde lançar mão para esteiar a sua narrativa da Guerra dos Barbaros.

Os seus desastres em Portugal, vitima que foi do tremendo terremoto de Lisboa a 1.º de novembro de 1755, não o deixaram ler os papeis arquivais. E por isto não pôde deitar os olhos a um pedido de satisfação de serviços de Morais Navarro apresentado ao Rei e datado de 15 de novembro de 1696

É um documento assás longo e pormenorisado cheio de informes e pormenores inéditos muito valiosos. Realisa uma sumula das marchas e contramarchas nas campanhas do Nordeste realizadas pelo famoso lugar tenente Fernão Dias Pais.

Depois de alegar que estivera mais de cinco anos no serviço real como alferes da Fortaleza de Vera Cruz de Itapema, em Santos, por andarem piratas a correr a costa de S. Paulo, passara a capitão de infantaria de ordenança.

Promovera-o em 1696 o Arcebispo Governador Geral interino a Sargento mór do terço formado para a guerra dos Barbaros.

Tivera então a incumbencia de "ajuntar os paulistas para os trazer consigo á dita guerra".

A principio pensara em conduzil-os por mar á Baía, e á sua custa, mas, a vista da incapacidade das embarcações, de tal disistira.

Acompanhado de diversos paulistas, e de quinze indios, seus, apresentara-se ao Governador Geral a buscar ordens e munições necessarias destinadas ao seu Mestre de Campo Matías Cardoso de Almeida, acampado no sertão do Rio S. Francisco, a duzentas e vinte leguas da capital brasileira.

Executada esta comissão penosa voltava á cidade d'O Salvador para ajustar com o Arcebispo "algumas proposições ainda." Viera por terra, "sem reparar a grande distancia e aspereza dos caminhos."

Depois deste entendimento regressara ao arraial de Matías com uma digressão dilatada pela Jacobina, recrutando indios das aldeias.

Com eles formara um corpo de perto de duzentos homens armados que entregara ao mestre de campo unindo-os á gente vinda de S. Paulo.

Nestas jornadas tão extensas fizera não só avultados gastos da propria fortuna como perdera muitos escravos dentre os escolhidos de sua gente por serem bons soldados.

Chegado ao arraial levantara Matías Cardoso acampamento seguindo para o teatro da guerra, com mais de quatrocentos homens de guerra. Havia a vencer-se um percurso de 275 leguas. Incumbira-o o seu cabo de tropa do abastecimento da coluna que dispunha de mantimentos escassos.

Isto o lavara a novas despesas particulares. Voltando a reconduzir indios achara-os levantados, comprara diversos e os levara suasoriamente.

Ao atravessar o Pajehu por um triz se afogara, tendo se virado a canôa.

Dera-lhe Matías Cardoso o comando de uma coluna de reconhecimento composta de 300 homens e como fosse indispensavel cavalaria elle formara a sua custa uma companhia de cavalarianos adquirindo a expensas proprias vinte e sete animais.

Logo depois tivera o primeiro contacto com o inimigo com ele pelejando "onze dias effectivos e a fogo vivo até o derrotar com perdas suas e pouca da gente que levava".

Imodestamente afirmava que tal resultado se devera á sua astucia e valor. Prosseguindo a marcha (que devia ter sido em retirada) padecera muitas "fomes e sedes" até se recolher ao arraial de seu mestre de campo. Trazia enfermos e feridos e com eles, gabava-se, usara de muita caridade "deixando de comer para acudir aos necessitados."

Estabelecendo Matias Cardoso o seu campo entrincheirado ordenara-lhe certa vez que fosse atacar os barbaros em um de seus principais alojamentos. No fim de quatorze dias de marcha surpreendera este toldo, em uma madrugada, depois de lhe aprisionar as sentinelas.

Fizera aos tapuias grande estrago recolhendo-se ao arraial com cincoenta e oito prisioneiros.

Puzera-se depois em contacto com o acampamento das forças cearenses. Ali, indo com tropa, a comprar munição de caça, e recolhendo-se aos seus quarteis, assistira ao assalto que os tapuias lhes deram em uma madrugada. Seguira-se vivissimo combate, até ás 3 horas da tarde, em que ocupara os postos de maior perigo e onde resistira com grande valor.

Rebatida esta agressão soubera-se que os indios iam renoval-a com forças maiores: "Huma grande multidão." Partira em contra ataque á testa de cento e trinta homens ao encontro do inimigo. Poucos homens levava por causa da epidemia de sarampo reinante no arraial onde havia numerosissimos enfermos.

Marchando uma noite toda por asperos caminhos, surpreendera os contrarios pela madrugada, travando-se viva peleja

até que ás nove da manhã o inimigo debandara, em panico deixando seis prisioneiros.

Nesta refrega tivera ele Navarro a coxa esquerda ferida por seta. Voltando ao seu acampamento para se tratar encontrara pessima situação por causa da peste e carencia de mantimentos. Decidira então Matias Cardoso estabelecer-se em ponto menos insalubre, indo para outro ponto, a 30 leguas do Ceará Grande (Fortaleza).

A detestavel redação do documento deixa-nos perplexos neste trecho de nossa interpretação. Não se percebe se Matias Cardoso levou consigo 350 homens de armas ou se lhe deixou esta força para guardar os enfermos cujo estado de saúde não permitia a mudança.

Conta Morais Navarro que, por espaço de quatro meses, esteve com o comando de uma praça quasi que só guarnecida por enfermos e invalidos. Valera-lhe fornecendo a sua custa a maior parte dos mantimentos então consumidos.

Amotinavam-se aquelles soldados a quem a Fazenda Real não pagava soldos. Estavam semi-nús e ele os contivera prometendo-lhes para breve, dinehiro e fardamento.

Como estivesse Pernambuco a sofrer grande precisão de gado incumbira o respectivo governo a Matias Cardoso de lhe arranjar nos sertões do Ceará tres mil rezes. Da vanguarda da conduta desta enorme ponta encarregara o mestre de campo a ele, Morais Navarro, por ser o posto mais arriscado.

E com efeito por tres vezes haviam os barbaros tentado dispersar-lhe o gado em refregas renhidas. Na ultima, depois de ter o cavalo morto, precisara entrar em combate singular, a faca, com diversos tapuias. Já a dous matara quando pudera ser socorrido pelos seus fugindo então os indios.

Terminada a perigosa comissão, com todo o exito, e recolhido ao seu arraial soubera Matias Cardoso que verdadeiro exercito de indios marchava sobre Natal, matando e roubando muita gente. Já se achava nas cercanias da capital riograndense quando o Mestre de Campo, com todas as forças, viera em marchas forçadas em defesa da cidade.

Chegado ao teatro das operações dividira-as em dous troços dos quais dera o comando de um, a ele, Morais Navarro.

Examinara bem a localisação do inimigo e de repente pela madrugada o atacara, exterminando-o quasi. Fizera-lhe então 120 prisioneiros, tomando-lhe duas crianças brancas que provavelmente levava para servirem em festim antropofagico. Ao mesmo tempo lhe arrebatara tudo quanto roubara nas depredações realizadas nas fazendas dos brancos.

Do Ceará Mirim fôra depois mandado por Matias Cardoso com duzentos homens de armas atacar os tapuias concentrados ás margens do Assú numa "grossa emboscada."

Após cinco dias de marcha diurna e noturna, padecendo grandes fomes e sêdes surpreendera-os matando a muitos e aprisionando o resto. Com esta segunda grande vitoria haviam os indios ficado esmagados. Oprimidos de tal dano mandaram pedir as pazes que Matias Cardoso lhes concedera.

Eram então os janduins duas mil e quinhentas almas. Logo depois chegara ao arraial de Matias um proprio expedido por Domingos Jorge Velho, da sua estancia, em Palmares.

Achava-se em situação sobremodo critica, abandonado por todos os seus soldados não paulistas, e pedia socorro urgente.

Ordenara Matias Cardoso que partisse com duas companhias e houvera então um movimento de revolta dos soldados. Alegavam o caso dos soldos por pagar e não queriam partir. Tivera ele Morais Navarro, de lhes dar algum dinheiro do proprio bolso.

Assim partira do Arraial para Palmares fazendo cento e trinta leguas por picadas então abertas e padecendo muitos trabalhos. Lá encontrara Domingos Jorge Velho entrincheirado reduzido á companhia de cinco homens apenas!

Providencial a sua chegada! os palmarenses sabedores da deserção das forças de Domingos Jorge Velho assaltaram o seu fortim; ignorando a vinda da coluna de reforço foram porém repelidos "com grande estrago seu."

Depois desta vitoria muitos dos seus indios vindos do Rio Grande do Norte fugiram e ele tivera de os perseguir; á testa

de vinte homens conseguindo alcança-los e reduzi-los. Concertara então com Domingos Jorge Velho meios para se manter a segurança do seu arraial. Um deles era a abertura de uma estrada de quarenta leguas até as povoações do Orobá para o do posto abastecimento.

Partira um capitão de Domingos Jorge a buscar munições á margem do S. Francisco e desde longo prazo. Dele não se tinha a minima noticia havia muito. Resolvera-se pois Morais Navarro a ir procura-lo partindo só com dous escravos fieis.

Chegando ás primeiras povoações encontrara o capitão com o comboio de munições. Partira escoltado por 70 soldados. Mas quarenta destes, temerosos dos negros, já haviam desertado e os restantes recusavam ir para a frente.

Com a chegada do bandeirante criaram alma nova e partiram.

Pressentida pelos palmarenses tivera a coluna de sustentar quatro dias de viva peleja "pelejando com as emboscadas do inimigo e resistindo a sua furia".

Assim assegurara a entrada do importantissimo comboio no reduto de Domingos Jorge. Este o despachara ao governador de Pernambuco a pedir-lhe munições e o Marquês de Montebelo então o incumbira de levantar tropa em Porto Calvo e Alagoas. Para ali partira, fizera grande recruta, a que incorporara muitos indios do Camarão o que lhe ocasionara nova despesa pessoal.

Afinal pudera Domingos Jorge Velho pôr cerco aos Palmares e então o encarregara de um portão dos principais. Ali assistira com toda a vigilancia até o levantamento do cerco com o inverno.

Dera-lhe Domingos Jorge o governo do arraial e ele o exercera durante os seis meses hibernais "com satisfação embora a padecer muita fome pela falta geral de mantimentos".

Nesta ocasião tivera seria refrega com os negros dos quais matara 27 aprisionando muitos. Adoecera gravemente o que não o levara contudo a deixar o posto de comando. Orgu-

lhosamente afirmava, Morais Navarro ao soberano que "sem elle o arraial se não conservaria".

Restabelecida a sua saúde e convicto de que "se não podia fazer aquela guerra sem paulistas "oferecera-se então a ir a S. Paulo levantar um terço".

Feita a proposta ao governador de Pernambuco partira depois para a Baía onde longamente esperara a decisão regia, a proposito da organização do regimento. Ali, na capital brasileira, tivera, o desgosto de saber da resolução governamental que ordenara a dissolução do terço de Matias Cardoso.

"Não lhe haviam os cofres reaes pago os soldos promettidos, no decurso de tantos annos de guerra viva, em que consumira a sua fazenda, empenhando-se, fora de sua casa por continuar o serviço de Sua Magestade "sempre com honra da opinião do seu procedimento".

Mas afinal viera Dom João de Lencastro governar o Brasil e compadecido da situação miseravel do Rio Grande do Norte incumbira-o de organizar o regimento proposto, o chamado Terço de Lencastro, constante de cem paulistas brancos e quatrocentos indios, levantados em S. Paulo.

Tanta confiança depositava nelle Navarro, o Governador Geral, que lhe dera as patentes dos oficiais em branco, assegurando-lhe os mesmos soldos ajustados para os comandados de Estevam Ribeiro Bayão Parente e Matias Cardoso.

Conhecedor dos homens e das cousas, e provavelmente aconselhado pelo proprio Governador Geral, resolvera "para a melhor disposição de guerra e formatura do terço ir a real presença".

Assim partira para Lisboa. Ali reclamara, do monarca, a recompensa dos serviços prestados, num tom de singela e sincera imodestia.

Apresentara folhas corridas, pelas quais constava não ter crime algum e a indispensavel certidão do Registro de Mercês demonstrando não se lhe ter feito, até então, graça alguma pelos serviços alegados.

Assim entendia que Sua Magestade lhe devia um fôro de Fidalgo Cavalheiro e uma comenda das vagas da Ordem de Cristo do lote de duzentos mil reis. Se não houvesse alguma a preencher fosse tal pensão efetivada em um dos almoxarifados em que não houvesse proibição.

Queria ainda, para o seu primogenito, um habito de Cristo, "com a tença que a real grandeza fosse servida determinar-lhe e um alvará de lembrança para o primeiro officio que vagasse ou fosse creado no Estado do Brasil. Assim poderia commodamente sustentar-se e lograr em parte os premios dos serviços feitos a Sua Magestade pelo espaço daquelles annos".

Informando o Rei do conteúdo de tal petição dizia o Desembargador Diogo Marchão Themudo, fiscal dos documentos apresentados, que Manuel Alvares de Morais Navarro não juntara aos seus papeis fé de oficio. Eram tais porém os serviços por ele prestados a Sua Magestade como constava de suas patentes que se faziam dignas de toda atenção. Assim não duvidara que subisse o auto á real presença para El Rey deferir como fosse servido.

O mais honroso parecer do Conselho Ultramarino se acosta ao processo: embora fossem as pretenções do bandeirante ratinhadas de vinte e cinco por cento e se não prometesse a nomeação que pretendia para o filho.

A 15 de dezembro de 1696 era emitida a consulta relatada pelo Conde de Alvor que tinha como vogais os conselheiros Sepulveda e Serrão.

"Ao Conselho parece que supposto os serviços do Mestre de Campo Manuel Alz de Moraes Navarro não sejam de matricula, são comtudo os mais relevantes, e os mais importantes do serviço de V. Magestade pois empregou em defesa de seus Vassallos a conquista das terras do Brasil os quaes nunca pode ter matricula por serem obrados nos Sertões, e se haver com tão grande procedimento e valor como se justifica dos papeis que offerece não sendo só ferido na guerra dos Indios, mas supportando tantos discomodos e perigos nas longas e repeti-

das jornadas que fez pellos Sertões em defença da guerra do Rio Grande, que por todos estes respeitos lhe faça V. Mag. mercê do foro de fidalgo, e do habito de Christo, com cento e cincoenta mil rs. de tença effectivos de V. Mag. vendo a grandeza com que V. Mag. se lembra de seus serviços".

Assim era visando tambem um engodo para os paulistas que os nobres Conselheiros recompensavam os serviços do formidavel Calção de Couro.

Quanto tempo terá Morais Navarro permanecido em Lisboa é o que de todo a documentação, aliás lacunosa, é até, agora divulgada por Studart não nos informa.

Gravissimo defeito da petição de Morais Navarro é não ter referencias de ordem cronologica. Pode-se porém localisar os fatos que narra entre 1690 e 1694.

É de se supôr que quando partiu para a comissão aos Palmares viesse Matias Cardoso de Almeida para as terras do Ceará onde teria de sofrer gravissimo revez. Deste desastre conhecemos uma referencia positiva e assaz pormenorisada da carta patente de capitão passada por Fernão Carrilho a Francisco Dias de Carvalho, que pertencia ao terço do Mestre de Campo Zenobio Achioly de Vasconcelos.

Reza este papel que é datado de 26 de junho de 1694:

"Porquanto os Payacús, Jandhuins, Icós e outros barbaros de corso que infestam as juridições desta capitania, fazem despovoar os limites e terras do Rio Jaguaribe e Banabuyú, com perda de muitas fazendas de gados e vidas dos moradores que lá assistiam, e outrosim de presente vindos e retirando do rio grande o mestre de campo e governador das armas dos paulistas Mathias Cardoso de Almeida, no dito Jaguaribe, jurisdição desta capitania feriram os ditos barbaros ao mestre de campo, que vinha acompanhado de 180 homens, e lhe mataram um filho seu e tres ou quatro mais da companhia, e porque estão ousados e insolentes, resolvi, mediante Deus, que é o senhor das victorias, mandar fazer guerra aos ditos barbaros e outros seus alliados com alguma infantaria paga deste presidio e infantaria da ordenança. E por convir eleger capitão

para governar a dita infantaria paga que seja pessoa de valor e de experiencia militar e do sertão, e por que estas partes concorrem na pessoa de Francisco Dias de Carvalho, soldado deste presidio, da companhia do capitão Antonio da Silva Barbosa, do terço do Mestre de Campo Zenobio Accioly de Vasconcellos e por ter servido a Sua Magestade 23 annos, assistindo sempre de guarnição nesta fortaleza" etc.

Deste revez não falam Pedro Taques e Silva Leme. Não mencionam de todo que Matias haja perdido um filho em campanha.

Ignora-se tambem a data do falecimento de Matias Cardoso. A ultima referencia documental que a seu respeito se divulgou vem a ser o documento dos autos num 3.106 do Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. É uma alusão contida em carta a Baltazar de Godoy Moreira sobre a falta de mantimentos nas Minas, a proibição do transito de gado da Baía, as novas descobertas do ouro, os caminhos do sertão por onde passavam os negociantes, a falta de justiça etc.

Vivia o famoso mestre de campo, ainda, provavelmente, nas suas fazendas dos Currais da Bahia, em seu arraial celebre, da Manga, tambem chamado de seu nome, pois como escreve Pedro Taques uma vez findas suas grandes campanhas "não voltara mais para S. Paulo sua patria porque acabada totalmente a guerra, ficara estabelecido no sertão do Rio de São Francisco onde tinha copiosas fazendas de gados vaccuns e cavallares".

173

CAPITULO XXIII

REPRESENTAÇÃO DE JOÃO AMARO MACIEL PARENTE AO REI PEDINDO PREMIO DE SERVIÇOS. PORMENORES INÉDITOS E IMPORTANTES

Findas as campanhas de Matias Cardoso, de que fôra João Amaro Maciel Parente tão poderoso auxiliar, resolveu este celebre cabo de tropa pedir ao Rei, a 12 de janeiro de 1696, "satisfação dos seus serviços e da aução (sic) que lhe pertence e de seu pay e mercês que lhe estavam feitas".

Aução, lembremo-lo, é termo hoje obsoleto que corresponde, as mais das vezes, a ação e outros a direito, segundo se póde deduzir dos textos obscuros.

Esta representação é preciosa pelos pormenores que encerra. Depois de explicar porque o Arcebispo escolhera a Matias Cardoso, para conduzir a Guerra dos Barbaros, recordava João Amaro quanto serviço fizera a Sua Magestade, como oficial de seu pai e comandante de uma companhia de infantes. . .

Livres os baianos das hostilidades dos tapuias do Paraguassú recompensara-o o monarca com uma patente de capitão efetivo, por carta de 20 de março de 1674, e no entanto

os Governadores do Brasil jamais haviam obedecido a esta disposição régia.

Fora preciso a ocurrencia de nova campanha para que, a 10 de abril de 1690, ele fosse nomeado capitão mór das companhias e tropas de infantaria e indios de que o mestre de campo Matias Cardoso o encarregara.

Deixara logo o latifundio de "trinta ou quarenta leguas de terras" que Sua Magestade doara a seu pai "por haver libertado o sertão bahiano do gentio barbaro" partira para o S. Francisco afim de se avistar com o Mestre de Campo. Ali se demorara resistindo aos chamados multiplos que vinham de suas propriedades. Respondera sempre que o serviço de Sua Magestade ele o antepunha, sempre, a quantas conveniencias pessoais pudesse auferir o que, valesse a verdade, lhe fôra louvado.

Como Matias Cardoso houvesse ido a S. Paulo e partido de lá para levar a sua familia, ás suas fazendas do rio de S. Francisco, incumbira-o da organização do seu terço, escolhendo sagento mór capitães e outros oficiais além do maior numero de soldados.

Assim executara, pondo-se em marcha, á testa daquele troço de sertanistas de S. Paulo marchando por quinhentas leguas de sertão até atingirem o arraial do Mestre de Campo.

Nesta jornada sofrera "grandes descomodo com consideravel perda dos seus escravos e quantidade de cavallos "que deixara num porto do S. Francisco.

Embarcara aí trazendo duas companhias com os respectivos capitães e um capelão "tudo a sua custa e sem nenhuma ajuda de custo pelo prazo de quatro mezes".

Navegara duzentas leguas, pelo S. Francisco abaixo, quando irrompera grave epidemia entre os soldados de infantaria Tivera de estacar para então atender aos enfermos.

Finda esta comissão, recebera outra do Governador Geral a de conduzir um comboio destinado ás forças de Matias Cardoso, agora acampado ás margens do Jaguaribe.

Desempenhando-se desse encargo caminhara cento e cincoenta leguas, com todo o cuidado, padecendo muita fome e sêde, até se incorporar ao seu Mestre de Campo. Incumbira-o depois Matias Cardoso do comando da sua base enquanto ele saia a jornadear contra os indios.

Tivera então o ensejo de repelir dous assaltos do gentio. Partira depois para as vizinhanças do Ceará Grande (hoje Fortaleza) fazendo plantações na serra da Pacotiva (Pacatuba?) e sustentando sempre, á sua custa exclusiva, a companhia de infantes do comando do capitão Miguel de Godoy de Vasconcellos.

Assim se empenhara em forte soma, de grande quantidade de dinheiro, para vestir a sua gente "a mayor parte da infantaria que estava nua".

Puzera-se Matias Cardoso em marcha do Ceará para o Rio Grande do Norte, conduzindo enorme ponta de tres mil bois. Nesta jornada perigosa comandara Morais Navarro a vanguarda. Deixara-o então no comando de seu arraial cearense, armado de todos os poderes "para a disposição do que fosse mais conveniente".

Assim concentrara todos os homens ali disponiveis mandando fazer plantações. Nesta ocasião despendera trezentos e cincoenta cruzados de seu bolso para fardar a infantaria.

Chegara Matias Cardoso ao Rio Grande e lá formara outro campo entrincheirado, realizando duas campanhas em que gastara sete mêses.

Representara então ao Mestre de Campo que a sua situação era grave. Os soldados lhe fugiam porque se achavam desprovidos de tudo "faltando-lhes os soccorros necessarios". Assim resolvera Matias Cardoso que se retirasse para se incorporar ás suas forças.

E ele partira, a testa da pouca gente que lhe restava marchando pelo interior do Sertão.

Caminhara com grande risco de vida precisando agir com a maior prudencia, evitando o encontro com os indios, pois já não tinha mais polvora nem balas.

Mas a sua experiencia de consumado mateiro lhe valera pois embora precisasse fazer enorme circuito, de quasi mil quilometros (150 leguas) conseguira chegar, com o maior exito, ao campo de Matias Cardoso.

Era isto o que alegava a Sua Magestade. E como fosse filho e herdeiro universal de Estevão Ribeiro Bayão Parente. a quem o Rei não efetivara varias mercês, recordava agora diversos dos grandes serviços paternos á Corôa.

Assim, dizia, finda a luta com os Guerens, do interior da Baía, para a quietação e socego dos moradores desta capitania, entendera El Rei que Bayão continuasse no posto de Governador da Conquista dos Barbaros, incumbindo-o da fundação de uma vila em lugar estrategico "para impedir o passo ao gentio".

Puzera o velho mestre de campo mãos a obra, construira caass, levantara igreja, plantando em torno de sua vila "muitos mantimentos com grande trabalho por ser paragem de cem leguas de despovoado".

Pois bem, ainda assim, em 1675, recebera ordem do Governador Geral (o eldoradomaniaco Visconde de Barbacena) para ir das margens do Paraguassú, onde se achava, a Porto Seguro, rompendo cincoenta leguas de sertão, a dentro, a ver se descobria esmeraldas.

Obedecera imediatamente e, nesta jornada, quasi deixara a vida, pois vira a sua bandeira cercada por mais de mil e quinhentos indios.

Durante vinte e dous dias se batera com esta multidão de arcos, na retirada que precisara efetuar, sofrendo então, ele e os seus, verdadeiros horrores "de muita fome, sêde e trabalhos", tudo para guardar as ordens que lhe haviam sido encarregadas para "estas occasiões de grande serviço de Deus e de Sua Magestade pelas almas pagans que se baptisavam e recebiam a Santa Fé catholica".

O requerimento de João Amaro deu ensejo a que se revisse o caso das mercês reais a Estevam Bayão Parente, já velho de mais de vinte anos!

Estudando-o emitiu o Conselho Ultramarino, a 12 de janeiro de 1696, parecer assinado pelo Conde de Alvor e os conselheiros, Andrade, Sepulveda e Serrão depois de examinar a consulta do dr. Diogo Marchão Themudo, fiscal dos papeis dos serviços prestados á Corôa.

Fizera El Rey a Bayão, isto a 19 de março de 1674: conforme se deduzia do documento assinado pelo Secretario de Estado, Pedro Sanches Farinha, a promessa de uma comenda do lote de oitenta mil reis anuais, dos quais sómente quarenta efetivos. Mas destes só lograra doze, a titulo do habito da Ordem de Cristo: mil reis mensais:

O resto se convertera na mercê da passagem que por sua industria se povoasse nos sertões, vila que se estabelecera entre trinta e quarenta leguas da costa da Baía, devendo ter contudo um minimo de oitenta moradores e Igreja.

Desta vila seria donatario, com todos os privilegios inerentes a tal função, ficando-lhe de juro e erdade para sí, seus filhos e sucessores.

Quarenta mil reis de pensão seriam porém atribuidos ao seu primogenito João Amaro Maciel Parente, e uma das comendas da Ordem de Cristo devendo ainda ser-lhe passada patente de capitão de infantaria a arbitrio do Governador do Brasil.

Não se efetivara porém a concessão do habito de Cristo a Estevam Bayão Parente que no entanto edificara a vila á margem do Paraguassú onde fizera igreja e principiava a construir algumas casas e currais quando falecera.

Retirara-se João Amaro para S. Paulo de onde fôra chamado ao Norte, novamente, afi mde servir com o mestre de campo Matias Cardoso.

Ora, os indios baianos se agitavam novamente dando sinais de movimento serio de rebelião. Assim ele, João Amaro, finda a campanha do Rio Grande do Norte e Ceará solicitara a nomeação para o posto de Governador da Conquista dos Barbaros do Reconcavo da Baía e seu Sertão, que fôra de seu pai, afim de que com os seus companheiros pudesse conquistar o dito gentio.

Agora pedia retribuição dos serviços proprios acrescidos dos de seu pai, jamais efetivados, mas só anteriores a 1674, como os que ele realizara, desta data até o dia de sua morte, pois falecera sempre empregado em comissões de Sua Magestade.

Assim entendia poder pretender melhoria na Ordem de Cristo, com uma comenda do lote de duzentos mil reis. Enquanto não se efetuasse tal pensão, fosse ela paga sob a forma de tença efetiva pelos dizimos reais da cidade da Baía.

Pedía ainda a concessão da donataria da vila, que seu pai começara a edificari com direito de juro e herdade, para sí seus filhos e sucessores, e a patente de capitão mór e governador da gente da conquista do Sertão, com o mesmo soldo, privilegios, graças e liberdades, necessarias isenções e franquezas que Bayão lograra.

Depois de detido exame das folhas corridas e certidões de mercês declarou o Dr. Themudo que estes papeis representavam "hum serviço tão extraordinario quanto nelles se referia". Entendia que toda a documentação apresentada podia ser deferida por estar corrente.

A unica falha achada se referia a uma representação de moradores do sertão baiano, que não passara pelas mãos do Governador Geral do Brasil como seria preciso, tanto mais quanto se referia a assuntos de grande importancia: a conquista de aldeias do gentio.

Deliberasse Sua Magestade acerca de tal documento. Mesquinhamente, do modo mais mesquinho, resolveu o Conselho recomendar ao Rei uma decisão para o caso. Entendeu que o grande sertanista, coberto de grandes serviços proprios á Corôa, durante longa serie de anos, tivesse a recompensa prometida a seu pai, os oitenta mil reis de 1674; pagos por um dos almoxarifados do Reino e não pelos dizimos reais da Baia o que certamente dificultaria imenso o seu recebimento.

A donataria da vila esta lhe podia ser concedida nos termos que o pai a obtivera. Era ela bem o sabemos do genero dessas dadivas de que se originou o *timeo Danaos*. Doação de um posto de atalaia fronteiriça...

Quanto á ultima parte da petição de João Amaro expendia o Conselho: "No que respeita ao posto que pede de capitão mór e governador da conquista do sertão deve se mandar pedir informação ao governador da Bahia para que declare se este posto necessario".

Terminava ao despacho uma insinuação da maxima injustiça, injuriosa para os méritos de um homem de tão notavel fé de oficio, quanto o filho de Estevam Bayão: "devia o Governador bahiano informar a Sua Magestade sobre a sufficiencia e capacidade do supplicante para o exercicio do posto a que se propuzera!"

CAPITULO XXIV

PROSSEGUIMENTO DAS OPERAÇÕES DE GUERRA. A PENURIA DOS POVOS. QUEIXAS DOS PAULISTAS. FINTA PARA A MANUTENÇÃO DA COLONIA DO SACRAMENTO. RECOMENDAÇÕES A BERNARDO VIEIRA DE MELLO. UMA REPRESENTAÇÃO NOTAVEL DE DOMINGOS JORGE VELHO

As operações de guerra continuavam lentas e penosas. E D. João de Lencastro queria que tropas de Pernambuco fossem reforçar as hostes do bandeirante.

Os officiaís e soldados de um terço de Henrique Dias escreveram ao Rei suplicando que não os despachassem a lutar com os terriveis janduins. E o governador de Pernambuco Caetano de Mello de Castro neste sentido representara ao monarca.

Respondera o Rei ao seu Governador Geral dizendo-lhe que explicasse ao delegado regio de Pernambuco o que pensava a Corôa deste caso da Guerra dos Barbaros e Lencastro, a 2 de maio de 1695, executava a ordem.

"O Real intento de Sua Magestade é dar-se fim a esta guerra, e deixar a minha disposição a forma que parecer mais regular dever conseguir.

Esta pende da gente que a ha de fazer, e do cabedal com que se ha de conservar. A gente se é branca e paga, tem os inconvenientes que apontaes na vossa carta: se Indios, as Aldeias dessa Capitania estão occupadas nos Palmares se das do Seará padesse grandissima difficuldade denão assistirem os Indios em qualquer parte fóra das suas Aldeias, sem levarem comsigo as suas familias, e para haver duzentos arcos, hão de ser mais de 600 as boccas que comprehende qualquer familia, e vem a ser oito centos as que se hão de sustentar em lugar donde sou informado que senão dão mandiocas e será custosissimo o concurso de farinhas tão promptas que lhes não faltem trez dias, porque a impaciencia da fome, e á sua natural inconstancia os arrebata para as suas Aldeias: e se de negros de Henrique Dias, como me dizeis que não são mais que cem homens não é numero sufficiente para rezistir em uma só fronteira as hostilidades dos Barbaros que são sem numero e senhores daquella amplissima campanha."

Os paulistas estes tinham justissimos motivos de queixa. Anos e anos havia que pelejavam sem receber soldos "nem farda alguma com que se cobrissem".

Assim haviam desamparado a guerra agora reduzida na Capitania do Rio Grande á mera defensiva.

Tambem pessima a situação financeira do Brasil. Nem ele Governador Geral, nem o seu correspondente de Pernambuco podiam fazer milagres em pról da Fazenda Real. Tetrico o quadro desta penuria.

"Porque primeiramente a da Bahia está empenhadissima a dessa Capitania vos sabeis a donde pode chegar. Sua Magestade é servido que concorra a Bahia e essa Capitania em tudo o que a sua Real fazenda não chegar. O Senado da Bahia a quem já o anno passado reprezentei o que Sua Magestade mandava sobre este ponto, no mesmo tempo em que ordenou contribuisse 100$000 para a nova colonia se escusou de concorrer com mais couza alguma para a guerra do Rio Grande. Para a nova colonia concorre essa Capitania tambem com 50$000. E a contribuição desses Povos não só por sua pobreza mas pela violencia da exacção, virá a ser couza muy tenue para uma

despeza que precisamente ha de ser tão consideravel, como Sua Magestade conhece."

A guerra só podia ser ofensiva senão nada se alcançaria de util. De tudo se déra conhecimento a Sua Magestade de quem esperava resposta. Como medidas de emergencia aprovava o Governador Geral as decisões do governador pernambucano a saber: vir Fernão Carrilho, com os indios que pudesse arrebanhar no Ceará colocar postos fortificados no Jaguaribe e tambem se postarem cem henriques de Pernambuco no Assú.

A fronteira das Piranhas parecia indene do assalto dos Barbaros. Assim informava o capitão mór da Paraiba.

E esperassem os governos do Brasil a decisão de Sua Magestade sobre a guerra ofensiva.

E enquanto não vinham as respostas magestaticas cuidava D. João de Lencastro de providencias espirituais que bem demonstram o espirito dos tempos.

Em carta a Matias Cardoso a 18 de agosto de 1695 recomendava que não deixasse os seus homens, de forma alguma, molestar os colonos entre os quaís estava acampado.

"Advirto a V. m. busque logo sacerdote para a sua Aldea que trate do bem espiritual das almas dos Indios, porque além de ser muito particular serviço de Deus, são tão repetidas as ordens de Sua Magestade sobre este particular, que o fim a que se encaminham é unicamente a do bem espiritual dos Indios, e vivendo elles sem isso nenhuma differença parece vae de viverem entre christãos assim, como diante entre a gentilidade. Uma e outra cousa espero de V. m. observará tão pontualmente como deve á sua obrigação e a confiança que faço de seu procedimento".

Neste interim esforçava-se Bernardo Vieira de Melo, o famoso capitão mór do Rio Grande do Norte, por negociar com os caciques janduins.

E de tal dava ciencia ao Governador Geral que em carta de 26 de novembro de 1695 muito louvava tudo quanto o leal e valoroso vassalo fizera em serviço de Sua Magestade.

E a proposito da cessação das hostilidades fazia considerações.

"A inconstancia dos barbaros, sempre faz escrupulos a firmeza da sua paz, e muito mais a vontade que mostram de aceitar a luz evangelica. Em uma e outra cousa ponha V. M. particular estudo, porque tanto deseja Sua Magestade conservar a paz com essas nações, como introduzir a fé na sua gentilidade e ter segura essa Capitania.

O Padre visitador da Companhia me deu conta do bom modo com que V. M. trabalha por acodir a tudo ao que não duvidarei nunca."

Mas o *si vis pacem* era a prudencia em face da guerra. Assim prevenia D. João.

"Ao Governador de Pernambuco ordeno que soccorra a Vm. com tudo o que lhe pedir de munições, e gente, e elle o deve executar com a efficacia e pontualidade que costuma ter em tudo o que toca ao serviço Real. Ficando V. M. advertido que não tem mais dependencia daquelle Governo que dos effeitos das ordens que eu daqui lhe mandar porque o dessa Capitania é immediato a este geral do Estado a que só V. M. deve recorrer e dar conta de tudo, e não ao de Pernambuco. assignar materias politicas como nas militares."

Pedira Vieira de Melo permissão para poder gastar com a campanha mais do que o seu antecessor fizera, apenas quatro centos mil reis. D. João de Lencastro a tanto o autorisava fazendo ver, contudo, quanto precisaria ter o maior tento com as despesas, que a situação financeira do Brasil era pessima.

Não esperasse o Rio Grande do Norte socorro algum da Baía sobrecarregada de impostos e fintas.

E Sua Magestade fazia o maior empenho agora a que a que se promovesse o progresso da Colonia do Sacramento:

O dinheiro a principio destinado ao socorro do Nordeste tomara a direção do extremo sul.

"E quanto ao donativo espontaneo que o Senado da Camara desta cidade fez para essa guerra, se converteo em ou-

tro muito maior, de dez mil cruzados para a nova colonia do Rio da Prata que Sua Magestade se serviu ordenar me lhe remettesse, como fiz na frota deste anno, para de lá se lhe enviar na que for para o Rio de Janeiro e nem este Povo pode tolerar, nova contribuição para acudir a esta capitania, nem eu deminuir cousa alguma da que está destinada a nova colonia".

Nesta mesma ocasião escrevia Lencastro ao Capitão mór Teodosio de Oliveira Ledo a 31 de maio de 1695 congratulando-se com este valente fronteiro pelos resultados por ele obtidos no sertão.

Estava o sertanista tão certo da pacificação dos indios seus vizinhos que chegara a pedir ao Governo Geral trinta espingardas para os armar.

Na aldeia dos Piranhas a situação era toda de paz. Assim se deduz do documento seguinte:

"Ultimamente torno a encarregar a V. M. me dê muito larga conta de tudo, e dos cabos e soldados, e officiaes brancos e Indios com que v. m. se acha de presente e em que lugar tem feito Arraial e forma, em que tem disposto a defença actual da Capitania, e ha de dispor a guerra offensiva dos Barbaros não se querendo elles sugeitar a paz que Sua Magestade deseja.

E para esta lhes prometerá V. M. todas as terras que pedirem e elegerem de sua habitação e de suas familias e que serão conservadas na protecção de Sua Magestade e o bom successo que espero tenha V. M. em tudo."

CAPITULO XXV

NOTIFICAÇÃO DA MORTE DO ZUMBÍ. RECRUDESCENCIA DAS HOSTILIDADES EM PRINCIPIOS DE 1696. RECOMENDAÇÕES AOS MESTRES DE CAMPO E AOS CAPITÃES MORES. PROTESTOS CONTRA O CATIVEIRO DE INDIOS MANSOS. CARTAS DO GOVERNO GERAL A DOMINGOS JORGE VELHO

Em fins de 1695 sucumbiam os palmarenses sob os golpes de Domingos Jorge Velho e sua gente.

E o Brasil todo rejubilava. Desvanecia-se o terrivel pesadelo de tantos anos: o grande quisto de escravos rebeldes e fugidos que resistiam pelas armas havia dezenas de anos, vitoriosamente, desbaratando, tantas vezes, as armas reais:

Que perigo para toda a Colonia! E que exemplo! esse baluarte da libertação de uma raça de cuja sujeição decorria todo o sistema economico do Brasil. De quanto este caso dos Palmares impressionou os seus contemporaneos, e os seus posteros, documentam as fartas paginas que os cronistas lhe consagram em toda a escala de seus adjetivos impressionadores daqueles a quem transmitiam os seus temores retrospectivos.

Desbaratados os quilombos era agora possivel aplicar as hostes vencedoras á submissão dos indios nordestinos.

Delirante de jubilo escrevia o Governador Geral ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, a 24 de janeiro de 1696, agradecendo-lhe o comunicado de tão feliz nova e felicitando-o entusiasticamente, tanto quanto permitia a secura dos tempos.

"Meu amigo, e Sr. Com particular contentamento li a carta, em que me destes a nova de ser morto o Zumby no bom successo, que tiveram os Paulistas, ainda que foy para elles bastantemente custoso como por outras noticias se me diz. Com a sua morte, e estrago dos negros considero quasi acabada a guerra dos Palmares destinada ha tantos annos, para vós logrardes a felicidade de os vencerdes e de ser vossa essa a gloria de que vos dou o parabem como amigo, e como interessado, pois sempre tocou aos Generaes a das victorias, que na sua jurisdição se alcança. As occasiões de vosso gosto, sempre acharam no meu amor os alvoroços que devo á estimaçam que dellas faço: e as do vosso serviço, sem ceremonia a minha obrigação."

A situação do Nordeste novamente se agravara.

A 30 de junho de 1696 escrevia, alarmado, o Governador Geral, ao capitão mór da Paraíba Manuel Nunes Leitão.

Recebera carta de Teodosio de Oliveira Ledo com novidades de bom agouro. Achava o sertanista cheio de otimismo demasiado e imprudente desobedecendo aliás, ás ordens regias.

"O Capitão mór das Piranhas Theodosio de Oliveira Ledo meu deu conta dos bons successos que tivera com os Barbaros que o vieram buscar para contrahir uma paz simulada para serem traidores quando se offerecesse occasião de o poderem ser, e com o poder dos Barbaros, que a esse fim vieram, e elle os foi buscar com a pouca força, que pôde ajuntar no breve tempo que lhe deram.

E não deixey de sentir que lograsse a victoria sem favor algum da Parahyba. porque desejara eu, que as maiores se

devessem á providencia, e dispuzição de V. m. por ser aquelle posto hum dos que Sua Magestade, que Deus guarde se servio ordenar, que estivesse assistido de soldados brancos, e Indios.

Mas como V. m. me escreveu que tudo estaria pacifico, creio, que esta seria a razão que V. m. teve para suppor que não haveria guerra que perturbasse o successo da paz em que V. m. considerava aquelle sertão. Porém como na inconstancia dos Barbaros, é sempre para temer a insolencia das suas hostilidades, convem muito que se não ache outra vez desprevenido aquelle sitio, donde Sua Magestade quer que se ache a segurança necessaria a seus vassallos e baste a notoria, que chegara os Barbaros de estar bem guarnecido, para que se não atrevam a intentar, a vingança donde tiveram o damno que receberam".

Queria D. João de Lencastro que o ponto se mantivesse fortificado e bem fortificado. Para ali removesse o governador paraíbano uma aldeia de tapuias domesticados, chamados Cariris e ainda uma aldeia de caboclos de Mamanguape, no litoral "huns e outros com suas mulheres; porque sem ellas não costumam ter persistencia alguma, e vinte e cinco soldados da Praça com suas escupetas, no que não haja dilação alguma, para que o Tapuya, e a gente que assiste naquelle Arrayal não desmaiem, e o desamparem tudo a ordem do Capitão mór Theodosio de Oliveira.

E porque esta gente se não póde conservar em quanto não plantam mantimentos, sem sustentos escrevo a Camara dessa cidade lhe mande dar a parecer bastante, a qual mandarei satisfazer aqui. E v. m. em cujo descanso, tome muito a sua conta o effeito de uma e outra ordem, dando ma do que obrar que espero seja com o acerto que v. m. costuma ter no serviço de Sua Magestade".

Tinha razão o precavido governador. Irrompiam novas hostilidades e a Teodosio de Oliveira Ledo, capitão mór das Entradas das Piranhas Cariris e Pinhares expedia o Governador Geral, a 2 de novembro seguinte, uma carta em que o felicitava pela vitoria alcançada sobre os Barbaros.

" Dou a Vm. o parabem do bom successo que teve com os Barbaros nem eu podia esperar menos da opinião que tenho do seu valor.

Com esta remetto esta carta para o Capitão mór da Parahyba Manuel Nunes Leitão soccorrer logo a Vm. com as duas Aldeias dos Carirys. e caboclos, a ficarem nessa fronteira com suas mulheres, e filhos e vinte e cinco soldados, com suas escupetas.

E a Camara que dê os mantimentos necessarios para a sua condução os quaes Vm. lhes remetterá logo, como tambem a outra que escrevo ao Capitão mór do Rio Grande Bernardo Vieira de Mello, para mandar fazer entradas a esses Barbaros, com que Vm. ficará mais aliviado das suas hostilidades.

Não mando as duas Aldeias dos Rodellas que o Capitão Gonçalo Paes Chaves me representou seriam mui necessarias pelo gravissimo inconveniente das duvidas que ha entre os Religiosos da Companhia e a casa da Torre, por haverem expulsado os seus Missionarios.

Mas Vm. se valha das que por lá houver mais capazes para a guerra, e se remedeie como puder, que eu daqui lhe não posso valer com outra coisa mais que com munições, e para isso escrevo ao Governador de Pernambuco a carta que será cem esta paar mandar conduzir a Goyana e dalli pelo caminho mais breve a esse arraial, vinte arrobas de polvora, e quarenta de chumbo a qual lhe pode levar a pessoa por quem Vm. enviar as do Capitão mór da Parahyba.

Eu sou mui amante dos soldados de valor, e assim esteja Vm. certo que em tudo que lhe poder prestar o hei de fazer com bonissima vontade. Ao Capitão e Ajudantes mandei passar as Patentes"

As vinte arrobas de polvora e quarenta de chumbo dão ideia da atividade belica renovada.

Punha-se o Governo Geral, ao mesmo tempo em contato intimo com os dous mestres de campo paulistas.

Matias Cardoso reclamava a paga de seus soldos atrazados e o Conselho da Fazenda da Baía declarava-lhe e a Ma-

nuel Alvares de Morais Navarro que não tinha vintem em caixa.

Assim D. João de Lencastro escrevia a 12 de novembro de 1696 que, á vista da penuria dos cofres brasileiros, se requeresse a El Rei este pagamento suplementar.

Já partiram para a Côrte os dous papeis. Ficara Domingos Jorge certissimo de que o Governo Geral do Brasil tudo faria para que tão ilustre vassalo fosse satisfeito da justissima pretenção.

Noticiava Matias, contemporaneamente, que, naquele momento, os Barbaros, seus fronteiriços, se mantinham tranquilos parecendo receiar as ameaças que ele lhes fizera de violenta ofensiva.

Continuavam as operações terminais da guerra dos Palmares. Domingos Jorge Velho reclamava socorros belicos e Dom João de Lencastro lhe respondia, rispido, a 13 de dezembro de 1696, que a fazenda real nada lhe devia fornecer. Empreitara ele exclusivamente á sua custa a terminação da campanha palmarense.

"Vmcê me pede nesta sua carta de 18 de agosto deste anno, que hoje recebo lhe mande algumas munições remettidas a villa das Alagoas, por se lhe não darem da fazenda Real e ser grande a falta que dellas tem no empenho com que vae continuando essa guerra dos Palmares.

Creio que Vm. as não pedio ao Governador de Pernambuco Caetano de Mello de Castro, porque entendo que se elle as não mandou a Vm. deve ser alguma ordem expressa de Sua Magestade para o não fazer, correndo tanto pella Sua obrigaça essa *Conquista dos Palmares* Vm. lhe escreva e lhas peça.

E quando as não lhe enviei mo represente Vm. com a resposta que vier do mesmo Governador: enviando me juntamente a ordem que Vm. teve de Sua Magestade sobre se lhe darem ou deixarem de dar munições para essa guerra, por conta de Sua Real Fazenda pella qual Vm. me diz que se lhe não dão para com a informação, e documentos de tudo Eu resolver o que for mais conveniente ao serviço de Sua Mages-

tade, pois que ainda que essa guerra toca tam especialmente ao Governo de Pernambuco eu sou general de todo o Estado para acudir a tudo o que convir a execução das ordens de Sua Magestade emqualquer parte delles".

Segunda carta expedida o Governo Geral, a 14 de dezembro de 1696, ao expugnador dos Palmares acerca de abusos de seus comandados e abusos graves.

"Fui informado que alguns Paulistas desse Terço deram no Riacho dos Cabaços em um rancho donde estavam os barbaros de que he Capitão o Paxicú dentre outros lhe captivaram a mulher de que se temiam alguma revolução nas Aldeias, em que o Paxicú se levantava.

E' que falando o Capitão mór daquelles districtos com os Paulistas para os divertir de captivarem aquelles Tapuyas, que estavam de paz com os brancos lhe disseram, que tinham ordem de Sua Magestade que Deus guarde para captivarem todo o Gentio que não fosse baptisado e não estivesse aldeado. Se Vm. tem esta ordem de Sua Magestade me envie Vm. originalmente para eu a ver; e se a não ha faça Vm. recolher logo os Paulistas: e lhes ordene, que restituam logo a Paxicú Sua mulher, e que de nenhum modo inquietem as nações dos Carinayes, Jacôs, Paraquiós e do mesmo Paxicú pelo damno que póde resultar de se fazerem inimigos dos brancos com quem estão de paz".

Energico reclamava o fidalgo exigindo a exibição imediata da permissão régia, expressa "A guerra que Sua Magestade agora manda fazer a V. Mecê é aos negros dos Palmares e não aos barbaros, amigos dos brancos que em sua defensa se oppõe aos que lhe vem fazer hostilidades".

CAPITULO XXVI

CIRCULAR DO GOVERNADOR GERAL ÁS CAMARAS DE S. PAULO SOBRE O LEVANTAMENTO DO TERÇO DE MORAIS NAVARRO. A PARTIDA DO REGIMENTO E SUA CHEGADA Á BAÍA ATITUDE SINGULAR DE MATIAS CARDOSO

A 19 de outubro de 1697, tudo tão lentamente andava nas eras coloniais! expedia Dom João de Lencastro cartas ás camaras paulistas sobre o recrutamento do terço que devia ter o seu nome.

Uma em especial á municipalidade paulista e outra, circular, ás Camaras das "Villas de Santos, de São Vicente, da Ilha de São Sebastião, de Taubaté, da Ilha Grande, de Santa Anna de Mogy, de Parnahiba, de Itú de Nossa Senhora da Candelaria, de Jundiahy de Nossa Senhora do Desterro".

A documentação referente á recruta do regimento de Morais Navarro é assaz abundante constando do Codice I-4, I, 15 da secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na "Collecção das Cartas que escreveu o Senhor Dom João de Lencastro, Governador e Capitão Geral (sic) deste Estado para as Capitanias do Sul".

Á Camara de S. Paulo fazia notar o Governador do Brasil que das repetidas entradas dos Governadores de Pernambuco

contra os tapuias do Rio Grande do Norte nada de pratico resultara.

Mostravam-se os barbaros "cada vez mais absolutos nos roubos e mortes com que haviam arruinado aquella capitania".

Haviam os colonos dali escrito a Sua Magestade indicando-lhe varios arbitrios (sic) de como se devia fazer aquela guerra.

E ele, Governador Geral tambem se dirigira ao Rei sobre tal assunto; apontando-lhe que o meio mais infalivel, para esta Conquista, era mandar Sua Magestade formar em São Paulo, um Terço de Paulistas cujos oficiais, e soldados fossem pagos, "como as mais conveniencias, que lhe pareciam uteis, para esses moradores".

Respondera Dom Pedro II mandando-lhe todos os papeis que recebera sobre este caso grave, dando ao seu delegado plenos poderes para resolve-lo afim de se conseguir a total ruina dos Barbaros.

Explicava Dom João aos camaristas as causas que o levavam a recorrer a eles: "E constando-me, que o socego, que hoje logra esta Bahia, se deve unicamente ao valor dos sujeitos, que de S. Paulo, vieram a conquistar os Barbaros, que por espaço de tantos annos, infestaram estes Sertões, me resolvi a mandar o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, que o é por Patente Real, do Terço que ora vae a levantar, a essa Villa, e ás mais circumvizinhas, para o que leva as patentes, com os nomes em branco, para todos os officiaes do dito Terço: os quaes hão de ser nomeados pelas Camaras donde se forem fazendo, com assistencia do dito Mestre de Campo, por entender, que se não poderiam fazer todos nessa Villa de S. Paulo, nomeando cada qual os sujeitos mais dignos de merecerem occupar aquelles postos: advertindo a Vossas Mercês, que a eleição de Sargento-Maior ha de ser em pessoa de grande prudencia, valor, e experiencia, da guerra dos Sertões, e por falta, ao dito Mestre de Campo, possa succeder no mesmo Terço.

Da carta, de Sua Magestade, que com esta envio a Vossas Mercês, para que a façam presente ás pessoas, que vierem a esta guerra, ficarão todas entendendo, o empenho com que Sua Magestade me ordena se faça aquella Conquista, e grandeza com que manda satisfazer aos que vierem servir nesta occasião, de tanta gloria, e conveniencia, para esses moradores.

Espero do zelo, com que Vossas Mercês se houveram sempre no serviço de Sua Magestade, não faltem ao cuidado de applicar a anteripação de tempo para que com toda a brevidade venham esses moradores a desempenhar as esperanças com que fico, de que ao seu valor, ha de dever a Capitania do do Rio Grande, e (o) socego por que aspira, ha tantos annos. assim como o confessa dever esta da Bahia.

Ao Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, ordeno assista com os mantimentos necessarios, para sustento de toda a gente, que ha de vir, e dê aos officiaes do dito Terço, alguns mezes de soccorro, para se aprestarem por conta dos que hão de vencer depois de chegarem a esta Cidade, e ao Governador do mesmo Rio lhe mande dar embarcação muito segura, e capaz de os trazer bem accomodados".

Tais barcos deveriam ser tão capazes quanto seguros.

Para reforçar o que dizia enviava ao Governador Geral o autografo da Carta Real! Por ele podiam os edis paulistas verificar quanto Sua Magestade tinha a peito o exterminio dos terriveis tapuias.

Dessa conquista haveria de vir aos paulistas grandes glorias e conveniencias.

A Capitania do Rio Grande lhes deveria o socego.

Tal o empenho em se arranjarem soldados que ao mesmo tempo se expedia um bando perdoando os criminosos que quizessem assentar praça!

Terminava a carta do Governador Geral por um aceno de recompensas.

"E Vossas Mercês tenham entendido, que neste logar donde fico, e nos mais em que me achar, hei de ser quem com todo o cuidado, e affecto, solicite as suas melhoras, e as desses

moradores, pela natural inclinação que me devem os Paulistas, grangeada, pelo seu muito valor, e que promptamente hão de ser soccorridos, e fardados os que vierem neste Terço, e a quem hei de dar de Sesmaria, todas as terras, que no Rio Grande conquistarem, não só por Sua Magestade assim m'o encommendar, senão por ser eu empenhado a que todos fiquem satisfeitos, com o primeiro instrumento de virem fazer este tão particular Serviço de Sua Magestade".

Na circular dirigida ás vilas menores fazia Dom João de Lencastro os maiores elogios á gente de S. Paulo.

"Só o valor e muita experiencia da guerra dos Sertões com que os Paulistas se acham, poderão destruir e conquistar os Barbaros da Capitania do Rio Grande, cujo socego depende das armas dos paulistas, sempre, victoriosas dos barbaros do Brasil".

O resto da carta é quasi a mesma cousa do que a da camara de S. Paulo.

Em data identica, 19 de outubro de 1697, tambem se punha D. João de Lencastro em contato com o Governador fluminense, o notavel Artur de Sá Menezes.

Comunicava-lhe a execução das ordens reais para o levantamento do "Terço de Lencastro e motivo pelo qual fôra a S. Paulo, Manuel Alvares de Morais Navarro".

Devia o mestre de campo reunir toda a sua gente no Rio de Janeiro.

Recomendava o Governador Geral ao seu subordinado fluminense:

"Vossa Senhoria me fará favor mandar ter prompta, embarcação, capaz de trazer toda esta gente, de maneira, que venham bem accomodados, e com a brevidade possivel, para voltar com a mesma, a soccorrer aquella Capitania, pelo evidente perigo, em que se acha; e pelas irreparaveis consequencias, que se hão de seguir a todas as de Pernambuco, se ella padecer a ultima ruina, com que a está ameaçando o poder, e tyrannia daquelles Barbaros".

Devia o provedor da Fazenda Real ter os mantimentos para a viagem da tropa de São Paulo.

Justamente urgia o Delegado Regio do Brasil.

"Espero que Vossa Senhoria me ajude a fazer a sua Magestade, um tão particular serviço, como é o de acudir promptamente com o remedio, de que tanto necessita, aquella Capitania, na brevidade, com que Vossa Senhoria fará vir os Paulistas, em quem só consistem, as esperanças do ultimo esforço das armas de Sua Magestade que com tanto aperto, me ordena mande este socorro, a toda a pressa".

Ao Provedor do Rio de Janeiro declarava Dom João de Lencastro que a vitoria sobre os Barbaros era essencial não só ao Rio Grande do Norte como a todas as capitanias dependentes de Pernambuco.

Se não lhe remetia dinheiro para os gastos com os paulistas era por temer os perigos do mar e os dos piratas.

Cabia pois á sua provedoria custear as primeiras despezas da expedição.

"Ordeno a Vossa Mercê, tenha promptos os mantimentos necessarios para esta gente, de quaesquer effeitos, que a Fazenda Real tenha nessa Capitania, ou dos que administra a Camara, na forma da dita carta de Sua Magestade e de toda a importancia, que fizer aquella despeza, sacará Vossa Mercê letra, sobre o Provedor mór da Fazenda Real deste Estado, a qual se ha de pagar, promptamente. E se houver algum dinheiro, que por algum caminho, pertença a esta Provedoria-mór, se valerá Vossa Mercê primeiro delle".

Deviam os oficiais do terço receber dous mezes de socorro por conta dos soldos a vencer afim de que pudessem vir bem aviados.

Enfim, do provedor do Rio de Janeiro dependia agora muito a conservação das capitanias do Rio Grande, Pernambuco e mais anexas.

Sempre na mesma ordem de ideias mandava peremptorio Dom João de Lencastro ao capitão mór da Capitania de S. Vicente désse toda ajuda e favor a Morais Navarro.

Se este entendesse mais conveniente embarcar em Santos em vez de o fazer no Rio de Janeiro devia o capitão mór dar-lhe navios, mantimentos e dinheiro tudo enfim de quanto pudesse dispor e o cabo da tropa requisitasse.

Á camara de S. Paulo se recomendava ainda a entrega ao Mestre de Campo, de cem indios das Aldeias de Sua Magestade, e dos mais guerreiros.

Viessem muito bem armados e fossem entregues "com toda a segurança para que não fugissem até se embarcar".

Assim procedendo fariam Suas Mercês os camaristas "muito particular serviço a Sua Magestade".

Ao Provincial dos Franciscanos do Rio de Janeiro solicitava Dom João nomeasse capelão para o terço de Navarro. Já o escolhera por informações por ser homem de virtudes, prudencia, zelo e bons costumes.

Serviria de exemplo a todas as pessoas que fossem á campanha.

Concluindo expedia o Delegado Regio:

"E porque todas estas qualidades concorrem na pessoa do Padre Frei Antonio de Jesus; peço a Vossa Paternidade por serviço de Deus, e de Sua Magestade, se sirva dar licença a este Religioso, para que exerça o officio de Capellão-mór do dito Terço: e quando este Religioso esteja legitimamente impedido, escolherá Vossa Paternidade com o dito Mestre de Campo, Religioso capaz daquella occupação, tanto do serviço de Deus, e de Sua Magestade".

De onde partiu o primeiro troço da gente de Morais Navarro não sabemos dize-lo, de Santos? do Rio de Janeiro? A documentação não no-lo diz.

Mezes levou o mestre de campo a organiza-lo.

A lisat de sua oficialidade, saida de S. Paulo, ainda não foi desvendada. Apenas se conhece, graças a uma descoberta de Stuart, a que ele tinha no arraial do Assú.

Parece que nos arquivos de S. Paulo nada ficou do tal ról, pois já Pedro Taques se queixa desta ausencia.

Chegou a gente de Morais Navarro á Baía em agosto seguinte, de 1698, desembarcando de um patacho, conforme escrevia o Governador Geral a Artur de Sá Menezes, a 26 deste mês e ano.

Queixara-se Menezes dos paulistas, do acolhimento que lhe haviam feito e do pequeno resultado obtido em sua primeira viagem a S. Paulo.

Comentando tais fatos observava Dom João:

"Sinto muito, que não conseguisse Vossa Senhoria nella, tudo quanto desejava: porém como os negocios a que Vossa Senhoria foi, não na opinião dos Paulistas, tanto contra as suas conveniencias, e liberdade, é certo, os hão de difficultar de toda a sorte que puderem: e assim é necessario que o tempo os desengane, e Vossa Senhoria os persuada, de quão errada é a desconfiança com que vivem, na presumpção do que imaginam.

E só Vossa Senhoria com o seu grande entendimento os poderá reduzir a que naquella materia joguem sem carta coberta; porque entendo que os Paulistas fazem particular estudo em occultar o mesmo, que Vossa Senhoria procura descobrir".

São muito interessantes estes topicos. A que se refereria Menezes? ás primeiras descobertas do ouro? ao espirito de independencia exagerado dos paulistas? aos acontecimentos sanguinosos que na vila de Piratininga acabavam de se dar, de onde resultara o assassinio de Pedro de Camargo por Gaspar de Godoy Colaço?

Puzera Menezes todo o empenho em servir a causa real neste caso do terço de Navarro e Lencastro lhe agradecia tal atitude.

"Muito agradeço a Vossa Senhoria a diligencia, e cuidado com que faz conduzir o Terço dos Paulistas: todo o gasto que fizeram, para se pagar, pela Fazenda Real, fica satisfeito; e ao Capitão do navio que os trouxe, mandei passar patente de Capitão de mar e guerra delle, por ser recommendado de Vossa Senhoria.

O afilhado de Vossa Senhoria o favoreço e fica provido no posto de Ajudante do Terço; e me não descuidarei dos seus accrescentamentos, para que Vossa Senhoria conheça, quão poderosas são para commigo, as suas recommendações".

Ha no fim da carta umas alusões a fuga e acoutamento de indios, de pessoas de S. Paulo por um morador do sertão, Fuão Cardoso, que Menezes supunha viver em terras da Baía. Verificara-se que não era em Pernambuco que assistia. Severo inquerito se faria a tal respeito.

Denunciava o sargento mór dos paulistas que este Cardoso não era outro senão o proprio Matias Cardoso!

Ele Governador Geral lhe escrevia ordenando que mandasse dar em São Paulo noticias da existencia em seus currais dos indios fugidos, mantendo-os neste interim com toda a segurança e cautela.

Assim, a uma distancia imensa de sua vila natal o celebre calção de couro exercicia tamanha influencia sobre os indios de seus patricios que eles atravessavam os sertões enormes para irem viver em suas fazendas!

CAPITULO XXVII

BERNARDO VIEIRA DE MELLO NOTAVEL PERSONALIDADE COLONIAL. SUA ATUAÇÃO COMO CAPITÃO-MÓR DO RIO GRANDE DO NORTE

Deste celebre pernambucano escreve Vicente de Lemos:

"Cavalheiro fidalgo da casa real, capitão-mór de Iguarassú, senhor do engenho de Pindobas, na freguezia de Ipojuca, da Capitania de Pernambuco, tinha procedido valorosamente na expedição da conquista do quilombo dos Palmares, de que foi incumbido pelo capitão-general daquella Capitania.

Occupava o posto de sargento-mór e commandava o terço de linha do Recife, quando obteve em 1694, a nomeação de capitão-mór da Capitania do Rio Grande do Norte.

Foi este notavel pernambucano quem, no Senado da Camara de Olinda, a 10 de novembro de 1710, levantou o primeiro brado republicano na America, propondo a formação de um patriciado, ao qual ficassem entregues os destinos de Pernambuco, livre de qualquer tutella, á semelhança da republica de Veneza.

Este brado, é no dizer brilhante de Oliveira Lima na *Historia de Pernambuco* a explosão do sentimento de independencia, que, desde os primeiro annos, sempre esmaltou o brazão

pernambucano; é a confiança céga nos proprios recursos que, na antiguidade, animou os gregos na lucta titanica contra os persas; na idade média, guiou os cruzados nas guerras ao Islamismo, e, na idade moderna, impulsionou o terceiro estado na derruição do despotismo e do privilegio nas suas reivindicações contra o capitalismo".

A 4 de julho de 1695 estava Bernardo Vieira empossado do governo norte rigrandense.

A questão militar devia ser a suprema preocupação do governo da capitania. Tratou o novo capitão-mór da reorganização das suas milicias nomeando para os principais postos aqueles que haviam prestado melhores serviços na luta contra os tapuias.

Falecera Pedro de Albuquerque da Camara, sargento-mór do regimento do irmão, Antonio. Assim, a 3 de março de 1696, foi nomeado, para o seu posto o capitão Pedro da Costa Faleiro, veterano das lutas com os holandêses e reputado pela bravura e inteligencia. Apezar da idade distinguira-se ainda ultimamente sob as ordens de Agostinho Cesar de Andrade.

Outra nomeação prestigiosa a do capitão Hermogenes Lima. Alguem tempo antes fizera uma algara do Assú ao Ceará, numa campanha de tres mêses, em que obtivera notaveis vantagens em combate, reunindo-se depois á coluna dos pernambucanos do capitão Afonso Martins Ferreira.

Poz Bernardo Vieira todo o empenho em realizar a fundação do arraial do Assú.

Á sua requisição, enviou, para este fim, o capitão general de Pernambuco trinta soldados negros, que, incorporados ao bando chefiado por elle proprio, seguiram para aquela ribeira.

Fundou, de fato, o arraial que recebeu o nome de Nossa Senhora dos Prazeres, guarnecido por trinta soldados. E os moradores se obrigaram, voluntariamente, a sustentar a infantaria durante seis mêses, aguardando que a Metropole determinasse o melhor meio de a subsidiar.

Sendo 24 de abril consagrado a N. Senhora dos Prazeres, é natural que desta data fosse a fundação do Arraial porque

costumavam os portuguêses assinalar os seus feitos com o nome do Santo do dia.

Dous mêses permaneceu o energico pernambucano em sua nova fundação. Ao retirar-se deixou-a sob o comando do capitão Teodosio da Rocha.

A Camara de Natal opuzera-se a Agostinho Cesar quando ele quizera fundar o arraial, por achar tal emprêsa prematura. Aplaudia agora o ato do capitão-mór contando a El Rei que desejava um capelão para o forte cujo sustento seria custeado, durante seis meses, pelos moradores da capitania. O Governador Geral, aplaudindo o ato de Bernardo Vieira a seu turno lançava bando prometendo o perdão aos criminosos e homisiados, contanto que fossem servir na guarnição de Nossa Senhora dos Prazeres.

Mas estava o Rio Grande do Norte exausto de recursos. Assim o Senado natalense representava ao Rei pedindo-lhe, clamorosamente, recursos para a manutenção daquele indispensavel presidio.

E pedia-lhe, a 2 de fevereiro de 1697 a recondução de Bernardo Vieira por mais um prazo trienal. Atendendo a representação declarava o monarca aos senadores:

"Vi o que me representastes acerca da grande utilidade que se segue ao meu serviço e conveniencia dos moradores dessa Capitania, da assistencia a que Bernardo Vieira de Mello tem nella feito depois que exercita o posto de Capitão-mór, em que fui servido provel-o, por se ter havido nelle com muito zelo e boa disposição, reduzindo todo o gentio a uma universal paz, por cuja causa se acham estes sertões com grande principio de povoação, a Capitania em socego, a justiça administrada com rectidão e todos uniformemente desejosos de que continue no exercicio do dito posto, pedindo-me vos concedesse a assistencia do dito Capitão-mór por outros tres annos, etc."

Assim havia por bem obtemperar aos desejos de seus vassalos pela carta regia de 18 de novembro de 1697.

Comenta Lemos:

"Da conquista á Independencia foi o unico capitão-mór que mereceu reconduzir-se a pedido do povo que se mostrava satisfeito de seu governo".

Muito honroso o parecer pelo qual o Conselho Ultramarino aconselhara ao dinasta que atendesse ao pedido dos povos do Rio Grande.

Grave pendencia ocorria: a questão da distribuição das terras de sesmaria concedidas a individuos de Pernambuco, do Rio de S. Francisco e até da Baía. E tão discriteriosamente que varios destes aquinhoados haviam recebido vinte e trinta leguas de chão. Como nem cogitassem de aproveitar tais doações o Rei, a conselho das autoridades, ordenou que se não viessem povoa-las as perdessem sendo repartidas pelos moradores pobres da Capitania.

Comentando a atuação de Bernardo Vieira, durante o seu segundo trienato, escreve Vicente de Lemos:

"Reconduzido, a 18 de Novembro de 1697, por mais trez annos no posto de capitão-mór, pelos seus importantes serviços, pelo espirito de justiça com que pautava os actos da administração, veio, no emtanto, esse patriota a terminar seus dias na cadeia do Limoeiro em Lisboa, cheio de amargura, por aquelle brado republicano que lançara com tanta independencia no Senado da Camara de Olinda.

Era Bernardo Vieira um homem de acção, de um infibratura moral inconfundivel, exacto compridor de seu dever.

Para melhor assegurar agora os colonos nas ribeiras do sertão, tinha solicitado da Metropole cem casaes de indios do Ceará, com seu missionario, para o arraial do Assú no intuito de attrahir as tribus pelo lume da fé.

A metropole pela carta regia de 18 de janeiro de 1698 ordenou que fossem tomadas as providencias no sentido de ser satisfeita esta requisição, caso os indios estivessem dispostos a aceitar a proposta.

Retardando a providencia, Bernardo Vieira insistiu sobre ella.

O capitão general respondeu, em 15 de junho, ponderando os embaraços que occorriam, pois não desejavam aquelles indios vir de tão longe para habitar entre gentios tão bravos, inconstantes e malignos; mas que na primeira reunião das missões proporia a medida para ser tomada na devida consideração.

Representou ainda Bernardo Vieira pela necessidade de assistirem na fortaleza dos Santos Reis as praças que fossem naturaes do Rio Grande, porque as que vinham de Pernambuco desertavam, deixando o presidio em desamparo.

Mandou El Rei ao capitão-general de Pernambuco que attendesse á reclamação porque, além das vantagens do soldo seriam essas praças as mais empenhadas na conservação da terra que as vira nascer.

Por ultimo, estavam os presidios sem os seus missionarios. Ao capitão general de Pernambuco escreveu El Rei para que os fizesse seguir, na fórma das requisições, e ao Bispo scientificou de que seriam satisfeitos de suas congruas".

Diz o autor norte riograndense que com as providencias acertadas de Bernardo Vieira reinava completa paz nas terras da capitania a que agora novamente incrementavam a industria pastoril e a lavoura. Ficara esta inteiramente perturbada pelo aparecimento, ás margens do Assú, de Morais Navarro e do seu Terço de Lencastro, em fins de 1698.

"Os indios Payacús e Carathéus, da nação dos Icós, que habitavam do valle do Catolé do Rocha até as margens do Piranhas, dizimados pela guerra encarniçada que lhes moveram os mestres de campo dos Paulistas, achavam-se agora aldeiados nas ribeiras do Jaguaribe e do Apody; e os da nação dos Jandoys permaneciam pacificos no arraial do Assú, com seus missionarios, quando em 1699 appareceu neste arraial o Mestre de Campo do terço dos paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, que havia sido nomeado Governador da campanha contra os indios do rio S. Francisco até o Ceará.

Moraes Navarro tinha chegado á Capitania desde 18 de novembro do anno anterior".

Acerba acusação faz Vicente de Lemos ao mestre de campo paulista acusando-o de ser o promotor de uma campanha injustissima contra indios pacificados.

"Corria a noticia de que El Rei o mandara retirar do Assú, como não desejasse sahir, procurou á guisa de reclamação dos colonos da ribeira do Jaguaribe, seduzir os Jandoys e, fornecendo-lhes secretamente polvora e bala, foi com elles bater os indios Payacús daquella e da ribeira do Apody, captivando a muitos; e depois, allegando que estas nações procuravam guerrear-se, tratou de destruir os Jandoys que, sabedores do intento, desceram para a cidade, valendo-se do capitão-mór, que os amparou, evitando a execução do plano.

Os moradores da cidade, revoltados contra o procedimento desse Mestre de Campo, compareceram perante o Senado da Camara, na vereação de 5 de março de 1699 e, em nome delles, fez o procurador da mesma Camara, alferes Gonçalo Ferreira da Ponte, o seguinte requerimento que transcrevemos, porque, refere o Barão de Studart, ha sobre este acontecimento muitos documentos a consultar".

Vejamos porém a integra da representação do procurador Gonçalo Ferreira de Ponte.

"Sns. Juizes e Vereadores deste mui nobre Senado:

O procurador delle representa a Vmcês da parte deste povo em como tem chegado á sua noticia, por informação certa de pessoas de fé e credito, de como intenta o mestre de campo do terço dos Paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, com a noticia de que ordenava Sua Magestade, que Deus guarde, manda-lo retirar do logar do Assú, para que se possa impedir a sua ida, e fazer guerra á nação do gentio Jandoy, argue para isso o crime de que foram estes de proximo guerrear aos da nação Payacús, que se acham aldeiados na ribeira do Apody com seu missionario, constando-me por prova aqui latente que o mesmo Mestre de Campo mandou fazer esta guerra pelos mesmos Jandoys, dando-lhe para isso polvora e bala secretamente.

E depois os mandou instruir a que dissessem ser por outras pessoas mandados, sendo, falso, como o mesmo gentio diz e os seus mesmos soldados officiaes o sabem, afim de com esta assaltada lhe fazer culpa para lhes poder fazer guerra, sem reparar nas consequencias que dahi se podem seguir, por ser esta nação a mais bellicosa e poderosa desta Capitania.

E justamente, desde que se deliberou comnosco a paz até o presente, não tem dado motivo algum para se lhes fazer guerra, antes se mostraram com muita fidelidade aos cabos que assistiram no presidio do Assú, antes da vinda dos ditos Paulistas, e depois delles se sujeitarem á obediencia do dito mestre de campo, indo por sua ordem fazer guerra ás mais nações offerecendo-se para tudo e acompanhando-o na injusta guerra que o dito Mestre de Campo foi fazer, á mesma nação dos Payacús, sendo que usou tão mal com elles que poderam descontentar-se muito do pouco agrado, não lhes dando cousa alguma, antes escandalisando-os muito, só afim de ter pé de lhes fazer guerra, como agora intenta, tanto para seguir nisto suas conveniencias particulares como para, provocando o gentio á guerra, impedir de ser muda, como se diz, e manda S. Magestade, andando para isso a fazer assignar papeis os seus parciaes e pessoas de menos credito, de que tudo pode resultar consideravel ruina destao Capitania, tanto pelo pouco... com que se acham de mantimentos, como pela porção inutil da gente que tem, para poder defender as consideraveis fazendas de gado que se acham já situadas naquelle logar do Assú e mais sertões desta Capitania, o que tudo é em total prejuizo da conservação e do levantamento da real fazenda, por cujas causas requeiro a Vmcês, da parte deste povo, que, attendendo a todas essas razões, intentem o meio mais conveniente para se atalhar esta ruina, dando conta ao Governador de Pernambuco e ao Bispo destas Capitanias, como interessados na defeza de todas ellas visto a distancia da Bahia e não se poder esperar della recurso com brevidade que se quer.

E juntamente parecia conveniente mandar fazer um protesto ao dito Mestre de Campo, para que conste que não concorremos para esse maleficio, visto andar assignando papeis si-

nistros só por se valer do prestimo de dizer com elles que o requerimento do povo fez a dita guerra, pois, por lei divina e humana se não acha, nem Sua Magestade o permitte de que se faça guerra offensiva, sinão com mui justa causa, e ainda para essa se lhe deve dar parte, quanto mais fazer-se guerra injusta, como até agora tem feito o dito Mestre de Campo e de novo intenta fazer; para o que será conveniente requerer a Vmcês visto a brevidade não permittir com as inundações dos rios, se convocar os homens *res publicos* desta Capitania, façam Vmcês para que a todos seja presente este meu requerimento e concordarem com o que for mais conveniente".

Que vale este protesto, *a posteriori,* do procurador natalense, em face da enorme documentação que aduzimos sobre a lenta preparação do Terço de Lencastro, desde 1696? Da serie enorme de providencias tomadas pelo Governo Geral durante tres anos para a entrada em campanha, das forças de Morais Navarro ante os continuos brados de socorro, por vezes, emitidos em atitude desesperadora, pelas autoridades e os povos do Rio Grande do Norte?

Naturalmente agira Pontes sob a instigação formal de Bernardo Vieira enciumadissimo, como declaram Pedro Lelou e Joseph Barbosa Leal pelo fato de que o Governador Geral do Brasil não o incumbira do comando geral das forças que ultimariam a Guerra dos Barbaros.

CAPITULO XXVIII

PROVIDENCIAS DO GOVERNO GERAL PARA O SUPRIMENTO DO TERÇO DOS PAULISTAS. RECOMENDAÇÕES SOBRE A CAMPANHA. MÁ VONTADE DE BERNARDO VIEIRA DE MELLO PARA COM MORAIS NAVARRO E OS PAULISTAS. PARTIDA DA BAÍA, DA TROPA DE S. PAULO. VIAGEM ATRIBULADA E CHEGADA A NATAL.

A 30 de agosto de 1698 tornava D. João de Lencastro efetivas as providencias para o abastecimento do terço de Morais Navarro.

Escrevia ao Provedor da Fazenda Real no Rio Grande do Norte prevenindo-o de que o Provedor Mór da Fazenda Real do Estado do Brasil lhe mandava entregar uma embarcação com as munições destinadas ao terço dos paulistas.

Queria o Governador Geral grande intensificação da campanha ordenando se procedesse a uma revista severa até se obter a lotação completa do terceiro terço, o do mestre de campo, com quatrocentas praças.

"A todos os homens brancos, mulatos, mamalucos, Indios e Tapuyas forros que o dito Mestre de Campo apresentar, mandará vm. sentar praça, até fazer o numero completo de

quatro centos soldados, que é a lotação do 3.o Terço; como tambem escrevo ao capitão mór dessa capitania. No mais, seguirá Vm. o Regimento e mais ordens que o Provedor mór da fazenda Real deste Estado, lhe remette sobre este particular; e todos os que tocam ao mesmo Terço, os hei a Vm. por mui recommendados".

Ao capitão mór da Paraiba explicava, no mesmo dia, o Governador Geral o plano que traçara para a nova campanha cometida a Morais Navarro.

Era preciso desfechar grande golpe contra aqueles indios terriveis. E o delegado regio contava, sobremodo, com o zelo da autoridade suprema da capitania paraibana.

"Nesta occasião, mando por ordem de sua Magestade, que Deus guarde, o mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, com o seu Terço a fazer a conquista dos Barbaros do Rio Grande. E por evitar o perigo, que podia ter a embarcação em que vai, indo em direitura áquella paragem, lhe ordenei fosse desembarcar na Parahyba, tanto por fugir ao risco do mar, como por achar a Vm. no governo dessa capitania; pois fio no zelo, e cuidado com que vm. se ha em tudo o que toca ao serviço de Sua Magestade, que em nada faltará ao dito Mestre de Campo, para que tanto, que ahi chegar, parta logo por terra a dita campanha do Rio grande dando-lhe vm. para isso, toda a ajuda, e favor, que lhe pedir".

Vinha depois a baila o caso melindroso dos soldos atrazados e jamais postos em dia.

Por conta destes pagamentos devidos pela Fazenda Real se fizeram fornecimentos de carnes e mais vitualhas cuja importancia se descontaria dos creditos de oficiais e praças!

Assim os soldados de S. Magestade não eram sustentados pelo erario publico, "por conta dos soldos, que vencerem assim os officiaes como os soldados do dito Terço, se lhes deve as carnes e mantimentos de que necessitarem para seu sustento, e a importancia desta despesa, se ha de pagar promptamente do dinheiro que por ordem minha ha de remetter o Provedor mór da Fazenda Real deste Estado ao da capitania do

Rio Grande, para se soccorrer o dito Terço na forma, que Sua Magestade me tem ordenado".

Estava D. João convencido de que as populações assistiam aos seus defensores do melhor modo, mesmo por interesse proprio pois só assim ficariam libertos dos estragos e ruinas com que os Barbaros as haviam até então oprimido.

Devia a embarcação ser fretada especialmente para o transporte das munições.

Pitoresco porém o modo pelo qual se recomendava a organização da assistencia medico-cirurgica á coluna que se ia bater com os indios "Vm. faça toda a diligencia possivel para que o Mestre de campo leve hum Surgião, para assistir no dito Terço, ainda que seja obrigando-o por violencia; e este além da praça de soldado, e das conveniencias; que nella ha de ter, lhes hão de pagar, as curas, que fizer".

Fazia o Governador Geral sentir ao seu subordinado quanto se interessava pelo exito das operações de Navarro, a cuja coluna organizara, como de tal tanto se desvanecia.

"E porque este Terço, foi creação minha, e lhe desejo todos os augmentos, e fortunas, recommendo muito a Vm. lhe faça toda a boa passagem que o logar, e o tempo permittir: e em todo conhecerá Vm. a vontade, que tenho de lhe dar gosto, quando haja cousa em que o faça".

A Bernardo Vieira de Mello, governador do territorio em que iam decorrer as operações de guerra, expedia D. João de Lencastro informes pormenorizados de suas instruções.

Pedia-lhe que procurasse servir a Morais Navarro com o maximo empenho. Era preciso corresponder aos sacrificios que Sua Magestade fizera para organizar o corpo expedicionario, os consideraveis dispendios de Real Fazenda que não pagava soldos e ainda queria descontos de fornecimentos feitos aos seus soldados!

Antevia D. João longa esta campanha. Devia durar anos! ao seu entender.

"Ao dito Mestre de Campo fará Vm. dar por conta dos soldados, que vencerem, assim os officiaes como soldados as

carnes e farinhas de que necessitarem, para sustento do dito Terço, e a importancia desta despeza se ha de pagar promptamente do dinheiro que por ordem minha ha de remeter todos os annos o Provedor mór da fazenda Real deste Estado, ao dessa capitania, para se soccorrer o dito Terço, na forma que sua Magestade me tem ordenado."

Aos riograndenses do norte, mais que aos paraibanos, ainda cabia auxiliarem, com todas as forças, estas tropas, sabedores que em sua terra iriam restabelecer a paz e a segurança.

Providencias disciplinares tambem deviam ser tomadas contra os oficiais paulistas que exorbitassem. E a recruta se fizesse intensa, caso o regimento não se completasse na Paraíba.

"Ao Mestre de campo ordeno, no Regimento, que lhe dey, que se algum official do seu Terço, cometter delicto, que mereça mais castigo, que o de elle o prender, o remeta de minha parte, com a culpa, que tiver, a essa fortaleza, a entregar a ordem de Vm. para que o tenha com toda a segurança, até se remetter á cadeia desta cidade, com a mesma culpa: e Vm. o tenha assim entendido.

Mandará Vm. assentar praça no Terço do dito Mestre de Campo a todo o Indio de Armas, mamaluco, ou mulato, sendo forros até ter o numero completo de quatrocentas praças, que é a sua lotação".

A campanha se anunciava aspera e sob alguns aspetos máus. Surgira a variola no acampamento paulista!

Escrevendo, a onze de dezembro de 1698, a Caetano de Mello de Castro fazia Dom João de Lencastro ao governador pernambucano o historico de formação do terço paulista.

Aborrecera-o muito a noticia da irrupção da variola que ocasionara mortes e o da falta de mantimentos de que padecia o regimento.

"Assim que o Mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro chegou de S. Paulo a esta cidade com os officiaes e soldados do dito terço, o mandei logo armar e monicionar

fardar, e soccorrer: e dentro em poucos dias de demora nesta praça os mandei embarcar paar a dita capitania contentes e satisfeitos. E' gente muito luzida e toda capacissima de pelejar em qualquer occasião que se lhe offerecer e que pode apparecer em toda a parte".

Assim era uma tropa de escol esta, podendo apresentar-se onde quer que fosse!

Reiterava o pedido instante de socorros aos expedicionaris cuja partida da Baía, luzida como era, tanto o enchera de satisfação "e fiz de maneira que fiquei satisfeito do trabalho que tive com o dito Terço até o lançar pela Barra fora; e como o acerto do tiro correu por conta da fortuna (que é o que não está na nossa mão) pela minha corre fazer agora, e sempre, toda a diligencia para que este terço se ponha outra vez capaz, para ir fazer o que Sua Magestade tem ordenado; e para isso vos peço e com todo o encarecimento, que (se) o dito Mestre de Campo vos pedir gente, ou mantimentos, o mandeis soccorrer com toda a brevidade possivel; e tambem mandareis logo soccorrer a fortaleza daquella capitania com a mais gente, que entenderdes será necessaria, e com os mantimentos que vos for possivel, e como sei o amor e zello com que vos empregais no Serviço de Sua Magestade, vos não encareço mais este negocio porque sei de certo vos não haveis de descuidar delle."

Á vista das reclamações continuas do governo do Rio Grande do Norte resolvera o Rei mandar reparar a fortaleza dos Tres Reis Magos que se encontrava em ruinas. O Governo Geral do Brasil de tal não podia incumbir-se pela distancia em que se achava e falta de engenheiro militar pois o seu estava ocupadissimo em levantar as fortificações da cidade do Salvador.

Assim fosse o engenheiro da guarnição de Pernambuco reconstruir o forte da foz do Potengí, serviço agora da maior relevancia pois podia ser que as correrias dos indios chegassem até as cercanias de Natal, sobretudo, agora, em que a variola tão fortemente atacara os paulistas.

Fosse o engenheiro quanto antes ver o estado do forte e mandasse suas impressões com a maior brevidade, para se saber o que seria possivel, fazer-se. Queria Sua Magestade, aliás, que o concerto da dita fortaleza "se puzesse na ultima perfeição".

Pedia ainda o delegado regio que de Pernambuco se enviassem ao governo do Rio Grande do Norte "quarenta ou cincoenta espingardas, as mais capazes, que houvessem nesses Almasens a entregar ao capitão mór do Rio Grande de que necessitava muito para a defensa da dita praça".

Em carta contemporanea, ao Capitão Mór da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria manifestava o Governador Geral suas apreensões com as más noticias do Sertão e as dificuldades com que lutavam os paulistas com as novas de um levante geral.

"A Caetano de Mello ordenei o soccorresse logo com todos os que lhe fosse possivel por me dizerem que o Gentio estaria quasi levantado, sem embargo de conhecer que V. m. como tão zeloso e amante do serviço de Sua Magestade, que Deus guarde, não terá faltado a socorrer o dito terço com os mantimentos necessarios, e com alguma gente.

No cazo de ser certa a alteração do gentio, lhe ordeno o faça logo comtudo o que puder e a necessidade pedir. E não encareço mais a V. m. este negocio pelo conceito que faço de sua pessoa, pois sempre o achei com grande valor e tal procedimento, que agora me seguro este desempenho de que encarrego ao seu cuidado".

Importante documento vem a ser a carta de D. João ao Mestre de Campo datada de onze de dezembro de 1698.

"Quando eu estava esperando que Vm. me desse novas da sua chegada e assistencia nessa capitania, acompanhadas com alguns bons principios da Guerra contra o Gentio tive noticias por cartas do sertão vindas a esta cidade, que eram mortos alguns soldados desse Terço, e que outros ficaram enfermos do mal de bexigas que lhes deu, e faltos de mantimentos, o que tudo sinto, se assim é porquanto eu quizera que Vm., e

os mais companheiros, lograssem muitas fortunas. Esta boa vontade me deverão sempre os Paulistas.

Ao Governador de Pernambuco e ao Capitão Mór da Parahyba ordenei soccorram logo a Vm., com os mantimentos que lhes for possivel e como até hoje não tenho recebido carta de Vm., o que estranho summamente, não sei com certeza o estado em que se acha, pelo que Vm. me faça logo envios de tudo, com a presteza necessaria."

Grande trecho lacunoso ocorre neste oficio, destruido parcialmente pelos insetos. É o que corresponde ao caso dos soldos atrazados e novamente acenados como constante engodo da tropa de São Paulo.

Recomendações especiais endereçava o Fidalgo ao mestre de campo:

"Faça vm. o possivel por que esses moradores, não tenham a menor queixa de seu Terço; e desta maneira ficarão desmentidos os prognosticos que contra elle fizeram. Tambem encommendo a Vm. tenha particular cuidado em que os officiaes dele andem..... unidos, e que os soldados façam tambem o mesmo; porque de qualquer desunião que haja se podem seguir prejuizos muito danosos. E Vm. se não descuide, um só instante, de me dar novas do estado em que se acha, pelas vias que lhe for possivel, para me livrar do cuidado com que fico".

Era indispensavel manter intacto o efetivo do terço.

"No lugar dos soldados que morreram póde Vm. fazer outros tantos, para que o numero do terço esteja sempre completo por que me dizem que nesse sertão ha gente muito e valeroza."

Mais um entreluzir de esperanças deixava ao chefe militar e á sua tropa um pouco do pagamento que se lhe devia.

"Advirto a Vm. que se algum Gentio estiver de paz e se rebellar como costumam, faça pelas vias que lhe parecer, toda a diligencia possivel, para que tornem á antiga paz: e se de todo em todo não quizerem ou se conhecer o fazem por algu-

ma velhacaria, lhe fará Vm. guerra como lhe ordeno no seu Regimento."

E nada de contemplação com os indios que se mostrassem suspeitos por pouco que fosse.

Perdera Morais Navarro o seu lugar tenente o sargento Mór Antonio Ribeiro Garcia e Dom João de Lencastro resolvera substituir o oficial desaparecido, não sabemos como, por outro bandeirante de valor: João Pires de Brito.

Escolheu-o por indicação prestigiosissima de Matías Cardoso conforme declarava em carta escrita ao proprio nomeado.

Deste oficial, conta Pedro Taques na biografia de Matías Cardoso que era "natural e nobre cidadão de S. Paulo" informando ainda que á propria custa formara a companhia de que recebera patente na leva realizada em S. Paulo por João Amaro Maciel Parente para encher os quadros de Matias Cardoso (cf. Rev. Inst. Hist. Bras. XXXIII, p. 2, pg. 166).

A este Brito que tanto se distinguiu nas campanhas do Ceará e do Maranhão os documentos ás vezes chamam José mas isto certamente por erro de copista.

Dele diz o grande linhagista de S. Paulo que se bateu sobretudo contra os "barbaros indios das nações Precatez, Cupenhares, Curatez, e Canapurús a quem acabou de derrotar em 1701 anno em que se retirou".

E'-nos dificil colocar João Pires de Brito no conjunto da arvore genealogica paulistana e parece-nos que deve ter sido neto de Diogo Pires afazendado em Juquerí e falecido em 1650. e de sua mulher Isabel de Brito.

Tinha Augusto de Siqueira Cardoso (aliás verdadeira autoridade em materia de genealogia paulista) como certo que João Pires de Brito devia ser filho de Francisco Pires de Brito casado em S. Paulo com Maria Furtado, filha de Domingos de Góes e de Joana Nunes, falecidos em Mogí das Cruzes, em 1662 e 1645.

Silva Leme só lhe menciona um filho João de Brito Furtado falecido em 1735 em Parnaíba aos 76 anos mas Augusto

Cardoso, em nota a Leme, declara que eram quatro os filhos um dos quais João Pires de Brito.

A este ilustre bandeirante escrevia o Governador Geral muito honrosamente:

"Procurando eu hum sujeito de toda a supposição e de cujo valor e experiencias fizesse toda a confiança, para pro ver no posto que ficou vago por morte de Antonio Ribeiro Garcia, Sargento mór do Terço dos Paulistas, de que é Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro: me deu tão honradas informações da pessoa e procedimento de Vm o Mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida, que por ellas mandei logo passar a patente que com esta lhe remetto.

Em vm. a recebendo, parta com toda a brevidade possivel, a tomar posse do dito posto, em que confio sobre Vm. de maneira, que não só desempenhe as informações do dito mestre de Campo, sinão tambem as esperanças com que fico de que se deverão as suas experiencias e valor muita parte das victorias que espero em Deus alcansem as armas de Sua Magestade na conquista, que por ordem de Sua Magestade mando fazer aos Barbaros da Capitania do Rio Grande.

Não tenho que encomendar a Vm. o bom modo com que deve haver se com o seu Mestre de campo, e com os officiaes, e os soldados do dito Terço, por estar inteirado, ser Vm. muito amante das suas obrigações. Ao dito mestre de campo encarrego muito .. .. com Vm. com aquelle termo e correspondencia de que é merecedor".

Pormenorizando instruções encomendava o Governador Geral:

"Ao dito Mestre de campo pedirá Vm. lhe mostre o Regimento que lhe dei para observar assim na paz como na guerra: Vm. o lea para ter entendido o que deve obrar em razão do dito posto: estando seguro que para os seus acrescentamentos, me ha de achar sempre com muito prompta vontade.

E advirto a Vm. que é obrigado a obrar tudo o que se dispuzer, por ordem do seu Mestre de campo porque nisto consiste toda a conservação do Terço, e bom successo da Guerra

E como Vm. tem tantas experiencias desses sertões para ella, fio de Vm. que obrará em tudo com o conselho, prudencia e acerto que pede; procurando trazer todo o Terço pacifico e unido, e que a gente que nelle assentar praça seja de toda satisfação para a dita conquista."

O tom desta missiva é a mais alta prova do apreço em que era tido João Pires de Brito e de quanto prestigio infundira aos governantes a reputação angariada graças aos serviços já prestados á Corôa.

A 21 de janeiro de 1699 longa carta escrevia Dom João de Lencastro a Bernardo Vieira de Mello.

Voltara á Baía a fragata que levava os paulistas mandados a destroçar os Barbaros do Rio Grande do Norte e no entanto o Capitão mór não aproveitara este meio aliás tão raro para se comunicar com o Governo Central!

Morais Navarro escrevera, porém, assim como o provedor da Fazenda Real, com pormenores sobre o levantamente geral dos indios e a falta de viveres para a tropa que ia entrar em operações.

Assim ordenava ele, Governador Geral, que de Pernambuco se mandassem dez mil cruzados para com eles se socorrer o terço. Mas era tremenda a falta de moeda e "fazendo-se toda a diligencia para se passar este dinheiro por letras, se não achara mais que da quantia de seis mil que se reunira nesta occasião para, com a brevidade possivel, fossem entregues ao capitão mór da Parahyba". A este escrevia o Governador que "com toda pressa e segurança" os remetesse ao Provedor e Almoxarife de Rio Grande afim de que socorresse o Terço. E logo se enviariam os quatro mil que ficavam prontos para se passarem por letras.

O mestre de campo louvara-lhe muito o zelo pelo serviço real e a solicitude com que o auxiliara devendo á sua diligencia o não experimentar "maiores dezamparos nessa capitania".

"Agradeço-o particularmente a Vm. e espero continúe Vm. com o mesmo cuidado e zello, para que esta conquista se

consiga no seu tempo, ficando esses moradores livres das hostilidades com que os Barbaros os tem perseguido ha tantos annos" redigia o Governador Geral.

Era necessario dar ao Mestre de Campo todos os recursos possiveis de armas e de gente. Assim houvesse uma leva geral de indios aldeiados em condições de prestar serviço.

Ordenava Dom João de Lencastro:

"Das Aldeias que estão nas Alagoas do Guaycrú, e na dos Gocuiras, que me dizem tem grande numero de arcos, dará Vm. ao Mestre de Campo todos os que lhe pedir para a dita conquista em que Vm. ha de pôr todas as forças, para que aquelles Barbaros fiquem extinctos de todo.

E esteja Vm. certo, que se ahi, se fizer algum suprimento, ou emprestimo para essa guerra, por alguma dilação, que póde haver na remessa do dinheiro que se manda para se soccorrer o dito Terço, tudo se ha de pagar pontualmente. Confio em Deus, que dentro de pouco tempo, me ha Vm. de dar o gosto das boas novas que espero ter, de que as armas de Sua Magestade, que Deus guarde, ficarão victoriosas e os moradores dessa capitania sacegados".

O engenheiro encarregado da reforma da Fortaleza dos Tres Reis Magos não tardaria.

Identica recomendação de fornecimento de gente fazia Dom João de Lencastro ao capitão mór do Ceará Grande a 21 de janeiro de 1699.

Prevenia o Delegado regio "ordeno que sendo lhe necessarios alguns Indios dessa capitania, das Aldeas Parnamerim, Paupina Para..... ou Cayá, e das dos Guanaús, e de tres lotes da nação Jaguaribara, gente guerreira, sobre toda para a dita conquista...

a vm. a quem..... ordeno lhes envie promptamente, escolhendo de todas as Aldeas os que forem mais fieis e mais guerreiros, aos quaes se lhes ha de fazer todo o contentamento".

"Esta diligencia hei por mui recommendada a Vm., como tão importante ao serviço de Sua Magestade, e espero ter nella muito que agradecer ao seu zelo".

A Bernardo Vieira de Mello impressionava muito o pessimo estado da sua fortaleza principal e assim não havia embarcação, navegando para o sul, em que não pedisse a efetivação de providencias reclamadas do seu superior.

Afinal a 31 de janeiro de 1699 avisava o Governador Geral que dera terminantes ordens para que Pernambuco socorresse o Rio Grande do Norte com dez quintais de polvora e morrão proporcional ao explosivo, vinte de balas ou chumbo seis barrís de alcatrão, um pedreiro e dous artilheiros.

A custa dos proprios recursos riograndenses fossem feitas as cucharras para o manejo da artilharia.

Era colossal a distancia da Baía ao Rio Grande.

Assim recorresse este a Pernambuco alegando as ordens superiores que obtivera.

A Provedoria baiana indenizaría a de Pernambuco. Queria ele, Governador Geral, perfeitamente restaurada a fortaleza dos Santos Reis. Ordenara a Olinda que o engenheiro militar partisse; já devia estar no Potengí ou a chegar.

Respondendo a uma objeção do capitão mór sobre a marcha dos paulistas que quasi haviam naufragado e tido a necessidade de aportar ao Potengí em vez de vir á Paraíba explicava o Governador.

"Vejo o que Vm. me diz, sobre o Terço dos Paulistas não ter ido por terra, para essa capitania.

Antes de se determinar no conselho da fazenda, fosse por mar. conferi com o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, e pessoa mais praticas desses sertões, por onde seria mais conveniente a jornada, se por terra, ou por mar, e a todos pareceu, que por mar, indo desembarcar a Parahiba, para dalli marcharem, por terra, ao sitio do Assú, pois se ficava livrando por este meio, não padecerem os officiaes, e soldados delle os detrimentos, e discommodos, que tambem haviam de experimentar os moradores e curraes que estivesem nos caminhos por que necessariamente haviam de passar, e mais sendo estes tão dilatados o que se ficava evitando indo

o dito Terço por mar tambem municiado, e soccorrido de tudo o que lhe era necessario, como elle foi."

Tormentosa a viagem da tropa de S. Paulo não só muito ameaçada de perecer em naufragio como assolada pela variola.

"Si as tormentas que teve a embarcação em que ia, não encontrara a ordem que eu havia dado, de irem em direitura a Parahiba, fazendo-se preciso, na desesperança de se verem perdidos, ir buscar o Rio Grande, a donde entrou com tantos perigos, como o dito Mestre de Campo, e vm. me avisam nas suas cartas, indo já tão destroçado do mal de bexigas, que na viagem lhe deu: é certo que havia de ter muito diverso semblante essa conquista: mas espero em Deus que, brevemente, se torne a refazer, porque para isso lhe hei de acudir com tudo o de que necessitar, não só pelo que toca a minha obrigação, senão por Sua Magestade haver assim encarregado".

Observara Bernardo Vieira de Mello a Dom João de Lencastro que os indios pareciam inteiramente pacificos. A colocação de um campo entrincheirado de paulistas no Assú iria inquieta-los extraordinariamente e quiça leva-los a um levante geral.

Respondia-lhe o Governador Geral:

"Bem sabe Vm. (e bem o tem elles sentido) que estes brutos não guardam paz se não em quanto lhes convem, e que debaixo della, tem feito tão repetidas vezes, nas fazendas e villas dos mesmos moradores as mortes e estragos que os obrigaram a pedir a Sua Magestade, e a este governo por varias cartas, se acudisse promptamente ao perigo a que se viam expostos, assim pela pouca constancia que estes barbaros tinham como por se verem assaltados continuamente delles e se achavam necessitados a dispensar a dita capitania se não fossem soccorridos, o que obrigou a Sua Magestade a me ordenar que, com a brevidade possivel, levantasse este Terço e com a mesma o mandasse a fazer essa conquista".

Assim haviam sido as suplicas repetidas e instantes dos povos que haviam movido o Rei a tomar tal providencia energica.

Não se podia pensar em desistencia deste plano.

"Se o Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, fizer o seu Arraial no Assú, o Presidio que nelle está, fique logo unido ao seu Terço porque se para ajustar o numero da lotação que ha de ter, se ha de sentar praça a mais gente, nenhuma pode ser melhor que aquella, por ser guerreira, e pratica no Paiz.

E quando o dito Mestre de Campo o ponha em outro lugar, confirirá vm., com elle, se convem conservar-se o dito Arrayal no Assú, e achando ser preciso, devem esses moradores soccorrello na mesma forma em que até agora o faziam; para o que suprirá a fazenda Real com parte do seu sustento pois se não acha com que acodir a tão consideravel despesa",

Todos os recursos deviam ser empenhados na debelação de tal perigo, sempre iminente para os colonos do Nordeste.

Pensara se em mandar como reforço a Navarro indios do S. Francisco mas Matías Cardoso dissuadira o Governo de tal intento.

Daí o recurso ás aldeias do Rio Grande do Norte e do Ceará.

"O Gentio que vm. me diz, póde ir do Rio de São Francisco para ajudar a fazer essa conquista, é o que vm. verá da copia, que com esta lhe remetto, de uma informação que sobre o mesmo gentio me deu escripto o Mestre de Campo Mathias Cardoso de Almeida querendo eu muito antecipadamente mandar um bom numero de arcos de soccorro e os Paulistas: mas no desengano de que haviam de fazer algum dispendio e não chegar lá nenhum me resolvi a escrever aos Capitães mores da Parahyba, e Ceará Grande, remetessem com toda a brevidade a maior quantidade de Indios que lhes fosse possivel para o que lhe nomeei as Aldeias de donde se haviam de tirar: e a vm. ordenei tambem o mesmo.

Agora lhe torno a escrever com todo o aperto e espero que nenhum delles falte a mandar o que puder".

União e mais união era o que o Governador Geral não se cansava de encarecer ao seu ilustre correspondente. "Ao Mestre de Campo recommendo o mesmo". Assim viessem logo noticias, e das melhores, sobre os felizes sucessos da guerra E assim o permitisse Deus.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

CAPITULO XXIX

A EXPEDIÇÃO DE MORAIS NAVARRO AO CEARÁ. O COMBATE DE 4 DE AGOSTO DE 1699. MORTICINIO DOS PAÍACÚS. DISSIDIO GRAVE ENTRE MORAIS NAVARRO E BERNARDO VIEIRA DE MELLO

A 25 de agosto de 1699 escrevia Manuel Alvares de Morais Navarro longa e noticiosissima carta ao Governador Geral

É certamente um dos documentos mais curiosos do nosso passado colonial e um dos mais notaveis de todo o bandeirantismo. Revelou-o Guilherme Studart como uma das preciosidades de sua magnifica *Coleção Studart.*

Nem conhecemos relato bandeirante de operações de guerra contra indios que dele se aproxime pela importancia dos informes ali reunidos, a variedade e interesse.

Queria o mestre de campo relatar á primeira autoridade do Estado as particularidades da grande vitoria alcançada por suas armas sobre os barbaros, a 4 daquele mesmo mês.

Providencial fôra esta vitoria, tal o exordio do comunicado:

"Aos 4 do prezente foi Deus servido concedernos uma tão feliz victoria, que, *totaliter,* se deve attribuir a Sua Divina

Onipotencia antes que ao limitado do nosso poder: cujo successo relatarei a V. S".

Partira o chefe bandeirante do seu arraial com 130 infantes e duzentos e tantos tapuias por ele pacificados.

Queixava-se Navarro da perfidia de dous de seus oficiais os capitães Antonio da Rocha e Baltazar Gonçalves "feituras e alliados do capitão mór Bernardo Vieira de Mello". Haviam procurado incutir aos tapuias que ele, Navarro os levava debaixo de engano para os mandar matar.

Tal a falsidade destes dous individuos que até se haviam valido, para o tenebroso fim de semearem a desconfiança na tropa aliada, de uma circunstancia então coincidente.

Mandara ele Navarro um de seus oficiais em missão ao Ceará e os dous intrigantes aproveitaram-se do fato para propalar entre os desconfiados selvicolas que o mensageiro fôra aliciar indios e Tapuias que se poriam de emboscada no Jaguaribe para exterminarem os do Rio Grande do Norte.

Alcançara a intriga os colimados fins: mostraram-se os tapuias aliados muito suspeitosos, acampando longe dos soldados brancos, mantendo sempre severa vigilancia.

Tal a sua atitude que o cabo de tropa temera alguma agressão seria. "Estariam a buscar occasião para nos darem".

Mandara então chamar os seus chefes, pois os dous intrigantes completando a manobra, tambem o haviam prevenido contra os indios. Tinham sabido, apregoavam, por um tapuia amigo, que ao primeiro ensejo favoravel em que achassem a infantaria branca haveriam de a destroçar.

Falou-lhes Navarro, do modo mais categorico e energico: não premeditassem traição alguma que de tudo estava informado e prevenido. Mal lhes poderia sair a traça perfida.

Relataram-lhe então os tapuias o que fôra a ação dos dous oficiais falsos e depois de longa explicação deram-se por satisfeitos conhecendo que tudo era traição. Prometeram-lhe ser mui leais, e daí em deante o foram.

Chegando ao Jaguaribe teve o comandante a contrariedade de conhecer que o socorro pedido ao Ceará não viria.

Os inimigos estavam informados do seu limitado poder. Assim ele Navarro resolvera agir com a astucia que a experiencia da vida sertaneja lhe inspirava.

Sabia que os indios estavam á sua espera e resolveu engoda-los com promessas.

Pitorescamente tal traça se relata:

"Como estes Barbaros não fazem danno senão debaicho de trahição para melhor lhes facilitar, mandei dizer-lhes os ia buscar debaixo de toda amizade, e justamente pedir-lhes soccorro para dar nas outras nações por ser limitado o meu poder".

Curiosissima a narrativa do encontro do mestre de campo com o chefe selvicola. Como Navarro confessasse que se achava realmente fraco animara-se o murubichaba e muito, a combate-lo. Opondo contudo a dissimulação á insinceridade mandou então oferecer ao chefe branco toda a sua gente como escolta.

Voltou um mensageiro do paulista com a noticia de que ao cacique não acompanhava a sua familia, mau indicio de intenções.

Assim mandou Navarro dizer ao maioral Genipapoassú, no dizer de Studart, que iria vê-lo com a sua gente.

Saiu com a sua tropa, pela madrugada, do aldeiamento da Madre de Deus e chegou ao alojamento contrario entre nove e dez da manhã.

Declarou o cacique que a sua gente queria festejar a vinda do chefe branco; assim desejava bailar á vista dos expedicionarios. Para lhe adormecer as suspeitas ordenou o cabo do tropa que os seus tapuias fossem executar primeiro um bailado entre os do Ceará.

Afirma Studart que estes já eram indios de paz e em grande numero batisados.

Acabada a dansa dos janduins de Navarro vieram os paiacús ao acampamento bandeirante e foram então vitimas de uma cilada.

Explica o mestre de campo os fatos como decorrentes da mais absoluta defesa.

"Preparei a infanteria em boa ordem, em titulo de a ver, tocando-lhe caixa dizendo-lhe ser festejo. Tinham elles ordenado estivesse o Principal junto a mim e quando a dança viesse para a minha parte viria o Irmão com escolta abraçar-me e ao tempo do abraço investiriam os da dança com ordem que só a mim me deixassem vivo para ao depois me martyrisarem.

E eu como tinha colligido seu intento e via se não apartava das minhas costas, puz-lhe um dos nossos Tapuyas a divertil-o ordenando-lhe que ao mesmo tempo parasse a caixa, que era a senha que estava dada a infanteria para dar carga e o pegasse. Veio o Irmão com a sua vinda diante de todos sem arma, e eu assim que vi que era tempo mandei parar a caixa e lhe fazer tiro, do qual cahio morto e ao mesmo tempo o Tapuya a quem tinha entregue o principal lhe quebrou a cabeça".

Mortos Jenipapoassú e seu irmão ordenou Navarro que cem dos seus infantes brancos carregassem sobre os paiacús enquanto vinte e cinco ficavam de prevenção contra os tapuias aliados, pois podia ser que estes se aproveitassem da circunstancia para agredirem os bandeirantes.

Mas os janduins dominados por aquele ato de tão cruel enegia voltaram-se furiosos contra os paiacús deles fazendo enorme morticinio.

Justificando o seu ato alegou Navarro que a traição preparada pelos seus adversarios era patente tanto assim que lhe haviam morto dous homens e ferido muitos com armas de fogo e flechas, muito bem armados como estavam.

No campo do entrevero ficaram duzentos e cincoenta cadavares de paiacús! E soubera-se em Jaguaribe que muitos dos fugitivos feridos haviam perecido longe do local da pugna.

Raros haviam escapado, declarara um destes ferido a certo branco. Ás suas familias haviam os paiacús deixado nas chacaras vizinhas. Durante a peleja fugiram espavoridos de modo que a colheita de prisioneiros fora relativamente pequena.

Explicava o mestre de campo este contratempo empregando as palavras bagagem e carrasco com as acepções antiquadas que persistem até hoje no nosso Nordeste.

"Como tivessem a bagagem metida no carrasco, esta teve tempo de se por em fuga durante a pelleja que quando accudimos a ella já era tarde, e das que se apanharam coube a parte da Infanteria duzents e trinta e tantas cabeças fóra as com que se ficaram os Tapuyas".

Regressando da frutuosa expedição e rompendo pelo centro da campanha teve Morais Navarro ligeiros combates em duas emboscadas armadas pelos tapuias do Apodí. Deram-lhe surriadas de armas de fogo e fugiram. Perseguidos perderam quatro homens havendo vestigios de que muitos deles houvessem ficado feridos. Acossados meteram-se num carrascal terrivel onde os soldados brancos não pouderam acompanha-los.

A volta do Assú foi muito penosa pela esterilidade das terras atravessadas. Viu o mestre de campo os seus cativos na iminencia de morrerem á fome ou a sede.

Chegando ao arraial ali supunha poder refazer-se com os mantimentos em deposito mas qual! só achara muita miseria e a justa queixa dos soldados pelo miseravel estado em que se achavam, por não serem socorridos quando faziam uma campanha onde só os supria a Onipotencia Divina. Apezar de tudo era otimo o seu moral de fieis vassalos de Sua Magestade apezar de não terem mantimentos e andarem semi-nús, dilacerada que havia sido a sua roupa nos carrascais cearenses.

Preparava-se nova bandeira e ele cabo de tropa sentia muito não a chefiar mas a sua presença ali era indispensavel a ver, se conseguia o reabastecimento de seu centro de operações.

Comentando os termos do relatorio de Morais Navarro expende Studart:

"A linguagem desta carta, que se inicia por expressões de louvores e agradecimentos a Deus, revela um homem senhor das situações difficieis, fero mais consciente do seu acto, não fugindo ás responsabilidades, certo da necessidade e justiça da empreza, que preparou e realizou embora a custa do mais terrivel morticinio. Segundo os seus dizeres sua situação era: rivalisar em astucia com o Jenipapoassú, oppor estratagema a estratagema, trahição a trahição, matar para não ser morto; dahi a tragedia de 4 de agosto".

A terrivel vida das selvas cheias de insidias pavorosas de todos os instantes forçava a creação de uma mentalidade especial a esses homens de ferro em obediencia á suprema lei do *salus vitae*.

Asperamente fazia Morais Navarro valer ao Governo Geral os seus serviços quando a Corôa o deixava tão falto de elementos, sem recursos materiais e peior do que isto hostilizado continuamente pelos proprios delegados regios.

Assim se gabava de que por meio da astucia e diplomacia conseguira ver reinar a dissidia na confederação das tribus inimigas. Batera-se pelas armas e obtivera, agora, assinalado triunfo.

Arrogante comentava:

"Que seria se me achasse com mantimentos e soccorro de gente que tenho pedido a Parahyba, Rio Grande e Ceará, como V. S. tem ordenado?"

Era preciso estancar, de uma vez por todas com o abuso resultante do fornecimento de armas de fogo aos tapuias pretensamente pacificados, quando se sabia que de um momento para outro poderiam levantar-se.

Miseravel o estado da tropa paulista pela penuria que sofria "pelo amor e veneração devidos ao Governador Geral do Brasil".

Escrevera ao governador de Pernambuco e ao Provedor da Fazenda Real. Mandassem-lhe um barco com farinha. Corriam os dias, as semanas e os mêses e a penuria de viveres se acentuava cada vez mais.

Ás reclamações feitas respondera o capitão mór da Paraiba que na sua capital havia farinha; não faltava de todo "mas esta se não dava sem dinheiro".

Constava a chegada de uma letra de cinco mil cruzados ao Rio Grande do Norte "terra onde se não achava vintem".

E a tal proposito queixava-se o mestre de campo azedamente do capitão mór norte riograndense.

"Necessariamente quando se pague ha de vir o dinheiro de Pernambuco, tudo são negocios e cavilações, pois o Provedor do Rio Grande é um homem inepto e o Almoxarife socio de Bernardo Vieira de donde manam todas estas ruinas tanto em damno nosso como em prejuizo do Real serviço; estando o Rio Grande tão perto de Pernambuco, que a maior viagem é de seis dias; pois podera lá chegar o Almoxarife ou avizarme para que eu mandasse na forma da carta do Provedor".

E como já houvessem decorrido diversos anos do governo de D. João de Lencastre e se pensasse em sua possivel substituição mostrava-se o mestre de campo apreensivo com o que lhe adviria o seu successor.

Outro motivo de aborrecimento e receio, o armamento do terço Lencastre, em companhia, contava muitas armas estragadas e incapazes de concerto.

E por ultimo querendo ainda frisar o alcance de vitoria de 4 de agosto noticiava Morais Navarro que o Padre João da Costa, missionario chegado de Jaguaribe, relatava o que ouvira de escapos do terrivel morticinio. Eram "passantes de quatrocentos" os mortos afirmavam os espavoridos paiacús.

Explicando as atitudes reciprocas de Navarro e Bernardo Vieira de Mello escreve Studart com perfeita exação de conceitcs:

"Estes choques e attrictos entre os administradores e os homens á frente das expedições militares são communs nas chronicas brasileiras; o que se dava com Moraes Navarro e Bernardo Vieira constituia espectaculo muito da vista e experiencia dos antigos colonos. E' a mesma luta de Bernardo Pereira de Berredo com Mestre de Campo da Conquista de Piauhy e Maranhão, Bernardo Carvalho de Aguiar.

No fundo estava o ciume do mando e o interesse pecuniario em jogo. O soldado em campanha era um competidor a mais, um concorrente importuno na partilha do indio; pensava-se, e com acerto, que quanto menos licitantes apparecessem no mercado, mais baixo seria o preço da mercadoria e mais facil a acquisição".

CAPITULO XXX

PROTESTOS DOS MISSIONARIOS CONTRA MORAIS NAVARRO E SUA TROPA, PERANTE O BISPO DE PERNAMBUCO. AMEAÇA DE EXCOMUNHÃO. RECURSO INTERPOSTO PELO MESTRE DE CAMPO E SEUS OFICIAIS

Ocasionou o morticinio de 4 de agosto os mais veementes protestos por parte dos evangelizadores do Ceará Grande.

Informado de que se estava passando rapidamente despachou Morais Navarro um de seus oficiais o capitão Bento Nunes de Siqueira a Natal e a levar o seu protesto formal ante o procedimento dos missionarios de S. Felipe Nery.

A 19 de outubro redigia-o Siqueira datando-o da Companhia do Assú, como procurador do seu mestre de campo e em nome de toda a mais infantaria de seu terço, além do procurador em causa propria. Estavam no arraial do Assú a fazer guerra aos Barbaros rebelados do sertão na forma das ordens e do regimento a eles passados por Sua Magestade a quem Deus guardasse".

Haviam ficado muito surpreendidos com a noticia de que ao capitão-mór do Rio Grande do Norte havia chegado uma pastoral do antistite pernambucano. Dom Frei Francisco de Lima, ameaçando a todos de excomunhão. "Lates senten-

tis" passada contra "inauditam partem" latinorio estropeado pelos protestantes ou o copista do documento.

Movera-se o Bispo levado de "sinistras informaçõens".

Queriam os ameaçados a suspensão da sentença até que cabalmente se justificassem perante o prelado "com verdade purificada" por serem os danos e rigor "irremediavel e extraordinario."

"Desde já porém protestam a vossa mercê por todos os danos e ruinas e dezordens que en tal caso podem acontecer e resultar ao serviço de Deus e de Sua Magestade e ao terço e moradores destes sertões para cuja defença determinou e dedicou o dito Senhor este terço."

Neste caso tornava-se da maior cautela a aplicação da pena cominada, motivo pelo qual apelavam os protestantes para o Arcebispo da Baía.

Foi Bento Nunes de Siqueira ao encontro do padre José de Mattos que se achava num lugar chamado Saco, vizinho do arraial do Assú e Manuel Gonçalves Branco escrivão da Fazenda Real no Rio Grande do Norte declarou solenemente que o padre tomara conhecimento do protesto lido em sua presença.

A pastoral do Bispo de Pernambuco fora expedida a 19 de setembro e a instancias de Berenguer de Andrade, tio de Bernardo Vieira de Mello.

Começava o prelado por alegar a grande obrigação que lhe assistia, em virtude de seu oficio de pastor de almas. Devia zelar, e imenso, pelas missões dos indios dos sertões de sua diocese, reduzindo-os ao gremio de Igreja catolica, aldeiando-os e conservando-os nas aldeias, assistidos de seus missionarios, para os encaminhar ao bem e aproveitamento de suas almas na forma da ordem de Sua Magestade.

Vinha depois a acusação feita ao mestre de campo em termos categoricos e os mais severos.

E aliás concordantes com a propria informação de Navarro ao Governador Geral, acerca do numero de suas vitimas, salvo quanto ao dos prisioneiros.

"Fomos informados por pessoas fidedignas que o Mestre de Campo do terço dos Paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, assistente no Assú, estando em paz com os indios daquelles sertões e ribeira do Jaguaribe a maior parte aldeados e muitos delles baptisados pelo nosso missionario o padre João da Costa, o dito mestre de campo debaixo de paz e amizade os mandou chamar recebendo-os com festas tributando-lhe vassalagem os ditos indios como a seu Senhor depois de os ter juntos mandou tocar armas e os degolou matando mais de quatrocentos e captivando quasi outros tantos pondo os em prizão. O que tudo é contra a Lei de Deus e amor que devemos ter aos reduzidos a nossa santa fé catholica e aos que a querem abraçar, o que nós por algum meio como pastor devemos atalhar e prohibir, e que a estes indios captivos se lhes de Liberdade vista a sua conversão."

Assim ordenava o prelado ao cabo de tropa, seus capitães e adquirentes dos cativos, e isto sob excomunhão maior, que restituissem á liberdade os indios e indias e seus filhos, da missão do Padre João da Costa, tanto da aldeia nova como da velha do distrito de Jaguaribe.

E isto dentro de seis dias do prazo das admoestações canonicas. E prevenia-o nos termos mais positivos, e sob as objurgatorias as mais severas, "não satisfazendo dentro do dito tempo o declaramos por publico excommungado maldito e maldissoado da maldição de Deus todo poderoso e dos bem aventurados Apostolos São Pedro e São Paulo e de todos os Santos da Côrte do Céo."

Era Morais Navarro intimado a cessar quaísquer hostilidades contra os indios pacificados e de tal ficariam notificados todos os vigarios coadjutores e mais clero do Ceará e Rio Grande do Norte devendo publicar a pastoral em suas igrejas.

Terminando o seu decreto empregara Dom Frei Francisco de Lima as velhas formulas da Igreja da eradicação do gremio dos fieis: "Não satisfazendo o dito Mestre de Campo e seus parciaes ao, que o dito é os evitem dos officios divinos

prohibindo debaixo da mesma penna a todos os fieis até humildemente pedirem absolvição. a qual reservamos a nós."

Ao vigario da vara cearense declararam Bento Nunes de Siqueira e outro oficial, Pedro Carrilho de Andrada, que em nome de seu procurado, o mestre de campo, agravavam da decisão do diocesano de Pernambuco para o Arcebispo da Baía.

Tres documentos principais instruiam o agravo. Provinha o primeiro do Padre Pedro Fernandes, sacerdote do habito de São Pedro, capelão do terço dos paulistas, cura da Ribeira do Assú como declarou o escrivão Branco.

Referiu o Padre Fernandes uma sua entrevista com o Padre João da Costa missionario "de uma aldeia de tapuias da nação dos payacús, de que era cacique um tal Mathias Pequa." Estava Fernandes no sequito de seu mestre de campo a quem acompanhavam os capitães Teodosio da Rocha e Pedro Carrilho.

Solicitara Navarro a opinião do padre Costa e este lhe pedira que não tocasse em seus indios aldeiados. Quanto aos insubmissos "fizesse-os arder", se os encontrasse entre os inimigos pois eram perigosos e já por vezes o haviam ameaçado e até descomposto. Não conseguira impedir que muitos fossem ter com Jenipapuassú. Só se tornariam bons seriamente castigados. "Assim se os achassemos, dizia pitorescamente, ardesse uma lenha com outra."

Topico valioso do depoimento do Padre Fernandes é o que fixa o lugar do destroço de Jenipapuassú. Acampava ele á barra do Banabuiú com grande poder de tapuias, portanto á altura do local onde se acha hoje, á margem direita do Jaguaribe, a cidade do Limoeiro.

No dia seguinte interpelado por Teodosio da Rocha, continuou o padre Fernandes:

"Sobre o ser justo ou se lhe faria prejuizo a sua missão repondeu que nenhum escrupulo tinha e que só sendo (os indios) bem castigados obraria algum fructo nelles."

Mais ou menos a mesma cousa declarou o capitão Rocha; empregou algumas expressões mais pitorescas. Assim referiu que o Padre Costa lhe declarara: "ardesse a lenha secca com a verde". Debalde quizera reter os seus catecumenos e afasta-los das hostes de Jenipapuassú.

"Perguntara-lhe se fazer guerra a todo o gentio que se achasse fora da aldeia lhe seria de prejuizo ou era cousa injusta, presente o padre Pedro Fernandes; me respondeu que era mui bem feito castigal-os isto por eu lhe dizer que me parecia era o intento de meu cabo fazel-o e mais me disse que só se podia fazer escrupulo e elle só o fazia de que se executasse o castigo em poucos, e que quanto a estarem entre estes alguns baptisados que elle os não mandara lá se metter e que finalmente ardesse o verde e mais o secco."

As mesmissimas cousas relatou Pedro Carrilho de Andrada em cujo depoimento nenhuma particularidade interessante se lê.

A estes documentos se acosta certo trecho de uma carta que o proprio missionario João da Costa escrevera ao Mestre de Campo.

É muito confusa mas encerra uma serie de conselhos ao cabo da tropa paulista para quem pedia a graça divina sob a forma de muita gloria e quietação da conquista que empreendera.

Os tapuias, muito numerosos aliás, estavam "muy timidos e por timidos divididos em muytos ranchinhos occupando todos aquelles mattos."

Era preciso grande cuidado no modo de os reduzir porque se agora estavam desunidos poderiam, de um momento para outro, congregar-se.

"Veja Vossa Senhoria como concede a seus indios a licença ou ordem para lhe dar."

Conseguiu Manuel Alvares de Morais Navarro, além de tudo, um depoimento precioso em seu favor, o de tres oficiais regios de alta categoria, Manuel da Silva Teixeira, Provedor da Real Fazenda, Manuel Fernandes de Mello, almoxarife e

Manuel Gonçalves Branco, escrivão da Fazenda Real. Estes tres personagens manifestaram-se do modo veemente.

Tinham vindo ao arraial do Assú fazer pagamento ao terço e queriam declarar a convicção que lhes assistia de quanto fora justa esta guerra a Jenipapuassú e sua gente. Assim afirmavam peremptorios jurando aos Santos Evangelhos: "Todos os que querem contradizer esta verdade sam os que não desejam se restaure esta campanha buscando todos os meios para que o terço de desesperado se recolha, não attendendo (levados de sua má vontade) ao dano e prejuizo que fazem ao serviço de Deus e de Sua Magestade que Elle guarde, e dano das vidas e fazendas aos moradores destes sertões, levantando tantos falsos testemunhos ao terço, sendo que até o dia de hoje não se sabe que tenha feito o minimo damno e aggravo aos moradores destas Capitanias procedendo o dito mestre de campo com toda a imteireza e justiça e grande zelo do serviço de Sua Magestade e boa disposição para a guerra por cuja causa com tão ilmitado poder tem conseguido a fortuna que a todos é notorio".

Os unicos queixumes de que tinham noticia eram os de alguns pretendentes das terras conquistadas pelo fato do mestre de campo afirmar que o Rei as dera aos restauradores da paz nos sertões do Nordeste.

Graças a este caso de excomunhão temos alguns documentos sobremodo relevantes para o esclarecimento das particularidades das campanhas de Navarro.

Assim ele apresentou seis itens ou provas, justificativas de sua conduta. Trazem muita luz para a historia do desenvolvimento das operações da campanha.

Assim se comprometeu Morais Navarro a provar a veracidade de numerosa serie de incidentes.

Promulgara a paz, em nome do Rei, a todos os indios do Sertão. Sabedores do fato varias delegações de tribus haviam concorrido ao arraial do Assú entre outras a dos tapuias do Apodí. Extranhara-se a ausencia do cacique Jenipapuassú que era da mesma nação naquele momento empenhada em

guerra com os Icós. Contra estes marchara uma bandeira do arraial. Ordenara Navarro que os Apodís auxiliassem a gente de Jenipapuassú a quem se intimara a submissão sob pena de ser combatido duramente.

Tal recado lhe levara o cacique principal dos Apodis, batisado sob o nome de Manuel Alvares, naturalmente em homenagem ao çabo dos paulistas. Assustara-se Jenipapuassú e dispuzera-se a acompanhar a bandeira que o visitara. Fizera-o durante dous dias chegando ao arraial. Percebera que os recursos belicos dos brancos eram limitados e induzira os cativos dos paulistas a fugir certa noite acompanhando-os nesta fuga.

Continuando as suas tramoias verberara Jenipapuassú aos tapuias do Apodí terem-no ludibriado e mentido acerca do valor dos brancos.

Isto lhe valera até a hostilidade dos Icós. Assim agora instigara aos Janduins a que agredissem os do Apodí com quem até aquele tempo viviam em perfeita paz.

Os chefes janduins haviam então procurado a ele, mestre de campo, pedindo que se mantivesse neutro durante a campanha que iam fazer aos vizinhos. Protestara ele, Morais Navarro, contra tal projeto. Tinham os apodís recebido a segurança da paz, recentemente. Fora seu chefe á cidade da Baía não convinha que em sua ausencia se destruisse a sua gente. Não era este o trato que os brancos costumavam ajustar.

A esta conferencia fizera ele mestre de campo, assistir dous apodís escondidos. Tendo tudo ouvido partiram a avisar os seus do perigo que os ameaçava.

Mostraram-se estes muito alarmados e pediram a assistencia dos paulistas por não terem onde se acoutar tanto mais quanto Jenipapuassú os odiava devido a sua amizade com os portuguêses.

Assim mandara que o Capitão Joseph de Moraes e o Padre Fernandes escoltados por trinta infantes brancos fossem garantir os assustados apodís. Causara esta determinação

funda impressão aos janduins que á vista desta inesperada proteção desistiram do ataque aos seus ameaçados.

Continuando as suas intrigas e enredos impedira Jenipapuassú que os Icós fizessem pazes com os portuguêses. Acusou os Apodís da guerra que a sua gente lhes movera e conseguira que os seus caciques voltassem do caminho quando já em marcha para se apresentarem a ele mestre de campo.

Assim se malograra tão importante pacificação! Pouco depois ele Morais Navarro, tendo em vista a submissão dos Icós forçava a restituição á liberdade de numerosos cativos desta nação, capturados numa dada que Fernão Carrilho mandara realizar. Conseguira que ele restituisse os prisioneiros entre os quais havia muitos batisados. Apezar da pacificação continuavam os tapuias com as suas correrias, "sem obediencia alguma", matando os gados dos moradores do Jaguaribe levando-lhe os cavalos e assassinando os brancos quando lhes ousavam resistir aos latrocinios.

Em 1697, atacando Constantino de Oliveira Ledo, a tribu dos Uriús Grandes tivera esta o apoio dos Paiacús que mataram quatro homens do sertanista e a quem tomaram os arcabuzes. A esta expedição comandava o principal dos cariris.

Era completamente falso que Jenipapuassú fosse aldeiado e tivesse admitido missionario entre os seus. A cinco leguas de sua taba estavam, segundo era corrente, num rancho pequeno, o padre João da Costa e a escolta levada para a sua segurança enquanto acabava um arraial para o seu sobrinho.

O padre andava a batisar indios broncos e bravios com a maior falta de criterio "só por amontuar baptisados" sendo elles "brutos e incapacissimos".

Um unico meio havia para combater tais adversarios e este fôra praticado.

Assim o resumia em alguns itens:

"Todo o tapuya não tem outra estratagema de guerra mais que executar suas tiranias e traições, debaixo de paz.

Para se fazer guerra aos Tapuyas se não for debaixo de algum engano não é possivel poder os colher pelo que tem de velozes na fugida, levando comsigo o sustento.

Jenipapuassú, como consta de toda a empreza, estava esperando ao mestre de campo para lhe mandar dizer que elle ia pedir soccorro de gente, por ser a sua muito pouca, por darnos da nação dos Caratizis (sic) e debaixo de enganos os matar a todos o que seria sem duvida se o mestre de campo se não antecipara em dar nelles".

Nenhum valor podia ter a denuncia do Padre João da Costa quando declarara a ele proprio mestre de campo "que era Serviço de Deus e de El Rey si o dito fizesse arder o seco, e o verde, e que não tinha mais escrupulo que em se não matarem muitos!"

A estes itens responderam, a 24 de outubro de 1699 e uniformemente dezenove moradores, fazendeiros do sertão do Assú declarando do modo mais solene, que as alegações do Mestre de Campo representavam a verdade a mais perfeita.

E ainda autenticaram: "certificamos que os prejuizos do serviço de Deus como de El Rey como das nossas vidas e fazendas, sam levados mais do odio e inveja que tem do bom procedimento do mestre de Campo Manoel Alvares de Moraes Navarro e fortuna que tem tido até o presente sendo o unico Cabo dos Paulistas que tem entrado nessa campanha que até o dia de hoje não tem feito damno algum a moradores tanto as suas pessoas como fazendas, obrando em tudo com grande acerto. Passa tudo o referido na verdade e assim o juramos aos Santos Evangelhos."

Destes signatarios nenhum tem nome destacado nos nossos fastos nacionais. Talvez o sejam nos anais do Rio Grande do Norte.

Á declaração dos moradores rubricaram auteticando-a o Sargento Mór Manuel de Abreu Frielas os capitães Teodosio da Rocha e Gonçalo de Castro Rocha e o alferes Pascoal Gomes Lima.

CAPITULO XXXI

A OFICIALIDADE DE MORAIS NAVARRO. PERIPECIAS DA LUTA ENTRE O MESTRE DE CAMPO E BERNARDO VIEIRA DE MELLO. DOCUMENTOS EM ABONO DO CABO DE TROPA. DENUNCIA CONTRA BERNARDO VIEIRA

A proposito da organização do terço de Matías Cardoso queixava-se Pedro Taques, amargamente, de não haver podido descobrir documentação que lhe permitisse arrolar os nomes dos paulistas que se destacaram nas campanhas contra os tapuías do Nordeste.

Conseguiu Studart suprir, em parte, esta deficiencia encontrando, nos arquivos portuguêses, os volumosos papeis relativos a Morais Navarro que incorporou á rua rica coleção Studart e depois imprimiu.

Nos autos pelos quais o mestre de campo se defendeu das acusações do Bispo de Pernambuco ocorre precioso ró' de sua oficialidade sobretudo numa certidão cujos signatarios atestam a veracidade dos dezesseis capitulos dos provarás de seu comandante.

"Certificamos os capitães e mais officiaes do terço Lancastro, abaixo assignados, ser verdade tudo o que se contem nestes dezeseis capitulos acima, por assim nos constar de pes-

soas fidedignas e pelo que o juramos, aos Santos Evangelhos e o juraremos todas as vezes que nos for perguntado.

Campanha do Assú vinte e nove de oitubro de mil e se's centos e noventa e nove annos.

(Seguem-se as seguintes assinaturas) :

Capitão Salvador de Amorim e Oliveira, Capitão Theodosio da Rocha, Capitão Bento Nunes de Siqueira, o Capitão Francisco de Lemos Matoso, Capitão Joseph de Morais Navarro, Ajudante Francisco Fajardo de Barros, Ajudante Manuel Nunes de Azevedo, Alferes Antonio Simões Moreira, Alferes Pascoal Gomes de Lima, Ajudante Marcelino Leitão de Oliveira, Alferes Salvador de Sequeira Roldom, Alferes Manuel Pedroso de Moraes, Alferes Diogo Barbosa Rego, Alferes João da Costa Marinho. Sargento Marcos de Oliveira, Sargento do numero Francisco Antunes Meira, Sargento do numero Antonio de Mendonça, Sargento do numero Antonio Pinheiro, Sargento do numero Cabral de Vasconcellos, Sargento do numero Francisco Tavares Guerreiro, Sargento do numero Manoel Luiz Correia, Sargento Bento Vieira Barros, Sargento Salvador Dias, Sargento Martinho Vaz de Barros, Sargento Manoel do Prado".

Ás demonstrações de seus oficiais rubricou o mestre de campo em testemunho de sua solidariedade.

Dentre eles surgem apelidos iniludivelmente do S. Paulo, Joseph de Morais Navarro era irmão de Manuel Alvares, afiança-o Studart. Francisco Fajardo de Barros, Bento Nunes de Siqueira, Marcelino Leitão de Oliveira, Manuel Pedroso de Morais. Diogo Barbosa Rego, Martinho Vaz de Barros, Manuel do Prado são nomes positivamente de paulistas, outros tantos a se incorporar ao catalogo geral dos bandeirantes.

Diogo Barbosa Rego fôra juiz ordinario em S. Paulo em 1683 e oficiara á Corôa a proposito das deixas de D. Rodrigo Castel Blanco no cofre da camara.

Comenta Studart:

"No entretanto o processo proseguia em seu curso e o Vigario João de Mattos abria larga devassa e ouvia na Egreja da Madre de Deus grande numero de testemunhas".

Diz-se que a devassa foi concluida em Natal nos proprios aposentos de Bernardo Vieira, o que a inquina de parcial e inaceitavel.

Apezar dos embaraços opostos, a Pastoral foi afixada á porta da Egreja do arraial do Assú pelo proprio capelão da expedição e Licenciado Padre Pedro Fernandes.

Além desse havia no arraial os Padres Felipe Bourel e João Guinzel, Jesuitas alemães, ali chegados da Baía, a 12 de outubro e destinados a catequese e aldeiamento dos Paícús. Sujeitos de conhecida virtude e letras, deles dizia D. João de Lencastre, a El Rei, em carta de 7 de janeiro de 1700.

Não duvidaram os dous jesuitas em autenticar a declaração dos moradores como o fizeram no proprio arraial do Assú, a 29 de outubro de 1699.

Neste mesmo dia escrevia o Padre Guinzel longa carta ao Governador Geral.

Depois de agradecer a honra da comissão, que este lhe confiara contava que a viagem da Baía ao arraial do Assú lhe correra cheia de perigos e notaveis trabalhos; tanto por mar como por terra.

Afinal atingira o acampamento de Navarro a 12 de outubro. E havia tido notavel impressão do seu aspeto.

"Fomos recebidos do Mestre de Campo com aquelle amor, que só podiamos merecer com o titulo de sermos Capellães e humildes devotos de V. S. A primeira cousa com que aqui deparei, e que me fez pasmar, foi ver a grande paciencia e constancia com que o Mestre de Campo com todo o seu Terço de Lencastro, tinha tolerado a falta de todo o necessario, a qual chegou a tal excesso que já havia mezes não tinha apparecido nem um só grão de farinha em todo este Arraial.

E se bem a falta della, e dos mais mantimentos podera ter sido occasião de que os soldados por meios illicitos buscassem o remedio della, sem reparar em que com isso renovariam algumas queixas antigas nos moradores, com tudo o bom governo do Mestre de Campo atalhou isso, e effectuou que até

agora se houvessem de tal sorte, que nem ainda os mais malevolos tenham razão de queixa neste ponto."

Mais eloquentes elogios se não poderia fazer á disciplina e ao espirito de sacrificio daquela maltratada tropa.

A falta de farinha estorvara a viagem dos missionarios que Dom João de Lencastro enviara a catequisar os Paícús. Explicava o Padre Guinzel queestavam aqueles indios notavelmente diminuidos mas ainda seriam bastantes. Reduzido o seu numero, porém, mais profundos seriam os frutos da catequese.

Mostrava-se o missionario inteiramente convencido da justiça da dura necessidade que levara Navarro a fazer o que fizera.

"Eu confesso que quando tive novas do estrago que se tem feito nesta gente fiquei notavelmente desconsolado; porém como depois ouvi as razões que tinham obrigado ao Mestre de Campo a dar-lhes guerra não tive outro remedio de que conformar-me com a vontade de Deus; pois elle foi servido permittir que elles mesmos dessem causa desta sua ruina. Quaes fossem as ditas razões, não repito eu, por não ser comprido; especialmente, quando sei que o faz o Mestre de Campo. Só, digo, que ouvidas ellas, não podia V. S. deixar de approvar a dita guerra como justa, por mais que a culpem como injusta os que talvez não estão informados das ditas razões".

Instantemente pedia o jesuita que o Governo Geral mantivesse Navarro e os seus paulistas no acampamento de Assú sob pena de se comprometer o futuro não só da Catequese como até do povoamento da região pelos brancos.

"Certo é que sem o terço não se póde conservar um Gentio tão numeroso naquella sujeição que se requer para se poder fazer nelle o fructo desejado. Quanto mais que da conservação desse Terço depende todo o proveito temporal, socego desta Capitania que é o que tantos annos procura Sua Magestade e com que dará por bem empregado todo o gasto que se fizer".

A 17 de dezembro desse ano de 1699 era o sargento mór da Capitania de Pernambuco Pedro Lelou quem de Olinda tomava a defesa ardente de Morais Navarro e dos paulistas. Deste personagem convém que saibamos pormenores pois foi realmente uma figura notavel do seiscentismo brasileiro.

Moviam-no declarava a lealdade do soldado, o amor e o zelo do real serviço o desejo da conservação das conquistas portuguesas para o aumento da Santa Fé Catolica e maior gloria de Deus.

E defendia a conservação daquela obra de que tambem fôra colaborador e tanto trabalho lhe causara.

Tremenda carga fez a Bernardo Vieira de Mello, a seu ver típo sordido de invejoso que para satisfazer os baixos sentimentos, não trepidara em arriscar tamanho desserviço á Real corôa portuguêsa.

Odeiava a Navarro porque o Governador Geral o nomeara quando ele pretendia o comando atribuido ao mestre de campo paulista.

Com a maior malicia e perfidia procurara reconciliar os Janduins e Paiacús, golpe que ele Lelou durante o seu governo rebatera a custa de bastante trabalho e despesas da propria fazenda. Aconselhara a estes tapuías que se oferecessem a Navarro para, como seus aliados baterem os Icós. Uma vez em campanha procurassem degolar os paulistas pois se assim não fizessem, os de S. Paulo os exterminariam e reduziriam ao cativeiro para lhe tomar as terras. Mortos os paulistas cessaria a guerra por completo.

Chegara a falsidade de Bernardo Vieira ao ponto de fornecer dez ou doze armas de fogo aos janduins, além de farta munição!

Com sinistras intenções haviam os janduins acompanhado a Navarro e ao seu terço, ao sertão do Ceará.

O que Navarro fizera tinha sido apenas antecipar o assalto premeditado dos paíacús atacando-os antecipadamente, ao mesmo tempo que os lograva e continha em respeito os janduins aturdido pela violencia e a inteligencia do golpe. Assim se livrara o paulista de tão grande traição.

Assim se descobrira a "tragedia" de Bernardo Vieira que, vendo-se desmacarado, escrevera numerosas cartas e avisos, largamente espalhados, como ele, denuciante, lera, afirmando horrores dos paulistas e do seu chefe.

Destarte conseguira atestados e justificações de gente de sua facção e os mandara a seu tio Francisco Berenguer de Andrade, residente em Pernambuco, para que ao Govenador da Capitania fizesse cerrada carga contra Navarro.

Deste Berenguer contava Lelou horrores. "Mau homem e diabolico em fazer manifestos falsos, sem temor de Deus, homem que trazia sessenta e duas demandas empatando-as todas sem pagar nem restituir o alheio. Verdadeiro perturbador da Republica, nella semeava mil sizanias "irmão que parecia de um letrado certo David de Albuquerque, judaisante, natural de Covilhan e descendente daqueles que seguiam os execrandos ritos da Lei Velha. Real mercê de Deus fôra tirar se semelhantes sujeitos da praça para a tranquilidade dos Povos".

Conseguira Berenguer que o Bispo excomungasse o Mestre de Campo o que o levava a ele, Lelou a protestar representando que o castigo dos crimes militares cabiam aos Principes e generais e não aos prelados.

Era a guerra cousa tão cheia de imprevistos, e de casos impensados! Tornava-se indispensavel que os cabos de tropa em campanha fossem ardilosos e soubessem defender-se com segurança e vencimento pois a obrigação primordial dos generais era a obtenção da vitoria.

E desculpando o seu defendido com uma serie de argumentos historico-psicologicos fazia o nosso Lelou larga e pitoresca dissertação recheiada de periodos eruditos como anota Studart.

"Logo se por mattar o inimigo Barbaro, e Gentio, e alguns baptisados, que se foram metter com elle, com o mesmo designio de degolar o Pauilsta é crime e pena de excommunhão devem de estar todos principes e cabos da Europa excommungados, onde actualmente se degolam uns aos outros,

sendo baptisados; e como dizem, que a terra é sua, e não podemos tomala, como tomou El Rei de Castella a Portugal, que possuio tantos annos e o Reino de Napoles, Sicilia, Milão, em Hespanha, Calença, Aragão e Navarra, e outras mais dominações que tinham legitimos herdeiros; e sua Santidade o Ducado de Urbino, sendo Principes Catholicos, parece me que mais aceito será a Deus extingir esta vil canalha, e povoar as terras com creaturas que o louvam e alevantam templos para nelles sacrificar os Sacrificios e holocausto que lhe devemos".

Abonava-se agora o sargento mór com uma serie de exemplos da historia americana.

"E vejam como Cristovam Colombo e o da fama Fernão Cortez obraram no de seu descobrimento desta America; e o formoso Imperio novo que tem El Rei de Castella adquirido com as Armas, sem embargo haverem tido suas controversias sobre a matança do Gentio, no anno de 1492 reinado El Rei D. Fernando, e hoje está com cidades imperiaes, como Mexico, e Cuzco, com tanta grandeza, e magnificencia e poder, que pode competir as mais formosas da Hespanha e de França tanto por sua fortificação como se considera inexpugnavel e abundancia de povos."

Além de tudo, excomungar o mestre de campo e seus paulistas era desobedecer a Sua Magestade que, com tanto trabalho e despesas, os havia posto em campanha.

E afinal concluia:

"É intimidar os animos dos soldados, e animar o Gentio, que poderá facilmente tornar a unir-se, com novo discurso, e intentar qualquer facção contra nós, em uma campanha aberta e tão dilatada como muitas vezes temos experimentado de sua inconstancia e rebeliões".

Prosseguindo na narrativa das irregularidades de Bernardo Vieira de Mello lembrava o sargento mór o abuso com que fizera seu filho, menino adolescente juiz ordinario da cidade de Natal; e para ele obtivera uma patente de alferes:

Useiro e veseiro em insultar os desafetos mostrava-se arrogantissimo nas suas demonstrações de "poderoso na iniquidade"

Era preciso que o Governador Geral soubesse que tão mau homem, além de tudo, era contrabandista de pau brasil comerciando ainda, até, com estrangeiros!

Tivera como socio um tal Afonso de Albuquerque. Haviam ambos auxiliado um captião de navio estrangeiro a carregar forte partida de pau brasil, mas com muito mau exito pois este comandante vira o seu barco aprisionado pela Nau Almiranta da frota real. Era tudo isto publico e notorio no Rio Grande do Norte.

Quasi nos mesmos dias escrevia Joseph Barbosa Leal a Dom João de Lencastre em defesa de Morais Navarro. Data a sua carta de Pernambuco e de 20 de dezembro de 1699.

Carga cerrada tambem fazia a Bernardo Vieira de Mello á sua "cavilação e despotismo" como ainda ultimamente obrava com o capitão Gonçalo da Costa, um dos principais moradores da capitania, e no entanto posto a ferros, no calabouço da Fortaleza do Reis Magos.

Resolvera ele, Barbosa Leal, fazer uma representação em favor da conservação dos terços dos paulistas na campanha do Assú e como, para tanto, angariasse assinaturas vira-se forçado a fugir para Pernambuco que se assim não procedesse Bernardo Vieira o exterminaria.

"Mui acerrimo capital inimigo deste terço e do seu Mestre de Campo, solicita por todas as vias escurecer as suas acções, e arguilas em calumnias cavilando-lhes fantasticas faltas no procedimento, não só por si mais pelos seus parentes e parciaes para que fazendo-se publicas por estes sejam ao depois acreditados os taes avisos por verdadeiros".

Afim de alcançar, do Bispo de Pernambuco, a excomunhão dos paulista inventara Bernardo as mesmas inverdades. Assim afirmava que Navarro agredira Jenipapuassú o chefe dos paiacús quando estes indios estavam em perfeita paz e até pediam missionarios para se reduzir a Fé Catolica! Não havia mais descarada mentira! Quem pedira missionarios haviam sido as tribus da margem da lagôa do Apodí entre os rios Assú e Jaguaribe.

A gente de Jenipapuassú vivia no alto sertão nem tinha nada de comum com o rancho do cacique Matias Paca a quem instruia o padre João da Costa.

Valia-se Bernardo Vieira da homonimia dentre uns e outros pois ambas estas tribus eram chamadas paiacús.

Tal a sua cavilação que afirmara, solenemente, "estavam todos os payacús pacificados quando só os de Apody e de Jaguaribe assim viviam".

O que o capitão mór norte riograndense pretendia e almejava ardentemente, avançava Barbosa Leal peremptorio, era porem-se os indios todos contra o Mestre de Campo e o impossibilitarem de continuar com as valorosas empresas com que começara esta conquista ou que desgostoso destas contrariedades que experimentava nesta campanha se retirasse.

"Com a sua ausencia tornaremos a sentir, novamente, as crueldades com que estes Tapuyas nos molestavam tirando não só as fazendas, mas as vidas, e assim permitta V. S. como Principe que é tão amante do serviço de Sua Magestade que Deus nos guarde, remediar tanto dano, quanto o que nos ameaça com as embrulhadas deste Capitão Mór do Rio Grande na consideração de que o dito Senhor procura o socego destes seus vassallos e a livralos das opressões que padecem, sem reparar na grande despeza que nisso se faz de sua real fazenda".

Chegado a Pernambuco movimentou-se e muito o adversario de Bernardo Vieira. Encontrara á testa do Governo da capitania o primo do Governador Geral, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre principe a quem adornava o real sangue de Lencastre e Mascarenhas e futuro governador do Rio de Janeiro.

Pediu-lhe garantias contra o capitão mór e obteve-as plenas, para si e os seus familiares,proibindo-se a Bernardo qual quer diligencia contra o seu denunciador e a sua gente. Receiava Barbosa Leal a furia dos beleguins por meio de quem o seu inimigo "executava as suas potencialidades", pitorescamente alegava.

E não contente com esta carta de segurança ainda o nomeou superintendente de todas as fortificações das capitanias de Pernambuco, Paraiba e Rio Grande do Norte.

Com esta consagração escrevia o partidario dos paulistas:

"Não só me honra, mas segura-me das cavilosas tramoias que póde armar-me este mau homem para que viva com socego e livre das suas pontencialidades e possa, com mais desafogo, dar noticias a V. S. do que se obra nestas partes aonde não hei de faltar ao que V. S. me encommenda e sempre servi-o com as promptidões de creado mui obrigado".

Do palacio do Governador foi Barbosa Leal ao do Bispo e com ele conversou largamente sobre os fatos do Rio Grande do Norte.

De tal entrevista nos veio muito interessante senão mesmo precioso depoimento. Mostrou-lhe o prelado a carta que acabava de receber de Bernardo Vieira, quixando-se imenso do Mestre de Campo paulista.

Ardorosamente retrucou-lhe pondo a questão em seu verdadeiro pé. De onde provinha toda esta guerra a Morais Navarro? Do fato de não poder Bernardo Vieira comanda-lo pois o mestre de campo se não sujeitava ás suas ordens absurdas nem seguia os seus ditames ineptos que a serem tomadas em consideração "não chegaria a obrar cousa bôa".

Ao terminar a sua terrivel carga contra o capitão mór do Rio Grande do Norte alegava ainda que a sua interferencia, nas operações de guerra, contra os tapuias, fora a mais desastrada senão nefasta.

Queria repetir as façanhas dos capitães móres, seus antecessores, cuja mesquinhês autoritaria tantos entraves tinham causado á atuação dos outros mestres de campo paulistas Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso.

"Estes por se virem sujeitos ás disposições dos Capitães Maiores do Rio grande não obraram acção alguma que possa ser louvada naquella campanha, antes se retiraram desaboreados e sem fazerem effeito algum".

Havia evidente exageração do irritado Barbosa Leal que se esquecera das recomendações do proverbio: tudo quanto é exagerado se enfraquece".

Pelo seguimento da documentação, em nossas paginas apresentadas, evidencia-se, do modo mais patente, quanto á atuação de Domingos Jorge e de Matias Cardoso preparara os triunfos atuais de Morais Navarro, como fossem as sangrentas refregas do primeiro das cabeceiras do rio das Piranhas e do segundo ás margens do Jaquaribe.

Não convinha porém a Barbosa Leal recorda-lo no seu afan em derrubar do poder o capitão mór norte riograndense.

CAPITULO XXXII

CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES SOBRE A LUTA ENTRE BERNARDO VIEIRA E OS PAULISTAS. DENUNCIA CONTRA MORAIS NAVARRO. SUA DEFESA PELO GOVERNADOR GERAL. RELATORIO DO MESTRE DE CAMPO AO REI

A seu primo, o novo Governador de Pernambuco, escrevia muito longamente o Governador Geral do Brasil, a 11 de novembro de 1699, antes portanto de lhe haverem chegado as denuncias contra Bernardo Vieira de Mello.

Já porem tivera em mão a do Padre João da Costa contra Morais Navarro e os seus comandados.

Mal impressionado se mostrava Dom João de Lencastro com a atitude do missionario. Segundo estava informado ele tinha á ilharga certos sobrinhos pobres que á sombra das missões abriam currais (fazendas de creação). "Só sei que os que vem a reduzir almas não devem estabelecer currais, ainda que seja com opretexto de terem sobrinhos pobres, por não ficar suspeitoso o zelo, com que dizem vão aos sertões, a servir a Deus, e a Sua Magestade, quando são os que se servem do mesmo zelo para introducção, das suas conveniencias, e augmentos".

Os termos da carta régia de 10 de março de 1695 eram peremptorios. Sua Magestade determinara a creação doTerço de Lencastro dos paulistas, concedendo a este todos as terras que conquistassem ao gentio e o mesmo gentio que aprisionassem quando o Governador Geral os incumbisse de tal campanha.

Ora fora esta penosissima. Dela se haviam incumbido os mais prestigiosos cabos de guerra do Brasil, e seus mais afamados sertanistas havendo alguns, em certa ocasião, comandado mais de setecentos homens brancos.

E quais os resultados? poquissimos! enormes despesas da fazenda real, penosos sacrificios dos povos e dos expedicionarios, quasi sem conmpensação! O caso da Baía ali estava patente, os quarenta anos de continuo assalto dos tapuias, ás vezes apenas a onze leguas da cidade d'O Salvador!

Tudo se remediara graças ao emprego dos paulistas, de uma vez para sempre. Em poucos anos frisava Dom João de Lencastre, a gente de S. Paulo unica eficiente na guerra ao gentio havia deixado a capitania livre de quantas nações barbaras a oprimiam, extinguindo-as, de maneira, que, de então, até aquela data, se não sabia houvesse nos sertões conquistados gentio algum que os habitasse!

Fora isto que o levara a crear o Terço de Lencastre, e dar-lhe o regimento que Morais Navarro cumpria.

Não admitia que outra autoridade se intrometesse a governar uma tropa que ele Governador Geral organizara. O crime de Navarro residia exclusivamente em suas vitorias!

Agastado, lembrava D. João, a seu primo, em nome da solidariedade da familia, que favorecesse o mais possivel o mestre de campo que tão assinalados serviços prestara e prestava á corôa portuguêsa.

Assim sentia que tanto se houvesse retardado em lhe mandar o dinheiro pedido desde mêses.

"V. S. facilite este negocio de maneira que possam aqueles miseraveis ser promptamente soccorridos;porque do con-

trario se seguirá despovoar-se aquella campanha, e ficarem os moradores das capitanias circumvizinhas expostos ás invasões dos Barbaros, que hoje considero mais inimigos pela vizinhança e opposição que lhes faz este regimento".

Não ouvisse S. S. lamurias de individuos interessados nas terras do Assú. Chegara á Baía o capitão Joseph de Morais, provavelmente irmão do mestre de campo, a queixar-se de que a Junta de Missões declarara livres os indios recem-aprisionados; isto mediante simples denuncia do padre João da Costa. Mas então assim se cumpriam as leis de Sua Magestade? que declaravam escravos todos os indios que guerreassem portugueses?

"Bem sabe V. S. que nenhuma Junta, ou Tribunal por supremo que seja, póde derrogar uma Lei viva porque isso se toca a (alçada) della como neste caso me parece, deve V. S. mandar ver na mesma junta com mais ponderação esta materia, pois é de tantas consequencias, e poderem resultar algumas mui danosas em desserviço de Sua Magestade".

Mostrava-se o Governador Geral perfeitamente informado das acusações graves feitas a Bernardo Vieira de Mello, o caso escandaloso do filho menino e juiz ordinario de Natal, subrepticiamente nomeado alferes da fortaleza dos Reis Magos por meio do dolo das informações ao governo central.

E, logo depois ocorria um topico muito ameaçador.

"E se eu tivera por certo, ter elle obrado, o que a da mesma capitania me avisaram pessoas fidedignas e desinteressadas, sobre dar armas, e avisos ao gentio, para que destruissem o dito Terço, já o havia de ter mandado buscar preso com ferros, para nelles o remetter á Côrte a dar conta a Sua Magestade de semelhante delicto.

E só espero que chegue a Frota de Lisboa para saber a resolução que hei de tomar sobre os mesmos procedimentos do dito capitão mór: e se não fôra por cançar a V. S. com tanta leitura lhe dissera o mal com que este sujeito tem procedido, sobretudo o que toca a essa guerra dos Barbaros, e vira

V. S. quão falsas são as informações que a seu favor lhe deram".

A 7 de janeiro de 1700 escrevia, D. João de Lencastre ao seu soberano justificando o procedimento do seu atacado mestre de campo.

Confirmava o triunfo das armas deste, já noticiado em carta de 21 de julho de 1699. Como Navarro lhe houvesse pedido missionarios recorrera aos jesuitas, e obtivera do Provinciai da Companhia dous padres, João Guinzel e Philipe Bourel, ambos alemães e "sujeitos de conhecida virtude e letras".

Queria deixar bem patente a Sua Magestade, quanto Morais Navarro agira em legitima defesa, matando a Janypabassú (sic!) e sua gente por se antecipar a uma traição preparadissima.

Não havia prova mais evidente do fato de que o aviso dado ao cabo dos paulistas pelo proprio missionario.

"Diante do Capellão, os dous Capitães do mesmo Terço o dito Missionario respondeu que ardesse a lenha secca, e a mais verde, se lá (entre os payacús) estivessem alguns da sua Missão, acabassem com os outros, pois elle não os mandara lá ir".

Tudo isso constava das certidões enviadas ao estudo do Rei. Se o proprio Padre João da Costa, agora denunciador do chefe paulista escrevera ao capitão do terço de Lencastro, João da Rocha que não só aprovava a guerra como aplaudia o exterminio daquele gentio, unico meio de se o reduzir!

O agravo interposto por Navarro ao Arcebispo da Baía seguia o seu caminho. Pelas cartas dos dous jesuitas alemães se verificava a justificativa plena da resolução do Mestre de Campo.

Pedia o fidalgo a atenção real para o depoimento de Joseph Barbosa Leal, "sujeito de toda a supposição".

Dele fazia alto conceito; conhecera-o quando governava Angola onde servia ao esu Rei "com grande satisfação".

Ás suas palavras corroboravam as de Lelou. Terminando fazia D. João de Lancastre grande carga a Bernardo Vieira de Mello.

"Posso segurar a V. Magestade que as pessoas que vem daquellas capitanias a esta praça, condemnam todas o excesso com que os moradores de Pernambuco e do Rio Grande se uniram, para procurar a ruina deste Terço, sendo o principal autor de tudo quanto se obra, e tem obrado o Capitão mór Bernardo Vieira de Mello, sem elle, e os mais terem outro motivo, que o de V. Magestade haver concedido aos Paulistas as terras que elles conquistassem, aos Barbaros daquella Capitania, vendo a felicidade com que estes em tão pouco tempo, tem feito tanto estrago nos Barbaros que lhe resistem ou se rebellam tendo aquella conquista em tal estado, que em poucos annos ficaram os moradores da Capitania do Rio Grande logrando a paz, e socego que Vossa Magestade lhes procurou tanto a custa de sua Real Fazenda".

Abria-se nova e auspiciosissima era para a catequese. Ja nos sertões do Assú estavam aldeiados mais de mil indios. Logo que chegasse a Provincial da Companhia de Jesus ele, Governador Geral, lhe pediria mais missionarios para doutrinar os barbaros que o Mestre de Campo e os seus paulistas fossem reduzindo a viver sob as armas de Sua Magestade.

"O que entendo que serão infinitos", concluia o grande fidalgo.

Na mesma ocasião escreveu ao seu admirado cabo de tropa. Aplaudia-o calorosamente pelo bem que obrara e o zelo pelo qual servia Sua Magestade. Tudo isto seria levado á real presença do Snr. Dom Pedro II.

Agradecia-lhe o excelente acolhimento feito aos dous jesuitas, homens teologos e doutos. Pedia depois urgente e exatissima informação sobre os individuos que vendiam armas aos sanducrys (sic) e outro gentio.

Era preciso castigar exemplarmente ou autores da criminosa manobra.

Ao mesmo tempo convinha que viesse uma relação dos atos de hostilidade e desobediencia praticados por Bernardo Vieira de Mello, sobretudo a averiguação do que se afirmava: andar ele aliciando os indios cariris aprisionados que fugiam do Arraial do Assú.

Não era porém exata a acusação de que Bernardo Vieira violava a correspondencia oficial. As cartas remetidas pelo comando dos paulistas haviam chegado intactas á Baía.

Dos dous capitães Manuel de Siqueira Rondon e Manuel da Mata de quem havia suspeita houvessem desertado seria necessario ter noticia exata do paradeiro.

Conviria não aceitar como veridicas as informações de qualquer fonte. Tocava-se depois no mais delicado assunto de todo este caso.

"Os Indios Baptisados, e prisioneiros nessa guerra, se entreguem por ora ao Padre João da Costa, até resolução de Sua Magestade. Aos soldados a quem etsavam repartidos acomodará Vm. da minha parte com o seu bom termo, que Deus lhes dará avantajados lucros em outras occasiões e segurando-lhes que eu os hei de favorecer em tudo aquillo que puder".

Ao Bispo de Pernambuco se escrevera pedindo o levantamento da excomunhão. Parece que dela já desistira pois não quereria, como bom vassalo, encontrar as ordens de Sua Magestade.

Ao Governador pernambucano se recomendara remetesse e com a maior rapidez possivel, o armeiro e o cirurgião desejados.

Iam as patentes pedidas para o preenchimento dos postos vagos e o Governador a tal proposito mostrava-se muito satisfeito. E elogiava a escolha do irmão do Mestre de Campo para o de sargento mór do seu terço.

"Espero delle imitte a Vm. em todas as acções, para se fazer merecedor de maiores acrescimentos."

Neste documento que analisamos denuncia-se a presença na tropa de Navarro, de mais um paulista de certo relevo em sua republica piratiningana Joseph Porrate Penedo, feito capitão do terço.

Depois de se referir a uma questão de preços de apetrechamento concluia Dom João de Lencastro a longuissima carta por meio de recomendações de cordura.

"Recomendo a Vm. muito o bom tratamento e amor para com os soldados e seus cabos, que ha de ser todo emprego de Vmcê. porque é o que faz luzir e conservar com respeito e fidelidade aos que governam".

Sentindo-se rudemente atacado dirigiu-se Manuel Alvares de Morais Navarro directamente ao seu soberano.

Escrevia com facilidade o grande bandeirante cuja correspondencia parece demonstrar haja tido maior cultura do que seus ilustres contemporaneos.

Quatro cartas escreveu em 1700 redigindo como que um memorial de sua questão.

Narrou o castigo que dera aos tapuias do rancho do Jenipabussú da nação Paiacú e os motivos que tivera para assim proceder.

Queria agora denunciar os maus vassalos que não attendiam aos interesses do real serviço e apenas aos proprios. Viviam caluniando-lhe as acções e o procedimento dos seus soldados pera que estes desgostosos se retirassem, deixando inoperante o terço dos paulistas do Rio Grande do Norte que de tão longe havia vindo para servir ao seu Rei, em tão aspera conquista.

Era isto o que estes individuos desejavam ardentemente: aproveitar os resultados dos sacrificios do regimento paulista! Só assim comodamente poderiam entabolar suas conveniencias, usurpando terras que por nenhum titulo lhes pertenciam "executando", como poderosos, nestas partes, outras potencialidades que os pobres vassallos de V. Magestade nellas vivendo toleravam pellos não irritar em maior prejuizo seu."

Passando a acusar o Padre João da Costa "a quem não assistia o zelo de Deus e sim apenas a conveniencia pessoal" contava graves cousas do missionario. Incitara ao exterminio dos Paiacús e depois da chacina destes quizera que ele cabo de tropa lhe desse varios dos seus cativos sob o pretexto de que eram batisados. Isto tendo em vista afazendar largamente o sobrinho.

Como lhe fizesse formal recusa coligara-se ao vigario do Ceará, João de Matos, e a Bernardo Vieira de Mello.

Tendo seguido um lote de escravos da campanha a serem vendidos em Pernambuco fizera o bispo apreende-los. E no entanto pertenciam como justa preza a oficiais do terço de Lencastre que viviam andrajosos porque a fazenda real não lhes pagava os soldos!

Indignara-se o prelado porque ele, Mestre de Campo, pedira missionarios ao Governo Geral e não a ele. Não o fizera porque S. Ilma. ordenava, a torto e direito, clerigos ignorantes e improprios para as missões.

Daí viera a intimação a que os paulistas entregassem todos os seus cativos e a promulgação da carta excomunicatoria, no Ceará.

O odio dos clerigos, seus inimigos, era tal que haviam arrolado como testemunhas homens miseraveis. Recusavam qualquer depoimento por pouco que fosse simpatico ao adversario e ameaçavam aos depoentes de os excomungarem se não atacassem o seu inimigo.

Concluira-se o inquerito na propria casa de Bernardo Vieira de Mello que haspedava o Vigario do Ceará. Dez ou doze testemunhas de antemão preparadas haviam deposto sendo escrivão da devassa um pedreiro certo Baltazar Antunes, "homem maligno e revoltoso" que cumpria pena de degredo no Ceará, banido de Portugal por crime de rapto, em Guimarães.

Tal a valia de tais documentos que certo sacerdote, depois de haver feito carga contra ele, chefe paulista, caira em si e, cheio de remorsos, se oferecera ao proprio acusado para se

desdizer. E mais ainda! pedira-lhe perdão do que lhe passara certidão!

O Governador Geral de tudo estava informado. E como, na Baía, á Junta reconhecesse a legitimidade da preza ordenara Dom João de Lencastre fossem restituidos os indios apreendidos, em Pernambuco, aos paulistas.

Assim concluia Morais Navarro a longa primeira missiva, "quando chegou a ordem, já era a maior parte (dos cativos) fugida e os que ficaram no arraial fizeram o mesmo, ficando estes pobres sem o lucro que, a custa de seu sangue, tinham grangeado, pois por causa da excommunhão os não poderam vender, e menos sustentar e pelas esterilidades da campanha não dar lugar a se remediarem a si, quanto mais aos tapuyas, com tanta demora."

Assim, redundara a apreensão em maior somma de sacrificios e durezas impostas aos pobres indios arrancados aos seus ranchos do sertão cearense.

Passando a outra ordem de considerações lembrava Morais Navarro, ao Rei, em sua segunda representação, a aspereza de suas campanhas os perigos de naufragio, a epidemia de bexigas, a morte de muitos oficiaís e soldados do seu terço, a má vontade das autoridades do Rio Grande do Norte, da Paraiba e do Ceará em lhe darem o auxilio ordenado pelo Governador Geral, a protelação dos pagamentos retidos dez mezes em Pernambuco pelos seus inimigos e adversarios, a falta de viveres, a impossibilidade de se abastecer a tropa naquelas terras estereis.

Havia o regimento paulista imenso sofrido. Perdera ele, mestre de campo, o proprio irmão, Fr. Antonio de Jesus, franciscano, unico capelão do terço, a este incorporado por ser grande lingua dos indios, e conventual de Santo Antonio do Rio de Janeiro.

Pedira ao Bispo de Pernambuco outro capelão e ele não se movera.

Se os indios de Jenipapuassú, e outros, ainda, se haviam preparado para o atacar é que estavam perfeitamente infor-

mados do oposição das autoridades do Nordeste aos paulistas. Isto quando diversos chefes tapuias já submetidos haviam despachado mensageiros á Baía para pedirem missionarios.

Num golpe de audacia marchara com 130 homens brancos e 200 tapuias de duvidosa fidelidade. Não quizera deixar a sua base desguarnecida, receioso do assalto dos janduins. Vendo o chefe branco tão fracamente acompanhado atrevera-se o cacique paiacú a vir ao seu encontro.

Repetiu Morais Navarro, com os mesmos pormenores, tudo quanto narrara ao Governador Geral: o que ocorrera no encontro dos brancos e indios, as razões pelas quais agira perfidamente, nada mais tendo feito do que se antecipar ao barbaro. Matara-lhe perto de 400 homens e tomara-lhe mais de 250 prisioneiros em troca da perda de dous homens, mortos, mas de muitos feridos de sua tropa.

Os janduins eram mui ardilosos e velhacos. Muitos deles, batisados, tinham longamente vivido entre os brancos. Alguns até, por estes haviam sido creados sendo no entanto os seus acerrimos inimigos.

Haviam tais traidores planejado o exterminio geral dos colonos do Rio Grande do Norte. Tinham imaginado assaltar o arraial quando este estivesse desfalcado de uma bandeira despachada contra as tribus tapuias dos Caratiús Icós e Caratis que se recusavam "a conhecer a obediencia ao Rei de Portugal".

Contavam que a empresa fosse facil; uma vez tomado o arraial iriam esperar a bandeira voltando do sertão para a exterminarem, fazendo depois o mesmo com as aldeias das missões.

Assim resolvera ele, Navarro, prevenir antes de ter que remediar, atacando os indios perfidos.

Mas sua gente, receiosa de agravar a situação creada pela excomunhão recusara acompanha-lo visto como o Bispo de Pernambuco ordenara a suspensão absoluta de hostilidades.

Tivera pois de limitar-se a prevenir o perigo que o ameaçava.

Avisara os moradores dos riscos que corriam assim como ás duas aldeias de missionarios. Assim haviam os tapuias encontrado a todos de prontidão rigorosa não lhes sendo possivel porêm efeito a "danada intenção" que os movia.

Não tinham porem desistido do sinistro intento voltando agora o alvo de seus maleficios para a aldeia da missão do padre Philipe Bourel.

Atacaram-na mas como ela estivesse guarnecida por um destacamento do terço viram-se repelidos. Não fôra tal circunstancia e certamente a destruiriam.

Contra atacando os barbaros, depois deste sucesso, tinha o terço paulista feito fugir os tapuias depois de vivos combates assinalados por "bastante estrago de uma e outra parte".

Destas refregas haviam provindo alguns tapuias cativos, que os vencedores tinham querido "vender por troco de armas".

Tanto acatava ele, Navarro, o rescrito do diocesano de Pernambuco que escrevera ao vigario de Natal e ao capitão-mór do Rio Grande do Norte pedindo-lhes que impedissem tal venda.

Assim era ele quem inculcava á sua gente a obediencia ás ordens do Prelado.

Frustrados os designios dos tapuias haviam vindo ao arraial alguns de seus chefes a confessar que o grande instigador da sua rebelião fôra e era o proprio Bernardo Vieira de Mello a quem assessoriava seus *fidus Achates* Afonso de Albuquerque Maranhão! "seu parcial e amigo".

Os batidos e afugentados estes andavam longinquamente enbrenhados mas não perderiam por esperar!

Dizia Morais Navarro que com os denunciadores se houvera com toda a prudencia e dissimulação. "reprehendera-os sómente do que haviam feito até chegar o tempo conveniente em que lhes mostraria o rigor que se executava com quem se atreve a offender os vassallos de Sua Magestade".

No momento corria mal a estação tão rigorosa com a força do inverno e a cheia dos rios que não lhe dava lugar de poder buscar os atrevidos agressores.

Mandara estabelecer missões entre os paiacús dizimados e soubera que os urius, "tribu muito inimiga dos brancos" incitava os antigos vassalos de Genipapussú á rebelião convidando-os a marcharem junto contra o proprio mestre de campo. Mas os paiacús entre os quais permanecia um destacamento de paulistas haviam repelido o conselho e até por conta propria atacado e destroçado os aconselhadores.

Á vista disto planejara-se uma expedição contra outras tribus atrevidas como os Icós, Grateus e Caratis. E o cabo que estava entre os paiacús puzera-se a campo perseguindo estes indios por dias e dias atravez de terrenos muito asperos e sofrendo "muita fome e outras impossibilidades."

Espavoridas fugiam as tribus a quem se pretendia castigar, e vendo-se em via de ser atingidas haviam passado para o norte do Ceará na zona das missões estabelecidas pelo governo de Pernambuco, sob cuja jurisdição se achavam.

Á vista de tal a bandeira paulista não as perseguira mais escrevendo a ele, mestre de campo, que respeitariam o territorio pernambucano receiosos de ofender o respectivo diocesano.

Explicava Morais Navarro:

"Resultou escrever eu ao Capitão Mór daquella capitania por saber delle se tinha concedido paz a aquelles tapuyas, e se era debaixo do pretexto de se aldearem e receber missionarios ao que me respondeu que haviam tres mezes lhe haviam mandado pedir a paz e que offerecendo-lhe elle se ausentarem sem a ajustar e mais os não vira. Com que suppunha que obrigados das minhas armas o faziam, e não porque tivessem vontade de sujeitar-se a observar as condições della; e que na certeza disso, conhecia ser tudo nelles fingimento."

Fôra este documento remetido ao Governo Geral do Brasil.

Assim era o proprio governador de Pernambuco quem reconhecia o valor e a eficiencia da atuação do terço paulista!

Terminando datava Morais Navarro o seu extenso relato da campanha do Assú, a 11 de maio de 1700, a lembrar ainda ao Rei quanto não estava ainca concluido a tarefa de se obter a submissão definitiva dos tapuias.

"Esta experiencia mostra quanto será justo seguil-os em outra occasião, em qualquer parte que se recolherem, até com effeito os castigar e destruir, pois o medo os faz sujeitar a abraçar a nossa amizade e seguir no que é justo na obediencia que devem dar a V. Magestade de cuja Real pessoa guarde Deus muitos annos."

CAPITULO XXXIII

PROSSECUÇÃO DO PROCESSO ECLESIASTICO MOVIDO A MORAIS NAVARRO. INESPERADA DECISÃO REGIA. PROTESTOS DO GOVERNADOR GERAL. PARECER DO CONSELHO ULTRAMARINO

Com notavel rapidez, para os tempos que corriam, subiram as queixas dos inimigos de Morais Navarro á presença real. Deu Dom Pedro II inteira razão aos denunciantes do Mestre de Campo.

A 13 de janeiro de 1700 comunicava a D. João de Lencastro que resolvera retirar ao chefe paulista, e a seu terço, do Rio Grande do Norte.

Notificando o caso ao bandeirante escreveu-lhe o Governador Geral, a 6 de abril imediato.

Mostrou-se prodigiosamente aborrecido. Era esta medida tão absurda, tão contraria aos interesses do serviço real que dela apelara para o Conselho da Fazenda a quem representara contra tão perniciosa decisão.

Continuando o seu desafogo explicava o delegado regio que certamente desconhecia Sua Magestade a benemerencia dos serviços do Terço e de seu comandante.

Ele proprio iria representar a Corôa sobre o caso.

Notificando a decisão do Conselho escrevia Lencastro explicando a grande surpreza causada por tal decisão "Parecia-lhe que suppostas as noticias que havia se sustivesse a execução daquella ordem, emquanto elle faria presente ao dito senhor as informações que tinha do bom procedimento de s.m e utilidade daquelles moradores e bom serviço que s.m fazia a Sua Magestade, para o dito senhor ver se as noticias, e queixas, que lhe fizeram eram contrarias á verdade".

Na frota a partir iria a representação enderaçada ao monarca calorosamente.

Queria-a muito documentada. Assim pedia ao seu correspondente lhe enviasse quantos papeis poudesse angariar em sua defesa cartas de missionarios jesuitas e outros.

Ousava Dom João até suspender a execução da ordem regia dizendo ao mestre de campo que se mantivesse em campanha.

"Entretanto Vm. continuará com todo o fervor no exercicio de conquistar esse gentio, que não abraçar a não exceder as ordens e regimento que lhe dei e as que vm. tem de S. Magestade na dita conquista, que eu me não descuidarei, em soccorrer a Vm. e a esse Terço, porque entendo que Vm. se emprega em servir bem ao dito Senhor".

Além da denuncia das autoridades do Rio Grande do Norte haviam subido á presença do Rei outra dos moradores da Capitania, muito desagradavel aos creditos da disciplina da tropa de S. Paulo.

Um topico da mesma carta esclarece-lhe os termos.

"Tambem se queixavam a Sua Magestade os moradores do Rio Grande, de que Vm. com seu Terço se alojavam junto as suas terras e usavam dellas, dizendo-lhe pertenciam na forma de seu contracto: Vm. se isto é verdade (o que não creio) se abstenha de dar a menor occasião de queixa a esses moradores, dando-me Vm. tambem conta do que neste particular passa na verdade, para fazer respostas a S. Magestade".

Terminando, recomendava Dom João o mais absoluto segredo acerca destes fatos com receio de alterações por parte da soldadesca.

E aconselhava muito ao proprio Navarro que escrevesse ao Rei, diretamente, e fizesse os missionarios proceder do mesmo modo. Que se dirigisse até ao proprio padre confessor do Rei! E para maior segurança, fossem estas cartas expedidas em duas vias, por Pernambuco e pela Baía. Desta ultima se encarregaria ele, Governador Geral, pessoalmente.

Aos dous jesuitas na mesma data se dirigiu Dom João pedindo-lhe, com a maior urgencia, atestados em favor de Morais Navarro e a opinião sobre a conveniencia da continuação do terço em campanha.

A 14 de julho seguinte noticiava o provedor a Navarro que as suas cartas haviam partido para a Côrte, com todas as precauções para a sua segurança.

E reiterando os seus modos de vêr de sempre expendia:

"Com os mais papeis e documentos, e com os que já tinha o assento do conselho da fazenda escrevo a Sua Magestade sobre o particular do Terço se conservar nessa capitania.

E sobre o bom procedimento de Vm. quererá Deus, que conhecendo Sua Magestade tenha que agradecer a Vm. o bem que o serve não deixando Vm. contudo, de encaminhar as suas acções ao que fôor melhor serviço de Deus, e de Sua Magestade, tendo vigilancia sobre os soldados não fazerem a menor exacção para que se livre de haver queixas que os inimigos de Vm. possam fomentar".

Em Lisboa fôra a denuncia ter ás mãos dos conselheiros de Marinha e Ultramar. E a causa de Morais Navarro se apresentava mal parada. A 9 de novembro de 1700 denunciara o Padre Miguel de Carvalho o mestre de campo a D. Pedro II fazendo cerradissima carga contra os paulistas.

A este sacerdote incumbira o Rei de aldear os indios teremembés da capitania do Ceará diz-nos Rodolpho Garcia em nota a Varnhagen (III, 299). Era ele irmão de Antonio de Car-

valho Almeida que foi capitão mór do Rio Grande do Norte, esclarece Studart.

Deste documento apenas conhecemos a parte final publi cada por Studart; seu introito parece ter desaparecido.

Afirmava Carvalho que era evidentissima a traição atroz de Navarro contra os paiacús. Estavam em plena paz com os portuguêses, desde muito longos anos. Se no tempo em que vagavam pelas florestas não agrediam os brancos porque haveriam de o fazer agora que se achavam aldeiados e assistidos por missionarios?

Se tencionassem rebelar-se o missionario que entre eles vivia de tal teria ciencia advertindo logo os brancos do perigo que os ameaçava.

Quem no Brasil entre portugueses se arreceiava do contato com indios aldeiados ou submetidos ao governo de missionarios?

Haviam sido os paiacús atrozmente tratados e no entanto ainda assim manifestavam os sentimentos de cordura. "Elles que com tanta applicação se occupavam em fazer casas e Igrejas, e tão sinceramente obedeciam ao seu Padre depois de um tão grande agravo e lamentavel estrago que se lhes fez, fugindo, os que ficavam vivos, para o matto e levando algum gado dos moradores, buscando-os os missionarios e achando-os tão queixosos como claramente se deixa entender, sendo obrigados por elle, não só largarem o gado mas em sua companhia tornaram as suas aldeias e missão".

Sabia de sobra o Mestre de Campo que os paiacús se mantinham do modo mais pacifico nem era impossivel que assim não fosse, vivendo no mesmo sertão e sendo "paulistas, com expeperiencia do trato e modos dos Indios".

Não devia ter dado ouvidos ao janduins, ferozes inimigos dos paiacús, nem aos brancos, que desejavam o exterminio de todos os tapuias, "a cujo respeito leventaram multidões de mentiras que ordinariamente andaram volantes pelos sertões com o nome de *Merandubas* de que os prudentes não faziam caso, e

muito menos os Paulistas que vivem da machavelhice (sic) dellas".

Depois de empregar o curioso derivado do nome do autor d'*O Principe,* forma que se não incorporou ao glossario geral do português aliás, dizia o Padre Carvalho que em todo o caso esta questão ficaria entre Deus e a consciencia do chefe paulista.

O que não se podia admitir era que o Padre João da Costa houvesse induzido o mestre de campo a atacar os indios. Era "religioso dos mais elevados creditos em Pernambuco um dos primeiros sujeitos que se venerava na Santa e religiosa congregação de S. Philippe Nery".

Como missionario creara grande obra. Tanto protestara contra o procedimento do bandeirante que fizera a pé as sessenta leguas existentes entre o local de sua missão e o arraial do Assú tentando salvar da escravidão os aprisionados da chacina de Jenipapuassú.

Não se receiara em meter-se nas matas procurando os dispersos do conflito. Não procederia assim es tivesse culpa, certo de que os indios dele se vingariam.

Chegado ao Assú ali se vira barbaramente descomposto.

Um dos principais argumentos alegados por Morais Navarro era a existencia de certa carta do Padre João da Costa a um dos oficiais de seu terço, o capitão Teodosio da Rocha, carta de cuja leitura se podia inferir que ele, missionario, aconselhara a destruição dos paiacús.

Datava-se de 31 de julho de 1699 e da sua propria aldeia, cinco dias antes, portanto, do exterminio de Jenipapuassú e de sua gente. Depois de se referir ao fornecimento do gado para o terço de Morais Navarro terminava por uma serie de frases sibilinas que se prestam a encontradas suposições.

"Peço a Vm. veja como se obra na materia do escrupulo em que hontem me tocou, que não não tenho escrupulo de que se obre mais de que se obre pouco, por estarem com o temor mui divididos, e como fugiram muitos, vendo se picados podem dar sobre as fazendas e fazerem alguma distruição e ficam levan-

tados, veja-se o que se obra, que a mim me parece que só achando-se muitos juntos se póde fazer nelles alguma cousa: e ainda assim é necessario logo logo outro golpe que corte o resto e se não poem se esta Ribeira em grande perigo.

Deus Nosso Senhor lhe inspire o que melhor for e dê a vm. longos annos de vida para que eu tenha a golria de ser servo de Vm. por muitos annos".

Não pode haver duvida possivel que este topico se refere a uma conversa sobre operações de guerra contra indios e guerra que deveria ser conduzida com muita rapidéz e violencia.

Rebatendo as asserções de Navarro e dos seus, estribados neste documento declarava Miguel de Carvalho que á sua vista provara o Padre João da Costa, solenemente, ao bispo de Pernambuco, que as palavras em apreço de sua carta referiam-se aos Crateus e Icós e nunca aos Paiacús. Tivera a infelicidade da não positivar os nomes; daí a confusão de que perfidamente haviam lançado mão os seus adversarios.

Terminando a denuncia reclamava Miguel de Carvalho ao Rei, para Morais Navarro e os seus, exemplar castigo. Não só pela gravidade do delito "como pelas gravissimas e perniciossimas consequencias dele que bem ponderadas eram as mais odiosas, e as mais opostas "á promulgação do Evangelho que o Demonio podia inventar e as mais contrarias a piedade e justiça de S. Magestade que os seus vassalos podiam obrar".

E solicitava severa e minuciosa correição do Ouvidor da Paraiba tanto no Rio Grande do Norte como no Ceará.

Decorreu o ano de 1700 quasi sem operações de guerra para os paulistas do Assú, paralisados como se achavam com a espectativa da solução regia do caso da denuncia de seu mestre de campo.

A 8 de abril do ano seguinte escrevia o Governador Geral ao Ouvidor Geral da Paraíba, Cristovam Soares Reimão carta que bem pezaroso, certamente, assinou.

"Pela copia da carta incluza Sua Magestade, que Deus guarde, ordena a Vm. prender ao Mestre de Campo dos Paulistas Manuel Alvares de Moraes Navarro, e prezo o remetta a

cadeia de Pernambuco, ou dessa cidade da Parahyba, donde Vm. entender pode o dito Mestre de Campo estar mais seguro, sem risco de fugir e que logo tire Vm. devassa, do estrago que fez com a gente do seu Terço, nos Tapuyas da nação Payacús, que estavam cituados na Ribeira, de Jaguaribe recommendando o dito Senhor muito particularmente o effeito, e segredo desta diligencia: pelo que ordeno a Vm. que com aquelle zelo e cuidado, com que costuma empregar-se no serviço de Sua Magestade, em execução de suas reaes ordens, execute logo esta diligencia, havendo-se nella de sorte que a dita prisão se consiga com effeito sem que na gente do Terço possa haver a menor alteração, procedendo em tudo segundo as ordens que Vm tinha do dito Senhor sobre este particular".

Uma vez efetuada a prisão entregaria o magistrado ao Mestre de Campo uma carta, em mãos, e outra ao seu sargento-mór, e de tudo tiraria certidões.

E não se fartava em recomendar a maxima discreção e segredo ao executar a prisão do chefe militar.

A carta a Morais Navarro é nova demonstração do enorme apreço em que Lencastro o tinha. Mostrava-se a mais confortadora e merece transcrição na integra.

"Sua Magestade, que Deus, guarde, movido das repetidas queixas, que se lhe representaram das insolencias que se diz obrara Vm., com a gente do seu Terço, nos Tapuyas da nação Payacús, manda prender a Vm. pelo ouvidor da cidade da Parahiba.

E supposta sas boas informações que sempre tive de Vm. me persuado que agora se qualificará melhor o procedimento de Vm. e do seu Terço e se verá Vm. não excedeu as ordens de Sua Magestade nem obrou cousa alguma contra seu Real serviço, em dano e prejuizo de seus moradores como repetidas vezes recommendei a Vm. nas cartas que lhe escrevi; ao que sempre me persuadi pelas varias informações que tive de muitas pessoas fidedignas dessa capitania e dos Missionarios e sendo estas verdadeiras, poderá Vm. confiar em Deus, que seja tudo para maior credito de Vm. a quem por hora só digo que Vm. neste

particular se haja, como toda a prudencia, e que Deus o ha de livrar de seus inimigos, para que Sua Magestade conheça o bem que Vm. se tem empregado em seu serviço".

Mais eloquente não podia ser esta missiva em tempos de tamanho respeito e acatamento ás decisões regias.

Ao lugar tenente de Morais Navarro, seu irmão Joseph de Morais Navarro, significava ao mesmo tempo o Governador Geral as ordens do Soberano.

Abalasse com o seu terço de arraial do Assú e "fosse assistir no sertão entre o Ceará e o Rio Parahyba, para combater os rebeldes Taramambazes e mais nações barbaras existentes na quelles sertões, de cento e dez leguas de distancia indios que impediam as communicações entre os Estados do Brasil e do Maranhão".

Se acaso não partisse passasse o comando ao capitão mais antigo do regimento. Guardar-se-ia o regimento fornecido ao Mestre de Campo.

Recomendava D. João a mais severa disciplina entre soldados e oficiais e a abstenção de toda e qualquer violencia contra os moradores.

Nem uma unica palavra acerca do abastecimento e apetrechamento daqueles homens que iam combater num sertão enorme! Que se arrumassem como pudessem!

Escrevendo a 30 de maio seguinte ao seu primo, o governador de Pernambuco, communicava-lhe D. João a ordem de prisão de Navarro, sob segredo, misterio este que se não conservara pois tudo soubera logo o publico.

Comentando estes fatos expendia:

"Queira Deus que os que tanto trabalharam por fazer sahir o dito Terço da capitania do Rio Grande, por razões particulares se não arrependam algum dia".

A principal determinante da atuação regia fora a denuncia violenta do bispo Dom Frei Francisco de Lima, a 29 de junho de 1700.

Ao Rei pela Junta das Missões dera conta pormenorisada do "lastimoso estrago" feito por Morais Navarro nos Paiacús.

Entre suas quatrocentas vitimas avultavam muitos batisados e catecumenos já quasi batisados.

Procedera com verdadeira atrocidade contra os miseros indios, vivendo, havia cinco anos, em perfeita paz com os portugueses. Procedera o chefe paulista "tão impia quanto oppostamente ás leis e ordens que Sua Magestade, levado de seu tão christão piedoso zelo, mandara sobre o tratamento do gentio".

Ordenara-se severa devassa, por parte da justiça eclesiastica, processo ora remetido ao Conselho Ultramarino.

O final da carta traz precioso topico para o aclaramento da biografia assaz obscura de Domingos Afonso Sertão.

"Ao mesmo Conselho remetto um Sumario de testemunhas sobre mandar Domingos Affonso Certão, que vive na Bahia, por um seu sobrinho, chamado Domingos Affonso Serra impedir a erecção da Parochia do Piahuy, e derribar todos os ranchos que estavam levantados, para a fabrica da dita Igreja: estes dous homens sobre ser a sua vida escandalosa, portaram-se com tal soltura, a atrevimento como se fossem regulos: as suas maldades insolencias não se podem referir sem horror e continuarão nas mesmas se as não atalhar a justiça com que S. Magestade as procura evitar".

Tão aereas eram, frequentemente, as decisões regias acerca das cousas do Brasil que D. João de Lencastro, em sua carta de 30 de maio de 1701, perguntava ao governador de Pernambuco se El Rei lhe dera instruções para a continuação do abastecimento do Terço de Lencastre. A ele nem uma unica palavra dissera a tal respeito.

Cousa sumaria este deslocamento da tropa paulista do Assú para o centro do Piauí em distancia de 110 leguas! Ora, filosofariam os ministros de Pedro II eram paulistas! mateiros insignes. Que se sustentassem de mel de abelhas silvestres e das raizes de paus de digestão "os seus celebres *guaribás!*

Surprezo do desfecho de sua questão escrevia Morais Navarro ao protetor e amigo expondo-lhe as queixas e este, a 21 de junho de 1701, tratava de o consolar.

"Seguro-lhe que sinto muito os seus pezares, porém, como estes são occasionados pelo odio dos seus emulos, arguindo o falsamente contra o seu procedimento espero em Deus, que de todo ha vm. de se livrar com muita gloria, pois na justiça, e clemencia de S. Magestade, a Quem Deus guarde, tem Vm. o mais seguro defensor das suas acções. sendo estas tão notoriamente conhecidas em toda a parte, dos que as vem sem as nevoas do odio e da inveja.

Já escrevi a Vm. se sujeitasse com promta obediencia, a prisão que S. Magestade é serviço mandar-lhe fazer, e que ficasse governando esse Terço, o seu sargento-mór".

Recebera os documentos de defesa do oficial e assegurava-lhe que faria toda a força para que os paulistas recebessem tudo quanto lhes era devido.

E terminando dava o Governador Geral nova demonstração da firmeza de seu apoio. "Segure-se Vm. em todo quanto estiver na minha mão, hei de obrar a seu respeito, porque sempre fui muito amigo do valor, aos soldados tão honrados e bem procedidos, com Vm. é".

Vinham os fatos dar toda a razão ao clarividente D. João de Lencastro.

Participara-lhe D. Fernando de Mascarenhas que o terço paulista não podia sair do Assú, á vista da atitude sobremodo hostil dos indios do Rio Grande do Norte.

Tambem não podia socorre-lo com dinheiro pois para tanto não tinha ordens regias especiais.

Respondendo-lhe dizia D. João de Lencastro que movidos por falsas informações aconselhavam os ministros de Sua Magestade a dissolução do terço.

E comentando tal desserviço á Corôa comentava:

"Tudo quanto me foi possivel, trabalhei des que tomei posse do Governo geral deste Estado, por deixar, não só os moradores da capitania do Rio Grande, se não tambem os das mais circumvizinhas livres dos estragos e hostilidades, com que os Barbaros daquelles sertões os oprimiam e é certo que se o dito

terço não tivera as contradições que experimentou estariam todos vivendo com o socego, e descanso, que eu lhes havia procurado algum dia, conhecerá Sua Magestade, a verdade do zelo com que lhe fallei sobre este particular de tantas consequencias para a conservação de todas as capitanias de Pernambuco. Do que se resolver no dito começo farei logo aviso a V. S.".

Para efetuar a prisão de Morais Navarro, fez-se o Ouvidor Geral paraíbano Cristovam Soares Reimão acompanhar de quarenta soldados.

Fraca tropa para dominar quem governava quatrocentos sertanistas adestrados em longas campanhas.

Determinara a Ordem Regia que a tal diligencia envolvesse todo o misterio acompanhando ao magistrado o seu escrivão Manuel da Rocha Lima. Mas o mestre de Campo não ofereceu a menor resistencia. Deixou-se levar preso para Pernambuco onde o recolheram ao seguro da cadeia.

"E com tal recato, pelo menos nos primeiros tempos, contanos Studart, á vista da documentação, que, por deixal-o andar solto alguns dias, o respectivo carcereiro foi condemnado á multa de vinte mil réis (para o tempo enorme) e dous annos de degredo, segundo se vê de uma carta do Ouvidor da Parahyba, em data de 10 de setembro de 1701".

CAPITULO XXXIV

O ENCARCERAMENTO DE MORAIS NAVARRO. O SEU RELATIVO AFASTAMENTO DO COMANDO DO TERÇO DE LENCASTRO. PROVIDENCIAS DO GOVERNO GERAL PARA O PAGAMENTO DOS ANOS DE SOLDO DEVIDOS AOS PAULISTAS.

Quanto tempo terá o mestre de campo permanecido encarcerado? E' omissa a documentação acerca de tal prazo.

A 18 de agosto de 1702 já talvez não estivesse preso embora ainda privado de seu comando pois deste dia data uma carta de Dom Rodrigo da Costa a "Manuel Alvares de Moraes Navarro, Mestre de Campo dos Paulistas" avisando o de que mandara 33 mil cruzados (13:200$000) dos soldos atrazados do seu terço. Este dinheiro ia para o Rio Grande do Norte, na fragata dos jesuitas, e os oficiais da fazenda real daquela capitania tinham ordens formais de efetuar o imediato pagamento.

Expressivas são estas palavras, de grande simpatia.

"Sinto que Vm. se ache ainda impedido, para não estar exercendo o seu posto, donde sei, se tem Vm. havido com tanto acerto no serviço de S. Magestade, que Deus guarde como merecia a confiança que o dito Senhor fez da sua pessoa para a

conquista dos Barbaros daquella capitania: tudo o para que eu valer nos augmentos de Vm. o farei com muito grande vontade e com a mesma me hão de achar os officiaes e soldados do seu Terço".

Gabara Manuel Alvares ao novo Governador Geral a atitude do governador de Pernambuco e Dom Rodrigo da Costa a 14 de junho de 1703 louvava-o do criterio com que queria conservar os pauilstas em seu arraial "para freio das insolencias com que os barbaros molestavam e aruinavam aquelles povos".

Autorizava Morais Navarro a entender-se com o Governador acerca de tudo quanto se relacionasse aos negocios do seu Terço.

Endereçara-lhe o sargento mór comandante interino uma representação de seus soldados. Pediam instantemente a mudança do local do seu acampamento pessimamente servido de agua e em terra esteril para o local onde Matias Cardoso tivera tranqueira, lugar muito mais "cheio de conveniencias". Não havia prejuizo algum para as operações militares pois a distancia entre os dous pontos vinha a ser pequena.

Pedia Dom Rodrigo que o Governador pernambucano examinasse bem a questão e dela lhe desse informação exata pois nada sabia a respeito.

Ha na documentação uma lacuna que seria de toda a importancia poder preencher-se: o relatorio do sargento-mór Joseph de Morais Navarro, ao Governador Geral sobre as cousas da campanha e mais particulares do Terço, oficio este que parece extraviado.

Escrevendo a Manuel Alvares de Morais Navarro no dia 15 de junho de 1703 fazia Dom Rodrigo muitas alusões a este papel lembrando a leitura de documentos assinados pelo ilustre jesuita Padre Estanislau de Campos.

Mostrava-se agastado por que Morais Navarro transmitindo ao seu sargento mór ordens a serem cumpridas, provindas do governador de Pernambuco, não esperara o beneplacito dele Governador Geral.

Era isto contra a disposição expressa do regimento que recebera de Dom João de Lencastro.

Rispidamente advertia-o D. Rodrigo cioso de sua autoridade: "nas materias de jurisdição, não pódem os subditos obrar cousa alguma, sem que seja por ordem do Superior a quem ella toca, ainda que no seguimento a quem se permite, concorram todas as circumstancias que eu venero, e reconheço na pessoa do dito governador".

Nos casos que requeriam urgente remedio deveria haver conselho de guerra entre o governador pernambucano, o mestre de campo e vogais que seriam cabos de guerra experimentados nas campanhas contra o gentio. Exigia porém que pelo primeiro correio de tudo lhe mandassem pormenorizada noticia.

A 10 de março de 1703 queixava-se o sargento mór do Terço de Lencastre de graves irregularidades havidas no pagamento de soldos, seus e de sua gente, por parte do Provedor da Fazenda do Rio Grande do Norte.

Deviam-se á tropa tres anos de atrazados e já corria o quarto sem que houvesse sinal algum de satisfação das obrigações da Fazenda Real.

Pagara o Provedor dous anos mas ao querer efetuar o que correspondia ao terceiro o mestre de campo, presente ao pagamento, se opuzera a isto dizendo-lhe devia entregar-lhe o tal dinheiro para se cobrir da despesa, realizada com a infantaria por conta desse terceiro ano.

Recusara-se o Provedor a lhe entregar o dinheiro e suspendera o pagamento.

Respondendo ao sargento mór mostrava-se Dom Rodrigo surprezo.

Infelizmente não diz a sua carta quem seria o mestre de campo mas a nosso ver não pode ter este sido senão o proprio Morais Navarro cuja atitude ele Governador extranhara sobremaneira mandando pedir-lhe explicações.

Remediando a esta exquesita situação declarava o Governador Geral que mandara o Provedor da Real Fazenda pagar o terceiro ano sem discussão possivel. Se houvesse falta

de numerario satisfizesse primeiro o soldo das praças deixando para o fim o dos mais altos postos.

Viera depois carta de Morais Navarro avisando que remetera numerario para a satisfação do pret do terceiro ano como ordenara subsequentemente. Devia-se porém aos oficiais.

As penas disciplinares reclamadas para alguns destes seriam estudadas e aplicadas.

Mostrava-se D. João de Lencastro de longe, de além Atlantico interessado por saber das particularidades da existencia de Terço que lhe tomara o nome. Correspondia-se com o seu comando e assegurava Dom Rodrigo que as cartas do sargento mór seriam religiosamente enviadas ao ex-governador Geral do Brasil. Deviam tambem ser contemplados na paga os indios da aldeia Cajurú que o seu superior armara receioso da hostilidade dos tapuias do sertão.

"Ordeno, que constando-lhe que os ditos Indios estavam em defença daquella Aldeia lhes paguem o que tiverem vencido, como tambem aos que morreram e se ausentaram havendo as clarezas necessarias, com que satisfazer as duvidas que é obrigado a por o provedor e escrivão da fazenda."

Faria o Governo Geral todo o possivel para pôr em dia os atrazados e esperava logo poder mandar novo suprimento de dinheiro. Afirmasse o comando aos seus soldados a promessa e o empenho do delegado regio.

Ao sargento mór significava Dom Rodrigo, ao mesmo tempo, que queria saber de todas as providencias tomadas para a campanha. E a tal proposito explicava-lhe quão pouco apreciara a atitude de Morais Navarro em obedecer ao governador de Pernambuco antes de obter o placet da suprema-autoridade do Estado do Brasil.

Para a promoção dos oficiais exigia o exato cumprimento do regimento do Terço; assim não aprovava a de um alferes, aliás oficial de muito valor. Isto á vista de certas irregularidades.

Estava o Governador de Pernambuco autorizado a resolver a seu arbitrio o caso da mudança da séde do acampamento.

Excusando-se de haver deixado de comunicar ao Governo Geral, previamente, as ordens recebidas do governador pernambucano explicava Manuel Alvares de Morais Navarro a Dom Rodrigo da Costa que assim procedera porque a tanto o autorizara não só a praxe estabelecida por Dom João de Lencastro como até pelo proprio Rei.

Respingou o novo Governador Geral, rispidamente por carta de 17 de setembro de 1703.

As ordens a que devia obedecer haviam expirado com a saida de Lencastro. Assim lhe notificava que não admitia quebra da injunção feita.

"De tudo quanto se decidisse sobre o Governo dos Barbaros queria particular conta para o ter entendido".

Acerca da liquidação dos debitos particulares da tropa para com credores civis devia o mestre de campo providenciar para que na ocasião do saldamento do soldo passasse o dinheiro das mãos das praças ás dos sargentos encarregados da liquidação de contas.

Diversas providencias pedidas por Navarro foram atendidas pelo seu poderoso correspondente que ainda lhe mandou a solução para varios casos atinentes á vida do regimento.

Um destes atos versou sobre o provimento de uma das companhias do terço por certo Capitão Francisco de Lemos Matoso seu antigo comandante. Afastado do comando, declara que dele não fizera deixação e assim agora o reclamava. Atendido fora apezar da vaga ter sido provida por Morais Navarro em seu proprio filho.

Para não melindrar o bandeirante prometia lhe Dom Rodrigo da Costa que ao moço deslocado do posto "accomodaria na primeira occasião".

Continuava Navarro afastado do seu regimento. É o que se infere dos topicos seguintes:

"Sinto não poder conceder licença que Vm. me pede, para o dito sargento maior se ir curar a sua Patria pelas grandes

distancias em que ella está: mas porque não deixe de procurar o remedio a sua saúde lhe concedo a dita licença para o vir fazer ao Rio Grande, ou Pernambuco, depois de vm. estar no Arraial, por não ser justo que fique aquelle Terço em uma campanha sem Mestre de Campo nem sargento mór do que poderia resultar muitos inconvenientes ao serviço de Sua Magestade".

Quem seria este sargento mór não sabemos dize-lo. Quiçá Joseph o irmão de Morais Navarro.

Quasi ao assinar a assás longa missiva lembrava dom Rodrigo que dentro de um mês se venceriam dous anos de soldo dos atrazados da tropa de S. Paulo: Mas estava ele atento e o dinheiro iria para o completo saldamento desta divida de Sua Magestade para com tão bravo e fieis vassalos.

Era homem amigo da lisura das contas o novo Governador Geral do Brasil. E da pontualidade dos pagamentos. Já algum tempo antes prevenira a Morais Navarro que o autorizaria, para pagar a sua tropa, a tomar dinheiro de particulares. Remetesse, logo, os documentos relativos a estes emprestimos, á Provedoria Real da Baía, afim de que esta saldasse tais compromissos com a brevidade possivel.

280

CAPITULO XXXV

OS ULTIMOS ANOS DE MORAIS NAVARRO. REPARAÇÃO REGIA. QUESTÕES COM A CASA DA TORRE. PERMANENCIA NAS MINAS GERAIS. OS CASAMENTOS DO BANDEIRANTE — SUA DESCENDENCIA

Livre de culpa e pena voltou Manuel Alvares de Morais Navarro ao comando do seu querido terço de Lencastre, sempre acampado no presidio do Assú.

E o Rei grato aos serviços do notavel cabo de guerra deulhe grande recompensa: doou-lhe o oficio de Escrivão dos orfãos da cidade da Baía, rendoso como nenhum outro do Brasil em seu tempo.

"Declarava Dom Pedro II, a 30 de agosto de 1704, que tendo respeito ao facto delle se achar occupado em seu serviço real como mestre de campo do terço dos paulistas e assistindo no presidio do Assú, concedia-lhe faculdades para poder nomear pessoa que servisse o officio de que era proprietario a satisfações porém do Governador Geral do Estado do Brasil".

(Chancelaria de D. Pedro II, livro 29 p. 230)

A 19 de março de 1705 mandava o Governador Geral D. Rodrigo da Costa que se lhe expedisse carta, a proposito de

grave queixa a ele endereçada por Leonor Pereira Marinho e Garcia de Avila Pereira, viúva e filho de Francisco Dias de Avila, segundo do nome e celebre sertanista, a mais notavel figura do bandeirantismo baiano como se sabe.

Queixavam se de que o mestre de campo queria espolia-los de propriedade legitimamente sua, terras de que estavam de posse, por si, e por seus antepassados como os distritos de Pinhancó, Piranhas, Assú, Jaguaribe, e mais sertões a eles pertencentes. Á sua custa os haviam descoberto, lançando deles o Gentio brabo, com grande despesa de sua fazenda. Neles se sustentavam até o presente, sem contradição de pessoa alguma, tendo os mesmos sertões que lhes pertenciam sempre povoados.

Á vista das certidões apresentadas julgava D. Rodrigo procedente a queixa. Havia positiva invasão por parte do mestre de campo. Invocara ele o pretexto de que tais terras eram suas como legitimas pelo fato de as ter conquistado aos tapuias.

Asperamente advertia o Governador Geral "não parece justo queira Vm. violentamente, e com o poder de seu cargo, privar ao direitos Senhorios do que a Vm. nunca pôde pertencer e assim ordeno a Vm., da parte de Sua Magestade, que Deus guarde, não dê occasião a esta Senhora e a seu filho a maiores queixas, e os deixe livremente usar de tudo o que lhes toca, na forma que até aqui o tem feito."

Qual teria sido a atitude do advertido em face de tão formal advertencia? Que respeito terá consagrado á propriedade daquela senhora da Torre que se dizia dona de centenas de milhares de quilometros quadrados? Não conhecemos documentação que deslinde o caso mas tudo faz crer que ás palavras de D. Rodrigo deu Morais Navarro a atenção a que se refere o proloquio relativo aos sons que passam de ouvido a ouvido. Não estivesse no Brasil dos albores setecentistas!

Pedira Morais Navarro licença ao monarca para revér a terra natal, da qual, desde quinze anos, ausentara-se e a 4 de

novembro de 1735 era o seu requerimento deferido (Ibid, p. 166).

"Tendo respeito ao que se me representou por parte do Mestre de Campo Manuel Alvares de Morais Navarro em razão de se achar ausente de sua casa e familia ha muitos annos, e necessitar de ir a S. Paulo donde é natural, e deixou sua mulher e filhos, assim para ajustar suas contas e pagar suas dividas como para se refazer de alguns cabedaes e mudar sua casa e sitio em que me está servindo, pedindo-me para o poder fazer assim licença, e tendo a tudo consideração Hei por bem conceder lhe licença por tempo de um anno para ir a sua patria tratar do que necessita."

Enquanto o bandeirante gastava os anos nos sertões adustos do Assú em fronteira contra os barbaros muitos dos seus patricios se enriqueciam minerando no territorio das Minas Gerais. Indo a S. Paulo, certamente, deixou-se influenciar por aquele ambiente de entusiasmo coletivo em prol da mineração. E assim algum tempo mais tarde vemo-lo em Serro Frio, mercê de um documento descoberto por Studart. De Sabará a 6 de fevereiro de 1711 expedia Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho capitão general governador da recentissima capitania de S. Paulo e Minas de Ouro, uma provisão a seu respeito.

Informado de que no distrito do Serro do Frio haviam ocorrido varias inquietações e desordens ocasionadas a proposito de contendas de jurisdição, entre o Coronel Manuel Correa Arzão, e Geraldo Domingues de que mandava tomar conhecimento pelo Capitão Garcia Roiz Velho e achando-se naquele dito distrito, de presente, com licença de Sua Magestade quem Deus guardasse Manoel Alves de Morais Navarro, mestre de campo pago de um Terço de jurisdição e governo de Pernambuco entendia necessario que o distrito fosse encarregado embora provisoriamente a pessoa de suposição, e respeito que o governasse conservando os povos pacificos e obedientes.

"Fio do dito mestre de campo o executará como bom Soldado concluia o Capitão General e hei por bem e por serviço de Sua Magestade, que Deus guarde, encarregalo do dito governo do districto do Serro do frio, que exercitará emquanto eu não mandar o Contrario para o que lhe dou toda jurisdição necessaria e ordem a todos aquelles moradores, superintendentes, cabos e officiaes de guerra obedeçam, em tudo, ao dito mestre de campo Manoel Alves Moraes Navarro e lhe guardem as suas ordens como devem e são obrigados; e esta minha ordem se registará na Secretaria deste governo e superintendencia do dito districto do Serro do frio".

Quanto tempo terá Morais Navarro assistido em Minas, não sabemos dize-lo. Sentia-se porém para sempre radicado á vida do Nordeste. Assim voltou para Pernambuco e já idoso ainda combateu os indios nas mesmas campanhas do Assú onde tanto se celebrizara. Em 1732 pedia que lhe concedessem a desobriga total da responsabilidade do armamento que da Fazenda Real recebera para as suas expedições.

E nesta ocasião relatava que estivera á testa do seu terço dezessete anos.

Pitorescos e curiosos os textos de sua petição.

"Senhor: Diz Manoel Alves de Moraes Navarro, Mestre de Campo pago, que foi do Terço da Campanha do Assú, que encarregando lhe Vossa Magestade a guerra do Gentio Barbaro que infestava aquelles districtos se lhe entregaram na Bahia duzentas e vinte sete armas de fogo e em Pernambuco cento e cincoenta para com ellas se armarem os soldados e Indios e fazer-se a guerra e no decurso de dezesete annos em que se continuou em a qual ficaram extinctos quasi todos os Barbaros e restaurados aquelles Sertões em muita utilidade do Brasil se perderam dusentas das ditas armas pouco mais ou menos, umas em varios encontros do inimigo, outras em algum incendio que houve nos Arraiaes e a maior parte as levaram os que fugiam da dita Campanha por ser muito esteril para as partes do Ceará, Maranhão e Minas que por muito distantes se não podiam colher, e de nenhuma sorte evitar

o levarem as armas pois actualmente as traziam nas mãos, para se defenderem das invasões dos Barbaros por ser uma guerra viva como se experimentou no anno de 1720 quando todos os Tapuias invadiram o Arrayal de Ferreiro torto, querendo matar aos que nelle assistiam e senhorearem se da polvora e destruirem toda a Capitania do Rio Grande o que conseguiriam se não achassem a Infantaria com valorosa defensa tendo para isso as armas promptas que se estivessem em Armazem ou nos quarteis os Supplicantes seriam primiero destruidos antes que dellas se valessem, o que tudo melhor consta da justificação que apresenta e por tão justos motivos deve Vossa Magestade permittir que se leve ao Supplicante em conta em a Provedoria do Rio Grande as armas que faltaram no decurso da Campanha as quaes o Supplicante está obrigado, que pouco mais ou menos serão duzentas, pois o mesmo já tem observado em outras Capitanias. Pede a V. Magestade, attendendo tão justo requerimento seja servido Mandar se desobrigue o Supplicante na Provedoria do Rio Grande as armas que faltam, consumidas na Campanha e fuga dos Soldados pois em o Serviço de Vossa Magestade e utilidade daquelles Districtos e melhor consta dos documentos que apresenta".

Concluindo os seus preciosos apontamentos sobre o grande bandeirante escreve o Barão de Studart:

"Casou tres vezes, sendo uma em S. Paulo e duas em Pernambuco, onde falleceu em edade muito avançada. A primeira vez com Maria de Oliveira, filha de Manoel de AmorimFalcão e de sua mulher Luiza de Oliveira, naturaes de S. Paulo; a segunda com Ignez Barbalho Lins, filha de Antonio Borges Uchoa e Anna Maria de Mello, filha de Leandro Pacheco Falcão e de sua mulher Maria Anna de Mello, e a terceira com Thereza de Jesus Lins, filha de Christovam Lins e de sua mulher Adriana Wanderley.

Do segundo casamento teve um filho unico Manoel Alvares de Moraes Navarro Lins, que foi capitão de ordenanças, commandante da freguezia de Maranguape, juiz de fóra e de orphãos e vereador da Camara de Olinda e do terceiro teve:

Anna Francisca Xavier, notavel pelos dons do espirito, de quem trata com louvores, Loreto Couto, a qual casou com o Doutor em medicina João Luiz da Serra Cavalcante, filho do Capitão Pedro Coelho Pinto, fallecido em 1776 com 96 annos e de sua primeira mulher Romualda Cavalcante, filha de D. João Luiz da Serra; Izabel Thereza de Moraes Lins, que casou com o Doutor Manoel de Araujo Cavalcante procurador da Fazenda e coroa em Pernambuco, irmão de João Luiz; Maria de Moraes Lins, que casou com Antonio de Araujo Vasconcellos, senhor do engenho Massupinho do termo de Iguarassú e Adriana Wanderley, que casou cerca de 1755 com seu parente Gonçalo José Cavalcanti de Albuquerque filho de Manuel de Barros Cavalcante, fidalgo da Casa Real.

Moraes Navarro era Cavalleiro da Ordem de Christo. Dos livros da Misericordia de Olinda consta que foi Irmão Provedor a 5 de Julho de 1731 e dos da Camara da mesma cidade vereador mais velho em 1736 e 1745.

A publicação recente da *Nobiliarchia Pernambucana* de Antonio José Victoriano Borges de Fonseca, benemerita iniciativa de Rodolpho Garcia, trouxe o conhecimento de varias referencias ao vencedor dos tapuyas.

Assim sabemos que Moraes Navarro teve do primeiro matrimonio um filho e homonymo nascido em S. Paulo que se casou com D. Adriana de Almeida Uchoa, irmão de sua primeira madrasta D. Ignez Barbalho Lins. A elle não se refere Studart.

Passou mais tarde a ser sogro do seu irmão Manuel Alvares de Moraes Navarro Lins casado com sua sobrinha e prima D. Anna Maria de Moraes Uchoa.

Não parece ter deixado de si noticia de relevo. No seu engenho de Paratybe nas vizinhanças do Recife que por sua causa ficou sendo conhecido por Engenho do Paulista envelheceu Moraes Navarro que chegou como tantos dos maiores *calções de couro* a provecta idade. Ainda vivia em 1745 provavelmente octogenario já.

De seus filhos deixou bella reputação de intelligencia Anna Francisca Xavier, casada com o Dr. João Luiz da Serra.

Contemporanea de Dom Domingos do Loreto Couto della escreveu este chronista nos *Desaggravos do Brasil e Golrias de Pernambuco* "fala com toda a elegancia os idiomas Latino e Castelhano, tem grande Lição da Historia, e é celebre na promptidão com que discorre sobre qualquer materia.

Tem composto muitos elogios latinos a diversos assumptos, dignos certamente da luz publica".

CAPITULO XXXVI

ULTIMOS ÉCOS DA ASSISTENCIA DE JOÃO AMARO MACIEL PARENTE EM TERRAS DA BAÍA E SUA MISSÃO DE FISCALIZAR OS DESCAMINHOS DO OURO. RETIRADA PARA AS TERRAS AURIFERAS. MORTE DE JOÃO AMARO

A obra de Estevão Ribeiro Baião Parente, que na Baía faleceu em 1679, não foi definitiva, como queria fazer crêr o secretario do Conselho Ultramarino nas informações que em Lisboa prestou, a 6 de junho de 1674, escreve Pedro Calmon.

"Vinte anos depois, houve de marchar de São Paulo contra os mesmos caboclos João Amaro Maciel Parente, em aliança de esforços com o capitão Matias Cardoso "com um corpo de adestrados caçadores, sendo a maior parte indios ensinados".

Chamara-o, como ao pai, o governador geral, justamente atemorisado com o morticinio de familias inteiras no fitão litoraneo do sul e a repetição das audacias punidas pelos seus antecessores. Veio João Amaro com a paga de oito mil cruzados e completou o que 1673 não se concluira abrindo sangreno caminho deste a costa meridional ao alto São Francisco, com o desbarato e a dissolução dos nodulos selvagens.

De tal forma cumpriu o prometido, que se lhe deu importante donataria de 20 leguas (1698), onde levantou a *vila de João Amaro*, que vendeu a Manuel de Araujo Aragão, quando deixou o sertão da Baía".

Quer-nos parecer que a data citada pelo brilhante historiador baiano seja a de uma confirmação de mercê anterior, pois que a 16 de maio de 1696 se registrava na Baía o "Alvará pelo qual Sua Magestade fazia a João Amaro Maciel Parente do titulo de Donatario da villa que seu Pae Estevam Bayão Parente começou a erigir de novo". (of Borges de Barros, *Bandeirantes e sertanistas baianos*, 25?).

Afirma Borges de Barros, ainda, e nesta mesma obra que da documentação baiana se infere quanto João Amaro a testa de um corpo de adestrados caçadores de homens em sua maioria indios ensinados, moveu durante longos anos tremenda perseguição aos restos dos guerns que seu pai começara a exterminar.

"Percorreu a costa sul, atravessou as mattas de Ilheus, os rios Pardo, Jequitinhonha, Salsa e foi ao São Francisco, matando selvagens, destruindo aldeias e abrindo estradas."

Curioso que Capistrano nos *Caminhos do Brasil* apenas se refira incidentemente ao filho de Estevam Ribeiro Bayão Parente talvez tão notavel quanto o Pai.

Quando se retirou João Amaro das terras baianas é que não sabemos dizer.

Comparticipou do grande rush aurifero mas não na primeira fase.

Ainda em fins de 1705, a 31 de outubro o Governador Geral Luiz Cesar de Menezes para ele apelava afim de impedir que continuasse a emigração da Baía para as terras do ouro de S. Paulo.

Assim lhe escrevia:

"Por ser informado que os comboios, que vão para as minas do ouro de S. Paulo, passam pela estrada, ou pouco mais desviados dessa villa, donde Vm. assiste, e ser conveniente, as-

sim ao serviço de Sua Magestade que Deus guarde como a utilidade publica, do bem commum, evitar se este tam grande prejuizo o que só poderei conseguir como desejo, tomando Vm. muito por sua conta prender todas e quaesquer pessoas, que por esses districtos forem com os ditos comboios, dos quaes Vm. fará hua lista, com toda a clareza e distincção, em que se á de assinar com algumas testemunhas que remetterá ao Provedor mor da fazenda com tudo o que se tomar e somente ficarão os cavallos até se mandar tomar entrega delles".

Metade da bagagem apreendida restaria em poder do bandeirante, os presos ele os encaminharia á cadeia da Baía, com toda a segurança. Para esta diligencia sabia o Governador que ele dispunha de gente e indios. Não poupasse esforços no sentido de se fazer este serviço a Sua Magestade.

E pedia-lhe ainda que o informasse sobre a existencia propalada de outro caminho por onde se dava a evasão dos famelicos do ouro.

Respondeu João Amaro pondo se á inteira disposição do governo, para esta comissão. E ministrava informações em resposta á consulta recebida.

Participava-lhe Luiz Cesar, a 19 de dezembro de 1705, que já tomara algumas providencias oriundas das informações do fiel vassalo a quem fazia novos e estrondosos elogios.

"Para defender o caminho da Jacobina que Vm. me aponta, mando logo as ordens necessarias ao Capitão mor das Entradas Damião Cosme de Faria; se eu delle tivera o conceito que formo de Vm. pelas honradas informações que se me tem dado do seu bom procedimento, ficara como seguro de que se evitasse os taes comboios e como a metade de tudo o que nelles se toma, é de quem os prizionar pode esta conveniencia fazer mais suave o trabalho dos que se empregarem nesta occupação, e no que eu valer me achará Vm. com mui boa vontade, para os seus particulares".

Parece que João Amaro desenvolveu a maior atividade em obstar a marcha dos emigrantes para as Minas, pondo-se pessoalmente a campo e despachando destacamentos sob as or-

dens de oficiais de confiança, como o seu sobrinho Damasio Coelho de Pina.

Devia aliás este Pina ser sobrinho afim do bandeirante Pelo menos os seus apelidos não se enquadram de todo na onomastica paulista antiga. Era ele filho do capitão mor Marcelino Coelho Bittencourt que em 1690, di-lo Capistrano nos *Caminhos antigos do Brazil,* combatia os indios no alto Rio das Contas e cunhado de outro sertanista valoroso, André da Rocha Pinto.

Corrige Pedro Calmon o nome deste Pina para Damaso Coelho Pinho (of. A Conquista, 52). E a seu respeito refere diversas particularidades como sejam a assistencia a Antonio Veloso da Silva, em 1732, em sua campanha contra os indios do Jussiape, a exploração dos sertões dos maracás e mais tarde a cooperação ás emprezas do ilustre sertanista Pedro Barbosa Leal.

Damasio Coelho de Pina, chama-lhe em todo o caso, os dous documentos do codice n.º (1-4, 1, 46) da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que manuseamos "sobrinho de Vossa Mercê" escreve Luiz Cezar de Menezes a João Amaro.

Quanto a André da Rocha Pinto cunhado de Pina ou Pinho é ele figura de relevo do sertanismo da Baía.

Em 1732 batia-se entre o Pardo e o Rio de Contas com os *gongaios e crancaios,* auxiliando a Antonio Veloso da Silva.

Queria Barbosa Leal que ele e Pina governassem um arraial a situar-se entre o Rio de Contas e Ilheus. Pereceu batendo-se com os botocudos do Sul da Baía, fortificados em Lagoa Dourada, quando ia socorrer a coluna do capitão mor Domingos Carneiro Baracho que aliás marchara em seu auxilio (of. Pedro Calmon: *A Conquista.* 149).

É nos impossivel explicar como Damasio Coelho de Pina possa ter sido sobrinho de João Amaro Maciel Parente.

No inventario dos documentos do Arquivo da Marinha e Ultramar feito por Eduardo de Castro de Almeida não encontramos mencionados os nomes de Damaso Coelho de Pinho nem Damasio Coelho de Pina.

Quasi não se sabe, aliás, sobre a descendencia de Estevam Ribeiro Bayão Parente. É muito pouco o que Silva Leme conseguiu descobrir a tal respeito.

Acerca de João Amaro nada refere por assim dizer. Nem sequer lhe menciona os notabilissimos serviços. Não sabemos se se casou algum dia. Silva Leme pensa que não. Nada esclarece porem a tal respeito apenas contando que tinha uma unica irmã cujos nove filhos arrola não figurando entre eles nenhum Damasio.

A 4 de fevereiro de 1706 escrevia novamente a João Amaro o Governador Geral, encetando a sua missiva laudatoriamente.

"Louvo Vm. muito o zelo com que se emprega no serviço de Sua Magestade que Deus guarde porque sempre é mais bem servido quando quem o serve é mais honrado".

Já chegara o comboio apresado pelo capitão mor. Na Cachoeira os resultados com outro comboio haviam sido medíocres, conforme avisara ao Governo.

Havia certo sujeito que pretendia contrariar a atuação do sertanista. Denunciara o João Amaro e Luiz Cesar o avisava de que tão mau vassalo se arrependeria gravemente do atrevimento a que se abalançara.

Continuasse o prestante servidor com o mesmo zelo pelo serviço d'El Rei.

Vinham depois instruções positivas.

"O outro de que Vm. me avisa que tomou, deve remettelo ao Provedor mor onde a parte ha de requerer a justiça que tiver.

E o que Vm. diz traziam alguns passageiros e lhe deixou levar por lhe mostrarem uma certidão, pudera vm. não se fiar nella, que o Papel que elles fizeram, não os obriga a nada, pelo que os mais que passarem com ouro que tenha duvida, se vem quintado, ou não por lhe mostrarem disso algum papel, ou papeis, o mande Vm. pesar e fará disso um termo, ou conhecimento, assignado por seus donos e com testemunhas em que se declare, vem fulano com tanto de ouro, ou em pó, ou

em barretas, de tal peso cada uma, notificando se lhe que venham com o mesmo ouro dar entrada ao Provedor mor, sob pena de lhe ser dado digo tomado por perdido, e este documento remetterá Vm. ao dito Provedor mor para eu mandar que puxe pelos sujeitos que se declararem nos ditos documentos quando não venha, voluntariamente dar entrada".

O ouro não quintado, este, fosse confiscado sem a menor formalidade, de tal se lavrando o termo.

Estava o Governador certo de que o seu correspondente se haveria com "aquella actividade zelo e resolução que pediam semelhantes descaminhos".

Se os culpados ousassem resistir "que se lhes fizesse justiça" recomendava Menezes expressamente.

"Grande atrevimento o de impedirem V. Mcê de fazer este serviço a Sua Magestade"!

Nada mais significativo como latitude de atribuições do que estas simples palavras "Vossa Mercê" se defenderá de maneira que se faça o serviço do mesmo Senhor como elle lhe ordena".

O ouro confiscado devia ser remetido ao Provedor Mor do Estado, no Baía. Entregaria este ao procurador que o bandeirante designasse a porcentagem do apresador.

Devia ter havido conflito armado serio pois João Amaro refere que um escravo do dono do comboio "ficara estrepado", sendo preso assim como um molequinho. Dizia-lhe o Governador que os remetesse ambos á Baía e logo que fosse possivel.

Acerca dos generos apreendidos aos descaminhadores do ouro avisava Luiz Cesar de Menezes:

"A polvora, chumbo, escopetas, sal, e as meias caras de assucar que ficaram em poder de vm., por não poderem vir, a respeito da condução, parecendo-lhe tomar tudo para si, o pode fazer, que se descontará, na sua meação, avisando vm. da sua importancia. E o que vm. quizer, venderá pello seu justo preço e remetterá o procedido ao dito Provedor mór, para depois de estar posto tudo em arrecadação se dar a vm. metade da sua importancia".

E terminando a assaz longa missiva reiterava o governador os termos de seu apreço ao fiel vassalo.

"Espero da pessoa de Vm. que tudo fará com acerto, e como honrado servidor de Sua Magestade, a quem farei presente o bem a vm. obrar neste negocio, e eu não deixarei de lhe agradecer."

Deixando as paragens ribeirinhas e torrenciais do Paraguassú transferiu-se João Amaro Maciel Parente para as terras do ouro onde informa Diogo de Vasconcelos (Historia Media das Minas Gerais, 22) faleceu sem sucessão a 2 de fevereiro de 1721 em sua fazenda, proxima ao arraial de Guarapiranga, quiçá sexagenario avançado.

CAPITULO XXXVII

O GOVERNO DO CEARA' AO TEMPO DA GUERRA DOS BARBAROS. NOMEAÇÃO DE PEDRO LELOU. SUSPEIÇÃO DESTE CAPITÃO-MÓR. NOMEAÇÃO DE FERNÃO CARRILHO. NOTAVEL FE' DE OFICIO DESTE GRANDE SERTANISTA. SUA EXCELENTE ADMINISTRAÇÃO. ASSUME LELOU O GOVERNO E E' SUSPENSO DE FUNÇÕES

A 18 de março de 1693 advertia D. Pedro II ao governador de Pernambuco sobre cousas do Ceará. Dali recebia muito queixas continuadas.

O provincial da Companhia de Jesus, por si e por seus padres, Manuel Pedroso e Ascenso Gago, ainda ultimamente viera a real presença.

Representara sobre a conveniencia dos Indios novamente descidos para o Ceará e os das Aldeias ainda sem párocos serem mandados para a parte mais distante da Fortaleza e isentos da jurisdição do capitão-mór ao menos por alguns anos.

Não deviam ser chamados a guerrear os Tapuias sem parecer e consentimento dos seus Missionarios porque de outro modo se não poderiam conservar nas Aldeias. E peior era: não

se poderia descer do Sertão mais de quatro mil casais já dispostos para isso e a quem intimidariam tais precedentes.

Perplexo recomendava o Rei ao Governador, e ao Bispo, que resolvessem este caso depois de ouvidos os jesuitas.

Em 1693 nomeava D. Pedro II capitão-mór do Ceará Pedro Lelou valente militar estrangeiro passado ao serviço de Portugal.

Em suas *Figuras do Ceará Colonial* ministra o douto Guilherme Studart informes preciosos a seu respeito.

Era flamengo, bruxelês, filho de Ludwig Wolf e afrancesara pitorescamente o nome para Lelou. Servira nos exercitos imperiais nas Flandres, durante dous annos, e depois mais cinco contra os turcos.

Em 1660 deixando o serviço do Imperio acompanhara Schomberg que ia dirigir os exercitos portugueses na guerra da Restauração. Sentara então praça de soldado. Batera-se bravamente sempre, no Alentejo e Jurumenha e na batalha em frente a Extremoz.

No grande prelio do Ameixial saira muito mal ferido de uma cutilada na cabeça e uma pelourada que lhe atravessara o braço esquerdo ficando tambem aleijado de um dedo.

Pois bem tratara-se á sua custa e com grandes gastos! Não pagara a fazenda real esta despesa! Pronto de novo para o serviço já promovido a alferes e tenente, figurara na retomada de Evora e de Valença de Alcantara.

Aí designado para subir á brecha recebera uma pelourada de mosquete que lhe atravessara a garganta a queima roupa. Pois escapara! e em 1665 fôra mandado a servir no Brasil de onde voltara ao Reino, assistindo á batalha decisiva de Montes Claros.

Na tomada de S. Lucas de Guadiana sofrera terceiro ferimento, agora numa perna. Voltara ao Brasil já capitão de infantaria e empregara-se ne reedificação da fortaleza de Tamandaré. Servira em 1673 contra os Palmarenses com quem tivera diversos encontros, comandando interinamente o seu terço que era o do Mestre de Campo Antonio Jacome Bezerra e fora

mandado á Paraiba a acomodar alterações de moradores, saindo-se perfeitamente desta comissão.

Não pode Lelou assumir o posto de capitão-mór cearense porque houve denuncias de que falsificara certos documentos afim de proteger seu filho Luiz Lobo de Albertin. Indo a presença do Rei provou que a acusação era falsa e o monarca mandou que lhe passassem carta patente a 14 de novembro de 1694, nomeando-o por tres anos.

Para o substituir, durante o impedimento, designou D. Pedro II a Fernão Carrilho. Mas o Governador de Pernambuco representou a Sua Magestade sobre a inconveniencia de tal nomeação.

Era a presença de Carrilho indispensavel á campanha de Palmares. E o rei, a 11 de dezembro de 1693, acedendo ao seu delegado deixara-lhe plena permissão para escolher outro substituto a Lelou. Mudando de opinião consentiu Melo e Castro fosse o belga governar o Ceará.

Notabilizara-se Carrilho como é geralmente sabido na campanha contra os quilombolas.

Lembra Studart em *suas Figuras do Ceará Colonial,* que fora em 1669 nomeado Capitão da gente e marchara contra os mocambos de Geremoabo. Em 1670 Capitão de ordenança e cabo das tropas servira contra os mocambos de Sergipe ainda por provimento do Governador Alexandre de Souza Freire e por Carta Regia de 28 de junho de 1673 auxiliara a D. Rodrigo de Castelo Branco no descobrimento das minas de prata de Itabaiana.

Acompanhara ao Capitão Jorge Soares de Macedo em busca das minas, que se dizia haver nas serras de Piracassa. Provido em 1676 pelo governador D. Pedro de Almeida no posto de Capitão mór da guerra dos Palmares, fizera nesse ano, e no seguinte, tal destruição nos negros levantados que grangeara o nome de restaurador daquelas capitanias.

"Estando Pedro Lelou impedido de assumir o governo do Ceará, para que fora nomeado, veio Fernão Carrilho substituil-o em 1694 por ordem do Governador de Pernambuco. Em

seu governo que se extendeu por mais de um anno foram vencidos os indios Pacajús ou Paycús, que infestavam as terras do Assú e a Ribeira do Jaguaribe, os Icós e os Carateús.

Outro serviço seu foi fazer descer do sertão grande numero de Anassés e situal-os em Paramirim oito legoas ao N. da Fortaleza, como situou tambem os Jaguaribaras, a sete legoas ao S. da Fortaleza e construiu casa e oratorio para o Padre João Leite de Aguiar, mandado para missional-os pelo Bispo D. Mathias de Figueiredo".

Figura notavel sobremodo notavel do sertanismo do seculo XVII esta de Fernão Carrilho cujo nome tanto se prende á historia da expugnação de Palmares. Está hoje mais estudada mercê das notas de Rodolfo Garcia á *Historia Geral* de Varnhagen e das informações de Pedro Calmon *n'A Conquista.*

"Meio homem de guerra meio captivador de negros fugidos", delle diz Calmon, severamente talvez.

Realmente começou a carreira como destruidor de mucambos.

Duas fontes principais conhecemos para o estabelecimento de sua biografia um registro de carta padrão de tença, datado de 1680 e um parecer do Conselho Ultramarino, acerca do provimento do posto de capitão mór da capitania do Ceará, datado de 1699.

Era Fernão Carrilho filho de outro de igual nome e natural de Sergipe D'El Rei.

Quando nasceu não sabemos dize-lo. Provavelmente pelas visinhanças de 1635, pois em 1655, a 20 de setembro, deixava-se arrastar a um ato de violencia, propria dos homens de ferro do sertão e da época.

Assassinou, não sabemos como nem porque um oficial o ajudante Francisco de Aguiar Lobo, no São Francisco, motivo pelo qual teve de homisiar-se. Em 1660 vemo-lo assentar praça de soldado raso sendo depois promovido a alferes.

Em 1669 nomeou-o o Governador Geral, Alexandre de Souza Freire, capitão da gente que foi atacar os mocambos de Geremoabo e, em 1670, teve a superintendencia da extinção dos

quilombos de toda a capitania de Sergipe, comissão desempenhada brilhantemente.

Em junho de 1673 foi mandado pelo Principe Regente acompanhar D. Rodrigo de Castel Blanco ás minas de Itabaiana e depois a Jorge Soares de Macedo ás da serra de Piracassa. Prosseguiu na vida aventurosa de destruidor de mucambos. Tal fama angariou que D. Pedro de Almeida incumbiu-o, em 1676, da guerra contra os Palmares.

Em 1677 encetou a sua campanha principal contra os quilombolas cuja audacia crescia diariamente. Teve diversos combates com os negros rebeldes deles matou grande copia, aprisionando muitos.

Mas tinha forças insuficientes, menos de 200 homens em vez dos 400, que pedira a D. Pedro de Almeida. Assim, depois de brilhantes feitos darmas coroados de exito, e reconhecendo a impossibilidade de expurgar os Palmares recolheu-se ao Recife com muitos prisioneiros, inclusive a mulher e dous dos filhos do Rei Gangazuma.

Este acovardado pedira pazes obtendo uma tregua dos brancos.

Em 1698 nova incumbencia lhe deram de assaltar os Palmares a tésta de uma coluna organizada pelo governador Dom João de Souza, mas, viu-se suspenso pelo delegado regio. Em 1686 voltou novamente a pelejar com os negros tendo com eles tido varios e violentos embates de que lhe resultou grande copia de prisioneiros. O Rei em 1680 lhe outorgara uma carta padrão de tença, no valor de oitenta e oito mil réis anuais, como restaurador da paz da capitania de Pernambuco e em beneficio de seu filho Feliciano Prudente.

Em 1693 sendo mandado servir no Ceará para lá partiu em campanha contra os paiacús. Derrotou-os completmente, deles matando muitos e fazendo-lhes 126 escravos.

Como destes cativos não quizesse um só para si isto refletiu tão favoravelmente entre os indios que o chefe dos tapuias veio pedir-lhe paz. Impoz-lhe o cabo branco que guerreas-

se os Icós, os primeiros dentre os barbaros que se haviam sublevado e morto os colonos brancos do Jaguaribe.

Batidos os Icós pelos paiacús deles foram feitos muitos prisioneiros que os vencedores apresentaram aos brancos para troca-los pela gente aprisionada.

Mais tarde bateu Carrilho outros indios perigosos os Crateús entre os quais tambem fez muitos cativos.

Promoveu com o maior empenho o aldeiamento dos jaguaribaras, que eram pagãos, e batisaram-se graças ao zelo do Padre João Leite de Aguiar.

Durante o seu governo do Ceará sempre manteve a maior disciplina entre a soldadesca impedindo as violencias costumeiras contra os indios. ..

Ao deixar o Ceará ordenou a construção de tres novos fortins e voltando a Pernambuco em vez de viajar por mar veio rompendo os sertões em direção ao Rio Grande do Norte. Tal o prestigio angariado entre os indios que durante esta jornada varios caciques vieram procura-lo, á testa de suas tribus, rendendo obediencia á Sua Magestade e ás armas reais.

Com o gado trazido do Ceará fundou então quatro currais em diferentes pontos para restaurar a pecuaria riograndense, arrazada pela guerra. Tal a sumula dos serviços de Fernão Carrilho ao deixar o governo interino do Ceará em 1695, para onde regressaria em 1699 como capitão mór efetivo da capitania.

Nada mais expressivo do seu valor do que a carta do Rei ao Governador pernambucano, a 20 de novembro de 1694.

"Os Indios principaes das Aldeas do Ceará Grande, por carta de 16 de Maio deste anno, me scientificam o socego em que ficavam com o governo do Capitão Fernão Carrilho e o receio que tem de que lhes deem por successor outro capitão que os maltrate, como já tinham exprimentado, e na consideração do que estes Indios escrevem. Me parece ordenarvos recomendeis ao Capitão Mór Pedro Lelou que os trate com toda a brandura e bom modo, sem os ocupar de maneira que se não

possam queixar do seu procedimento, porque de outra maneira se procederá contra elle como está disposto"

Pelos termos desta missiva se vê que Lelou era destes que passava por aplicar em regra a recomendação feudal do *poignez vilain!*

Havendo-se justificado da carga que lhe faziam da falsificação dos papeis do filho assumiu Lelou o governo do Ceará do que não tardaria a ser suspenso de funções, acusado de atos de extrema violencia e arbitrio. Enviado o seu inquerito ao Conselho Ultramarino este o anulara por lhe faltarem os requisitos legais.

Partira o acusado para Lisboa afim de acompanhar o seu proceso. A 26 de fevereiro de 1696 achava o Conselho que eram procedentes as acusações de violencia e cupidez "as grandes extorções que os moradores padeciam com a sua assistencia".

E severamente se pronunciava contra o projeto de se lhe dar o posto de Sargento Mór da Capitania de Pernambuco por "ser de exemplo de muy prejudiciaes consequencias para o serviço de Vossa Magestade", advertia a D. Pedro II.

Mas o monarca, ouvido o interessado que praticara a quem quer vai "despachou o auto mandando saber quanto tempo ainda restava de prazo a Lelou e se o Conselho acharia de Justiça sua reitegração".

A 14 de março respondia o Conselho contando que Lelou apenas governara dez meses. A Relação o absolvera com efeito mas politicamente, não convinha que voltasse ao governo do Ceará. Traria o seu regresso a maior perturbação aos vassalos temerosos de suas violencias. Apontava-se o perigo da vingança que um homem tão violento exerceria contra os seus denunciantes e desafetos.

Procedeu o Rei secamente nomeando Lelou Sargento-mór de Pernambuco por meio de uma patente cheia das mais honrosas expressões a ponto de nela se dizer que fora deposto do governo cearense mas tivera sentença absolutoria. Concedeu-lhe- licença para passar tres meses em sua antiga capitania para tratar de negocios particulares mas depois de empossado de novo posto em Pernambuco.

Se Lelou procedera mal ao mesmo tempo dera novas mostras da comprovada bravura. E seu filho que traduzira novamente o nome ancestral Wolf, aportuguesando-o definitivamente, herdara a bravura paterna. A 21 de janeiro de 1699 passou Dom Pedro II patente a este Fernando Antonio Lobo de Albertim de capitão de cavalos da Ribeira e distrito de Jaguaribe.

Nela se declara que assentando praça em 1681 servira como soldado e alferes de ordenança do Ceará, marchara contra o gentio tendo com este varios encontros e fora nomeado comandante do fortim da ribeira de Jaguaribe destinado a conter os paiacús. Obrara nesta empreza como vassalo da maior fidelidade ao seu Rei. Provido em um companhia de leva marchara para a campanha sustentando a sua gente á propria custa.

E não só isto, dispendera na fabrica da fortaleza duzentos mil réis, indo por varias veses com a sua companhia a carregar terra e madeiras. Passara na campanha e marchas muitos trabalhos e fomes pela esterilidade dos asperos sertões e rios atravessados a nado com risco de vida. Em tudo procedera sempre com satisfação.

CAPITULO XXXVIII

AS COMUNICAÇÕES ENTRE O MARANHÃO E O SUL. GRANDES DIFICULDADES A VENCER. PALAVRAS DE ANTONIO VIEIRA. AS JORNADAS DE JOÃO VELHO DO VALE. REVOLTA DOS INDIOS MARANHENSES EM 1698. SITUAÇÃO ANGUSTIOSA. DESEJO REAL DE SE ENTREGAR A DEBELAÇÃO DO MOVIMENTO AOS MESTRES DE CAMPO DOS PAULISTAS

Entende Capistrano de Abreu, com a habitual lucidez que as dificuldades da navegação a vela, impostas pela fixidez do sentido dos ventos, durante larga parte do ano, determinaram o ato administrativo, muito acertado, da corôa portuguesa creando o Estado do Maranhão, autonomo.

E a tal proposito transcreve um trecho excelente de Antonio Vieira a que servem de introito as seguintes frases:

"Na arenosa costa Nordeste do Brasil sopram os ventos, cursam as correntes em direcção invariavel durante certa parte do anno. Vê-se isto na forma das dunas abruptas para Este e brandamente inclinadas para Oeste, nos leques dos rios,cujas bocas orientaes, como as primeiras que apanham a areia, são menos profundas que as bocas occidentaes. Decorreu dahi com igual clareza a elevação do Maranhão a Estado independente

logo depois da conquista, devido á impossibilidade de ligalo por maneira constante ao territorio de Este e Sueste".

A ilha do Maranhão, tomada aos franceses em 1615, pouco se destacou como centro de comunicações e povoamento em virtude da sua pequena população.

A situação primitiva descreveu-a o missionario incansavel, o jesuita glorioso que subiu ás primeiras cachoeiras do Tocantins e respirou os ares da Ibiapaba.

"Uma das mais difficultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Marannão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinacia dos ventos e perpetua correnteza das aguas.

Vem esta correnteza feita desde a cabo da Boa Esperança com todo o peso das aguas do Occano na travessia, onde elle é mais largo, que é entre as duas costas da Africa e America, e começando a descabeçar desde o cabo de Santo Agostinho até o cabo do Norte, é notavel a força que em todo aquelle cotovello de costa faz o impeto da corrente, levando após si não só tanto parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos proprios céos e os ventos que em companhia das aguas e como arrebatados dellas, correm perpetuamente de Léste a Oeste.

Com esta contrariedade continua das aguas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quasi innavegavel para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nem um modo se póde navegar por fóra e do Maranhão para o Ceará com grandissima difficuldade, e só em certos mezes do anno que são os de maior inverno.

Navega-se nestes mezes pela madrugada com a bafagem dos terrenhos, os quaes como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e ás vezes semanas e meses inteiros, se está esperando sobre ferro na costa descoberta e sem abrigo, sendo este um trabalho e enfadamento maior do que toda a paciencia dos homens; e peor de tudo é que, depois desta tão cançada porfia, acontece muitas vezes tornarem as embarcações arribadas ao Maranhão".

Cita Vieira o caso de dous jesuitas que, indo de São Luiz ao Camocim, gastaram cincoenta dias em atingir o rio Preguiça, ao passo que, quando resolveram tornar realizaram a travessia em doze horas.

As comunicações com o Pará eram mais favoraveis graças as numerosas baías, que entre ambos medeiam quando a navegação por fóra se mostrava impraticavel, a interna por canoas era sempre mais ou menos possivel.

Além disto, mais de uma vez recorreu-se a caminhos terrestres para anular o segregamento.

Depois de sua grande vitoria de Guaxenduba sobre os francezes de La Ravardiére mandou Jeronymo de Albuquerque por terra portadores do Maranhão a Pernambuco. E é sabido que André Vidal de Negreiros ao deixar o governo maranhense em setembro de 1656 retirou-se tambem por terra para Pernambuco.

Foi Antonio Vieira pelo mesmo caminho de S. Luiz á Ibiapaba. De sua penosa jornada pela costa deixou impressões curiosas sobre os perigos e trabalhos grandes do caminho como a passagem de quatorze rios muito caudalosos atravessados na foz. Neles não havia embarcação para a sua transposição. Era preciso traze-la do Maranhão com imenso trabalho, "ás mãos por entre o rolo e a resaca das ondas" por costa bravissima sempre.

Alagava-se a cada passo, e atirando-a o mar de um lado para outro os que a levavam corriam muitos perigos arriscando-se o exito da viagem que dela totalmente dependia.

Em seu inconfundivel estilo diz o grande inacino:

"Muitas vezes é tambem necessario, arrastala por grande espaço de terras e montes para lançar de um mar a outro e talvez obrigam estas difficuldades a tomar a mesma canoa em peso ás costas com toda gente e levala assim por muita leguas: de modo que para haver embarcação para passar os rios, se ha de levar pelo mar, pela terra e pelo ar".

Comentando este trecho de Vieira lembra Capistrano que destes apuros resultou o Ceará desligar-se, desde as guerras

flamengas, do Maranhão. E tal circunstancia se deu tão insensivelmente que ainda não se fixou a data do fato, não se conhecendo decreto ou alvará determinando tal secessão. Resultou ainda que o Pará, apezar da proximidade, persistiu intacto e segregado, de preferencia estanque de visinho, procurando a metropole.

Destes obices resultou outro efeito mais perduravel e fecundo: afastados dos seus visinhos do Norte, do Sul e Éste procuraram os moradores do Maranhão contorna-los. E conseguiram realiza-lo.

Em 1670 Vital Maciel Parente, filho natural do feroz Bento Maciel explorava o curso do Parnaiba. E Inacio Coelho da Silva durante o seu governo (1678-1682) guerreou ativamente os tremembés "vedetas avançados dos carirys" no dizer de Capistrano que assolavam as praias ao sul da Ilha do Maranhão por onde transitavam os brancos.

Gomes Freire terminada a representação facilima da revolta dos Beckman tomou muito a peito abrir caminho por terra do Maranhão á Baía.

Desta empreza, nada facil, incumbiu a João Velho do Vale. Duas entradas realizou este. Na primeira foi a Ibiapaba onde deixou tres estradas vagamente assinaladas no dizer de Capistrano.

Na segunda foi á Baía passando por Cabrobó e Geremoabo. Na cidade d'O Salvador relata Frei Domingos Teixeira a biografar Gomes Freire, "depois de dar, em larga relação, noticia exacta dos sertões que penetrou assinalando, pelos gráos, a altura do polo, mais gasto dos trabalhos que dos annos, veio a acabar João Velho do Valle em beneficio da patria, com serviços maiores que a gratidão".

Faleceu Vale na Baía e seu roteiro enviado a D. Pedro II foi por este remetido a Gomes Freire. "Talvez por isto não produziu logo effeito nem na Baía nem no Maranhão" observa Capistrano.

Diz o mestre *nec pluribus impar* de nossa historia colonial que do Maranhão, em 5 de julho de 1694. Antonio de Albu-

querque escrevia sobre a possibilidade do caminho entre as duas capitanias uma carta que Antonio da Cunha Soutomaior entregou na Baía a D. João de Lencastre a 19 de Abril do ano seguinte.

Dois dias depois chegava o sargento-mór Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte indios. Tinham acabado de descobrir o caminho, e trouxeram uma carta de Antonio de Albuquerque, datada de 17 de dezembro.

Retribuindo a fineza e a ver se se podia encurtar o caminho o Governador Geral mandou o capitão André Lopes ao Maranhão, com carta para Antonio de Albuquerque, datada de 21 de maio.

Chegou Lopes a seu destino em Novembro, mas teve de demorar-se até que o governador daquele estado viesse do Pará. Com resposta de 15 de março de 1696 chegou á Baía em 22 de setembro imediato.

Pedindo a D. Pedro II satisfação de seus serviços e dos de seu primo, o Padre Pedro Barbosa, que lhe pertenciam, alegava Francisco Cordeiro da Mota quanto este jesuita, missionario, e depois visitador do Maranhão, de 1656 a 1684 fora notavel jornadeador da Amazonia.

E o primeiro a estabelecer comunicação terrestre entre o Estado do Maranhão e o Ceará quando fôra á Serra da Ibiapaba, antes de o fazer André Vidal de Negreiros. Seria exato? Se o fez realmente, executou-o no mesmo ano que o heróe das lutas com os bátavos.

Extraordinario explorador de terras virgens, este inaciano exercera, continuava o sobrinho, o mais proficuo ministerio entre os tabajaras, impedira levantes de indios e prepotencias de brancos.

Este caso da intercomunicação terrestre do Maranhão e do Brasil ocupou bastante a atenção dos governantes dos dous estados em fins do seculo XVIII depois das campanhas dos paulistas.

Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho ainda governador do Estado do Maranhão em 1695, pedia ao Rei que se

fixassem as fronteiras entre as terras de sua jurisdição e as do Estado do Brasil.

Antonio da Cunha Souto Maior, administrador de grandes fazendas de creação de gados da jurisdição da Baía, requerera a concessão de terras de sesmarias nas cabeceiras do rio Parauassú (hoje Parnaiba).

E o Rei o autorizara a concede-las a 25 de janeiro de 1696. Continuava sobremodo indecisa a fronteira entre o governo de Pernambuco, a que pertencia o Ceará e o de Maranhão. Em 1696 os jesuitas pediam terras de sesmaria entre as barras dos rios Aracatí Mirim e Timonha ultimo trato do litoral cearense, hoje, porque o Timonha é divisa entre o Ceará e o Maranhão.

Deviam estas terras ter como fundo a serra da Ibiapaba. Deferindo este requerimento pedia o Rei ao seu governador do Maranhão que désse todo o apoio a esta fundação, recuando assim a sua jurisdição além Ibiapaba. Os padres haviam descido da serra, para a sua fundação litoranea, indios bravos e subitamente surgira João Velho do Vale á testa de um troço de indios maranhenses, arrebatando-lhes vinte e cinco casais de reduzidos.

Representando os jesuitas a Dom Pedro II sobre estas violencias daí nascera a carta regia de 8 de janeiro de 1697 pela qual o monarca severamente lhe pedia contas do procedimento algo desobediente.

"João Velho do Valle, na occasião em que sahio desse estado por cabo de uma tropa de Indios a descer Gentio brabo na Serra de Ibiapaba levando vinte e cinco casaes com suas familias dos Indios que os Padres da Companhia tinham descido para a Costa do mar vos mandei ordenar que informado da verdade e achando ser assim como se me tinha representado, o obrigasseis a repor estes Indios a custa de sua fazenda nas terras e Aldeas donde os tirara, e que procedesseis contra elle na forma de minhas Leys. E porque o dito excesso se tem verificado mais: Me pareceo ordenar vos me deis conta de como tendes procedido nesta materia".

A 17 de janeiro de 1699 eram simultaneamente expedidas a mesma carta regia aos dous governadores dos Estados do Brasil e do Maranhão Dom João de Lencastro e Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Mandava que as tropas do Rio de S. Francisco fossem enviadas para o Estado do Maranhão e discorria "sobre a impossibilidade em que se achava o Paulista, que se tinha offerecido a ir extinguir todo o gentio que infestava aquella Capitania".

A Antonio de Albuquerque escrevia o Rei:

"Eu El-Rey Havendo visto o que me escrevestes sobre a impossibilidade em que se acha o Paulista que se tinha offerecido a extinguir todo o gentio, que infesta essa Capitania, por se agregarem muitos de seus soldados ás guerras e tropas que andam na conquista dos Palmares em Pernambuco, o que se podia remediar indo da parte da Baía e Rio de S. Francisco aonde ha muitos Indios a conquistar estes barbaros, por não haver nesse Estado Indios e ficarem as Aldeas quasi despovoadas com as bexigas.

Me pareceo ordenar ao Governador geral do Estado do Brasil, que acabada a guerra do Rio Grande e Ceará e desoccupada a gente della mande as tropas do Rio de S. Francisco para esse Estado, para se atalhar o damno que padecem seus moradores nas invasões do Gentio, com declaração que sobre os prisioneiros ou Captivos da Guerra que se fizer se guardará inviolavelmente a disposição das minhas Leis. De que vos aviso, para terdes entendido a resolução que fui servido tomar neste particular".

Quem seria este paulista? o *Apuçá,* João Pires de Brito, João Raposo Bocarro? É o que infelizmente não podemos esclarecer.

Voltava á baila o caso das violencias praticadas por João Velho do Vale de quem se revela, graças a este documento uma nova entrada desconhecida de Capistrano, a menos que o papel se não refira a algum filho ou homonimo do explorador.

Apura-se que Antonio de Albuquerque despachara a tropa do sertanista á serra da Ibiapaba, á caçada de indios bra-

vos. Alegava agora que não tinha meios para sindicar do caso dos excessos pois só poderia mandar inquirir os soldados da bandeira e os indios cujos depoimentos seriam parciais.

Mandava D. Pedro II ao governador de Pernambuco que interviesse no caso abrindo sindicancia pois queria o castigo do audaz perturbdaor dos jesuitas.

Alegava Albuquerque que Vale comboiava os descobridores da nova estrada do Maranhão para o Brasil.

Se voltara com os indios é que estes o haviam acompanhado, voluntariamente, atendendo ao chamado que ele lhes transmitira, de parentes seus, localizados nas visinhanças de S. Luiz do Maranhão!

Santa hipocrisía!

Tomando conhecimento desta explicação impagavel dava D. Pedro II uma decisão inteiramente de acordo com as normas do tempo e o modo de se tratarem os pobres selvicolas que no Ibiapaba tinham parentes e amigos, a 500 quilometros de lá...

"Me pareceu mandar vos declarar que pois se mostra que foram estes Indios voluntariamente a chamado dos seus parentes para essa Capitania de São Luiz do Maranhão que se insistirem em querer ficar na parte onde se acham hoje situados os deixeis ficar; porém, que se pertenderem a restituição para as suas terras e serra de Ipuapauava de onde vieram os deixeis ir livremente por não ser justo fiquem detidos contra o seu gosto na parte aonde a sua assistencia não é voluntaria encontrando-se lhes por este meio a sua liberdade, e para este effeito se vos envia com esta a lista dos Casaes que das ditas Aldeas foram tirados e vos ordeno aviseis dos Indios conteudos na dita lista que faleceram dos que tornaram para as suas Aldeias e dos que ficaram nesse Estado".

Seria curiosa a inspeção da lista a que se refere a carta regia para sabermos quais os pobres indios que pretenderam a restituição ás suas terras ibiapabinas.

Afinal, a 17 de dezembro de 1698 avisava o Rei ao governo de Pernambuco que se liquidara o caso de Velho do Vale. Mandara Albuquerque dizer-lhe que os indios preferiam

viver onde estavam! não queriam restituir-se ás suas terras assim o haviam insinuado! Enviara-se á real presença a lista de seus nomes e a relação dos que já haviam falecido!

A 8 de janeiro de 1699 recomendava o Rei ao governo do Maranhão que com todo o empenho promovesse o povoamento dos vales do Parnaiba e Paraim.

O Paraim, affluente do Guergueia e confluente do Parnaiba nasce, como se sabe, na serra de Guergueia e atravessa a lagoa de Parnaguá. Era a colonização de qutro quintos de uma area de 250.000 quilometros quadrados que a inconsciencia geografica regia imaginava realizar para a segurança do Estado do Maranhão.

Assim recomendava ao Capitão Mór do Ceará fizesse examinar a foz do Parnaiba e informasse "a entrada que tem e se era fortificado, e o fundo assim no mar como depois da entrada no Rio, a largura da barra, os baixos que tem assim descubertos, como os debaixo da agua para se poder tomar neste patricular a resolução conveniente".

Vivia o interior do Maranhão assolado pelos tapuias cujas correrias quasi atingiam a ilha de S. Luiz.

Devastavam os vales do Mearim e do Itapicurú e ultimamente haviam ameaçado aos moradores da vila de Icatú quasi no litoral, já visinha do Rosario e Anajatuba.

Este gentio de corso cada vez mais audaz se mostrava e Antonio de Albuquerque pedia socorros á Corôa. A unica salvação residia na intervenção dos paulistas naquelas companhas.

A 10 de fevereiro de 1699 procurava Dom Pedro II infundir-lhe confiança e esperança pela carta regia desta data.

"Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Amigo etc. Vendo o que me representastes sobre as continuas hostilidades que o Gentio do corço faz aos moradores das terras firmes dessa Capitania e novamente aos da Villa do Icatú, cujo povo se achava mui atemorisado e não menos os do Meari e Itapecurú instando em desamparar as fazendas e povoações o que ieis entretendo com a esperança de alcançarem a mercê de mandar aos Paulistas conquistar esses barbaros.

E porque estas hostilidades de que me daes conta pedem remedio prompto; Fui servido rezolver se lhes faça guerra e que os que nella se aprisionarem sejam captivos.

E para esse effeito o mando assim declarar ao Governador geral do Estado do Brasil e lhe ordeno que da gente dos terços de Pernambuco de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, ou da Bahia, de que é Mestre de Campo Manuel de Moraes Navarro mande fazer esta guerra aos Indios do Corço a esse estado com as condições seguintes:

Que levem em sua companhia algum missionario se o houver e que queira ir com elles, que façam a guerra aos Indios do corpo das nações que actualmente a dão a esse estado, e que querendo algumas destas nações reduzir-se e aldear-se a vosso arbitrio os não possam captivar, e que succedendo passar por algumas Aldeas ou do districto de Pernambuco e Ceará ou da Bahia ou desse mesmo estado o façam da maneira que os Indios não recebam algum temor, e que peçam ao missionario que lhes assistir ou ao principal que os governar pello preço commum o que necessitarem para o seu sustento.

E com condição, tambem, que todos os indios que captivarem levarão a essa capitania de S. Luiz aonde se poderão vender depois de examinada a justiça do seu captiveiro na forma de minhas Ordens; e porque será conveniente que o dito terço parta logo para fazer esta guerra e que ao mesmo tempo façaes o que vos for possivel da vossa parte procurando encontrar-se com elle, se ordena ao dito Governador geral do Brasil que com toda brevidade o faça partir e vos avise do tempo em que poderá chegar as Serras que habita o dito Gentio do corço; em o entretanto Me pareceo ordenarvos formeis algua tropa com que se possa defender os moradores desse Estado das hostilidades que padecem, e a Dom João de Lencastro fareis aviso declarando quaes são os Indios que actualmente dão guerra a esse estado e para maior cautela fareis este mesmo aviso ao Cabo que da Bahia ou Pernambuco fôr fazer esta guerra porque sempre o encontrará no caminho quando o não ache ainda na Bahia".

Mas nem Domingos Jorge Velho nem Morais Navarro se empregaram em tal campanha.

A documentação que conhecemos é sob tal ponto absolutamente omissa.

Refere Borges de Barros (*Anais do Arquivo Publico da Baía*, VI 87) a existencia de uma carta regia de 10 de fevereiro de 1699 pela qual Dom Pedro II mandava Domingos Jorge Velho dominar os indios do Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Além dos missionarios devia levar como lugares tenentes Matias Cardoso de Almeida e Antonio de Albuquerque de Camara.

Infelizmente não transcreveu este documento importante.

Afirma ainda Borges de Barros que já anteriormente, a 26 de julho de 1694, tivera Domingos Jorge Velho outra commissão regia a de reprimir os indios Calabaças, Inhamuns e Cariris do Ceará. E os de Paranaguá e Paranamirim (sul do Piauí) como se lê no codice do arquivo baiano que encerra as Ordens Regias de 1694 e 1698 (Ibid 87)

Executaria tal empreza depois de ter liquidado o caso palmarense.

Mas não ha vestigio documental de que o haja realizado.

Em seus tão conhecidos *Anais Historicos do Estado do Maranhão* silencia Berredo completamente sobre estas questões de lutas dos bandeirantes com os indigenas.

Apenas relata a expedição de Vital Maciel Parente em 1679 contra os Tarammbazes, gentio de corso, insignes nadadores, vivendo nas praias onde faziam mil maleficios aos navegantes costeiros. Nesta jornada Vital seguindo os exemplos paternos atacou os indios por terra e por mar em Tutoia inflingindo "a estas racionaes feras o mais fatal destroço sem distincção de idade nem ainda de sexo".

Referindo-se ao anno de 1699 informa o cronista que neste milesimo apareceram no rio Monin, perto do litoral portanto, os Caicaizes, tapuias de corso que trucidaram de modo tão perfido quanto barbaro mais de noventa brancos.

CAPITULO XXXIX

OS PAULISTAS NO MARANHÃO. FRANCISCO DIAS DE SIQUEIRA. JOÃO RAPOSO BOCARRO — BANDEIRAS DE PREA. RECLAMAÇÕES DOS GOVERNADORES

Não é muito o que se sabe do terrivel Francisco Dias de Siqueira o celebre *Apuçá* (o surdo) o mais notavel dos bandeirantes que atuaram no Extremo Norte do Brasil, em terras do Estado do Maranhão a prear indios, sob o pretexto de combater os tapuias e segundo comissão do Governo Geral.

Reduz-se a sua biografia quasi só ao que sobre ella escreveu Pedro Taques.

Filho de Francisco Pires de Siqueira, cidadão de S. Paulo "que ocupou os cargos da republica" falecido em 1671, era neto paterno do portugues Francisco de Siqueira e da paulista Ana Pires de Medeiros (falecida em 1668).

Por Ana Pires subia a ascendencia do *Apuçá* aos primeiros troncos vicentinos, pois era ela filha de Salvador Pires, e pessoa principal da Republica, homem de vida abundante em suas grandes lavouras cheias de indios catolicos de sua redução e administração e da famosa matriarca Messia Fernandes, chamada Messiuçú pelo idioma brasilico, a grande e ilustre neta de Antonio Rodrigues e de Pequeroby.

Por sua mãe Helena Dias (falecida em 1669) provinha aliás o *Apuçá* do celebre Pero Dias ex-irmão leigo jesuita desligado de votos para se tornar um dos membros mais notados do patriarcado colonizador de S. Paulo.

Casando-se com a santista Joana Corrêa que tinha familia na Baía esteve o *Apuçá* longos anos no sertão a prear indios acabando por conjugar a sua tropa á do sistema das outras bandeiras das campanhas do Nordeste mas procurando outra zona mais longinqua o Maranhão.

Quando nasceu? Não sabemos dize-lo. A mais antiga referencia documental a seu respeito é do ultimo quartel do seculo XVII.

Desde 1677 que Francisco Dias de Siqueira se distinguira e notavelmente, nas campanhas contra os selvagens do centro baiano e em terras do Estado do Maranhão. Operou em região dos atuais Goiaz, Piauí e Maranhão, além das Serras Vermelha e dos Dous Irmãos e quasi atingindo o Pará, se é que não perlustrou tambem terras paraenses.

A este respeito existem preciosos documentos (cf. *Documentos Historicos* da Biblioteca Nacional, XII, p. 428).

Assim era a junta provisoria dos governadores do Brasil: o Chanceler Agostinho de Azevedo Monteiro e os mestres de campo Alvaro de Azevedo e Antonio Guedes de Brito, que lhe passava a patente de capitão-mór, a primeiro de fevereiro de 1677.

"O Governador do Estado do Brasil etc. Porquanto Francisco Dias de Sequeira, morador na Villa de São Paulo, tem reduzido a sua amizade, e feito pazes com os principaes das Nações Guacupê, e Ananaz, sitas no incirim (sic) do Sertão do Rio de São Francisco nas cabeceiras do Maranhão, e Rio de Parnaguá, serviu de garndes consequencias pela conveniencia que por terra pode haver daquelle Estado a este descobrimento das Minas, e da Lagoa em que se diz haver perolas, a que elle se offerece, além do beneficio de se penetrarem, e cultivarem aquellas terras, segurança que daquellas Nações podem ter os Vassallos de Sua Alteza por essa causa, e mais facil reducção

daquella gentilidade, a Fé Catholica, lhes temos concedido a administração que nos pediu das mesmas Nações, que a custa de sua fazenda, e trablho, tem pacificas a suas duccaçam (sic).

E considerando Nós que para melhor se poderem conseguir os effeitos que se esperam de sua actividade, valor, experiencia, e zello do serviço de Sua Alteza, é justo provel-o de Capitão Mór de toda a gente branca, e Indios que tem comsigo, e das Aldeias de todas as Nações acima nomeadas, e das mais que for reconduzindo a obediencia do Principe Nosso Senhor, e amisade do dito Francisco Dias de Sequeira; esperando delle que nas obrigações do dito posto se haverá muito conforme a confiança que fazemos de seu merecimento.

Havemos por bem de o eleger, e nomear (como em virtude da presente fazemos) Capitão-Mór de toda a gente branca que tiver, e se aggregar, e bem assim das sobreditas Nações de que ora tem amizade, e das que adiante reduzir a ella; e com o dito posto haverá as honras que lhe tocam".

Depois de lhe darem posse ordenavam os Governadores: "Aos officiaes Maiores, e menores de guerra, e milicia deste Estado, ordenamos outrosim o honrem, estimem e reputem por tal Capitão-Mór, e aos Officiaes brancos, e Indios, e Principaes das sobreditas Nações, façam o mesmo, e obedeçam, cumpram, e guardem todas suas ordens, de palavra, ou por escripto, tão pontual, e inteiramente como devem, e são obrigados.

Para firmeza do que lhe mandamos passar a presente sob nossos signaes, e sello das Armas Reaes, de que este Governo usa, a qual se registará nos livros da Secretaria do Estado e nos mais a que tocar".

Dous lugares tenentes levara o Apuçá, capitães da metade de sua gente, Francisco Dias Peres e João da Costa, nomes que não conseguimos localizar no conjunto do bandeirantismo paulista.

A quatro de fevereiro lhes foram passadas patentes.

Reza a primeira:

"Porquanto convem prover-se duas Companhias de Infantaria da Ordenança de toda a gente branca que o Capitão-

Mór Francisco dias de Sequeira, tem a seu cargo, e se lhe aggregar, e eleger para isso pessoa de valor, pratica da disciplina militar, e experiencia da guerra: tendo Nós consideração ao bem que todas estas qualidades concorrem na de Francisco Dias Peres; esperando delle que nas obrigações que lhe tocarem, se haverá muito conforme a confiança que fazemos de seu procedimento. Havemos por bem de o eleger, e nomear (como pela presente fazemos) Capitão de Infantaria da Ordenança, da metade do numero da gente branca que o dito Capitão-Mór tiver a seu cargo, e se lhe forem aggregando, para que como tal o seja, use, e exerça com todas as honras, graças, franquezas, preeminencias, privilegios, isenções, e liberdades, que lhe tocam, pódem, e devem tocar aos mais Capitães de Infantaria da Ordenança desta Capitania da Bahia".

Eram talvez oficiais da ordenança da Baia. Viera Siqueira á capital do Brasil para obter munições e conseguira os elementos que desejava.

No mesmo dia 1 de fevereiro de 1677 determinava a junta: (cf. "Docs Historicos" VIII, 269).

"Porquanto Francisco Serqueira (sic) morador em São Paulo desceu do Rio de São Francisco a esta praça a representar-nos que havia feito pazes no mais interior do Sertão da outra parte do dito Rio nas cabeceiras do Maranhão por outros chamado p....aiba com os prin..... em Ge.....

.....as, outras pela grande despesa de sua fazenda e risco de vida e pelas grandes utilidades que se podiam seguir ao serviço de Deus na reducção daquellas almas, e ao de Sua Alteza, na communicação dos Estados do Maranhão, e Brasil descobrimento de varias minas, e da lagoa das perolas, além de se descobrirem, e povoarem todos aquelles campos para augmento da Fazenda Real e que para este effeito, e conservação das mesmas nações lhe era necessario entre outras cousas polvora e bala; O provedor Mór da Fazenda Real lhe mande dar por conta della tres arrobas de polvora, e oito de bala, e com recibo seu se levará em conta ao Almoxarife que a despender".

Depois destas referencias ás operações de Francisco Dias nada conhecemos a seu respeito na documentação. Reaparece

o seu nome mais tarde como subalterno de outro chefe bandeirante de S. Paulo.

Mas o documento de 1677 nos indica quanto era a sua atuação larga e notavel nos sertões do São Francisco e do Maranhão.

Em data até agora não esclarecida encetou Siqueira as suas campanhas do final do seculo.

O mais minucioso documento que a seu respeito existe é a patente que Borges de Barros descobriu no Arquivo da Baía e publicou. Por ela vemos que substituira a outro sertanista seu patricio João Raposo Bocarro, de cujo comando foi feito tenente coronel por Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, a 23 de junho de 1691.

De João Raposo Bocarro, a biografia está tambem muito mal esclarecida ainda, embora dele já se tenha ocupado Pedro Calmon, em seu excelente estudo *A Conquista.*

Vamos tentar coloca-lo na enorme arvore da progenie bandeirante. E se conseguimos faze-lo é por intermedio dos estudos reconstitutivos de nossas velhas linhagens, efetuados pelo benemerito Silva Leme, que o titulo Raposos Bocarros de Pedro Taques, onde o sertanista devia figurar, perdeu-se.

João Raposo Bocarro, chamado *O moço,* para se distinguir de seu pai e homonimo, era neto de Antonio Raposo, natural de Lisboa, tronco da familia dos Raposos Góes em São Paulo e no Brasil.

Veio de Portugal na armada de D. Diego Flores Valdez em 1583, foi armado cavaleiro em S. Paulo e em 1601 por Dom Francisco de Souza, em premio de relevantes serviços prestados á corôa. Casado em S. Paulo com Isabel de Góes aí faleceu em 1633.

Dos seus doze filhos João era o Segundo. Em 1638 obteve do capitão-mór da capitania de S. Vicente, Antonio de Aguiar Barriga, para sí e seus filhos, João Raposo, o Moço, e tres de suas filhas, terras de sesmaria, alegando que ajudara sempre nas ocasiões que se haviam oferecido ao real serviço para o

aumento e engrandecimento da Corôa. Era tambem capitão de uma companhia de ordenanças.

Vemo-lo em 1635 acudir ao rebate de um assalto de piratas a Santos, com a sua tropa, e uma outra companhia a de D. João Manuel Rendon.

Em 1641, foi dos aclamadores de D. João IV, em S. Paulo, mas na historia das bandeiras seu nome não tem destaque.

Aliás Pedro Taques dele nada conta de particular, assim como do filho e homonimo acerca de quem Silva Leme nada relata nem mesmo o casamento. Pedro Calmon refere a existencia de um seu bisneto alegando ao Rei os serviços do antepassado.

Deste segundo João Raposo Bocarro se sabe que foi bandeirante de destaque. Em 1663 servia na bandeira de seu primo Matias de Mendonça que pretendia fazer uma entrada em busca de esmeraldas.

Em 1691 organizava João Raposo Bocarro uma expedição de pesquiza de prata, pedrarias e perolas (?) (sic) "nos sertões interiores do Rio Grande, Ceará, e confins da guerra com nações barbaras" e pedia que o Governo Geral lhe desse como imediato o *Apuçá* cuja patente expedida a 23 de julho de 1691, pelo Governador Geral Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho merece ser lida. (cf. "Anais do Arquivo Publico da Baía", VI, 200).

"Porquanto convem prover o posto de Tenente Coronel de Joam Raposo Bocarro, que ora vae ao descobrimento das Minas de Ouro, prata, pedraria, e perolas que ha na Serra e lagoas de que tem noticia, pelos Sertões interiores do Rio Grande, Ceará e confins da guerra que se offerecer com algumas Nações Barbaras, como para lhe succeder em algum acontecimento; e eleger para isso pessoa de muito Valor, experiencia militar, e pratica na lingua geral: Respeitando Eu o bem que todas estas qualidades concorrem na do Capitam Mór Francisco Dias de Siqueira, e ao bem que me constou haver Servido a El-Rei meu Senhor naquellas Campanhas:

Hei por bem de o eleger e nomear (como pela presente elejo, e nomeio) Tenente do dito Coronel Joam Raposo Bocar-

ro para que o seja use exerça com todas as honras, graças, franqueza, privilegios isençoens e liberdade que lhe tocam podem e devem tocar aos Tenentes Coroneis dos Regimentos Milicianos deste Estado e Reino de Portugal, e lhe possa succeder por algum accidente de que o dito Coronel lhe dá a posse e juramento, cujo assento se fará como é estilo nas costas desta.

E ordeno ao Senhor Governador de Pernambuco o tenha assim entendido e o deixe exercer o dito posto: e a todos os Officiaes Maiores, e menores de guerra e ordenanças Mores das Capitanias do Norte o hajam, honrem, estimem, escutem por tal Tenente Coronel e o Capitam Mór daquella entrada Gaspar dos Reis; e mais Capitães e soldados della façam o mesmo e obedeçam, cumpram, e guardem todas suas ordens que por elle lhe forem dadas com nome do dito Coronel tão pontual, e inteiramente como devem, e são obrigados".

Esta escolha de Siqueira mostra mais uma vez quanto entre os sertanistas de S. Paulo era forte o liame do parentesco. E com efeito entre João Raposo Bocarro e seu tenente coronel existia parentesco proximo.

Filho de Ana Maria de Siqueira, por sua vez filha de Ana Pires de Medeiros, vinha João Raposo Bocarro a ser sobrinho materno do *Apuçá*.

Desapareceu depois, da documentação por nós conhecida, o nome de João Raposo Bocarro.

Diz Pedro Calmon (cf. *Conquista*, p. 103) que teve um filho Estevam Raposo Bocarro, sertanista, cujos serviços Tomaz Antonio da Costa Alcamy Ferreira alegava ao Rei em 1803 para obter o oficio de administrador da Alfandega da Baía (Doc. 25.723 do Arquivo de Marinha e Ultramar).

Quer-nos parecer que haja aí engano do nosso brilhante e joven confrade.

Este Alcamy não descende de João Raposo Bocarro e sim do primo deste, Estevam Raposo Bocarro, irmão dos grandes sertanistas João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu Pais de Abreu. Era tio portanto de nosso grande linhagista P. Taques.

De Estevam Raposo diz o genealogista paulistano:

"Estevão Raposo Bocarro, passou da patria ao sertão dos Curraes da Bahia, Rio de S. Francisco, onde se estabeleceu com grossas fazendas de vado vaccum, e foi um dos mais potentados daquelle sertão; delle abriu estrada franca pelo sertão e do Urucuya para as minas de Villa Boa de Goyaz. Foi um dos grandes sertanistas do seu tempo, cujo valor acreditou por espaço de algus annos, conquistando e domando o barbaro gentio, naquella, que se lhe fez pelo governador Mathias Cardoso de Almeida".

Sua segunda filha Rita é que se casou com Tomaz da Costa Ferreira de Alquimi, natural da Vila de Viana, fidalgo da casa real, bem conhecido pela sua distincta qualidade da casa e morgado de Alquimi, irmão directo de João da Costa Ferreira, que foi mestre de campo do governador da praça de Santos, e de Antonio Ferreira de Brito fidalgo da casa real, que casou na villa de Santos na nobre casa de Sant'Anna, e de quem fazemos menção na descendencia de Luiz Dias Leme. Foi filho André da Costa fidalgo da casa real e morgado de Alcami em Vianna".

Coteje-se este texto com o da petição que se refere Calmon.

"Diz Thomaz Antonio da Costa Alcamy Ferreira, natural da cidade da Bahia de Todos os Santos, filho legitimo de Thomaz da Costa Alcamy Ferreira e de sua mulher D. Ursula de Uzeda Ayala Araujo e Luna, que elle supplicante tem por seus avós e predecessores pela parte paterna a Thomaz da Costa Alcamy Ferreira filho legitimo de André da Costa Alcamy, fidalgo da Casa Real, que foi chamado nas ultimas Côrtes que se celebraram neste Reyno, como tão bem de André da Costa Alcamy, governador que foi em Monção, e do Capitão Mór Estevão Raposo Bocarro pela parte de sua avó partena, descobridor e creador da Capitania de Goyaz e mais Minas, e do Mestre de Campo e descobridores do grande e importante rio de S. Francisco e mais minas adjacentes, atravessando asperrimos sertoens e grandes mattas cheias de feras e de gentios tudo á sua custa. E pela parte materna neto de Domingos Martins Pereira e do Coronel Salvador Cardoso de Toledo, Domingos

do Prado e Oliveira, Mestre de Campo; e por ultimo 4.o neto do grande Amador Bueno, de quem a Real Corôa de Portugal ainda hoje attende os grandes serviços que lhe fez no Estado do Brasil e capitania de S. Paulo", etc.

Em vez de se entregarem ás pesquisas de minerais e perolas (?) sobrinho e tio o que fizeram foi realizar a prêa dos indios em larga escala.

A 21 de junho de 1692 protestava o Governador do Estado do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho a D. Pedro II contra os processos do bandeirante.

A tal respeito escreveu Pedro Taques:

"Francisco Dias de Siqueira, capitão mór, chamado de alcunha *Apuçá,* o que quer dizer surdo. Este paulista penetrou com a sua tropa o sertão até a cidade do Maranhão, e nas aldeas dos indios catholicos daquelle Estado fez varias extorções, cujos impulsos se não atreveu a castigar o governador pelos annos de 1692 para 1693 e delles deu conta ao Sr. Rei D. Pedro II".

Este principe usando de sua paterna clemencia, ordenou aos oficiais da Camara de S. Paulo em carta de 2 de novembro de 1693 que o castigassem com toda a demonstração, que ficasse servindo de exemplo para outros vassalos não imitarem os procedimentos insultuosos que havia cometido.

Esta real ordem se acha registrada na secretaria do Conselho Ultramarino no livro das cartas do Rio de Janeiro, titulo 1673 pag. III e é do teor seguinte:

"Tenho por noticias certas, que dessa capitania sahira por cabo de uma tropa Francisco Dias de Siqueira a penetrar os sertões do Maranhão com ordens suppostas, insinuando as levava para se fazer communicavel aquelle Estado com o Brasil de que se seguira que o governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho lhe dera os mantimentos e munições necessarias, entendendo que o seu animo seria de se empregar no meu real serviço e extinção do gentio de corso, o que obrara tudo pelo contrario, e que fizera grandes destruições e hostilidades nas aldeias domesticas, valendo-se deste engano para obrar esta

maldade; e por esta acção se fez digno de todo o castigo; vos ordena procedaes com toda a demonstração neste caso contra este sujeito para que sirva de exemplo para os mais se não animarem a commetter estes insultos. Espero de vós como bons vassallos assim obreis etc."

Interpelou o Rei ao Governador Geral e este por carta de 19 de julho de 1693 dava-lhe as satisfações pedidas.

Andava o *Apuçá* no alto sertão maranhense como declara o exordio da carta:

"Por carta de Vossa Magestade de 3 de dezembro do anno passado foi Vossa Magestade servido dizer-me que o Governador do Estado do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho dera conta a Vossa Magestade por carta de 21 de junho do mesmo anno, e como tivera por noticia que as Tropas dos Paulistas andaram visinhas aos districtos da Capitania do Pará.

Esta jornada era o efficaz remedio para se exterminarem os indios nomadas e selvagens, e de se conseguir o descobrimento do caminho para o Brasil como o verificara por uma carta que recebera do Capitão mór da Conquista Francisco Dias de Siqueira, que por ordem minha andava na mesma deligencia, e que com as noticias que lhe dera o Sargento Mór das Tropas (que fizera vir a sua presença) lhe propuzera os meios para conseguirem estes intentos:

E por se presumir que os ditos Paulistas hiam ás Serras de Iquapraba na costa do Ceará para levarem dellas os indios daquellas Aldeas que havia muito tempo estavam domesticos pellos Padres da Companhia".

Assim deturpados os intentos da bandeira e ameaçada a segurança dos indios já domesticados precisara Antonio de Albuquerque mandar um Cabo com quatro soldados e alguns indios a impedir-lhe o designio.

Transcreve Coutinho as providencias exigidas pelo monarca:

"Foi V. Mag. servido dizer-me que de minha parte escrevo a estes Paulistas para os obrigar a esta empreza insi-

nuando-lhes quanto convinha ao serviço de V. Magestade e bem dequella conquista conservarem-se os Indios já domesticados, naquelle lugar em que estavão situados e o bom tratamento delles, por ser a natural defença e de que pendia a sua conservação e que de nenhuma maneira os divertissem nem afastassem de suas Aldeas, e como o seu intento foi de penetrar os Certoens, o fosse tambem de se empregarem no serviço de V. Magestade e que o maior que lhe poderia fazer, seria o de se empregarem na instinção dos do Curso, por serem os mais danosos aos moradores deste Estado, de cujos repentinos assaltos se tinha experimentado tantas ruynas, e que nesta guerra devião o seu maior cuidado, pois no bom sucesso della consistia o socego dos Vassallos de V. Magestade e que para este effeito lhes faria dar nam só os mantimentos necessarios, mas as municoens convenientes, segurando-lhes o muito que V. Magestade se daria por bem servido delles, por tomarem a sua conta a expedição desta guerra, para V. Magestade lhes fazer toda a mercê, quando se tratar de seus particulares: e de que muito Eu obrasse desa conta a V. Magestade com toda a individualidade e que ao Governador do Maranham mandava Vossa Magestade fazer a mesma recommendação."

Justificando-se, expunha Camara Coutinho o que faziam os paulistas habitualmente:

"Os Paulistas sahem da sua terra, e deitam varias tropas por todo o Sertão e nenhum outro intento levam mais que captivarem o gentio de linguagem geral que sam os que estão já domesticados e se não occupam do gentio do Corso porque lhes não serve para nada".

Queixava-se o Governador Geral amargamente dos bandeirante a quem movia apenas o interesse pessoal. "Assim que o interesse destes homens nam é o serviço de Deus, nem o de V. Magestade e com pretextos falsos, passam de uns governos para outros, e se lhes não mostrar as ordens que levam enganam aos Governadores".

Tal era o caso deste cabo de tropa.

"Como este Capitão mór da Conquista, Francisco Dias de Siqueira, fez ao Governador do Maranhão, dizendo-lhe que ia a descobrir aquelle Sertão por minha ordem (que tal não houve nem tal homem conheço) e com este engano pedem mantimentos, armas, soccorro, e depois com ellas vão conquistar o gentio manso das Aldeas, e o gado dos curraes dos moradores. Com que estes homens são uns ladrões destes Sertões e é impossivel o remedio de os castigar, porque se os colherem merece fazer-lhes uma tal demonstração que servisse por exemplo para se não atreverem a fazer os desmandos que fazem".

Inutil se tornava pretender persuadi-los, a estes vassalos indomaveis.

"Eis porque me parece inutil persuadilos a que façam serviço a V. Magestade porque são incapazes e vassallos que Vossa Magestade. Comtudo porei nesta materia tudo o que moradores como no sertão, donde vivem o mais tempo; e nenhuma ordem do Governo Geral guardam nem as leis de Vossa Magestade. Comtudo porei nesta materia tudo o que puder para que Vossa Magestade fique bem servido".

Assim a 19 de julho de 1693 declarava o Governador Geral do Brasil que jamais expedira ordem alguma a Francisco Dias de Siqueira, homem que nem conhecia.

Desmemoriamento ou má fé? A Sua Magestade ousaria mentir tão completamente quando dous anos antes, a 23 de julho de 1691 lhe passara Patente de Tenente Coronel das Minas?

O fato é mais que pitoresco.

Subitamente se faz nas paginas da documentação até hoje divulgada completo silencio sobre o *Apuçá*. Teria ele morrido logo depois de 1693? É o que não podemos deslindar. Sua viuva voltou a morar em terra paulista referem os nossos genealogistas.

Curioso é que nos tão meticulosos *Anais* de Berredo nada se diga das proezas do *Apuçá* em terras do Estado do Maranhão.

Sobre elas apenas havia as referencias minguadas de Pedro Taques. Hoje graças ao desvendamento da documentação sabemos que a atuação deste bandeirante, tão notavel, no alto sertão baiano, na zona de Parnaguá, além Parnaiba, dão-lhe posição de alto relevo no conjunto dos grandes cabos de tropa do bandeirantismo de S. Paulo.

326

INDICE

Preambulo 9

CAPITULO I

Prodromos da "Guerra dos Barbaros" 19

CAPITULO II

O aparecimento dos bandeirantes de S. Paulo nos sertões do Nordeste 23

CAPITULO III

Primordios da Guerra dos Barbaros. A confederação dos Cariris. Revolta geral dos indios do Sertão do Rio Grande do Norte. Campanhas de Albuquerque Camara e Abreu Soares. Recorre o Governo Geral á Camara de S. Paulo. Apelo aos dous mestres de Campo Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso 29

CAPITULO IV

Anuncios da vinda do socorro de S. Paulo. A entrada em campanha e triunfos de Domingos Jorge Velho. Chegada de Matias Cardoso. Primeiras Providencias do Arcebispo Governador Geral interino 36

CAPITULO V

Recomendações do Arcebispo aos Mestres de Campo. Pedidos de clemencia. Providencias diversas . . . 45

CAPITULO VI

Carta consulta do Arcebispo Governador Geral á Camara de São Paulo 50

CAPITULO VII

Noticia biografica de Matias Cardoso de Almeida. Informes de Pedro Taques e Silva Leme. A organização do terço do mestre de Campo 57

CAPITULO VIII

Fornecimento de armas. Vantagens parciais. Grandes esperanças depositadas nos paulistas. Discordia entre os chefes. Violencias contra indios aldeiados . 64

CAPITULO IX

Severa verberação ao Capitão mór Andrade. Injustiça clamorosa feita aos indios fieis. Reclamações de dinheiro e penuria de erario real. Ecos da grande vitoria de Domingos Jorge Velho sobre os Tapuias 71

CAPITULO X

Comando unico conferido a Matias Cardoso de Almeida. Pormenores biograficos sobre este notavel cabo de tropa. Manuel Alvares de Morais Navarro. Seus serviços de guerra. Chegada deste celebre sertanista á Baía. João Amaro Maciel Parente e sua atuação 79

CAPITULO XI

Manuel Alvares de Morais Navarro. Nota e notavel figura bandeirante Antonio Cubas, irmão de Domingos Jorge Velho, sertanista de relevo, tambem. Informes sobre João Amaro Maciel Parente 87

CAPITULO XII

Ainda a vitoria notavel de Cristovam de Mendonça sobre os janduins. Venda dos indios aprisionados. Protestos das autoridades. Dificuldades financeiras. 94

CAPITULO XIII

Erros a corrigir relativos a João Amaro e a Domingos Jorge Velho. Desharmonia entre os mestres de campo. Operações de Matias Cardoso 99

CAPITULO XIV

Projetos contrariados de Matias Cardoso. Empenho do Mestre de Campo em combater os palmarenses. Recusa do Arcebispo. Matias Cardoso em terras cearenses. Nova vitoria no Rio Grande do Norte. Aprisionamento do rei dos Janduins 105

CAPITULO XV

Documentação em contra-prova de origem nordestina. Peripecias da luta contra os tapuias. Inepcia do capitão-mór Pascoal Gonçalves e capacidade de seu sucessor, Agostinho Cesar de Andrade. Conjugação de esforços com os paulistas 112

CAPITULO XVI

Correspondencia entre Camara Coutinho e Matias Cardoso. Pessima situação militar. Penuria de armas e munições. Tropa andrajosa e não paga. Dissidio entre os chefes. Pretende Matias Cardoso abandonar a campanha. Novas promessas. Reconciliação dos chefes bandeirantes 123

CAPITULO XVII

Aplausos do Rei aos chefes indios fieis. As pazes com os janduins. Curiosa circunstancia. A atuação de João Pais Florião 127

CAPITULO XVIII

Proposta de paz pelos indigenas. Resposta real. Dificuldades de pagamento dos paulistas. D. João de Lencastro assume o Governo Geral. Carta deferente a Matias Cardoso. Projetos de creação de novas aldeias 132

CAPITULO XIX

Primeiras providencias do novo Governo Geral no Rio Grande do Norte. Instruções a Matias Cardoso. Notavel documento. A carta relatorio de Morais Navarro 139

CAPITULO XX

Renovação da Guerra dos Barbaros. Um relatorio precioso de Morais Navarro 142

CAPITULO XXI

Esforços dos missionarios para a civilização dos tapuias. Jesuitas e oratorianos. Suplicas de socorro ao Rei. O Governador Sebastião Pimentel e o segundo prazo de Agostinho Cesar de Andrade. A atuação militar deste capitão mór 151

CAPITULO XXII

Ainda a expedição de Matias Cardoso ao Ceará. Lacunas supridas por um documento preciosissimo. O relato de Morais Navarro a Dom Pedro II. Os ultimos anos de Matias Cardoso 161

CAPITULO XXIII

Representação de João Amaro Maciel Parente ao Rei pedindo premio de serviços. Pormenores ineditos e importantes 171

CAPITULO XXIV

Prosseguimento das operações de guerra. A penuria dos povos. Queixas dos paulistas. Finta para a manutenção da Colonia do Sacramento. Recomendações a Bernardo Vieira de Mello. Uma representação sobremodo notavel de Domingos Jorge Velho 178

CAPITULO XXV

Notificação da morte do Zumbí. Recrudescencia das hostilidades em principios de 1696. Recomendações aos mestres de campo e aos capitães mores. Protestos contra o cativeiro de indios mansos. Cartas do Governo Geral a Domingos Jorge Velho 183

CAPITULO XXVI

Circular do Governador Geral ás Camaras de S. Paulo sobre o levantamento do terço de Morais Navarro. A partida do regimento e sua chegada á Baía. Atitude singular de Matias Cardoso 189

CAPITULO XXVII

Bernardo Vieira de Mello notavel personalidade colonial. Sua atuação como capitão-mór do Rio Grande do Norte 197

CAPITULO XXVIII

Providencias do Governo Geral para o suprimento do terço dos paulistas. Recomendações sobre a campanha. Má vontade de Bernardo Vieira de Mello contra Morais Navarro e os paulistas. Partida da Baía, da tropa de S. Paulo. Viagem atribulada e chegada a Natal 205

CAPITULO XXIX

A expedição de Morais Navarro ao Ceará. Combate de 4 de agosto de 1699. Morticinio dos paiacús. Morte, do cacique Genipapuassú. Dissidio grave entre Morais Navarro e Bernardo Vieira de Mello . . . 222

CAPITULO XXX

Protestos dos missionarios contra Morais Navarro e sua tropa, perante o Bispo de Pernambuco. Ameaça de excomunhão. Recurso interposto pelo Mestre de Campo e seus oficiais 230

CAPITULO XXXI

A oficialidade de Morais Navarro. Peripecias da luta travada entre o mestre de campo e Bernardo Vieira de Mello. Documentos em abono do Cabo da Tropa. Denuncia contra Bernardo Vieira 239

CAPITULO XXXII

Correspondencia dos governadores sobre a luta entre Bernardo Vieira e os paulistas. Denuncia contra Morais Navarro. Sua defesa pelo Governador Geral. Relatorio do Mestre de Campo ao Rei 250

CAPITULO XXXIII

Prossecução do processo eclesiastico movido a Morais Navarro. Inesperada decisão regia. Protestos do Governador geral. Parecer do Conselho Ultramarino . 263

CAPITULO XXXIV

O encarceramento de Morais Navarro. O seu relativo afastamento do comando do Terço de Lencastro. Providencias do Governo Geral para o pagamento dos anos de soldo devidos aos paulistas. 274

CAPITULO XXXV

Os ultimos anos de Morais Navarro. Reparação regia. Questões com a Casa da Torre. Permanencia nas Minas Gerais. Os casamentos do bandeirante — Sua descendencia 280

CAPITULO XXXVI

Ultimos ecos da assistencia de João Amaro Maciel Parente em terras da Baía e sua missão de fiscalizar os descaminhos do ouro. Retirada para as terras auriferas. Morte de João Amaro 287

CAPITULO XXXVII

O governo do Ceará ao tempo da Guerra dos Barbaros. Nomeação de Pedro Lelou. Suspeição deste capitão-mór. Nomeação de Fernão Garilho. Notavel fé de oficio deste grande sertanista. Sua excelente administração. Assume Lelou o governo e é suspenso de funções 294

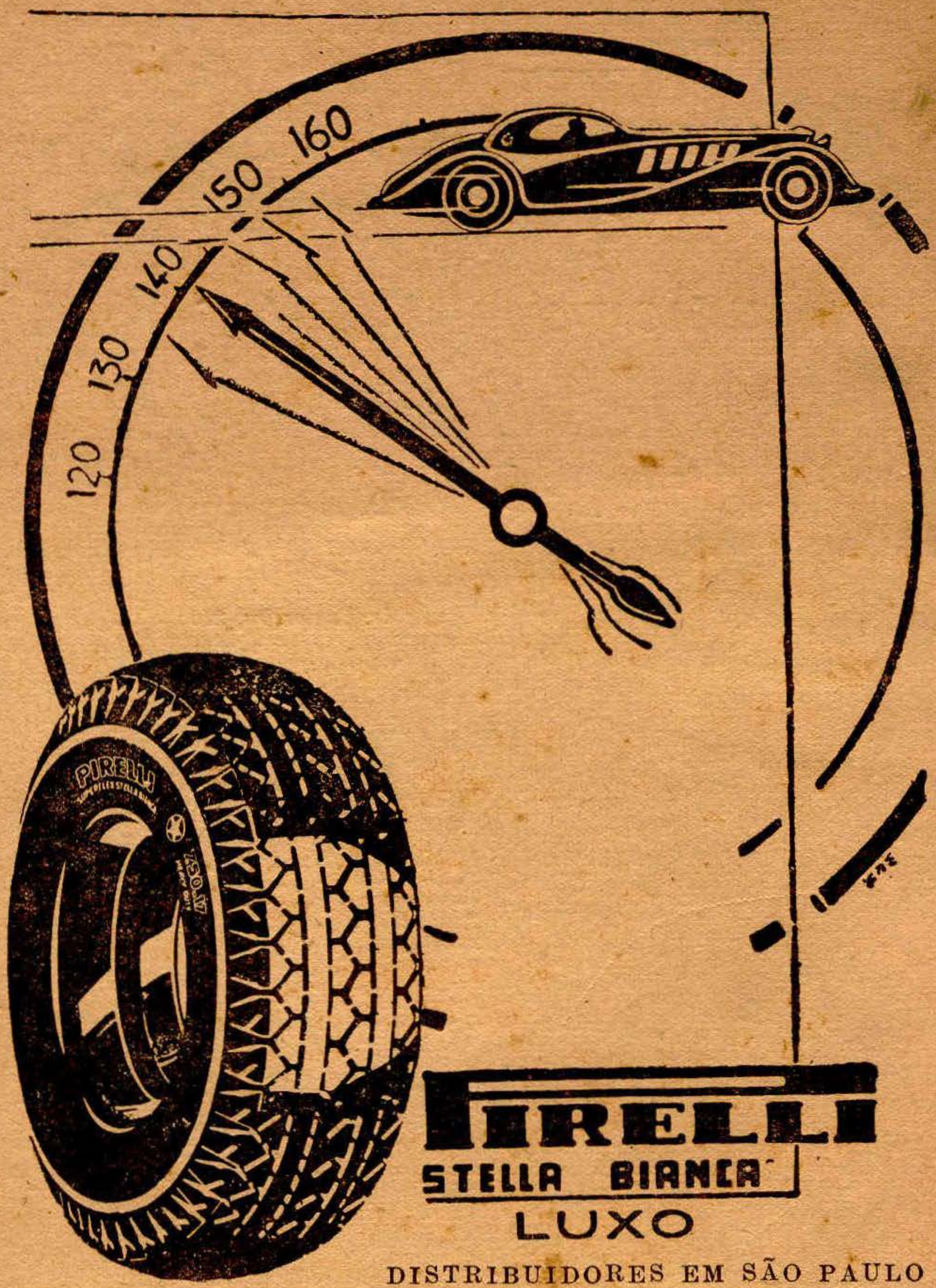
CAPITULO XXXVIII

As comunicações entre o Maranhão e o Sul. Grandes dificuldades a vencer. Palavras de Antonio Vieira. As jornadas de João Velho do Vale. Revolta dos indios maranhenses em 1698. Situação angustiosa. Desejo real de se entregar a debelação do movimento aos mestres de campo dos paulistas 302

CAPITULO XXXIX

Os paulistas no Maranhão. Francisco Dias de Siqueira. João Raposo Bocarro. Bandeiras de prea. Reclamações dos governadores 313

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org



DISTRIBUIDORES EM SÃO PAULO

GRAZZINI & C. — Rua Irmã Simpliciana, 11

TELEFONE 2-4757 — SÃO PAULO — CAIXA, 17

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

ANO II

VOL. XXII